

*De acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento n.º 4/2004 da CMVM transcreve-se o*

## **RELATÓRIO E CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2008**

### **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto - Capital Social de 4.694.600.000 euros  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de  
identificação fiscal 501 525 882



## Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	30 Jun. 08	30 Jun. 07	Var. 08 / 07
Activo total	93.710	85.459	9,7%
Crédito a clientes (líquido)	69.534	60.351	15,2%
Recursos totais de clientes <sup>(1)</sup>	66.014	59.777	10,4%
Margem financeira	841,9	768,8	9,5%
Produto bancário <sup>(2)</sup>	1.201,8	1.291,8	-7,0%
Custos operacionais <sup>(3)</sup>	817,5	771,4	6,0%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	205,9	97,8	110,6%
Impostos sobre lucros	50,2	69,4	-27,6%
Interesses minoritários	33,0	26,5	24,6%
Resultados Líquidos	101,4	307,9	-67,1%
Resultados líquidos excluindo itens específicos	265,0	373,4	-29,0%
Produto bancário / Activo líquido médio <sup>(4)</sup>	2,7%	3,2%	
Rendibilidade dos activos médios (ROA) <sup>(5)</sup>	0,5%	0,9%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio <sup>(4)</sup>	0,4%	1,0%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) <sup>(5)</sup>	12,1%	18,7%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios <sup>(4)</sup>	8,8%	20,5%	
Crédito com incumprimento / Crédito total <sup>(4)</sup>	1,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. <sup>(4)</sup>	-0,8%	-0,8%	
Imparidade riscos de crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	248,0%	245,2%	
Imparidade para riscos de crédito / Crédito vencido total	201,6%	209,9%	
Custos operacionais / Produto bancário <sup>(4) (5)</sup>	59,4%	55,9%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) <sup>(4) (5)</sup>	55,8%	52,8%	
Custos com pessoal / Produto bancário <sup>(4) (5)</sup>	33,4%	31,5%	
Fundos próprios totais <sup>(6)</sup>	7.311	6.057	
Riscos ponderados <sup>(6)</sup>	66.862	57.442	
Rácio de adequação de fundos próprios de base <sup>(4) (6)</sup>	7,5%	6,1%	
Rácio de adequação de fundos próprios <sup>(4) (6)</sup>	10,9%	10,5%	
Sucursais			
Actividade em Portugal	914	867	5,4%
Actividade internacional	798	650	22,8%
Colaboradores			
Actividade em Portugal	10.810	10.844	-0,3%
Actividade internacional	11.299	9.291	21,6%

(1) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e seguros de capitalização.

(2) Margem financeira, dividendos, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal).

(3) Custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(4) Calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(5) Exclui impacto de itens específicos.

(6) Os indicadores de 30 de Junho de 2008 foram calculados no quadro de Basileia II e os de 30 de Junho de 2007, determinados no âmbito de Basileia I, tendo estes últimos sido recalculados na sequência das Demonstrações Financeiras consolidadas terem sido reexpressas.

---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira, Presidente  
Armando António Martins Vara, Vice-Presidente  
Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo, Vice-Presidente  
Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho  
Vítor Manuel Lopes Fernandes  
José João Guilherme  
Nelson Ricardo Bessa Machado

### ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E COMPETITIVO

#### Economia Internacional

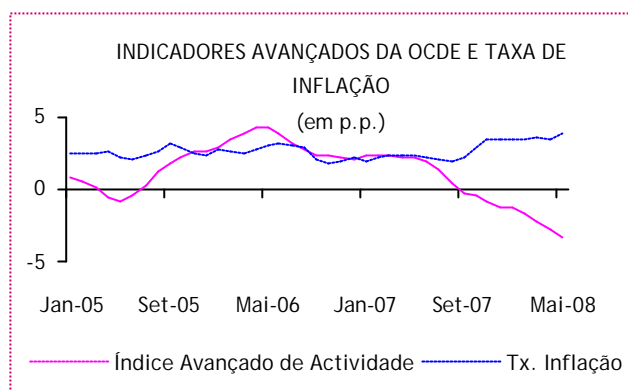
A economia mundial enfrenta um processo de ajustamento a dois choques simultâneos de proporções significativas e consequências ainda indeterminadas: a irrupção de problemas no modelo financeiro inovador associado ao mercado de crédito -securitização, através da qual os credores hipotecários passaram os direitos dos pagamentos associados às hipotecas e o respectivo risco de crédito/*default* para investidores, via *mortgage-backed securities* (MBS) e *collateralized debt obligations* (CDO)- e o aumento abrupto e persistente do preço de matérias primas essenciais. No primeiro caso, trata-se de um fenómeno com génese no mercado norte-americano mas de rápida disseminação a outros sistemas financeiros. No segundo caso, trata-se de um efeito que resulta da crescente integração de economias em desenvolvimento na economia global mas sem correspondência no aumento da capacidade de oferta a curto prazo de matérias primas essenciais. A combinação destes dois factores tem contribuído para um clima de elevada incerteza e de aversão ao risco que se tem revelado adverso à evolução da actividade económica mundial.

Desta forma, após vários anos de um enquadramento macroeconómico particularmente favorável, o futuro afigura-se mais incerto e complexo, vertido na diversidade de respostas de política a que se tem assistido nos últimos meses. Ao nível da política económica, os decisores encontram-se perante três desafios: assegurar a estabilidade dos preços, sustentar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e restaurar a estabilidade financeira, que exige uma hierarquização da importância relativa, dado os conflitos de curto prazo, e uma resposta coordenada de política económica, com uma apropriada combinação de política fiscal, monetária e da supervisão. No plano político-institucional, de destacar o despontar da formulação de um novo modelo de desenvolvimento global, assente numa maior eficiência e racionalidade na utilização de recursos não renováveis, e a reforma das instituições, mecanismos de cooperação e de entendimento internacionais.

A evolução da actividade económica, no decurso do primeiro semestre de 2008, foi influenciada pela adopção de políticas económicas vigorosas de revitalização da actividade, por factores transitórios e pelo aumento das pressões inflacionistas, conduzindo a uma alternância de períodos de aparente resiliência e expectativa de viragem do ciclo e a percepção de um processo mais profundo e duradouro de reduzido crescimento e de aumento do risco de recessão. As restrições orçamentais em diversos países e o aumento dos riscos inflacionistas limitam a capacidade de intervenção por via dos instrumentos típicos de estímulo à actividade -redução de taxas de juro ou incentivos fiscais- sugerindo, por conseguinte, um processo mais lento de retoma do que em episódios anteriores.

Factores de natureza não recorrente terão tido uma influência decisiva na surpreendente robustez do crescimento económico nos primeiros meses de 2008. Na Área do Euro, registou-se um crescimento anormalmente forte no primeiro trimestre (0,7% de crescimento em cadeia) mas, em grande parte, associado ao clima excepcionalmente temperado que se fez sentir e que impulsionou o sector da construção. Nos Estados Unidos da América (EUA), a redução substancial das taxas de juro directas para 2,0%, no primeiro trimestre, e a implementação de um programa temporário de devolução de impostos aos contribuintes permitiram evitar uma recessão económica durante este período. Na generalidade, as economias em desenvolvimento continuaram a apresentar ritmos de crescimento elevados. Em contrapartida, acentuaram-se as tensões nos principais mercados de matérias primas essenciais, com destaque para o preço da energia, bens alimentares e bens correlacionados. As taxas de inflação na generalidade das economias aumentaram de forma expressiva, em particular nos mercados emergentes, onde o peso dos bens essenciais no consumo é mais elevado, pressionando a adopção de políticas mais restritivas, sob a forma de redução de subsídios aos combustíveis ou aumento das taxas de juro. O esgotamento dos efeitos temporários e o arrefecimento da procura proveniente dos mercados emergentes

significa que, nos próximos meses, deverá tornar-se mais evidente o processo de arrefecimento da actividade económica mundial.



Fonte: Datastream.

### Mercados Financeiros Internacionais

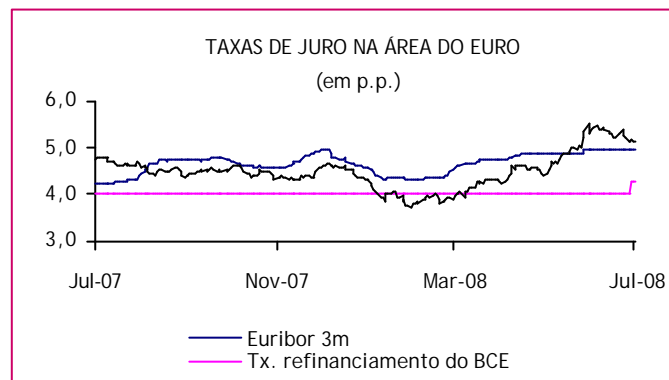
Nos mercados financeiros internacionais, mantém-se um clima de forte aversão ao risco, de volatilidade dos preços dos activos e de retracção nas intenções de investimento, a par com uma maior sincronização no desempenho de mercados desenvolvidos e emergentes, o que contraria a expectativa inicial de maior imunidade dos últimos à turbulência nas principais praças financeiras. Numa conjuntura de reduzido crescimento económico e de incerteza quanto à evolução das pressões inflacionistas e com o impacto dos efeitos de segunda ordem do ajustamento do crédito no curso da actividade real, o clima de confiança deverá permanecer enfraquecido, caracterizando-se por uma maior selectividade dos investimentos, na afectação de capital e disponibilidade de liquidez.

A percepção gradual da gravidade e da dispersão dos problemas no mercado de crédito, à medida que mais instituições financeiras foram divulgando os impactos nas suas contas de resultados, no balanço e na sua actividade regular, conduziu a uma escassez da liquidez e à paralisia de alguns dos principais mercados mundiais. Na ausência de mercados a funcionar regularmente, os investidores institucionais viram-se confrontados com a ausência de uma referência credível para avaliação dos activos financeiros, afectando o seu relacionamento regular com as contrapartes. Perante o risco de início de um ciclo vicioso de queda pronunciada do preço dos activos e de inoperância de mercados, as autoridades de mercado tiveram de intervir, cedendo liquidez extraordinária - aumento dos montantes, da regularidade dos leilões, extensão dos prazos e alargamento da base de incidência - e mesmo intervindo directamente na gestão de instituições financeiras, por forma a evitar problemas sistémicos mais graves. Não obstante esta actuação, o diferencial historicamente muito elevado entre as taxas de juro das operações com o banco central e as taxas de juro praticadas no mercado interbancário, quase 100 pontos base (p.b.) no prazo dos três meses, revela que os problemas de liquidez e de risco de crédito ainda não foram totalmente debelados.

A redução das taxas de juro de referência por parte da Reserva Federal norte-americana para 2,0% no primeiro trimestre teve um impacto temporário. A expectativa de que mais bancos centrais iriam adoptar uma atitude semelhante e introduzir mais medidas de suporte do mercado, nomeadamente, na sequência da intervenção sobre instituições financeiras britânicas e norte-americanas, proporcionou uma redução muito forte das taxas de juro ao longo da curva de rendimentos e uma valorização rápida dos mercados accionistas no final do primeiro trimestre. Contudo, este desempenho revelou-se transitório. O aumento das pressões inflacionistas e a percepção de estrangulamentos crescentes a políticas económicas de estímulo à actividade prejudicaram fortemente o comportamento dos mercados financeiros no período subsequente. O Banco Central Europeu (BCE), perante um nível de inflação cerca de duas vezes superior ao objectivo, com indícios de expectativas inflacionistas, optou por aumentar a taxa principal de refinanciamento em 25 p.b. para 4,25%. Nos países com crescimento económico mais dinâmico, a política monetária também se tornou mais restritiva. Ao longo do segundo trimestre, as taxas de juro ao longo da curva de rendimentos apresentaram aumentos muito expressivos (80 p.b. nos juros de dívida pública alemã a dez anos), em alguns casos regressando aos valores do início da década. Reduzido crescimento, inflação elevada e maior dificuldade no acesso a financiamento têm sido prejudiciais aos activos de maior risco. Depois de uma tentativa de recuperação no final do primeiro trimestre, os principais mercados

accionistas internacionais reentraram numa trajectória descendente, corrigindo, em alguns casos, fortemente as valorizações dos últimos anos. Os principais índices bolsistas internacionais caíram cerca de 20% face ao valor máximo registado em 2007. O dólar tem cumprido o seu papel de estabilizador automático para economia dos EUA, depreciando-se face às principais moedas internacionais. Porém, continua a registar-se alguma desproporcionalidade nesse ajustamento, com maior incidência sobre o euro face a moedas asiáticas, contribuindo para a deterioração da competitividade cambial dos produtos da Área do Euro.

A instabilidade que se abateu sobre os mercados financeiros está a conduzir a uma revisão dos procedimentos de supervisão prudencial e de intervenção, que, no seu âmago, tentam atenuar a característica pró-cíclica do sistema financeiro e da própria regulação. Após as deficiências e excessos do *boom* de crédito anterior, está em curso uma revisão dos procedimentos de avaliação e de distribuição e responsabilização pelo risco, englobando diversos agentes de mercado. A interdependência de mercados e as organizações de natureza transnacional está a incentivar e a exigir uma maior cooperação e coordenação entre as autoridades de supervisão de nacionalidades diversas e mesmo entre diferentes estruturas funcionais de um mesmo país. Verifica-se uma maior preocupação com a transparência e rigor do relato financeiro, fundamental para restaurar confiança no mercado, e na detecção e desincentivo à exploração de oportunidades de arbitragem de regulação, o que em parte já está previsto, nos diversos níveis de supervisão, na reformulação do acordo de Basileia.



Fonte: Datastream.

### Sector Bancário Internacional

O sector bancário internacional enfrenta um contexto adverso de abrandamento da actividade económica, deterioração da qualidade dos activos e instabilidade nos mercados interbancários de financiamento por grosso. Por oposição às perspectivas de um desempenho mais moderado da actividade bancária regular nos próximos meses, a actividade estratégica poderá conhecer um período particularmente intenso, decorrente da aferição da viabilidade de segmentos de negócio e do aproveitamento da vulnerabilidade de concorrentes directos para o reforço de posicionamento no mercado.

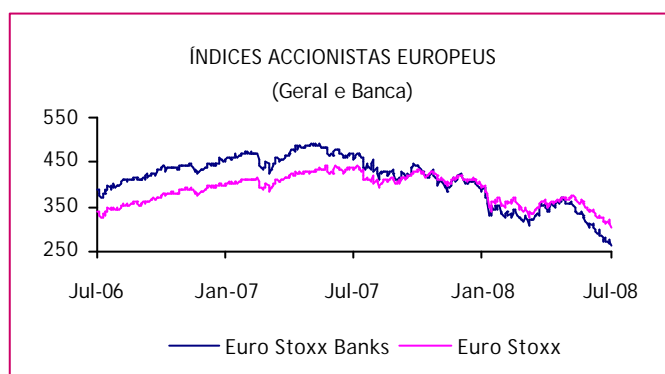
Depois de anos de expansão do crédito verifica-se agora um processo de contenção na exposição ao risco e de redução do grau de alavancagem financeira, ao mesmo tempo que aumenta o custo do financiamento e a probabilidade de ocorrência de imparidades no crédito. As entidades bancárias, que, pelo seu modelo de negócio ou perfil de risco, tinham maior suporte do financiamento em mercados interbancários por grosso ou de curto prazo, foram as mais afectadas pela crise de liquidez. Embora a intervenção rápida das autoridades, em situações extremas, tenha contribuído para atenuar os receios dos investidores, os efeitos de segunda ordem, nomeadamente, a inversão do ciclo de crédito, deverão contribuir para manter os prémios de risco elevados, situação agravada pela deterioração da reputação institucional de algumas entidades de grande relevância, sofisticação e dimensão no sector financeiro internacional.

Na sequência das dificuldades de financiamento nos mercados internacionais, o modelo de negócio bancário modificou-se ligeiramente, com a capacidade de captação de recursos a ganhar preponderância enquanto factor determinante para a expansão da actividade. A escassez de financiamento tem obrigado a um aumento da concorrência na captação de fundos, com o conseqüente agravamento da margem de taxa de juro e actuação mais defensiva do lado da concessão de crédito. Da parte dos investidores institucionais predomina uma preferência por produtos de características menos complexas, incentivando

a emissão de dívida tradicional, com prazos de vencimento mais curtos e com enquadramento jurídico mais sólido.

Num contexto mais incerto e com custos de financiamento mais elevados, as instituições bancárias têm vindo a adoptar critérios de concessão de crédito mais restritivos, quer ao nível do preço (juros e comissionamento), quer nas cláusulas de expressão não pecuniária. Até ao momento não se verificaram grandes alterações no volume de crédito concedido a empresas mas, à semelhança do que se verifica no crédito a particulares, também o crédito a empresas deverá evidenciar uma tendência de abrandamento nos próximos meses. Com a expansão da actividade limitada pela capacidade de angariação de financiamento e perante condições de financiamento agravadas, uma parte significativa da geração de resultados dos bancos dependerá de ganhos de eficiência e da contenção de custos.

As instituições financeiras têm vindo a recorrer a aumentos de capital para financiar a continuidade do negócio ou para repor níveis de capital mais adequados. Simultaneamente, regista-se um reposicionamento estratégico da carteira de negócios e da presença geográfica. Esta conjuntura constitui também uma oportunidade para que instituições menos afectadas pela instabilidade financeira aproveitem os processos de alienação de activos de entidades concorrentes para reforçar as suas quotas de mercado, adquirir segmentos de negócio ou activos a níveis mais atractivos, assumir posições estratégicas no capital de algumas instituições financeiras e poderá impulsionar a retoma de processos de concentração em alguns países.



Fonte: Datastream.

## Economias Domésticas

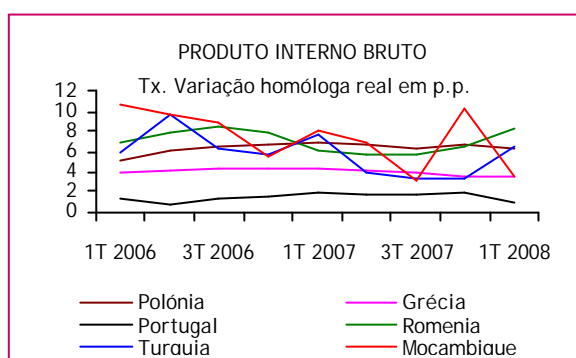
À semelhança do verificado na Área do Euro, o ritmo de crescimento económico no sudeste e leste europeus foi robusto no primeiro trimestre, suplantando as expectativas iniciais, beneficiando de dinâmicas vigorosas da procura interna e dos fluxos de investimento comunitários. Na Polónia a taxa de variação homóloga do PIB foi de 6,3%, na Roménia ascendeu a 8,2%, na Turquia 6,6% e na Grécia 3,6%, neste último caso com uma melhoria expressiva do défice externo. Portugal apresentou um ritmo de crescimento mais modesto e em abrandamento face ao final de 2007 (taxa de variação homóloga do PIB de 0,9% no primeiro trimestre).

Comum a todos estes países foi o aumento da inflação, com Portugal a destacar-se, neste caso, por ter registado uma taxa de inflação inferior à da média da Área do Euro (2,9% contra 4,0% em Maio). A Grécia apresentou uma das taxas de inflação mais elevadas dos Estados membros (4,9%). Nos países de adesão e com política monetária própria, a aceleração da inflação (para 4,4% na Polónia, 8,5% na Roménia e 10,6% Turquia) conduziu os respectivos bancos centrais a manterem uma política de pendor mais restritivo, elevando as taxas de juro para 6%, 10% e 16,25%, respectivamente. O consequente aumento dos diferenciais de taxas de juro contribuiu para alguma estabilização no comportamento do mercado cambial romeno e turco e para manter a tendência de valorização do zloty polaco face ao euro. O endurecimento da política monetária, em combinação com um contexto económico global mais volátil, concorre para uma evolução mais moderada da actividade económica nos próximos meses, em linha com a evidência disponível dos indicadores avançados, mas ainda assim com crescimentos médios, nestes países, substancialmente superiores aos verificados para a média da Área do Euro. No caso da Turquia e da Roménia, o ciclo eleitoral e a instabilidade política doméstica persistem como factores de risco relevantes.

Não obstante, em Portugal, o reduzido crescimento do primeiro trimestre poder estar afectado por efeitos de ajustamento de dias úteis, os indicadores qualitativos disponíveis sugerem a manutenção de um ritmo

de crescimento fraco. A progressão muito moderada do rendimento disponível real das famílias, o agravamento nas condições de financiamento das empresas e a desaceleração muito expressiva dos principais parceiros comerciais de Portugal deixam antever poucos factores a contribuir para um crescimento vigoroso nos próximos meses. Deverão actuar em contra-ciclo, a entrada em velocidade de cruzeiro do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e os indícios de recuperação da competitividade de alguns produtos produzidos em Portugal, reflectindo o reposicionamento estratégico empresarial dos últimos anos, a moderação dos preços praticados e o aumento dos custos com o transporte, que torna a proximidade geográfica numa vantagem comparativa. Melhor tem sido o comportamento do emprego, com acréscimo líquido de cerca de 1% em termos homólogos nos dois últimos trimestres, contribuindo para uma inversão na trajectória ascendente da taxa de desemprego que se tinha verificado em 2007.

Em Angola e Moçambique, o ciclo favorável associado às matérias-primas essenciais e o esforço de reconstrução e desenvolvimento de infra-estruturas básicas continuam a proporcionar um elevado dinamismo da actividade económica, embora, em Moçambique, no primeiro trimestre, se tenha registado uma desaceleração do PIB (de 10,3% no quarto trimestre de 2007 para 3,5%). O aumento da taxa de inflação, para valores na ordem de dois dígitos, poderá exigir a adopção de políticas monetárias mais restritivas caso a tendência não se inverta nos próximos meses.



Fonte: Institutos Nacionais de Estatística, Bancos Centrais e Datastream.

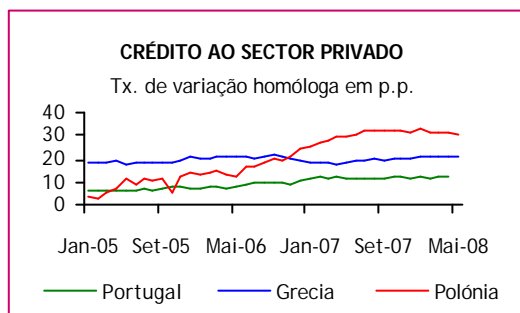
### Sistemas Financeiros das Economias Domésticas

A generalidade das economias domésticas partilham tendências comuns no comportamento dos respectivos sistemas financeiros: desvalorização acentuada dos respectivos mercados accionistas em linha com o comportamento registado pelo principais índices de referência mundiais; aumento das taxas de juro praticadas, quer ao nível dos depósitos, quer ao nível do crédito concedido; aumento da importância dos recursos de clientes no total do passivo, beneficiando da remuneração mais atractiva dos depósitos e da redução das aplicações na indústria de fundos mobiliários; e participação menos activa de investidores não residentes nos mercados locais. A manutenção da instabilidade nos mercados financeiros, com repercussão directa no acesso a financiamento, tenderá a suportar a actual tendência de abrandamento na procura de crédito, seja por via da menor capacidade de angariação de financiamento, seja pelo efeito de aumento dos respectivos custos, patente em critérios de concessão de crédito mais restritivos, conforme reportado pelas instituições financeiras destes sistemas. Parte deste efeito, será mitigada pelo incentivo ao investimento associado à comparticipação de fundos comunitários no esforço de investimento, particularmente relevante na Polónia como elemento de suporte da procura de empréstimo das empresas. Contrariamente a outros sistemas bancários, a evidência de exposição a veículos especiais de investimento tem-se revelado marginal e os respectivos mercados imobiliários não evidenciaram no passado sintomas de um afastamento significativo do seu valor fundamental.

Em Portugal, a taxa de crescimento do crédito ao sector privado tem-se mantido em cerca de 12% ao ano, decorrente do reforço do dinamismo do crédito às empresas. Esta evolução tem compensado o abrandamento nos volumes do crédito a particulares, nomeadamente, no crédito à habitação. Na Polónia, a expansão do crédito a particulares mantém-se mais intensa do que nas empresas privadas não financeiras (33,7% versus 29,8% de variação homóloga em Maio) mas o diferencial tem vindo a estreitar-se, o que reflecte o ciclo de investimento e a redução da capacidade de autofinanciamento das empresas polacas. Na Grécia, os empréstimos ao sector privado mantiveram um crescimento superior a 20% no segundo trimestre deste ano. Do lado dos recursos, os depósitos evidenciam a mesma tendência que nos

restantes Estados membros, com um aumento muito significativo na captação de depósitos de médio prazo, que também beneficiam da redução das aplicações em fundos de investimento.

Para além das tendências na actualização da regulação e dos modelos de supervisão a um nível internacional, há ainda a relevar as seguintes alterações específicas relativamente a Portugal: (i) a clarificação quanto ao método de cálculo do valor do indexante aplicável aos contratos de crédito à habitação e extensão a outros contratos de crédito e financiamento; (ii) a aprovação em Conselho de Ministros de um decreto-lei que introduziu a eliminação de restrições contratuais à renegociação das condições de empréstimos à habitação, visando uma maior mobilidade dos créditos; (iii) proposta do Banco de Portugal para alteração dos critérios subjacentes à concessão de crédito para compra de acções próprias; (iv) reforço das competências de supervisão comportamental do Banco de Portugal, através do novo regime consagrado na revisão do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e que estabelece um conjunto de regras de conduta e deveres de informação que as instituições de crédito e sociedades financeiras têm de observar na sua relação com os Clientes, nomeadamente em matéria de informação, publicidade, códigos de conduta e tratamento de reclamações. Neste âmbito, o Banco de Portugal submeteu a consulta pública um projecto de diploma regulamentar sobre deveres de informação na divulgação de produtos e serviços financeiros ainda numa fase anterior à pré-contratual, ou seja, quando da divulgação ao público de produtos e serviços financeiros. Há ainda a destacar a entrada em funcionamento, em Janeiro, do primeiro de três instrumentos previstos no regime da Área Única de Pagamentos de Retalho na Europa (SEPA), com a disponibilização de transferências a crédito para os países SEPA, com a mesma facilidade com que se faz para entidades em Portugal. Para 2009 e 2010, estão previstos os restantes dois instrumentos: débitos directos e cartões bancários.



Fonte: Bancos Centrais Nacionais.



---

## ESTRATÉGIA

O novo Conselho de Administração Executivo, eleito na Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 2008, propôs-se reforçar a estabilidade no governo do Millennium bcp e o enfoque na gestão do Banco, tendo definido, em Fevereiro de 2008, uma nova Visão Estratégica para o triénio 2008-2010. O Millennium bcp aspira ser um Banco de referência no serviço ao Cliente, com base em plataformas de distribuição inovadoras, com crescimento focado no retalho, em que mais de dois terços do capital estará alocado ao retalho e empresas, em mercados de elevado potencial, que apresentem um crescimento anual esperado de volumes de negócio superior a 10%, e ainda atingir um nível de eficiência superior, traduzido num compromisso com um rácio de eficiência que se situe em níveis de referência para o sector, e com reforçada disciplina na gestão de capital e de custos.

O Programa Millennium 2010, inicialmente lançado em Junho de 2007, viu o seu plano de negócios revisto em Fevereiro de 2008. O Programa Millennium 2010 assenta em cinco pilares estratégicos:

- I. Fortalecer a reputação institucional - Fortalecer a imagem institucional e de credibilidade do Banco para um nível mais coerente com a sua posição como um Banco moderno e orientado para os Clientes;
- II. Reforçar a disciplina de *pricing*, de risco e de gestão do capital - Melhorar a eficiência na alocação do capital, chave para a criação de valor e minimização do impacto resultante do aumento do custo de financiamento, num contexto de mercado mais desafiante;
- III. Expandir as operações de retalho em mercados de elevado potencial - Enfoque no segmento historicamente mais rendível, em que as competências de execução do Millennium bcp são mais fortes nas várias localizações geográficas, traduzindo-se na expansão da rede de distribuição em 100 novas sucursais em Portugal, 150 na Polónia, e mais de 200 sucursais noutras localizações geográficas durante os próximos 3 anos;
- IV. Simplificar o Banco com vista a atingir níveis superiores de eficiência - Simplificar substancialmente a estrutura do Banco, procedimentos e modelo comercial por forma a atingir um nível de eficiência operacional ao nível das melhores práticas;
- V. Recentrar nos Clientes, estimular a actividade comercial e melhorar níveis de serviço - Reforçar os esforços de aquisição de Clientes e introduzir novos mecanismos de retenção e de relacionamento para sustentar ganhos de quota de mercado, em mercados crescentemente competitivos.

As principais prioridades associadas à execução do Programa Millennium 2010 prendem-se com a:

- a. aceleração da geração de proveitos, nomeadamente através do reforço da componente de prestação de serviços, mas também por via de aquisições de Clientes e recursos;
- b. garantir o *repricing* de crédito em linha com o continuado aumento do custo do risco;
- c. capturar as oportunidades de poupança de custos identificadas (custos administrativos e de pessoal);
- d. continuar o programa de rebalanceamento da estrutura de Colaboradores.

---

Ao longo do primeiro semestre, o Programa Millennium 2010 prosseguiu o seu curso em linha com as expectativas e o Banco desenvolveu diversas medidas no sentido de materializar as prioridades estratégicas estabelecidas:

- I. Relativamente à prioridade de fortalecimento da reputação institucional do banco, refira-se:
  - a conclusão com sucesso, em Abril, do aumento de capital de 1,3 mil milhões de euros, necessário para reforçar os rácios de capital do Banco, e que contou com uma procura pelos Accionistas duas vezes superior à oferta;
  - a emissão de obrigações hipotecárias em Maio (mil milhões de euros) em boas condições, reflectindo a melhoria dos mercados de dívida europeus, mas também a confiança do mercado no Banco, e a emissão de dívida sénior não colateralizada, concluída também em Maio, no valor de 1,25 mil milhões de euros;
  - a confirmação das notações de rating atribuídas ao Banco pela Fitch em Janeiro de 2008 e a melhoria, pela Standard & Poor's, do "outlook" do rating para "estável", em Abril;
  - a assunção, de forma transparente e em conformidade com o espírito das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), do impacto da desvalorização da posição detida no capital do Banco BPI nos resultados do quarto trimestre de 2007, em 69 milhões de euros líquidos de impostos, e no primeiro semestre de 2008, em 177 milhões de euros;
  - a estabilização e alinhamento da base accionista com o projecto do Banco.
- II. No âmbito da prioridade de reforço da disciplina de *pricing*, de risco e de gestão do capital, destacam-se:
  - a revisão dos *spreads* no âmbito da política de gestão do custo do risco, que se reflectiram na recuperação da margem financeira em Portugal, que, após ter evidenciado uma redução ao longo de 2007, apresentou uma melhoria no primeiro semestre de 2008 face ao último trimestre de 2007;
  - a adequação e solidez da posição de capital, com o rácio de capital *core tier 1* a situar-se acima dos 6% após o aumento de capital, proporcionando uma base sólida que permite agora prosseguir com os planos de crescimento orgânico rentável.
- III. Em relação à expansão das operações e conforme previsto, o Banco continua a expandir a sua rede de Retalho em Portugal e na área internacional, e os volumes de negócio evidenciaram um crescimento robusto, destacando-se a subida de 13% dos recursos de clientes e de 10% de crédito em carteira.

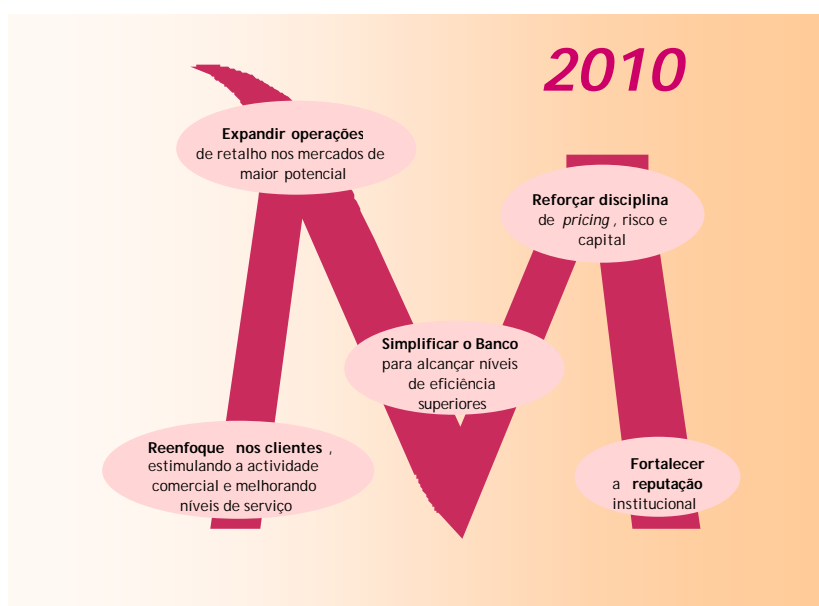
Durante o primeiro semestre de 2008, foram abertas 29 sucursais em Portugal e 55 sucursais nos negócios internacionais, das quais 35 na Polónia e 12 na Grécia. Não obstante o investimento na expansão das operações internacionais, estas têm evidenciado também uma melhoria da rendibilidade, reflectindo o elevado crescimento e potencial dos mercados onde o Millennium está presente.
- IV. No âmbito das medidas para a simplificação da estrutura do Banco por forma a poder alcançar níveis de eficiência superiores e poupanças de custos, destacam-se:
  - integração e simplificação da organização de diversas áreas dos serviços centrais;
  - o reforço da equipa comercial com a transferência de mais de 250 Colaboradores dos serviços centrais do Banco para as redes comerciais no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (PDCC);
  - medidas de racionalização dos outros gastos administrativos, nomeadamente, no consumo de serviços de estudos e consultas, optimização do parque de imóveis e do investimento em imagem institucional, redução dos custos de expedição, entre outras.

O esforço em curso no domínio da eficiência operativa pressupõe aumentar a capacidade comercial directa e reduzir o peso dos serviços centrais. O Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais, que promove o rebalanceamento do peso dos serviços centrais no Banco através da rotação dos Colaboradores para as áreas comerciais, é, pois, um programa essencial para o cumprimento dos objectivos de aumento da eficiência e, simultaneamente, uma oportunidade de valorização profissional dos Colaboradores num contexto de expansão da rede comercial e de promoção da eficiência e produtividade. O sucesso do Programa, que vai já na sua quarta edição, é evidenciado pelo elevado nível de retenção de Colaboradores nas primeiras edições e pelos bons níveis de satisfação com o Programa expressos pelos participantes.

- V. No âmbito das iniciativas de reenfoque nos Clientes, de estímulo da actividade comercial e de melhoria dos níveis de serviço prestados, destacam-se as que têm em vista o reforço da captação de novos Clientes em Portugal e o sustentado crescimento noutros mercados, tendo o Grupo ultrapassado a fasquia de 2 milhões de Clientes fora de Portugal, estando assim a base de negócio em forte expansão, exemplo a referir neste contexto é a Polónia, que em Março ultrapassou 1 milhão de Clientes de Retalho. Paralelamente, observou-se uma melhoria transversal dos níveis de satisfação dos Clientes e dos níveis de serviço.

A estratégia prosseguida responde às grandes prioridades da gestão no contexto actual designadamente no que respeita a níveis de capital, liquidez, reforço da reputação, enfoque no negócio, *repricing*, e eficiência. Em face do actual contexto, é também uma postura prudente, prevendo o reforço do negócio de Retalho, com menor risco. O desafio para o Millennium bcp prende-se com a execução rigorosa da estratégia definida e a minimização dos factores de risco do negócio.

## Prioridades estratégicas para 2008 -2010



### Acontecimentos das Áreas de Negócio

Num contexto caracterizado por uma grande volatilidade dos mercados de capitais e taxas de juro, a par do aumento da inflação, factores condicionantes dos comportamentos e necessidades financeiras dos seus Clientes, a rede de **Retalho** reforçou a sua oferta nas principais categorias de produto, adaptando-a aos novos desafios daí decorrentes. Assim, e na área de captação de recursos, uma das prioridades estratégicas do Retalho para 2008, o Banco optou por oferecer soluções de poupança e investimento mais conservadoras, que permitissem ao Cliente beneficiar da garantia de capital e da perspectiva de subida das taxas de juro, de que foi exemplo o enorme sucesso alcançado no lançamento da aplicação financeira “Super Aforro Millennium”, um produto de excelente rendibilidade e elevada liquidez. Foram também lançadas campanhas de angariação de recursos nos segmentos Prestige e Negócios, enfocadas em Clientes onde o *share-of-wallet* era inferior à média.

Fruto da crise financeira mundial, do contexto sócio-económico de Portugal, das subidas das taxas de juro e das alterações legislativas verificadas, o Millennium bcp prosseguiu na área do crédito à habitação a sua política de atenção constante às necessidades dos Clientes, adaptando a sua oferta para uma resposta eficaz e adequada, com soluções financeiras que permitem reduzir as prestações até 50% por um determinado período, novas soluções de taxa fixa que permitem assegurar estabilidade ao Cliente no valor da prestação e condições especiais para transferências de créditos de outros bancos. Do ponto de vista operativo, de destacar a implementação do novo simulador de crédito que promoveu a integração de diferentes aplicativos e ferramentas, e a melhoria de outros aplicativos de gestão de empréstimos, o que agilizou a venda e permitiu uma melhoria no serviço prestado ao Cliente.

O ambiente económico vivido durante o primeiro semestre deste ano teve igualmente reflexo no crédito pessoal e segmento de Negócios, nomeadamente na atenção dada à preservação da qualidade da carteira de crédito e na adequação do preço ao grau de risco do Cliente. O processo de crédito pessoal beneficiou, também, de melhorias nos aplicativos de suporte e nos modelos automáticos de decisão, o que se traduziu numa maior rapidez no nível de serviço prestado ao Cliente.

Constituindo a captação de novos Clientes um dos vectores estratégicos mais importantes de 2008, realizaram-se no período em análise múltiplas campanhas visando esse objectivo. Pela sua visibilidade, destaca-se a campanha realizada no segmento Prestige, sendo de mencionar, igualmente, a dirigida ao segmento da Imigração, onde foram disponibilizados documentos de abertura de conta em vários idiomas. No Mass Market, desenvolveram-se acções enfocadas no potencial de captação de cada sucursal, assim como uma campanha promocional da solução “Cliente Frequente”, cujo assinalável sucesso significou um crescimento de 10% na penetração, o que permitiu ultrapassar o marco das 300.000 adesões. Ainda neste domínio, o Retalho prosseguiu o plano de expansão previsto da sua rede de sucursais, que aumentou em 29 no período em análise, desenvolvendo diversas acções promocionais de suporte à abertura de cada sucursal, com destaque para a disponibilização de uma oferta de condições específicas para os novos Clientes.

No domínio dos meios de pagamento, a estratégia assentou em produtos distintivos e com reconhecido valor no mercado, com destaque para a forte promoção do cartão de débito “Millennium bcp Maestro”, que incorpora a tecnologia Chip EMV, presente já em 70% do *portfolio* de cartões do Banco, e para os lançamentos do “Cartão M”, que oferece um período de três meses de carência de capital e juros para todas as compras efectuadas no primeiro mês de vida do cartão, e do cartão TAP Business na vertente American Express. Disponibilizou-se, ainda, uma nova funcionalidade à generalidade dos cartões de crédito emitidos pelo Banco, que associa uma linha de crédito para compras de valor superior a 250 euros a uma taxa de juro muito competitiva.

Dando corpo ao objectivo estratégico de maior eficiência nas plataformas de distribuição, a par da prestação de um nível de serviço de excelência, e para além do já referido novo simulador de crédito, foram também desenvolvidos novos e robustos processos de simulação e subscrição de seguros, que agilizaram o processo de venda e permitiram uma melhoria significativa no serviço prestado ao Cliente. Ainda no domínio transaccional, e no âmbito das iniciativas de reenfoque no Cliente e melhoria de qualidade de serviço, o Millennium bcp passou a disponibilizar, desde Janeiro, as transferências a crédito no espaço SEPA, que permitem a movimentação de fundos em euros para qualquer um dos 31 países aderentes, com a mesma facilidade e em idênticas condições às praticadas no País, sendo, por outro lado, o único banco que em Portugal disponibiliza o serviço “Pagamentos Prioritários”. Este serviço permite aos Clientes efectuar e receber transferências a crédito, em euros, para os Bancos aderentes, disponibilizando fundos ao beneficiário num prazo máximo de quatro horas.

---

A actuação comercial das Redes **Corporate e Empresas**, no primeiro semestre de 2008, foi orientada para a concretização dos objectivos do Programa Millennium 2010, nomeadamente, através do reforço da disciplina de *pricing*, de gestão de risco (tendo sido implementadas políticas de concessão de crédito mais restritivas em face do contexto internacional e da actual situação da economia portuguesa) e da liquidez, procurando otimizar o consumo de capital.

No âmbito da implementação das medidas do Programa Millennium 2010, destaca-se a criação, no início de Junho, da Direcção de Crédito Especializado, resultante da fusão das áreas de Leasing, Factoring e Renting, visando a melhoria dos níveis de eficiência e a simplificação de estruturas do Banco.

A consolidação dos novos conceitos relacionados com o Programa GTI na Rede Empresas, marcou a actividade no primeiro semestre de 2008. Com este programa, pretende-se dinamizar a pró-actividade e eficácia comercial, através da introdução de uma reengenharia no processo de abordagem da relação comercial com os Clientes, aumentando o tempo dedicado a actividades comerciais, em detrimento da realização de tarefas administrativas. Foram ainda efectuadas acções de esclarecimento às áreas comerciais sobre o Novo Modelo de Capital Económico adoptado pelo Millennium bcp desde o início de 2008, reflectindo os pressupostos de Basileia II, em termos de análise do risco associado às operações de crédito e cálculo do Resultado Económico/Valor Criado pela efectivação das operações de crédito. Paralelamente, foi levado a cabo um esforço de captação de recursos, visando melhorar a posição do Banco em termos de rácio de liquidez.

No âmbito das iniciativas comerciais, procedeu-se ao lançamento do Factoring sem Recurso a Risco de Mora, um novo instrumento financeiro de curto prazo, e foi dada continuidade às campanhas Automóvel "Carro do Ciclo".

Enquadrado nas novas regulamentações decorrentes da SEPA, iniciou-se no mês de Janeiro 2008 o processo de implementação das transferências a crédito, prevendo-se que o processo de migração dos meios de pagamento locais (transferências a crédito, débitos directos e cartões) deva ocorrer até final de 2010.

No âmbito da negociação de produtos e serviços junto de Bancos Correspondentes, fornecedores do Grupo, foram estabelecidos acordos de cooperação, recíprocos mas não exclusivos, para prestação de serviços financeiros em 145 mercados, para melhor servir os Clientes do Grupo de todas as redes comerciais no exterior.

São ainda de realçar os seguintes eventos que tiveram o apoio da Direcção Internacional:

- patrocínio da 2ª conferência anual sobre "Gestão de Tesouraria e Risco para Empresas", organizada pela EuroFinance, contando com a presença de algumas das mais importantes empresas portuguesas;
- organização da conferência "Negócios em Angola", tendo sido convidados Clientes com actividade em Angola ou com intenções de investimentos nesse país, tendo contado com representantes da AICEP e de várias empresas que relataram as suas experiências na abordagem ao mercado angolano;
- participação em sessões de trabalho organizadas pela AICEP no âmbito do Ciclo de Conferências "ABC Mercados", com apresentações relativas a Espanha e a Marrocos.

A actividade de **Private Banking e Asset Management** no primeiro semestre de 2008 foi particularmente afectada pela conjuntura adversa nos mercados financeiros, tendo-se assistido ao resgate de fundos de investimento e de carteiras de gestão discricionária.

A área de Private Banking levou a cabo um esforço de captação de recursos, através de taxas especiais em depósitos a prazo, sempre que este produto seja subscrito em conjunto com um produto estruturado, e, simultaneamente, de defesa da margem, num contexto de forte concorrência em produtos de balanço. Foi adaptada a oferta de produtos estruturados e de fundos de arquitectura aberta, cuja gestão é assegurada pela Wealth Management Unit. Foram desenvolvidas várias iniciativas de captação de Clientes, tendo-se observado uma variação líquida de 116 Clientes. Foi apresentada uma proposta de cooperação entre a rede de Retalho e a rede de Private Banking, com o objectivo de aproveitar a capilaridade de captação da rede de Retalho e a capacidade da rede Private Banking para aumentar a rendibilidade dos Clientes, e facilitando, simultaneamente a apresentação da proposta de valor do Private Doméstico a Clientes da Grande Lisboa e Porto, e da proposta de valor do International Private Banking a Clientes estrangeiros com residência no Algarve. A oferta foi adequada à volatilidade dos mercados financeiros. Encontra-se também em curso o aprofundamento da relação com a Millenniumbcp Fortis com objectivo de replicar as melhores práticas na colocação de seguros financeiros, desenvolver novos projectos de interesse comum na área de

---

gestão de activos e iniciar um teste piloto de utilização de um consultor de seguros para potenciar a venda de produtos de risco.

A actividade do Millennium Banque Privée ressentiu-se da conjuntura adversa nos mercados financeiros, tendo-se assistido a uma desaceleração do crescimento dos recursos de Clientes.

Na área de Asset Management, em resposta à redução da actividade e, no âmbito do PDCC, foi iniciado um programa de reestruturação interna, consubstanciado na fusão das equipas comerciais, que permitiu a libertação de Colaboradores para a rede de Retalho. Em linha com o plano estratégico aprovado para 2008, foi submetido à CMVM o processo de reestruturação da oferta de Fundos de Fundos, que se traduziu na simplificação da oferta.

A evolução do negócio durante o primeiro semestre de 2008 foi condicionada pela manutenção de condições desfavoráveis na generalidade dos mercados financeiros. Apesar deste contexto adverso, realizaram-se duas importantes ofertas de acções nas quais o **Millennium investment banking** teve um papel decisivo como coordenador global: o aumento de capital do Banco Comercial Português e a Oferta Pública Inicial da EDP Renováveis. O aumento de capital do Banco Comercial Português, no montante de cerca de 1,3 mil milhões de euros, foi bem acolhido pelo mercado, tal como evidenciado pela evolução positiva da cotação entre o anúncio da oferta e a fixação do preço de subscrição. Os pedidos de subscrição excederam em dobro o número de acções emitidas, tendo 98,9% dos direitos de subscrição sido exercidos. A oferta de acções EDP Renováveis, no montante aproximado de 1,8 mil milhões de euros, constituiu a maior operação do género na Europa no ano em curso. Esta operação gerou um forte interesse junto de uma ampla base de investidores, tendo a procura na Oferta Pública de Subscrição excedido em cerca de 88 vezes o número de acções disponíveis. A mobilização dos Clientes das redes do Grupo e dos investidores institucionais foi determinante para o sucesso da oferta. Também no segmento de dívida a actividade foi intensa durante o primeiro semestre do ano, tanto na organização e montagem de novas operações para os seus Clientes, com um volume expressivo de emissões de obrigações e papel comercial, como para o próprio Grupo. De entre estas últimas, destaca-se a estruturação de soluções de investimento destinadas à captação de recursos de balanço, com um montante emitido superior a 2 mil milhões de euros e um contributo significativo para o reforço da posição de liquidez.

A par do desenvolvimento de mandatos de assessoria a vários Clientes na alienação e aquisição de negócios, o Millennium investment banking organizou e montou várias operações de financiamento nas modalidades de *structured finance* e *project finance*, com particular enfoque nos sectores do turismo e da energia. Destaca-se igualmente a assessoria ao consórcio vencedor da concessão para a construção e exploração da auto-estrada Douro Litoral.

## NEGÓCIOS NO EXTERIOR

O Bank Millennium na **Polónia** tem continuado a implementar a sua estratégia de crescimento orgânico, baseada em três pilares fundamentais: ganhar escala e rentabilidade no negócio de Retalho, através de crescimento orgânico, consolidar a plataforma de especialista em *consumer finance* baseada numa abordagem *category-killer* em produtos de crédito seleccionados, e expandir o segmento de negócio Corporate, com particular ênfase no segmento de pequenas e médias empresas. Na Banca de Retalho, o Banco tem vindo a ganhar escala, através da expansão da rede para 445 sucursais (+35 no corrente ano) como parte do programa de expansão de sucursais, com vista a atingir 560 sucursais até 2009. O número de Clientes de Retalho activos atingiu 1 milhão e o Banco tem vindo a ganhar quota de mercado em recursos de clientes, essencialmente através de depósitos, como resultado da actual situação nos mercados financeiros. Na área de *consumer finance*, o Banco está a manter a sua posição de top 3 em crédito à habitação, com uma quota de mercado de 11%. O número de cartões de crédito tem vindo a aumentar sustentadamente e atingiu 500.000 em Junho de 2008. A produção de *cash loans* continuou a aumentar de forma acelerada. Na área de *Corporate Banking* o enfoque tem sido no segmento de Pequenas e Médias Empresas (PME), no qual tem sido implementado um novo modelo de negócio. O Banco tem alargado a oferta com sucesso no sentido de incluir *leasing*, *trade finance*, produtos de gestão de tesouraria e liquidez em complemento aos produtos standard de crédito e depósitos.

O Bank Millennium está adequadamente capitalizado e apresenta níveis de liquidez adequados para suportar a implementação da sua estratégia de crescimento orgânico.

O Bank Millennium na Polónia foi eleito a quarta melhor empresa para trabalhar na Polónia de acordo com o estudo realizado pela "International Student Organization - AIESEC".

A actividade do Millennium bank na **Grécia**, durante o primeiro semestre de 2008, foi enquadrada pelos objectivos de aumento dos depósitos de clientes e de aquisição de novos Clientes. O Banco lançou várias



---

campanhas com o objectivo de atingir estes objectivos, contemplando uma forte presença nos *media*. Paralelamente, foram lançados vários produtos, incluindo depósitos a prazo de elevado rendimento e uma nova oferta relativa a ordenados. Em resultado, os resultados alcançados foram bastante significativos: foram capturados cerca de 30 mil novos Clientes, elevando a base de clientes para cerca de 465 mil, no final do primeiro semestre de 2008, enquanto os depósitos aumentaram 164 milhões de euros, para 2.733 milhões de euros.

O Millennium bank na Grécia continuou o seu plano de aumento da cobertura geográfica, abrindo 12 novas sucursais no primeiro semestre de 2008. Por forma a aumentar o enfoque na captação de recursos de clientes, as sucursais Prestige representaram a parte mais significativa deste variação: 6 (Nafpaktos, Chalandri II, Nea Moundania, Glika Nera, Lamia e Kos). Para além destas, o Millennium bank abriu ainda 2 Centros Financeiros (Chania e Alexandroupoli), que são simultaneamente sucursais Retalho e Business, e 2 sucursais Mass Market (Kilkis e Ag. Ioannis Renti). A rede de sucursais totalizava, no final de Junho de 2008, 177 sucursais: 86 sucursais Mass Market, 49 sucursais Prestige, 14 Centros Financeiros, 25 unidades de Negócio Bancário e 3 Centros de Private Banking.

O evento mais significativo na actividade do Millennium bank na **Turquia**, no primeiro semestre de 2008, consistiu na implementação de uma linha de negócio dedicada às PME. Alicerçado num modelo de serviço distintivo e num processo de crédito robusto, o Millennium bank na Turquia tem vindo a providenciar uma proposta de valor competitiva, proporcionando respostas rápidas aos Clientes numa cobertura *end-to-end*: processo de análise e decisão de crédito, serviço da dívida e monitorização do risco de crédito.

Com vista a enfrentar a envolvente adversa em 2008 e a crise de liquidez que afecta a actividade bancária desde a segunda metade de 2007, o Millennium bank na Turquia decidiu implementar iniciativas estratégicas no sentido de aumentar os recursos de clientes, em particular os depósitos, mantendo simultaneamente um apertado controlo sobre o custo dos depósitos a prazo, e de obter um *mismatch* mais balanceado de maturidades. Para atingir este último objectivo, o Millennium bank na Turquia optou por reduzir o peso da carteira de crédito à habitação.

A actividade do Banca Millennium na **Roménia**, durante o primeiro semestre de 2008, caracterizou-se pela expansão do negócio, tendo os objectivos sido globalmente atingidos, apesar do estreitamento das margens e das restrições na concessão de crédito, em virtude de uma política de avaliação de risco muito rigorosa. De assinalar o crescimento dos depósitos significativamente acima do orçamentado, bem como um controlo rigoroso de custos, o que se traduziu num resultado negativo orçamentado superior em cerca de 40% ao efectivamente verificado.

De registar ainda o alargamento da oferta dos produtos e serviços nos Centros de Crédito, com o início da comercialização do crédito à habitação e do lançamento de produtos destinados à captação de recursos.

De acordo com o planeado, manteve-se a política de expansão da rede comercial, quer ao nível de Centros de Crédito, quer ao nível dos Centros Financeiros, que se irá ainda intensificar no decurso do segundo semestre.

No primeiro semestre de 2008, foi registado o aumento de capital da Banca Millennium, no montante de 184,5 milhões de RON (novo leu romeno), equivalente a 48,235 milhões de euros, com o objectivo de cobrir os resultados negativos cumulativos, relacionados com a fase de arranque, assegurar conformidade com os requisitos prudenciais de capital e assegurar a concretização do plano de negócios, de acordo com o previsto.

A actividade do Millennium bim em **Moçambique**, no primeiro semestre de 2008, foi marcada pela continuação do plano de expansão da rede de sucursais de Retalho e pela implementação de um conjunto de medidas estratégicas com vista ao reforço do modelo de negócio, tendo sido dado particular destaque ao desenvolvimento da banca electrónica. Sendo a banca de Retalho a área de negócios dominante da actividade do Millennium bim, a abertura de novas sucursais reforça a capacidade de oferta de produtos e serviços no mercado moçambicano, permite assegurar uma oferta mais abrangente e disseminada, bem como o contacto directo com os Clientes, de acordo com critérios de conveniência e proximidade, sendo complementar ao desenvolvimento do relacionamento através de canais alternativos de banca electrónica e contribuindo para o Millennium bim consolidar a sua posição de liderança no mercado. Foi ainda reforçado o compromisso com a responsabilidade social, através da implementação do Programa de Responsabilidade Social do Millennium bim denominado “Mais Moçambique pra Mim”.

O Banco Millennium **Angola** (BMA) prosseguiu, no primeiro semestre de 2008, o programa de expansão da rede de sucursais, tendo estado particularmente activo no recrutamento e formação de pessoal qualificado. A rede de distribuição do BMA aumentou 43% face a Junho de 2007, com a abertura de 3

---

sucursais. No final de Junho de 2008, a rede de distribuição era composta por 10 sucursais, dos quais 7 oferecem o serviço Western Union. O número de Clientes e de contas aumentou, respectivamente, 48% e 52% face ao primeiro trimestre de 2007. O número de Colaboradores cresceu para 235, mais de 57% em termos homólogos. O BMA participou no fórum de recrutamento "Careers in Africa", o que permitiu ao Banco contactar profissionais e recém-licenciados angolanos que desejam regressar a Angola. O BMA implementou algumas medidas de melhoria da abordagem comercial, consistindo na simplificação da oferta de produtos (de passivo) e diminuição dos montantes mínimos de constituição e reforço de determinados produtos, na análise e reavaliação das taxas de juro a praticar em produtos de operações passivas e operações activas, por forma a reforçar a competitividade na captação de recursos, na aprovação do preçário a cobrar em operações efectuadas a crédito em terminais de pagamento automático, na revisão do preçário dos créditos documentários de importação; e outras medidas de melhoria da eficiência, consubstanciadas na análise e revisão de documentos, assim como do circuito de recolha e transporte de valores, e na análise e elaboração de documentos de suporte ao serviço de guarda de valores mobiliários.

No dia 15 de Maio, foi assinado em Luanda, o acordo de parceria estratégica com a petrolífera estatal angolana Sonangol e com o Banco Privado Atlântico (que tem como principal accionista a Sonangol) para a entrada no capital do BMA com uma participação de 49,9%. Esta parceria irá permitir ao Banco Comercial Português respeitar as directrizes das autoridades angolanas, que fomentam a entrada de parceiros locais no capital dos bancos estrangeiros a operar em Angola e, por outro lado, facilitará a expansão do BMA em Angola.

De entre as iniciativas implementadas, pelo Millennium bcpbank nos **EUA**, destacam-se as seguintes: análise dos mercados com vista a segmentar os pequenos negócios em áreas de influência; assinatura de um contrato de serviço, entre a Harland Financial Solutions e o Millennium bcpbank, para fornecer ao Banco uma solução de informação de marketing *in-house* para segmentar a base de Clientes em grupos alvo, identificar relações rendíveis, monitorizar e acompanhar campanhas de desempenho, e produzir relatórios de gestão; foi, adicionalmente, encetada uma relação com a empresa de estudos sobre serviços financeiros, a Financial Market Focus, para produzir inquéritos sobre *pricing* de depósitos e empréstimos de forma consistente, precisa e atempada que serão utilizadas pelo *Assets and Liabilities Management Committee* (ALCO) no seu processo de tomada de decisão. O Millennium bcpbank procedeu ainda ao redesenho de produtos e serviços, e de ferramentas de suporte à acção comercial. Destacam-se a oferta de um novo Certificado de Depósito, constituindo um depósito para particulares e pequenos negócios, com um prazo entre os 3 e os 18 meses, o lançamento da "GO Free Checking", uma conta flexível sem direito a juros, isenta de comissões e saldos mínimos requeridos, com acesso a 250 transacções gratuitas, a introdução de um Plano de Incentivos para as vendas do Retalho, por forma a reconhecer e recompensar os Colaboradores pelo seu desempenho, o desenvolvimento de um projecto de conformidade com os *International Security Standards*; a implementação de uma base de dados de suporte à gestão documental e o refinamento da contabilidade das sucursais.

#### SERVIÇOS BANCÁRIOS E ÁREAS CORPORATIVAS

No âmbito dos **Serviços Bancários**, justifica referência o esforço das áreas de Tecnologias de Informação (TI) tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência operativa, a adaptação a requisitos de negócio e alterações regulamentares e, ainda, a melhoria dos índices de disponibilidade aplicacional e de rapidez de resolução de incidentes. Entre as actividades concluídas no segundo trimestre de 2008 destacam-se a entrada em produção de numerosos desenvolvimentos aplicacionais, a finalização dos projectos de implementação da rede de alto débito de telecomunicações e de renovação de telefones e *desktops*, a realização de testes de continuidade e uma nova solução tecnológica no âmbito do "Disaster Recovery" e o arranque do Projecto "MillOffice", que permitirá a concepção do posto de trabalho do futuro, a partir da migração para o Windows Vista e Office 2007.

Outras iniciativas merecedoras de destaque no primeiro semestre de 2008 abrangeram: o alargamento do *workflow* electrónico de decisão de crédito ao leasing de equipamentos, a implementação de um novo *front-end* para suportar o processo *Pay/No pay* e melhorias significativas na decisão de pedidos de crédito à habitação suportados em modelos e processos automáticos; o esforço de racionalização do quadro de Colaboradores nas áreas de Operações, os trabalhos preparatórios da adopção de novas operativas de abertura de contas, contratação e créditos hipotecários, financiamentos para aquisição de activos financeiros e a melhoria da monitorização dos níveis de serviço; a renegociação dos contratos com advogados externos e o lançamento de um projecto de implementação de um novo modelo operativo de recuperação de crédito no Retalho; a rendibilização de espaços em edifícios de serviços centrais com a realocação de mais de mil colaboradores, a abertura de novas sucursais no quadro da estratégia de



---

expansão da rede comercial definida no Programa Millennium 2010 e a externalização do *outsourcing* dos Correios.

No âmbito das **Áreas Corporativas**, destaca-se o apoio prestado às diversas iniciativas estratégicas do Grupo, nomeadamente o apoio às operações de aumento de capital, de emissão de obrigações hipotecárias e dívida sénior ao abrigo do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), em particular no que respeita à elaboração dos Prospectos, participação em *Roadshows* e *Due Diligence*; os programas de intensificação da mobilidade interna de Colaboradores com origem nas áreas de Serviços Bancários e Corporativas para as redes comerciais (PDCC); e o início do processo de integração e simplificação da organização de diversas áreas Corporativas.

### Acontecimentos Societários

No dia 9 de Janeiro de 2008, as notações de ratings atribuídas pela Fitch Ratings ao Banco Comercial Português e à sua subsidiária de banca de investimento, Banco Millennium bcp investimento, S.A., às suas responsabilidades de longo prazo e curto prazo foram confirmadas em "A+" com "outlook" "estável" e "F1". As notações de rating do Programa de EMTN foram também confirmadas em Dívida Sénior "A+" e "F1" e dívida subordinada "A". Os programas de Papel Comercial em "F1" e as emissões de acções preferenciais em "A".

No dia 15 de Janeiro de 2008, realizou-se a Assembleia Geral de Accionistas do Banco Comercial Português, encontrando-se representado 71,21% do capital. Foram retiradas, pelos respectivos proponentes, as propostas relativas aos pontos seis, e sete e a proposta 1 relativa ao ponto cinco da ordem de trabalhos. Em relação aos restantes pontos da ordem de trabalhos, destacam-se as seguintes deliberações:

- Foi aprovada a proposta de eleição da Mesa da Assembleia Geral com a seguinte composição:
  - Presidente: António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro
  - Vice-Presidente: Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada
- Foi aprovada a proposta 1 com a eleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração Executiva para o triénio 2008/2010:
  - Presidente: Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
  - Vice-Presidentes: Armando António Martins Vara  
Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo
  - Vogais: Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho  
Vítor Manuel Lopes Fernandes  
José João Guilherme  
Nelson Ricardo Bessa Machado
- Não foi aprovada a proposta de lista para a eleição do Conselho de Remuneração e Previdência para o triénio 2008/2010;
- Foi deliberado não proceder à eleição de um novo Revisor Oficial de Contas (ROC), aguardando-se que o Conselho Geral e de Supervisão formule essa proposta na Assembleia Geral ordinária, mantendo-se, entretanto, em funções o actual ROC KPMG & Associados, SROC, S.A. (SROC nº 189), representada por Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC nº 1081) e o ROC suplente Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC nº 1011);
- Foi aprovada a proposta 2 com a eleição dos seguintes membros para o Conselho Geral e de Supervisão, para o preenchimento das vagas existentes, até ao termo do triénio em curso, que é 2006/2008:
  - Membros Efectivos: António Luís Guerra Nunes Mexia  
Manuel Domingos Vicente
  - Membro Suplente: Ângelo Ludgero da Silva Marques
- Foi ratificada a cooptação dos seguintes três membros para o Conselho Superior para o mandato em curso que é 2005/2008:
  - Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos
  - Manuel Domingos Vicente
  - Maarten W. Dijkshoorn.

No dia 29 de Janeiro de 2008, tiveram lugar as seguintes alterações aos Comitês de Coordenação e Comissões que emanam do Conselho de Administração Executiva:

- 
- Manutenção dos seguintes Comitês de Coordenação: Comité de Coordenação de Retalho; Comité de Coordenação Private Banking e Asset Management; Comité de Coordenação de Serviços Bancários;
  - Passou a existir um Comité de Coordenação Corporate e Empresas, substituindo os dois comités que anteriormente abordavam estes segmentos (Comité Corporate e Banca de Investimento e o Comité de Empresas);
  - A responsabilidade pela Banca de Investimento não é integrada no âmbito dos Comitês de Coordenação, por dispor de modelo de governo específico;
  - Passou a existir um Comité de Coordenação dos Negócios na Europa, substituindo o anterior Comité de Negócios no Exterior. A coordenação global das operações em África e na América é assumida directamente pelos Administradores do Millennium bcp responsáveis por essas operações, por ter sido considerado que as especificidades dos mercados em que actuam justificam tratamento individualizado, e que, conseqüentemente, não beneficiariam da integração em Comitês de Coordenação;
  - Extinção da Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional, da Comissão de Responsabilidade Social e da Sub-Comissão de Relações Sociais, cujas responsabilidades passam a ser assumidas pelo Conselho de Administração Executivo (CAE);
  - Extinção da Sub-Comissão de Mecenato e Donativos, cuja responsabilidade passa para a Direcção de Comunicação/Secretaria Geral;
  - Extinção da Comissão de Auditoria, Segurança e Anti-Money Laundering (AML), cujas matérias serão assumidas por outras estruturas, no âmbito dos novos princípios organizativos de Gestão e Controlo do Risco;
  - Alteração da Comissão de Riscos e respectivas Sub-Comissões, no âmbito dos novos princípios organizativos de Gestão e Controlo do Risco;
  - Transformação da Sub-comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões em Comissão;
  - Criação da Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Activos e Passivos (CALCO, *Capital, Assets and Liabilities Management Committee*).

Em Fevereiro 2008, definição, na sequência da revisão do programa estratégico do Banco, de uma nova Visão e prioridades estratégicas para o período de 2008-2010.

Em 18 e 19 de Fevereiro de 2008, o Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, propôs ao Conselho Geral e de Supervisão e ao Conselho Superior a realização de um aumento do capital social, reservado a Accionistas, o qual mereceu o parecer favorável de ambos os órgãos e cuja subscrição foi assegurada através de contrato de tomada firme celebrado com os bancos de investimento Merrill Lynch e Morgan Stanley. Em Abril de 2008 foi concluída a operação de aumento do capital social do Banco Comercial Português S.A. através da emissão de 1.083.270.433 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, de valor nominal de 1 euro cada, totalmente subscritas, que foram oferecidas à subscrição dos accionistas do Banco Comercial Português, S.A., no exercício dos respectivos direitos de preferência. No exercício de direitos de subscrição, foram subscritas 1.071.230.855 acções, representativas de cerca de 98,9% do total de acções emitidas reservadas a accionistas ao preço de subscrição de 1,20 euros por acção, tendo ficado disponíveis para rateio 12.039.578 acções. Os pedidos suplementares de acções em rateio totalizaram 1.292.988.792 acções. As novas acções foram admitidas à negociação no "Euronext Lisbon" em 6 de Maio de 2008.

Em 20 de Fevereiro de 2008, a Standard & Poor's Ratings Services, anunciou a confirmação das notações de rating de longo e curto prazo "A/A-1" do Banco Comercial Português, S.A. e o da sua subsidiária para a banca de investimento, Banco Millennium bcp Investimento, S.A., o "outlook" foi igualmente confirmado em "negativo".

Em 29 de Abril de 2008, a Standard & Poor's Ratings Services, reviu o "outlook" de "negativo" para "estável". Simultaneamente as notações de rating do Banco Comercial Português, S.A. foram confirmadas.

No dia 15 de Maio de 2008, foi assinado um acordo de parceria estratégica entre o Banco Comercial Português S.A. e a Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol) e o Banco Privado Atlântico S.A. (BPA), prevendo, designadamente, uma participação indicativa de referência da Sonangol no capital do Millennium bcp, e, enquanto ela se mantiver, a apresentação aos accionistas do Millennium bcp de proposta de designação de um membro acordado com a Sonangol para integrar o Conselho Geral de Supervisão e o Conselho Superior do Millennium bcp, bem como princípios e mecanismos de consulta relativos à evolução dessa participação de referência. A parceria contempla também a aquisição de 49,9% do capital do BMA pela Sonangol e pelo BPA, através de uma operação de aumento de capital a ser subscrita em numerário. O Conselho de Administração do BMA é composto por

---

nove elementos, dos quais cinco integram a respectiva Comissão Executiva. O Presidente da Comissão Executiva será nomeado pelo Millennium bcp, bem como dois dos vogais, indicando a Sonangol o Vice-Presidente e um vogal da referida Comissão. No que se refere aos Administradores que não integram a Comissão Executiva, o Millennium bcp nomeará ainda o Presidente do Conselho de Administração e um vogal, a Sonangol um vogal e o BPA um vogal. Os acordos prevêem ainda a tomada pelo BMA de uma participação de 10% no capital do BPA e a indicação por aquele de um dos vogais do Conselho de Administração deste.

Em 20 de Maio de 2008, anúncio pela Standard & Poor's Ratings Services, da confirmação das notações de rating de longo e curto prazo "A/A-1" do Banco Comercial Português, S.A.. O "outlook" foi simultaneamente confirmado em "estável".

No dia 27 de Maio de 2008, realizou-se a Assembleia Geral Anual, tendo estado presentes accionistas detentores de 65,97% do capital. Destacam-se as seguintes deliberações:

- Foi aprovado o relatório de gestão, o balanço e as contas, relativos ao exercício de 2007;
- Foi aprovado o balanço e as contas consolidadas, relativos ao exercício de 2007;
- Foi aprovada a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício no montante de 338.844.043,33 euros, depois de deduzidos 133.619.193,93 euros, correspondentes ao adiantamento sobre os lucros do exercício colocado a pagamento em 29 de Novembro de 2007: 33.884.404,34 euros para reserva legal; 171.340.445,06 euros para resultados transitados; transferência para uma conta única de resultados transitados do saldo das contas: prémios de emissão no montante de 881.706.964,27 euros, reservas livres no montante de 1.176.853.816,75 euros, reservas estatutárias no montante de 84.000.000,00 euros e, ainda, reservas legais no montante de 130.795.138,32 euros;
- Foi aprovado um voto de confiança e louvor no Conselho de Administração Executivo e no Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros, bem como no Revisor Oficial de Contas;
- Foi dado conhecimento aos Accionistas da política de remuneração do órgão de administração aprovada pela Comissão de Seleção e Remunerações (Comissão nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão nos termos do n.º 1 do artigo 13.º dos Estatutos e do artigo 429º do Código das Sociedades Comerciais);
- Foi aprovada a designação da sociedade KPMG & Associados - SROC, S.A. (nº 189) como Auditor Externo do Banco, para o triénio 2008/2010;
- Foram eleitos como Revisor Oficial de Contas, efectivo e suplente, do Banco, para o triénio 2008/2010: ROC efectivo - Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC nº 1081); ROC suplente - Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC nº 1011) na qualidade de sócios da KPMG, SROC, S.A.;
- Foram aprovadas as propostas de aquisição e alienação de acções próprias e obrigações próprias;
- Foi aprovada a proposta de supressão do n.º 12 do artigo 16.º dos Estatutos;
- Foi aprovada a proposta de alteração do n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos, no sentido de substituir "10% dos lucros" por "2% dos lucros";
- Foi aprovada a proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho de Remunerações e Previdência para o triénio 2008/2010:

Presidente:	José Manuel Rodrigues Berardo
Vogais:	Luís de Melo Champalimaud Manuel Pinto Barbosa.

---

## Outros Acontecimentos Societários

Realização da 5ª Reunião de Serviços Bancários, em 26 de Junho, com a participação de cerca de quatro centenas de responsáveis das mais variadas áreas do Grupo, de Portugal e outras localizações geográficas. A discussão girou em torno do tema do encontro - Competitividade e Nível de Serviço -, visando debater a situação actual, as melhores práticas e os objectivos de Serviços Bancários, bem como perspectivar os desafios que se adivinham para esta área do Banco.

Realização do "Communications Day", em 5 de Maio, reunindo para o efeito as direcções de comunicação de todo o Grupo Millennium. Este evento permitiu partilhar as boas práticas, avaliar as metas alcançadas e equacionar os desafios que se adivinham, para além de permitir analisar o valor da marca, o seu potencial e força junto do mercado.

Organização pelo Millennium Investment Banking da Conferência Millennium bcp Portuguese Equities Forum, realizada em Londres nos dias 15 e 16 de Abril, a qual reuniu os representantes das principais empresas nacionais cotadas em bolsa com os maiores investidores institucionais daquela praça financeira.

Realizaram-se os Encontros Millennium no Algarve a 14 e 15 de Abril, no distrito de Castelo Branco a 3 e 4 de Junho e no Porto a 1 de Julho, visando reforçar a proximidade e o compromisso com Clientes, Investidores e Sociedade, no quadro da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp;

No primeiro semestre de 2008, foram atribuídos vários prémios e distinções ao Millennium bcp, merecendo destaque:

- Eleição do Millennium bcp, pelo quarto ano consecutivo, como "World's Best Developed Market Bank" em Portugal pela revista Global Finance;
- Distinção da operação "Global Refinance" em que o Millennium investment banking actuou como Mandated Lead Arranger e Joint Bookrunner com três prémios "Deal of The Year", atribuídos por publicações da especialidade. Esta operação, no montante de 1.690 milhões de euros, teve como objectivo o refinanciamento e realavancagem do portfólio de parques eólicos da Babcock & Brown Wind Partners, distribuído geograficamente pela Austrália, Europa e EUA. Os prémios atribuídos foram: "Global Portfolio Deal of the Year 2007" pela revista "The Project Finance Magazine"; o "Global Deal of the Year 2007" pelo "Infra-structure Journal Online" e o "Renewable Energy Project Financing of the Year" pela revista "Global Energy Refinancing";
- Eleição pelo sétimo ano consecutivo do site institucional do Millennium bcp como o "Melhor Site de Banca Online", pelos leitores da revista PC Guia, publicação especializada na área das Tecnologias de Informação;
- Atribuição ao Millennium bcp do Prémio da APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa relativo à categoria de melhor "Relatório de Gestão", referente ao Relatório e Contas de 2006, premiando o Millennium bcp pelo segundo ano consecutivo. Neste âmbito, o Millennium bcp venceu, também, o "Grande Prémio de Comunicação Empresarial" em 2007;
- Eleição do Millennium bcp e da Médis, pelo quarto ano consecutivo, como "Marcas de Excelência" pela Superbrands na sua edição de 2008;
- Eleição do Bank Millennium na Polónia como a quarta melhor empresa para trabalhar na Polónia de acordo com o estudo realizado pela "International Student Organization - AIESEC". O Banco integrou assim, em 2007, pela segunda vez consecutiva, o "Top 10" do estudo "Melhores Empresas para Trabalhar", sendo considerado a segunda instituição bancária mais desejada para trabalhar. O Bank Millennium na Polónia foi também reconhecido como um dos melhores empregadores na Polónia no Estudo da "Kompas", tendo ocupado a primeira posição em "Carreiras e Desenvolvimento" e "Presença nas Universidades" e a terceira posição na principal categoria do estudo "A Minha Empresa de sonho para Trabalhar";
- Atribuição ao Bank Millennium na Polónia no concurso "Market Leader" das distinções "2008 Market Leader" e "2008 Euro Leader", premiando a sua gama de empréstimos dedicada à rede Corporate;
- No estudo efectuado às 101 maiores empresas financeiras da Polónia pelo jornal polaco "Rzeczpospolita", o Bank Millennium na Polónia ocupou a 9ª posição no ranking anual das maiores empresas polacas (3 lugares acima do ranking alcançado no ano anterior), com base nos resultados de 2007. Por sua vez no grupo dos bancos comerciais e tendo como

---

base o lucro alcançado, o Bank Millennium na Polónia alcançou a 7ª posição (1 lugar acima do ranking alcançado no ano anterior);

- Atribuição ao Millennium bank na Grécia do prémio “2007 EUR Straight - Through Processing Excellence Award” como reconhecimento pela sua qualidade de serviço.

---

## PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS NO 2º SEMESTRE DE 2008

A actividade bancária está inevitavelmente condicionada pela evolução da conjuntura económica e dos mercados. É neste contexto que se elencam de seguida os principais factores de risco e incerteza que afectam o Grupo, enquanto operador bancário com presença em vários mercados.

Na sequência do agravamento da conjuntura económica mundial, determinada pelo aumento substancial do preço das matérias-primas e dos bens alimentares e pela crise financeira internacional, o risco de abrandamento económico poderá penalizar, volumes de negócio e proveitos, induzir o agravamento do crédito vencido, prejudicar a evolução dos resultados e em última instância a situação patrimonial do Grupo, risco que ainda assim está mitigado pelos resultados já alcançados na estratégia de diversificação de mercados e fontes de rendimento.

A incerteza quanto à duração e severidade da actual crise financeira internacional poderá continuar a penalizar a evolução dos mercados e manter ou agravar a já elevada aversão ao risco e o custo da liquidez. Um contexto de persistência e/ou agravamento da crise dos mercados poderá dificultar o acesso dos bancos ao financiamento nos mercados de capitais e condicionar a evolução dos volumes de negócio, penalizar a evolução da margem financeira, das comissões relacionadas com os mercados, dos resultados de operações financeiras e outros proveitos, o valor das participações financeiras e carteiras de títulos, induzir uma degradação do valor dos colaterais, do prémio de risco associado a operações em diferentes mercados e da rentabilidade dos fundos de pensões (risco que, neste último caso, assume maior relêvo para o Grupo, dada a dimensão do respectivo fundo), podendo afectar negativamente os resultados e a situação patrimonial dos bancos.

O Grupo poderá ser negativamente afectado por alterações regulamentares em Portugal, na União Europeia ou em outros países onde opera, nomeadamente no que concerne aos indexantes de crédito, iniciativas que promovam a mobilidade de Clientes ou outras decorrentes da supervisão comportamental, implementação do sistema de pagamentos transfronteiriço automatizado e com preços regulados, entre outras.

O Banco está a ser objecto de procedimentos e averiguações por parte da CMVM e do Banco de Portugal, nomeadamente em relação a operações efectuadas com determinadas sociedades sediadas em centros *off-shore* e, nesse contexto, procedeu ao registo de um ajustamento de 300 milhões de euros (220,5 milhões de euros líquidos de impostos) às suas demonstrações financeiras, que foi anunciado na Apresentação dos Resultados de 2007 e se encontra descrito no Relatório e Contas de 2007. Embora o Banco reserve para momento processual adequado uma tomada de posição relativamente às mesmas, bem como considere que se encontra adequadamente provisionado para fazer face às contingências decorrentes das averiguações, acções judiciais e arbitrais em curso, o prosseguimento das averiguações poderá afectar negativamente o Grupo.

O elevado nível concorrencial do sector em Portugal e noutros países onde o Banco opera, ou o seu agravamento, poderão impedir ou dificultar o ajustamento dos *spreads* ao risco de crédito, contribuir para uma redução da taxa de margem financeira, das comissões e outros proveitos e penalizar a evolução de proveitos, resultados e situação patrimonial.

Os factores de risco acima mencionados estão em linha com os apresentados pelo Banco no prospecto de aumento de capital datado de 3 de Abril de 2008, pelo que devem ser igualmente ser considerados (ver "Prospecto de Oferta Pública de Subscrição e de Admissão à Negociação" - Capítulo 2).

---

## **ALTERAÇÕES AO GOVERNO SOCIETÁRIO APÓS A ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO PARA O TRIÉNIO 2008/2010 NA ASSEMBLEIA GERAL DE 15 DE JANEIRO DE 2008**

### **Deliberações da Assembleia Geral de 15 de Janeiro relativas aos Órgãos e Corpos Sociais**

Na Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 2008 foram tomadas as seguintes deliberações relativas aos Órgãos e Corpos Sociais:

I. Foi aprovada a proposta de eleição da Mesa da Assembleia Geral, com a seguinte composição:

Presidente: António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro  
Vice-Presidente: Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada.

II. Foi eleito um novo Conselho de Administração Executivo (CAE), para o triénio 2008/2010:

Presidente: Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira  
Vice-Presidentes: Armando António Martins Vara  
Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo  
Vogais: Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho  
Vítor Manuel Lopes Fernandes  
José João Guilherme  
Nelson Ricardo Bessa Machado.

III. Foi aprovada a proposta 2, com a eleição dos seguintes membros para o Conselho Geral e de Supervisão, para o preenchimento das vagas existentes, até ao termo do triénio em curso, que é 2006/2008:

Membros Efectivos: António Luís Guerra Nunes Mexia  
Manuel Domingos Vicente

Membro Suplente: Ângelo Ludgero da Silva Marques.

IV. Foi ratificada a cooptação dos seguintes três membros para o Conselho Superior para o mandato em curso, que é 2005/2008:

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos  
Manuel Domingos Vicente  
Maarten W. Dijkshoorn.

### **Síntese das alterações introduzidas na gestão executiva após a Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 2008**

Os princípios subjacentes às alterações introduzidas no domínio da Gestão Executiva consistem na simplificação das estruturas de governação que emanam do CAE, o que acrescenta fluidez e transparência ao processo de decisão e na ideia de que a proliferação de órgãos e estruturas de governo com âmbito de actuação transversal a diversas áreas dilui e dispersa as responsabilidades, quer ao nível da decisão quer ao nível do controlo.

Alterações introduzidas:

- Foi criado o Comité de Coordenação Corporate e Empresas, substituindo os dois comités que anteriormente abordavam estes segmentos (Comité Corporate e Banca de Investimento e o Comité de Empresas);
- A responsabilidade pela Banca de Investimento deixou de estar integrada no âmbito dos Comités de Coordenação, por dispor de modelo de governo específico;
- Foi criado o Comité de Coordenação dos Negócios na Europa, substituindo o anterior Comité de Negócios no Exterior;
- A coordenação global das operações em África e na América foi assumida directamente pelos Administradores do Millennium bcp responsáveis por essas operações, por ter sido considerado que as especificidades dos mercados em que actuam justificam tratamento individualizado, e que, conseqüentemente, não beneficiariam da integração em Comités de Coordenação;
- O programa de estratégia do Banco para o triénio 2008-2010 - Programa Millennium 2010 - é da responsabilidade directa do Presidente, sendo coordenado pelo Dr. Miguel Maya.

Manutenção dos seguintes Comités de Coordenação:

- Comité de Coordenação de Retalho;



- 
- Comité de Coordenação Private Banking e Asset Management;
  - Comité de Coordenação de Serviços Bancários.

Racionalização e adaptação das Comissões que emanam do Conselho de Administração Executivo:

- Supressão da Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional, cuja responsabilidade passou a ser assumida pelo CAE;
- Supressão da Comissão de Responsabilidade Social, cuja responsabilidade passou a ser assumida pelo CAE;
- Supressão da Sub-Comissão de Relações Sociais, cuja responsabilidade passou a ser assumida pelo CAE;
- Supressão da Sub-Comissão de Mecenato e Donativos, cuja responsabilidade passou para a Direcção de Comunicação/Secretaria Geral;
- Supressão da Comissão de Auditoria, Segurança e AML, cujas matérias foram assumidas por outras estruturas, no âmbito dos novos princípios organizativos de Gestão e Controlo do Risco;
- Alteração da Comissão de Riscos e respectivas Sub-Comissões, no âmbito dos novos princípios organizativos de Gestão e Controlo do Risco, com redução do número de Sub-Comissões;
- Transformação da Sub-comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões em Comissão;
- Implementação da Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Activos e Passivos.

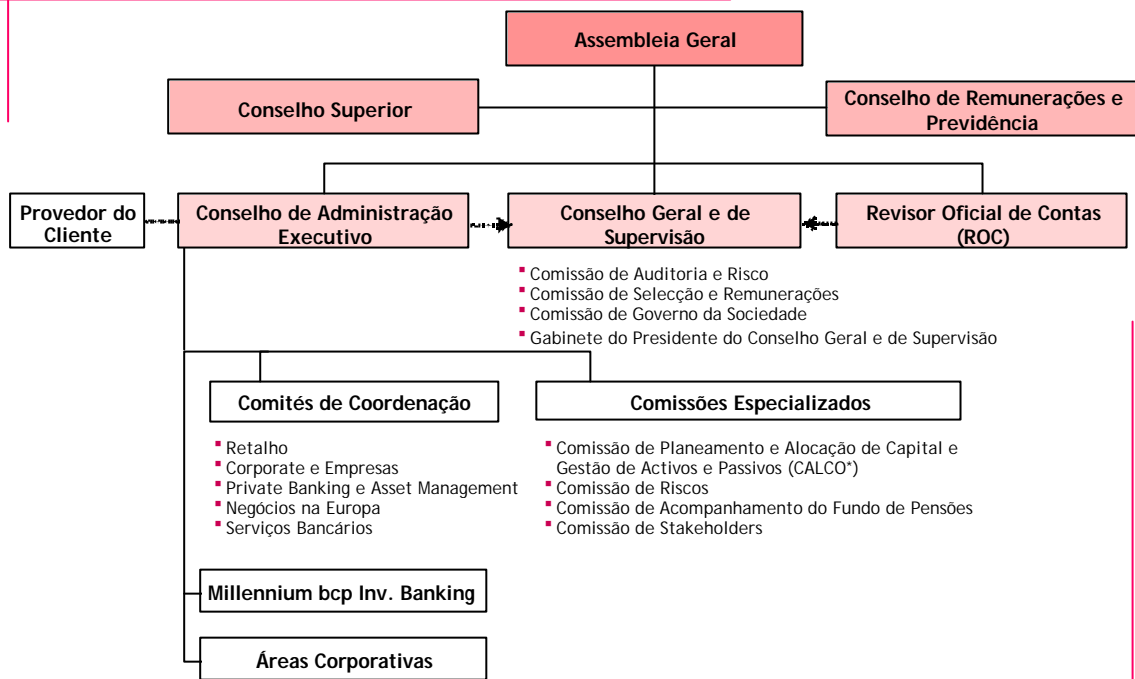
As matérias que as diversas Comissões abordavam são de tal forma importantes que merecem a máxima atenção do CAE. Os primeiros responsáveis das áreas e os respectivos Administradores devem assumir directamente a responsabilidade pelo agendamento de reuniões do CAE para tratar as matérias das diversas Comissões que agora se extinguem. Não obstante o referido anteriormente há matérias que, pela sua especificidade e abrangência, justificam a formalização de Comissões específicas (CALCO, Riscos, Fundo de Pensões, *Stakeholders*), sendo que, por serem em número reduzido, merecerão também elas maior atenção por parte do CAE.

#### **Deliberações do Conselho Geral e de Supervisão**

Em 21 de Abril de 2008, o Conselho Geral e de Supervisão (CGS) deliberou, nos termos da lei e do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos do Banco, avocar a competência para fixar a remuneração do Conselho de Administração Executivo, designando para esse efeito a Comissão de Selecção que passou a adoptar a denominação de Comissão de Selecção e Remunerações, mantendo-se as anteriores competências de coadjuvar e aconselhar o CGS em matérias relativas à determinação do perfil de competências e composição das estruturas e órgãos internos e efectuar recomendações ao CGS sobre listas de membros para os órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas participadas e na formulação de parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração.



## Actual Modelo de Governo Corporativo



\* CALCO = *Capital, Assets and Liabilities Management Committee*



## ANÁLISE FINANCEIRA

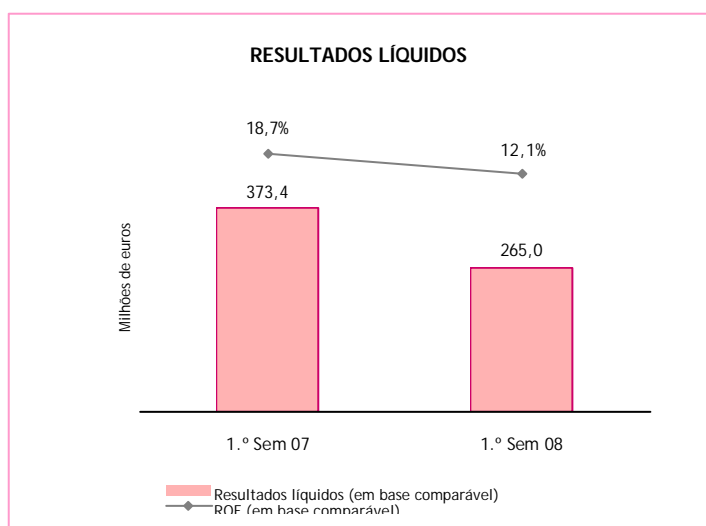
As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de Junho de 2007 foram reexpressas para efeitos de comparabilidade com as demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008. Em 30 de Junho de 2007 as demonstrações financeiras consolidadas incluem na Situação Líquida, na rubrica Outras reservas e resultados transitados, o registo de um ajustamento de 300 milhões de euros.

Os **resultados líquidos consolidados** do Millennium bcp no primeiro semestre de 2008 totalizaram 101,4 milhões de euros, uma diminuição de 67,1%, face aos 307,9 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2007. Os resultados líquidos do primeiro semestre de 2008 incorporam a contabilização de perdas por imparidade associadas a activos financeiros no montante de 176,9 milhões de euros, líquidas de impostos, essencialmente relacionadas com a desvalorização da participação financeira detida no Banco BPI, e a anulação de parte da remuneração variável, periodificada em 2007, no montante de 13,2 milhões de euros, líquida de impostos. Excluindo estes impactos os resultados líquidos dos primeiros seis meses de 2008 situaram-se em 265,0 milhões de euros.

Os resultados líquidos consolidados no primeiro semestre de 2008 foram influenciados favoravelmente pelo comportamento positivo da margem financeira face ao período homólogo de 2007, reflectindo o bom desempenho do franchise em Portugal e na actividade internacional, sendo, contudo, penalizados pelo impacto desfavorável dos resultados em operações financeiras, como resultado da queda e da volatilidade dos mercados de capitais que determinaram o registo de imparidades em activos financeiros, e também pelo maior nível de dotações de imparidades para riscos de crédito (líquidas de recuperações).

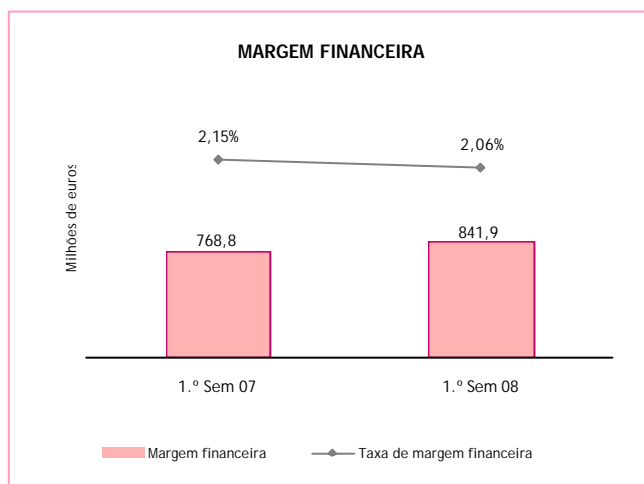
Os resultados líquidos consolidados beneficiaram do desempenho da actividade internacional, suportado pelo aumento dos proveitos, nomeadamente da margem financeira e das comissões líquidas, beneficiando dos níveis de crescimento dos volumes de negócio na generalidade das operações do Grupo no estrangeiro. A evolução dos proveitos foi, no entanto, mitigada pelos maiores custos operacionais, associados aos planos de expansão em curso, em particular os custos relacionados com o reforço do quadro de colaboradores e os gastos com rendas e alugueres e com publicidade. Excluindo o impacto da operação na Roménia, lançada no final de 2007, o crescimento dos resultados líquidos da actividade internacional teria atingido 18,5%.



A **margem financeira** contabilizada no primeiro semestre de 2008 totalizou 841,9 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 9,5%, comparando com os 768,8 milhões de euros alcançados em igual período de 2007. O desempenho da margem financeira foi impulsionado pelo impacto positivo do efeito

volume, potenciado pelo crescimento do volume de negócios, tanto ao nível do crédito concedido a clientes como dos depósitos de clientes, suportado pela actividade em Portugal e pela actividade internacional. Este impacto permitiu mais do que compensar o efeito taxa de juro desfavorável, como resultado do estreitamento das margens, determinado, em particular, pela forte concorrência sectorial e pela envolvente dos mercados financeiros, caracterizada pela persistente restritividade no acesso a fontes de financiamento e consequente subida do custo de *funding*. A taxa de margem financeira no primeiro semestre de 2008 situou-se em 2,06%, comparando com 2,15% no primeiro semestre de 2007, apresentando, contudo, já uma ligeira recuperação em termos trimestrais, ao evoluir de 2,05% no primeiro trimestre de 2008 para 2,07% no segundo trimestre de 2008.

O comportamento da margem financeira foi também influenciado pela actividade de gestão de activos e passivos que, num contexto de perturbação do regular funcionamento dos mercados interbancários, se revelou determinante para que o Grupo tenha optado pela revisão do preço (*repricing*) das operações de crédito, visando adequar a concessão de crédito à envolvente dos mercados e alinhar o *pricing* em função do aumento do custo do risco. Simultaneamente, foi implementado um conjunto de iniciativas de dinamização comercial focadas na captação adicional e na retenção de recursos tradicionais de clientes, beneficiando da crescente procura, por parte dos clientes com maior aversão ao risco, de produtos financeiros menos expostos à volatilidade dos mercados de capitais.



## BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 Jun. 08		30 Jun. 07	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	7.778	5,82	7.961	4,89
Activos financeiros	5.637	5,59	5.573	5,23
Créditos a clientes	67.324	6,25	57.966	5,83
Activos geradores de juros	80.739	6,16	71.500	5,68
Activos não geradores de juros	9.345		9.537	
	90.084		81.037	
Depósitos de instituições de crédito	10.184	6,52	11.791	4,90
Depósitos de clientes	40.027	2,96	33.596	2,32
Títulos de dívida emitidos	29.014	4,43	24.933	4,02
Passivos subordinados	2.959	5,87	2.926	5,48
Passivos geradores de juros	82.184	4,03	73.246	3,44
Passivos não geradores de juros	2.686		2.777	
Situação líquida e Interesses minoritários	5.214		5.014	
	90.084		81.037	
Taxa de margem financeira <sup>(1)</sup>		2,06		2,15

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

As **comissões líquidas** totalizaram 367,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, comparando com 294,4 milhões de euros no período homólogo de 2007. Excluindo o impacto das comissões contabilizadas no primeiro semestre de 2007 relacionadas com a Oferta Pública de Aquisição do Banco BPI, no montante de 88,7 milhões de euros, as comissões líquidas registaram uma diminuição de 4,0%. As comissões líquidas foram influenciadas favoravelmente pelas comissões relacionadas com cartões, que evidenciaram um crescimento de 11,2% face ao primeiro semestre de 2007, e pelas comissões associadas a operações de crédito, que aumentaram 5,7% no mesmo período. As menores comissões relacionadas com a gestão de activos e operações sobre títulos condicionaram a evolução das comissões líquidas face ao primeiro semestre de 2007. No entanto, destaca-se a evolução favorável ocorrida em termos trimestrais, tendo esta rubrica de comissões aumentado 34,7% no segundo trimestre de 2008 face ao trimestre anterior, em parte relacionado com o aumento de capital do Banco efectuado em Abril. Esta evolução beneficiou da estratégia de diversificação adoptada ao nível da gestão de fundos, designadamente, a expressão crescente dos fundos imobiliários na carteira de activos sob gestão. O valor de comissões apurado no agregado outras, registado no primeiro semestre de 2008, reflecte o menor nível de comissionamento associado a condições promocionais disponibilizadas aos clientes no âmbito do “Programa Cliente Frequenter”, quando comparado com o montante relevado no período homólogo de 2007, onde haviam sido contabilizadas as comissões custo suportadas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição do Banco BPI, anteriormente referidas. Na actividade internacional, as comissões líquidas cresceram 12,4%, impulsionadas pelos desempenhos positivos alcançados na generalidade das operações no estrangeiro, nomeadamente na Polónia e na Grécia.

Os **resultados em operações financeiras** incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda. No primeiro semestre de 2008, os resultados em operações financeiras, que registaram um valor negativo de 114,2 milhões de euros, foram fortemente condicionados pela contabilização de perdas por imparidade no montante de 203,9 milhões de euros, essencialmente relacionadas com a desvalorização da participação detida no Banco BPI, e também pelo comportamento adverso dos mercados de capitais.

Os **outros proveitos líquidos** incorporam os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de outros activos. Os outros proveitos líquidos cifraram-se em 48,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, face aos 52,2 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2007. Esta evolução foi influenciada pela maior redução da componente de proveitos quando comparada com a redução simultânea da componente de custos.

Os **dividendos** totalizaram 29,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, comparando com 22,6 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2007, fundamentalmente originados pelas participações financeiras detidas no capital social da Eureko e do Banco BPI.

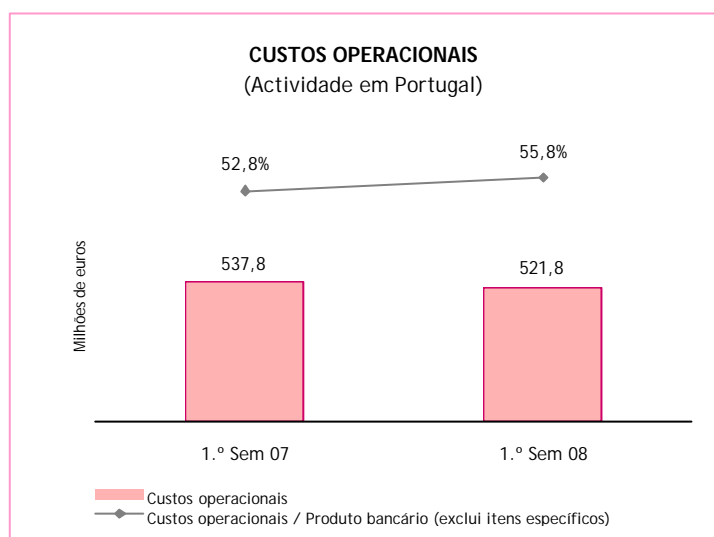
Os **resultados por equivalência patrimonial** incluem essencialmente a apropriação de resultados da participação de 49% detida na seguradora Millenniumbcp Fortis. No primeiro semestre de 2008 os resultados por equivalência patrimonial situaram-se em 28,4 milhões de euros, face aos 29,7 milhões de euros registados no período homólogo de 2007.

#### OUTROS PROVEITOS

	Milhões de euros		
	1.º Sem. 08	1.º Sem. 07	Var. 08/07
Comissões líquidas			
Cartões	89,8	80,8	11,2%
Gestão de activos e operações sobre títulos	113,6	132,5	-14,3%
Crédito	72,3	68,4	5,7%
Outras	92,0	12,7	624,5%
	<b>367,7</b>	<b>294,4</b>	<b>24,9%</b>
Resultados em operações financeiras	(114,2)	124,2	
Outros proveitos líquidos	48,6	52,2	-6,9%
Dividendos	29,3	22,6	29,8%
Resultados por equivalência patrimonial	28,4	29,7	-4,4%
Total outros proveitos	<b>359,8</b>	<b>523,1</b>	<b>-31,2%</b>
Outros proveitos / Produto bancário <sup>(1)</sup>	<b>29,9%</b>	<b>40,5%</b>	

(1) Calculado de acordo com Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal.

Os **custos operacionais** (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações) situaram-se em 817,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, evidenciando um aumento de 6,0% face aos 771,4 milhões de euros relevados no período homólogo de 2007. A evolução dos custos operacionais foi determinada pelo aumento de 26,6% dos custos da actividade internacional, como resultado dos planos de expansão em curso nas diversas geografias, designadamente na Polónia, na Roménia e na Grécia. Em Portugal, registou-se um decréscimo de 3,0% dos custos operacionais, suportado pela redução dos custos com pessoal e pelo controlo dos outros gastos administrativos, não obstante o aumento do número de sucursais, em linha com a prioridade estratégica, definida no âmbito do Programa Millennium 2010, de simplificação organizativa do Banco e de redução sustentada de custos, ambicionando alcançar níveis superiores de eficiência.



Os **custos com pessoal** cifraram-se em 451,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, incorporando a anulação de 18,0 milhões de euros, concretizada no primeiro trimestre do ano, referente a parte da remuneração variável periodificada em 2007. Os custos com pessoal evidenciaram um aumento de 3,7% face aos 435,5 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2007, tendo sido significativamente influenciados pelo crescimento de 27,3% dos custos com pessoal na actividade internacional, associado ao reforço de 2.008 colaboradores nas diversas operações no exterior, em particular na Polónia, em resultado da expansão das redes de sucursais em curso. Em 31 de Maio de 2008, o total de colaboradores no estrangeiro superou, pela primeira vez, o quadro de colaboradores em Portugal, os quais totalizavam 11.299 e 10.810, respectivamente, em 30 de Junho de 2008. Em Portugal, destacam-se as medidas implementadas no âmbito do Programa Millennium 2010 visando a agilização dos mecanismos de rotação interna e o incentivo à transferência de colaboradores das áreas de suporte para as redes comerciais.

Os **outros gastos administrativos** situaram-se em 311,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, representando um aumento de 10,2% face aos 282,9 milhões de euros evidenciados no mesmo período de 2007, traduzindo o aumento dos outros gastos administrativos na actividade internacional, designadamente na Polónia e na Roménia, em particular os custos com rendas e em publicidade e patrocínios. Em Portugal, evidencia-se a contenção dos outros gastos administrativos ao evoluírem de 188,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2007 para 189,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, tendo-se registado uma redução na generalidade das rubricas de fornecimentos e serviços de terceiros, com excepção dos custos com publicidade e patrocínios e em outros serviços especializados.

As **amortizações do exercício** totalizaram 54,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, ligeiramente acima dos 53,0 milhões de euros apurados no período homólogo de 2007, sobretudo por via do acréscimo de amortizações registado na actividade internacional, acompanhando o maior nível de investimento associado aos já mencionados planos de expansão.

**CUSTOS OPERACIONAIS**

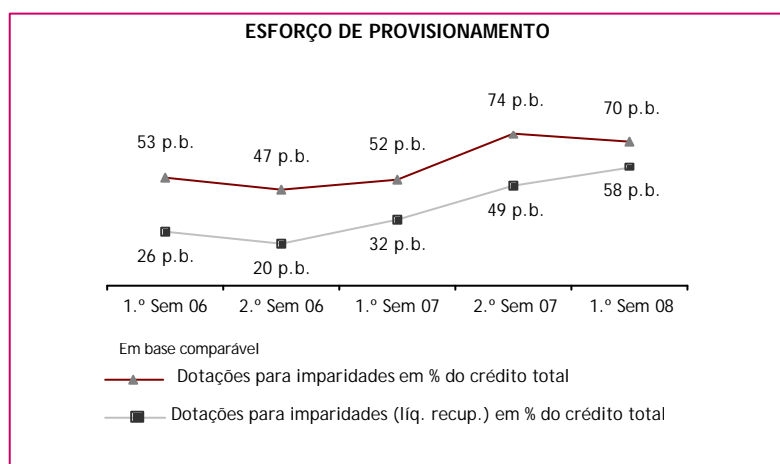
Milhões de euros

	1.º Sem. 08	1.º Sem. 07	Var. 08/07
Custos com o pessoal	451,5	435,5	3,7%
Outros gastos administrativos	311,8	282,9	10,2%
Amortizações do exercício	54,2	53,0	2,2%
	<b>817,5</b>	<b>771,4</b>	<b>6,0%</b>
dos quais:			
Actividade em Portugal	521,8	537,8	-3,0%
Actividade internacional	295,7	233,6	26,6%
Custos operacionais / Produto bancário <sup>(1) (2)</sup>	55,8%	52,8%	

(1) Actividade em Portugal. Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(2) Exclui impacto de itens específicos.

As **imparidades de crédito (líquidas de recuperações)** totalizaram 205,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2008. As imparidades de crédito (líquidas de recuperações) foram influenciadas pelo efeito conjugado do crescimento do volume de crédito concedido, quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional, e do menor nível de recuperações de crédito vencido, face ao mesmo período de 2007. O reforço das dotações de imparidades, no primeiro semestre de 2008, foi também determinado pela monitorização e cobertura de sinais de imparidade ao nível da carteira de crédito do Banco e pela simultânea desvalorização de colaterais financeiros, no actual contexto de queda dos mercados de capitais. O esforço de provisionamento, avaliado pela proporção das dotações para imparidades, líquidas de recuperações, no total da carteira de crédito, situou-se em 58 p.b..

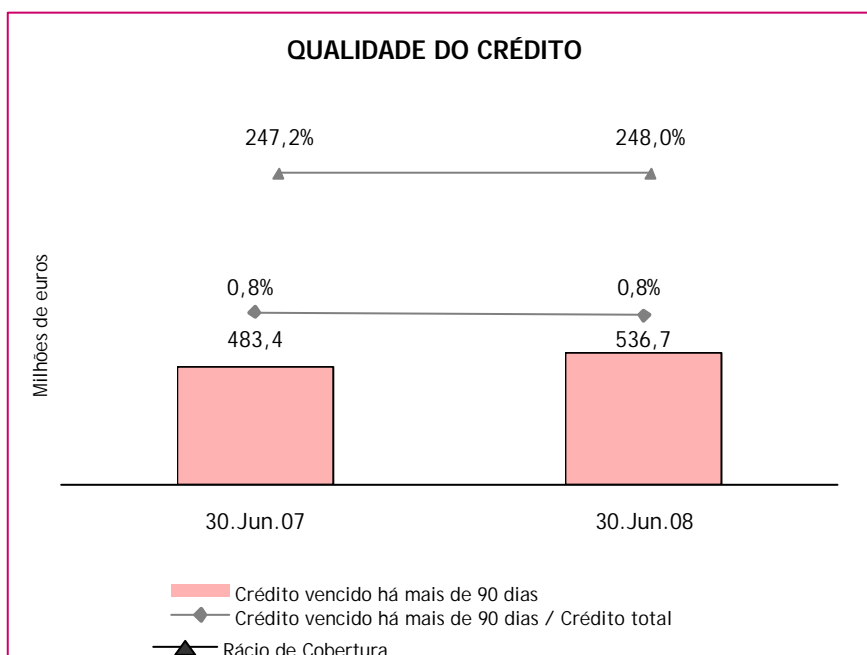


O **crédito a clientes** (incluindo crédito securitizado) ascendeu a 73.687 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, registando um crescimento de 13,0% face aos 65.228 milhões de euros relevados em 30 de Junho de 2007. A evolução do crédito a clientes foi potenciada pelo desempenho do crédito a particulares, nomeadamente do crédito à habitação (+12,1%), e do crédito a empresas, que cresceu 14,1% face a 30 de Junho de 2007. O maior volume de crédito a clientes foi impulsionado quer pelo crédito concedido em Portugal, quer pelo desempenho na actividade internacional. Em Portugal, o crédito concedido a clientes cresceu 7,8%, suportado pelo crédito a empresas (+10,0%) e pelo crédito à habitação (+5,3%). Na actividade internacional, registou-se um aumento de 42,9% do crédito a clientes, impulsionado pelos desempenhos alcançados na generalidade das operações no exterior, em particular na Polónia e na Grécia. O aumento do crédito na Polónia foi determinado fundamentalmente pelo crescimento sustentado do crédito à habitação, enquanto que na Grécia o crescimento mais expressivo registou-se no crédito a empresas.

	CRÉDITO A CLIENTES <sup>(1)</sup>			Milhões de euros
	30 Jun. 08	30 Jun. 07		Var. 08 / 07
<b>Particulares</b>				
Crédito hipotecário	29.776	26.555		12,1%
Crédito ao consumo	4.797	4.383		9,5%
	<b>34.573</b>	<b>30.938</b>		<b>11,8%</b>
<b>Empresas</b>				
Serviços	12.704	10.876		16,8%
Comércio	5.318	4.816		10,4%
Outros	21.092	18.598		13,4%
	<b>39.114</b>	<b>34.290</b>		<b>14,1%</b>
<b>Total</b>	<b>73.687</b>	<b>65.228</b>		<b>13,0%</b>
dos quais:				
Actividade em Portugal	59.960	55.622		7,8%
Actividade internacional	13.727	9.606		42,9%

(1) Inclui crédito securitizado.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada através dos indicadores de incumprimento, pautou-se pela estabilidade face a 30 de Junho de 2007, com o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias a manter-se nos 0,8% do crédito total. O respectivo rácio de cobertura evoluiu favoravelmente de 238,1% apurado em 31 de Março de 2008 para 248,0% em 30 de Junho de 2008.



**CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2008** Milhões de euros

	Crédito Vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito Vencido há mais de 90 dias / Crédito Total	Grau de cobertura
<b>Particulares</b>				
Crédito hipotecário	91	222	0,3%	243,5%
Crédito ao consumo	114	182	2,4%	159,4%
	<u>205</u>	<u>404</u>	0,6%	196,8%
<b>Empresas</b>				
Serviços	46	292	0,4%	634,5%
Comércio	60	159	1,1%	263,1%
Outros	226	476	1,1%	211,7%
	<u>332</u>	<u>927</u>	0,8%	279,7%
<b>Total</b>	<b><u>537</u></b>	<b><u>1.331</u></b>	<b>0,8%</b>	<b>248,0%</b>

Os **recursos totais** de clientes atingiram os 66.014 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, evidenciando um crescimento de 10,4% face aos 59.777 milhões de euros em igual data de 2007. O aumento dos recursos totais de clientes foi determinado pela subida de 22,8% dos recursos de balanço, em parte relacionada com o contexto de instabilidade nos mercados de capitais e beneficiando, simultaneamente, da subida das taxas de juro de mercado, com o conseqüente refúgio em produtos de menor risco e proporcionando uma remuneração atractiva, como os tradicionais depósitos a prazo. Os recursos fora de balanço registaram uma quebra de 14,7%, fortemente influenciada pelo comportamento dos activos sob gestão, condicionado pelo desempenho desfavorável dos mercados financeiros, parcialmente compensado pelo aumento de 10,1% dos seguros de capitalização. Contudo, sublinhe-se que a redução dos activos sob gestão registada no segundo trimestre de 2008 representa um abrandamento em relação às quebras trimestrais que têm vindo sucessivamente a ocorrer, correspondendo a cerca de 40% da redução registada no trimestre anterior. A evolução dos recursos totais de clientes reflecte os desempenhos alcançados tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional, que evidenciaram subidas de 6,4% e 28,6%, respectivamente.

**RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES**

Milhões de euros

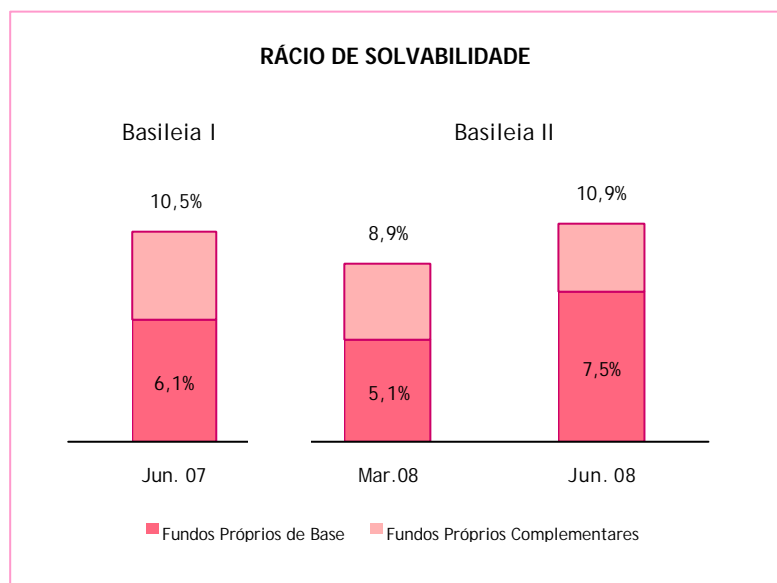
	30 Jun. 08	30 Jun. 07	Var. 08 / 07
<b>Recursos de clientes de balanço</b>			
Depósitos de clientes	41.964	34.624	21,2%
Débitos para com clientes titulados	7.211	5.420	33,0%
	<u>49.175</u>	<u>40.044</u>	22,8%
<b>Recursos de clientes fora do balanço</b>			
Activos sob gestão	6.887	10.697	-35,6%
Seguros de capitalização	9.952	9.036	10,1%
	<u>16.839</u>	<u>19.733</u>	-14,7%
<b>Total</b>	<b><u>66.014</u></b>	<b><u>59.777</u></b>	<b>10,4%</b>
Actividade em Portugal	52.052	48.918	6,4%
Actividade internacional	13.962	10.859	28,6%



Os rácios de capital reportados a 30 de Junho de 2008 foram determinados no quadro regulamentar de Basileia II, tendo sido utilizados o método padrão para calcular os requisitos de capital para riscos de crédito e o método do indicador básico para o risco operacional.

No âmbito de Basileia II, e tendo em vista a aplicação do método das notações internas para os riscos de crédito e a utilização de modelos internos para o cálculo dos requisitos ligados aos riscos genéricos de mercado, a par do método padrão para o risco operacional, foi, oportunamente, submetido ao Banco de Portugal para aprovação um *approval pack* que se encontra em fase de apreciação.

O **rácio de solvabilidade consolidado**, em 30 de Junho de 2008, situou-se em 10,9% e o *Core Tier I* em 6,1%. A evolução do rácio de solvabilidade entre 31 de Março de 2008 e 30 de Junho de 2008 reflecte: (i) o aumento de capital do Banco, cujo encaixe ascendeu a 1.267 milhões de euros, e que se traduziu num impacto directo positivo no rácio Core Tier I de 194 p.b.; (ii) a desvalorização registada pela participação detida no Banco BPI, entre 31 de Março de 2008 e 30 de Junho de 2008, e que determinou uma menos-valia potencial líquida de impostos de 44 milhões de euros, afectando desfavoravelmente o rácio Core Tier I em 6 p.b.; (iii) a geração orgânica de capital, contribuindo positivamente em 87 milhões de euros, entre 31 de Março de 2008 e 30 de Junho de 2008, tendo o rácio *Core Tier I* aumentado 3 p.b.; (iv) o crescimento *Core Tier I*, induzido principalmente pelo aumento de capital, reflectindo-se igualmente numa capacidade acrescida de reconhecimento dos impostos diferidos activos neste agregado, não obstante o impacto desfavorável dos ajustamentos da transição para as IAS, conduzindo a uma melhoria adicional de 18 p.b. do rácio *Core Tier I*.



**RÁCIO DE SOLVABILIDADE**

	Milhões de euros		
	Basileia II		Basileia I
	30 Jun. 08	31 Mar. 08	30 Jun. 07 (1)
<b>Fundos Próprios de Base (Tier I)</b>			
Core	4.093	2.637	2.789
Acções preferenciais	946	685	720
Total	5.039	3.322	3.509
<b>Fundos Próprios Complementares (Tier II)</b>			
Dívida subordinada	2.305	2.532	2.627
Deduções	(33)	(26)	(79)
Total	2.272	2.506	2.548
<b>Fundos Próprios Totais</b>	<b>7.311</b>	<b>5.828</b>	<b>6.057</b>
<b>Riscos Ponderados</b>	<b>66.862</b>	<b>65.299</b>	<b>57.442</b>
<b>Rácio de Solvabilidade</b>			
Core Tier I	6,1%	4,0%	4,9%
Tier I	7,5%	5,1%	6,1%
Tier II	3,4%	3,8%	4,4%
Total	10,9%	8,9%	10,5%

(1) Os indicadores de 30 de Junho de 2007 foram recalculados na sequência de as Demonstrações Financeiras consolidadas terem sido reexpressas.

---

## ANÁLISE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

## CARACTERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes mass market, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes prestige e negócios. A Banca de Retalho inclui também o ActivoBank7, um banco online de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo. No âmbito da estratégia de cross-selling, a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Empresas inclui a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado, e a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. Integra também este segmento a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade de Banca de Investimento é desenvolvida essencialmente pelo Millennium investment banking, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *project finance*, *corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede Private Banking em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de Private Banking de direito suíço, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente na Polónia, Grécia, Turquia, Roménia, Moçambique, Angola e Estados Unidos. Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Turquia apresenta-se como uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro e na Roménia marca presença com uma operação de raiz, cuja actividade se iniciou já em 2007, vocacionada para os segmentos de mass market e de negócios, empresas e affluent. Todas estas operações desenvolvem a sua actividade sob a mesma marca comercial de Millennium bank. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique pelo Millennium bim, um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola pelo Banco Millennium Angola, um banco focado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado, e nos Estados Unidos pelo Millennium bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa.

---

## ACTIVIDADE DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento incorporam todos os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente e reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais.

A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e a organização das áreas de negócio do Millennium bcp.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas em 30 de Junho de 2007 as alterações estruturais ocorridas ao longo de 2007 e no primeiro trimestre de 2008 ao nível da informação dos segmentos e excluídos os impactos de algumas operações pontuais. Das referidas alterações destacam-se as que resultaram da afectação do negócio registado no Banco de Investimento Imobiliário à gestão das áreas de negócio que acompanham os clientes respectivos (Banca de Retalho, Corporate e Empresas e Private Banking e Asset Management) e da alocação de algumas carteiras de títulos, que integravam o perímetro da Banca de Investimento, à gestão de novos *owners*, nomeadamente Corporate e Empresas e Áreas Corporativas. Destaca-se também a imputação de prémios de liquidez às áreas de negócio do Banco, efectuada desde o início de 2008, destinada a reflectir adequadamente os prazos contratuais das operações nos preços internos de transferência dos fundos respectivos.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece aos critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados e, consequentemente, o capital afecto aos segmentos de negócio, baseiam-se nas metodologias de Basileia II relativamente à informação reportada ao ano de 2008 e enquanto que a informação de 2007 foi calculada no quadro regulamentar de Basileia I.

## Banca de Retalho em Portugal

A Banca de Retalho em Portugal registou uma contribuição líquida de 166,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, comparando com 190,4 milhões de euros em igual período de 2007, reflectindo por um lado os menores proveitos alcançados e, por outro, o maior nível de dotações de imparidades e provisões. Para a evolução dos proveitos foi determinante a redução das comissões, designadamente das comissões associadas a operações de crédito hipotecário decorrente do menor volume de nova produção e da limitação regulamentar das comissões relacionadas com a desmobilização antecipada de créditos à habitação, em vigor desde o segundo trimestre do ano anterior. No final do primeiro semestre de 2008, a rentabilidade do capital afecto à Banca de Retalho em Portugal situou-se em 30,9%.

Os recursos totais de clientes subiram 1,7%, totalizando 34.691 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, face aos 34.110 milhões de euros relevados em 30 de Junho de 2007, beneficiando da proposta de valor do Retalho, enfocada no lançamento de produtos de investimento e de poupança com níveis de rendimento atractivos e adaptados aos diferentes perfis de risco.

O crédito a clientes registou um crescimento de 6,8%, ao evoluir de 32.160 milhões de euros em 30 de Junho de 2007 para 34.356 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, sustentado no aumento do crédito à habitação e beneficiando da oferta inovadora de produtos e soluções de financiamento ajustadas às necessidades financeiras dos clientes.

	Basileia II			Basileia I	Var. 08 / 07
	1.º Trim. 08	2.º Trim. 08	1.º Sem. 08	1.º Sem. 07	
<b>Demonstração de resultados</b>					
Margem financeira	242,7	224,5	467,2	474,7	-1,6%
Outros proveitos líquidos	95,8	104,9	200,7	212,6	-5,6%
	338,5	329,4	667,9	687,3	-2,8%
Custos operacionais	181,2	193,9	375,0	370,0	1,4%
Imparidade e provisões	41,9	24,4	66,3	58,3	13,7%
Contribuição antes de impostos	115,4	111,2	226,6	259,0	-12,5%
Impostos	30,6	29,7	60,3	68,6	-12,1%
Contribuição líquida	84,8	81,4	166,2	190,4	-12,7%
<b>Síntese de indicadores</b>					
Capital afecto	1.061	1.105	1.083	1.150	
Rentabilidade do capital afecto	32,2%	29,5%	30,9%	33,4%	
Riscos ponderados	21.352	21.639	21.639	23.437	
Rácio de eficiência	53,5%	58,9%	56,2%	53,8%	
Crédito a clientes	34.099	34.356	34.356	32.160	6,8%
Recursos totais de clientes	34.237	34.691	34.691	34.110	1,7%

## Corporate e Empresas

A contribuição líquida do Corporate e Empresas cifrou-se em 61,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, face aos 115,1 milhões de euros apurados no período homólogo de 2007. A contribuição líquida beneficiou do aumento da margem financeira (+7,3%), associado ao crescimento dos volumes de negócio, quer do crédito concedido quer dos depósitos de clientes, suportado pela dinâmica da actividade comercial, enfocada na captação e retenção de recursos e na melhoria da qualidade do crédito em carteira, procurando adequar o *pricing* das operações ao custo do risco associado. Esta evolução da margem financeira revelou-se, contudo, insuficiente para contrariar o menor nível das comissões e o reforço da imparidade, face ao período homólogo, não obstante a redução dos custos operacionais. O maior nível de imparidade contabilizado em 2008 resulta de sinais de imparidade ao nível da carteira de crédito e, em particular, da desvalorização de colaterais financeiros, no actual contexto de queda dos mercados de capitais. A rentabilidade do capital afecto, em 30 de Junho de 2008, situou-se em 9,7%.

Os recursos totais de clientes cresceram 50,3%, ascendendo a 11.676 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, comparando com 7.770 milhões de euros em igual data de 2007. A evolução dos recursos totais foi impulsionada pela mobilização de recursos de clientes institucionais, tendo como suporte uma abordagem comercial materializada na identificação de oportunidades de negócio e na concepção e disponibilização de opções de poupança e investimento diversificadas, visando a maximização do valor criado e do nível de satisfação dos clientes, não obstante o ambiente competitivo intenso neste segmento de negócio.

O crédito concedido a clientes subiu 10,0%, cifrando-se em 22.347 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, comparando com 20.312 milhões de euros em 30 de Junho de 2007. De destacar que o comportamento favorável do crédito concedido ocorreu num contexto caracterizado pelo acentuar da restrição no acesso a fontes de financiamento e pela maior selectividade na concessão de crédito, com reflexo numa maior disciplina ao nível dos preços, conduzindo à reavaliação e ao *repricing* das operações em função do custo do risco e do consumo de capital associados.

Milhões de euros

	Basileia II		1.º Sem. 08	Basileia I	Var. 08 / 07
	1.º Trim. 08	2.º Trim. 08		1.º Sem. 07	
<b>Demonstração de resultados</b>					
Margem financeira	84,1	81,9	166,0	154,6	7,3%
Outros proveitos líquidos	32,7	38,1	70,8	73,6	-3,8%
	116,8	120,0	236,8	228,2	3,8%
Custos operacionais	27,1	26,9	54,0	56,9	-5,0%
Imparidade e provisões	13,0	86,1	99,1	14,7	--
Contribuição antes de impostos	76,6	7,1	83,7	156,6	-46,6%
Impostos	20,3	1,9	22,2	41,5	-46,6%
Contribuição líquida	56,3	5,2	61,5	115,1	-46,6%
<b>Síntese de indicadores</b>					
Capital afecto	1.228	1.317	1.272	1.277	
Rentabilidade do capital afecto	18,4%	1,6%	9,7%	18,2%	
Riscos ponderados	24.560	25.446	25.446	26.086	
Rácio de eficiência	23,2%	22,4%	22,8%	24,9%	
Crédito a clientes <sup>(1)</sup>	22.074	22.347	22.347	20.312	10,0%
Recursos totais de clientes	10.778	11.676	11.676	7.770	50,3%

(1) Inclui papel comercial.

## Banca de Investimento

O segmento Banca de Investimento relevou uma contribuição líquida de 27,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, face aos 44,5 milhões de euros no período homólogo de 2007, condicionada pela persistência de um enquadramento macroeconómico desfavorável aliado ao fraco dinamismo dos mercados financeiros, com reflexo na contracção da margem financeira e das comissões e no comportamento adverso dos resultados de *trading*, não obstante a redução dos custos operacionais.

O crédito concedido a clientes aumentou 12,8%, entre 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2008, potenciado pela intervenção do Millennium investment banking em operações de *project finance* e de *structured finance*, envolvendo importantes investimentos estruturantes, com destaque para o financiamento de projectos nos sectores do turismo e das energias renováveis.

Não obstante o contexto adverso dos mercados de capitais, foram realizadas importantes operações nas quais o Millennium investment banking participou activamente, nomeadamente na qualidade de coordenador global da oferta de acções da EDP Renováveis, a qual gerou um forte interesse junto de uma ampla base de investidores, bem como na organização e montagem de novas operações para os seus clientes no segmento de dívida, traduzido num volume expressivo de emissões de obrigações e de papel comercial.

	Milhões de euros				
	Basileia II			Basileia I	Var.
	1.º Trim. 08	2.º Trim. 08	1.º Sem. 08	1.º Sem. 07	08 / 07
<b>Demonstração de resultados</b>					
Margem financeira	2,0	2,0	4,0	7,0	-43,1%
Outros proveitos líquidos	26,4	32,1	58,5	75,8	-22,9%
	28,4	34,1	62,5	82,8	-24,6%
Custos operacionais	13,5	12,1	25,6	26,0	-1,6%
Imparidade e provisões	(2,7)	1,8	(0,8)	0,1	--
Contribuição antes de impostos	17,5	20,2	37,7	56,7	-33,6%
Impostos	4,6	6,1	10,7	12,2	-12,5%
Contribuição líquida	12,9	14,1	27,0	44,5	-39,4%
<b>Síntese de indicadores</b>					
Capital afecto	106	134	120	111	
Rendibilidade do capital afecto	49,0%	42,4%	45,3%	80,9%	
Riscos ponderados	2.394	2.364	2.364	2.534	
Rácio de eficiência	47,7%	35,4%	41,0%	31,4%	
Crédito a clientes	943	957	957	849	12,8%

## Private Banking e Asset Management

A contribuição líquida do segmento Private Banking e Asset Management atingiu 12,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2008 (20,1 milhões de euros no período homólogo de 2007), determinado pelo maior nível de dotações para imparidade e provisões e pela redução das comissões associadas à gestão de activos, que mais do que anularam o aumento de 33,8% da margem financeira, suportado no maior volume de crédito concedido a clientes e no acréscimo da taxa de margem relacionado com o *repricing* de operações. A rentabilidade do capital afecto fixou-se em 22,8% no final do primeiro semestre de 2008.

A evolução dos activos sob gestão foi fortemente condicionada pelo comportamento adverso dos mercados de capitais, registando uma quebra de 18,1%, entre 30 de Junho de 2007 e igual data de 2008, determinada fundamentalmente pelo desempenho dos fundos de investimento mobiliário. Contudo, no segundo trimestre de 2008 registou-se um abrandamento de ritmo de queda dos volumes de fundos de investimento registada em trimestres anteriores, para o qual contribuíram a evolução favorável dos fundos de investimento imobiliário, suportada por uma forte dinâmica comercial, a par do comportamento evidenciado pelos recursos a prazo da rede de Private Banking em Portugal, os quais cresceram 20,2% face a 30 de Junho de 2007.

O crédito concedido a clientes aumentou 25,3%, totalizando 3.493 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, fundamentalmente como resultado do crescimento de 42,5% do crédito concedido pelo Millennium Banque Privée, potenciado pelo esforço de alargamento da base de negócio.

Milhões de euros

	Basileia II			Basileia I	Var. 08 / 07
	1.º Trim. 08	2.º Trim. 08	1.º Sem. 08	1.º Sem. 07	
<b>Demonstração de resultados</b>					
Margem financeira	14,0	14,2	28,2	21,1	33,8%
Outros proveitos líquidos	14,7	13,9	28,6	36,7	-22,1%
	28,7	28,0	56,8	57,8	-1,8%
Custos operacionais	13,9	15,0	28,9	29,0	-0,3%
Imparidade e provisões	6,9	5,2	12,2	4,1	197,0%
Contribuição antes de impostos	7,9	7,8	15,7	24,7	-36,5%
Impostos	0,9	1,9	2,9	4,6	-36,8%
Contribuição líquida	6,9	5,9	12,8	20,1	-36,4%
<b>Síntese de indicadores</b>					
Capital afecto	112	113	113	121	
Rentabilidade do capital afecto	24,8%	20,8%	22,8%	33,6%	
Riscos ponderados	2.278	2.242	2.242	2.463	
Rácio de eficiência	48,5%	53,4%	50,9%	50,2%	
Crédito a clientes	3.412	3.493	3.493	2.788	25,3%
Activos sob gestão	13.419	13.048	13.048	15.922	-18,1%



## Negócios no Exterior

O segmento Negócios no Exterior evidenciou uma subida da contribuição líquida de 10,9%, cifrando-se em 84,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2008, face aos 75,8 milhões de euros em igual período de 2007, impulsionada pelo crescimento sustentado dos proveitos gerados, quer da margem financeira quer dos outros proveitos líquidos, não obstante o aumento dos custos operacionais, relacionado com o reforço do quadro de colaboradores e a expansão das redes de distribuição nos mercados de maior potencial, e o maior nível de dotações para imparidades e provisões, associado ao crescimento expressivo do volume de negócios.

O rácio de eficiência situou-se em 69,4% determinado pelo crescimento mais do que proporcional dos custos operacionais em relação aos proveitos, relacionado com os planos de expansão em curso na actividade internacional, em particular na Polónia, na Grécia, em Moçambique, em Angola e, mais recentemente, na Roménia, através do lançamento de uma operação de raiz no final de 2007.

O crédito a clientes aumentou 43,7%, atingindo os 13.481 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, impulsionado quer pelo crédito a particulares como pelo crédito a empresas, beneficiando de uma oferta competitiva e inovadora, alicerçada no lançamento de produtos e serviços adaptados aos diferentes mercados locais. Para a evolução do crédito a clientes revelaram-se decisivos os desempenhos alcançados na Polónia e na Grécia e, embora em menor escala, os da generalidade das restantes operações no exterior.

Os recursos totais de clientes cresceram 27,7%, tendo ascendido a 13.961 milhões de euros em 30 de Junho de 2008, impulsionados pelos crescimentos registados na Polónia e na Grécia, reflectindo os bons desempenhos quer ao nível da captação de depósitos de clientes, quer de recursos fora de balanço.

	Milhões de euros				
	Basileia II			Basileia I	Var.
	1.º Trim. 08	2.º Trim. 08	1.º Sem. 08	1.º Sem. 07	08 / 07
<b>Demonstração de resultados</b>					
Margem financeira	114,0	126,2	240,3	188,1	27,7%
Outros proveitos líquidos	86,7	98,9	185,6	159,4	16,5%
	200,8	225,1	425,9	347,5	22,6%
Custos operacionais	138,8	156,9	295,7	233,6	26,6%
Imparidade e provisões	11,2	11,7	22,9	19,4	18,1%
Contribuição antes de impostos	50,7	56,5	107,2	94,5	13,5%
Impostos	10,5	12,6	23,1	18,6	23,8%
Contribuição líquida	40,3	43,9	84,1	75,8	10,9%
<b>Síntese de indicadores</b>					
Capital afecto	809	1.072	941	710	
Rendibilidade do capital afecto	20,0%	16,4%	18,0%	21,6%	
Riscos ponderados	12.657	13.213	13.213	9.105	
Rácio de eficiência	69,1%	69,7%	69,4%	67,2%	
Crédito a clientes	12.440	13.481	13.481	9.379	43,7%
Recursos totais de clientes	12.570	13.961	13.961	10.931	27,7%

---

## POLÍTICA E GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos no Grupo é assumida, cada vez mais, como um vector primordial para o desenvolvimento, a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio, sem prejuízo de se assumir igualmente como um elemento fundamental para assegurar a plena conformidade do Banco e das suas subsidiárias bancárias e financeiras com os requisitos e as actuais definições legais e regulamentares nestas matérias, associadas, designadamente, a uma correcta determinação do nível de fundos próprios adequado às exposições aos diversos riscos que decorrem da actividade bancária e financeira.

Este semestre ficou marcado pelos esforços desenvolvidos no sentido de responder a requisitos regulamentares, nomeadamente no âmbito do Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) e do Controlo Interno, para além da entrada em vigor do novo Acordo de Capital.

No âmbito da candidatura a Basileia II, foi efectuada uma validação independente, por consultores internacionais, dos modelos internos usados pelo Grupo - modelos de probabilidade de *default* (PD) nos segmentos de Corporate e Retail, de aceitação e comportamentais, modelos de perda esperada (LGD) e de *Value-at-Risk* (VaR) aplicados na aferição dos riscos de mercado.

Ao mesmo tempo foi criada a função de acompanhamento independente dos modelos utilizados, concretizada na criação, no Risk Office, de uma unidade de controlo de modelos baseada em princípios de i) segregação de funções entre validação e controlo; ii) transversalidade da validação dos modelos, incluindo os de risco de crédito, os de risco de mercado e os de valorimetria; iii) independência e condições técnicas para uma validação adequada e iv) verificação pela Auditoria Interna das condições de funcionamento da unidade.

Neste semestre realizou-se um conjunto de acções de formação presenciais específicas, destinadas a colaboradores com responsabilidades nas áreas comerciais e outras unidades internas com intervenção no ciclo de vida do crédito, dando-se assim continuidade ao programa de formação interna, lançado em 2006, com a realização de uma acção de *e-learning* alargada a todos os colaboradores, acerca das implicações do cumprimento de Basileia II na actividade do Grupo.

De destacar ainda a produção de um documento interno onde são detalhadas as principais melhorias ao processo de crédito decorrentes da preparação para Basileia II. Neste contexto merece particular destaque a adopção de uma política de *pricing* ajustado ao risco, em todos os segmentos de negócio, a qual é suportada pelo grau de risco do cliente (ou eventual garante) e pelo nível de protecção da transacção reflectindo a natureza do colateral e respectivo nível de colateralização.

### Governo e Gestão de Risco

A política e a gestão de risco do Grupo continua a desenvolver-se através de um modelo funcional de controlo transversal, cabendo a responsabilidade pela governação deste modelo ao próprio Conselho de Administração Executivo do Millennium bcp, o qual delega na Comissão de Risco o seguimento e o controlo de cada tipo de risco.

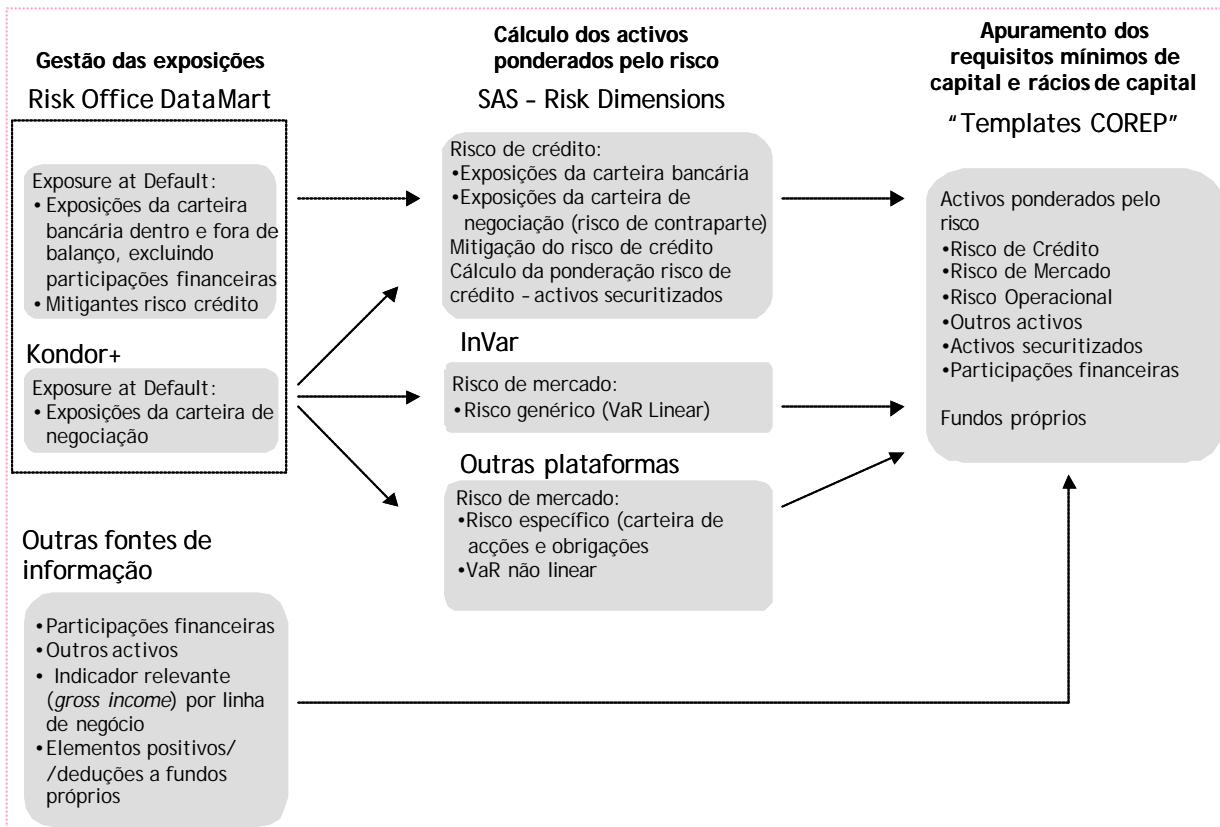
O *Group Risk Officer* desempenha também um papel significativo, sendo-lhe confiada a coordenação e execução da avaliação e monitorização de riscos, bem como a implementação dos controlos de risco em todas as áreas de negócio ou áreas funcionais de apoio ao negócio.

Para além disso, a materialização da política de risco tem um carácter transversal a todas as operações, através das estruturas locais do Risk Office e dos órgãos de Governo de risco nas principais subsidiárias fora de Portugal (as Comissões de Controlo de Risco locais).

### Basileia II

Na sequência da concretização, no terceiro trimestre de 2007, do pedido formal de autorização ao Banco de Portugal para utilização do método das notações internas para o risco de crédito, do método dos modelos internos para os riscos de mercado e do método padrão para o risco operacional, estes últimos para todas as entidades, o Grupo prosseguiu com o desenvolvimento dos esforços tendentes à consolidação da infra-estrutura informática de suporte ao cálculo dos requisitos de capital. Este incidiu tanto ao nível da identificação e classificação das exposições de acordo com as categorias regulamentares em todo o perímetro de consolidação do Grupo, como da parametrização das rotinas informáticas de cálculo de requisitos de capital. Neste contexto importa destacar durante a primeira metade de 2008, entre outras actividades, os esforços significativos desenvolvidos ao nível da melhoria da qualidade da informação do *Risk Office Data Mart*, nomeadamente no que respeita à actividade fora de Portugal.

Na figura seguinte ilustram-se as principais componentes do processo de cálculo dos requisitos de capital:



Por outro lado, atendendo às novas exigências em matéria de reporte prudencial, constantes da Instrução 23/2007 do Banco de Portugal, o Grupo continuou, no primeiro semestre de 2008, a reformulação do actual processo de *reporting*, introduzindo melhorias significativas na produção da informação prudencial. Está prevista a aquisição, em 2008, de uma solução informática específica para a produção dos mapas regulamentarmente definidos, atendendo aos requisitos dos vários supervisores nas geografias onde o Grupo opera.

Refira-se ainda que o cálculo dos requisitos de capital, enquanto se aguarda pela autorização do Banco de Portugal à candidatura a Basileia II, é efectuado de acordo com i) o método padrão para o risco de crédito, ii) o método do indicador básico para o risco operacional e iii) a abordagem padrão para os riscos de mercado.

### Capital Económico

A identificação de todos os riscos materiais inerentes à actividade de uma instituição financeira e a respectiva quantificação e gestão - tendo presente os eventuais efeitos de correlação entre os diversos riscos - constitui um dos principais desafios colocados por Basileia II e requer o desenvolvimento de metodologias internas de avaliação do risco.

O Pilar II de Basileia II (o processo de supervisão) tem implícita a existência de sistemas de gestão e de controlo de riscos das instituições financeiras e da sua gestão de capital, que sejam adequados ao correspondente perfil de risco. Neste contexto, o Grupo continuou a afinar e consolidar o seu modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e de afectação do mesmo aos diferentes riscos e linhas de negócio - o ICAM (*Internal Capital Assessment Model*).

Tendo em conta a natureza da principal actividade do Grupo - a Banca de Retalho nos mercados onde opera -, os principais riscos considerados para efeitos do ICAM são: o Risco de Crédito, o Risco Operacional, os Riscos de Mercado, o Risco de Liquidez, o Risco do Fundo de Pensões e o Risco de Negócio e Estratégico.

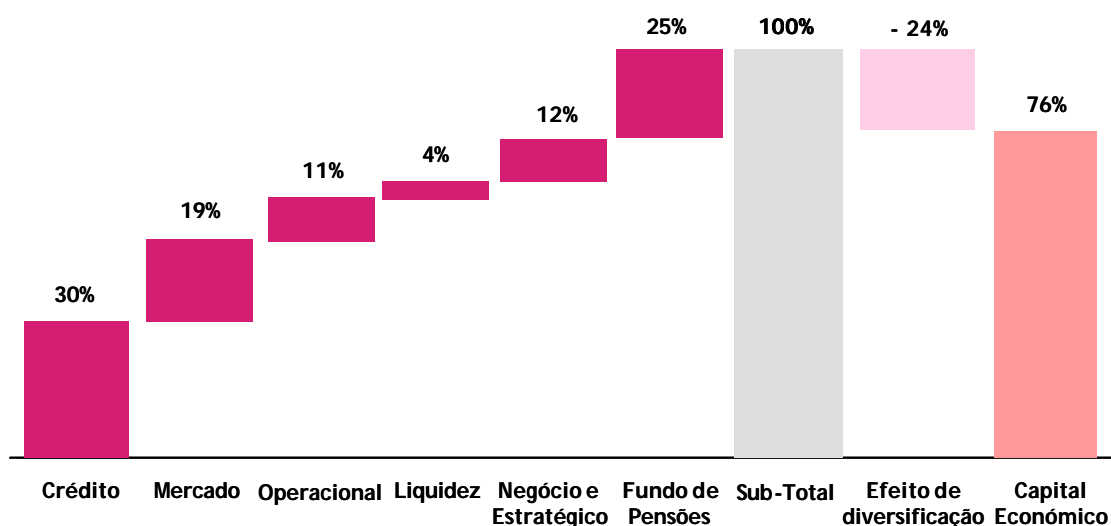
Para o cálculo e gestão do capital económico, o Grupo considera um horizonte temporal de 12 meses, congregando diversos aspectos de ordem económica, regulamentar e prática em torno da mesma janela de previsão: o planeamento de negócio, os *ratings* externos, o capital regulamentar no âmbito do Pilar I e a quantificação do risco de crédito através dos modelos internos de PD, entre outros.

Considerando as expectativas e objectivos do Grupo em termos da sua própria notação pelas agências de *rating*, o modelo de capital económico assume uma probabilidade de *default* global, a 12 meses, de 6 pontos base, o que reflecte um *rating* objectivo de A+.

Assim, as abordagens de quantificação utilizadas baseiam-se na metodologia VaR, calculando-se para cada risco o valor máximo da perda potencial, num horizonte de 12 meses, com um nível de confiança de 99,94%.

A agregação dos riscos nos diferentes níveis da estrutura organizacional do Grupo (que, grosso modo, representam as áreas de negócio) inclui o cálculo do efeito dos benefícios de diversificação, traduzindo-se num resultado global que é inferior à soma das diversas componentes individuais. Verifica-se, assim, que os diversos tipos de risco não são perfeitamente correlacionados, sendo improvável a ocorrência simultânea dos piores cenários.

A posição global de risco do Grupo em Junho de 2008 é a seguinte:



O Risco de Crédito é o mais expressivo para o grupo.

### Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir) ou do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir as suas obrigações.

A relevância deste risco é crucial na que se refere à respectiva materialidade na exposição global ao risco do Grupo, para além de ser o tipo de risco que marca uma presença prática e directa na actividade diária das suas redes comerciais.

No primeiro semestre de 2008 é de destacar as actividades desenvolvidas no âmbito da validação dos modelos. Foram avaliados por consultores internacionais os modelos de PD - comportamentais e de aceitação referentes ao crédito à habitação, crédito ao consumo e automóvel, descobertos e cartões de crédito, *small business* e corporate e de LGD.

A validação efectuada foi globalmente positiva, destacando-se desde já a concordância dos modelos analisados com os requisitos regulamentares no quadro de Basileia II.

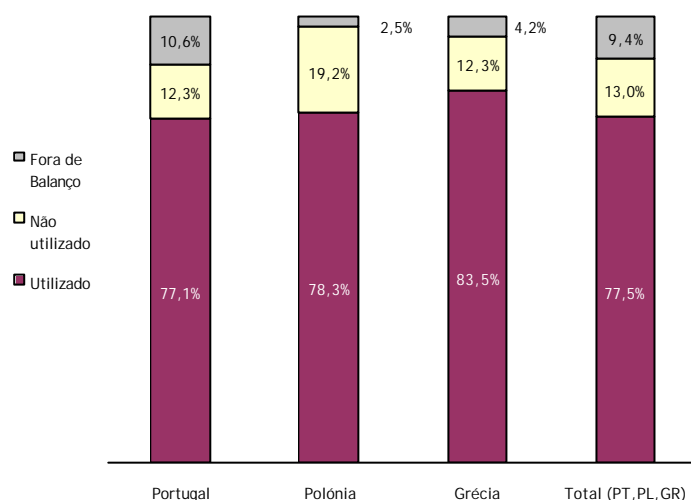
De referir ainda, neste semestre, os esforços de consolidação dos instrumentos de gestão e controlo do risco de crédito, nomeadamente no que diz respeito aos princípios estabelecidos no documento "Credit principles and Guidelines" revisto e actualizado no ano transacto, de aperfeiçoamento dos sistemas de *rating* e da utilização prática dos instrumentos para avaliação e acompanhamento do risco de crédito.

Destaque-se ainda as melhorias efectuadas ao nível do *framework* de gestão de risco de concentração, nomeadamente através da introdução do conceito do grupo de risco o qual acomoda uma definição mais lata do relacionamento entre clientes e dos respectivos efeitos de correlação do risco de crédito entre várias contrapartes.

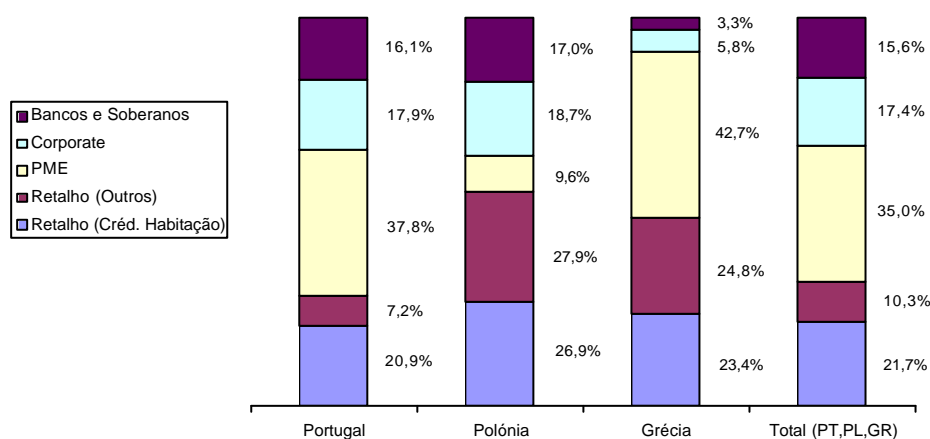
Finalmente refira-se o lançamento do processo de recolha manual da informação da recuperação de crédito, exercício anual que se mantém consecutivamente desde 2005, tendente à actualização das estimativas de LGD.

#### COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A composição da carteira de crédito do Grupo em Junho de 2008 não apresenta diferenças significativas face ao final de 2007. No que se refere à exposição nominal global, i.e. contemplando as exposições de Balanço e fora de Balanço a figura seguinte ilustra a posição em Junho de 2008, para cada uma das 3 principais geografias do Grupo:



A decomposição da carteira de crédito global em termos dos segmentos de exposição à luz de Basileia II é dada pela seguinte figura, mantendo-se uma estrutura sem alterações significativas face à reportada em Dezembro de 2007.



Por outro lado, no que se refere à distribuição das exposições de crédito pelos graus de risco da *Rating Master Scale*, considerando a exposição potencial representada pelos montantes não utilizados das linhas de crédito concedidas e outras exposições fora de Balanço, a situação em Junho de 2008 encontra-se sumariada na seguinte tabela, que também inclui informação complementar sobre a distribuição das exposições em cada grau de risco por faixas de LGD. Esta posição mantém-se praticamente inalterada face a Dezembro de 2007.

### Estrutura da carteira de crédito - Graus de Risco VS Perda em caso de incumprimento (LGD)

Grau de Risco		Perda em caso de incumprimento (LGD)				
		< 10%	[10% - 20%[	[20% - 30%[	[30% - 40%[	[40% - 50%[
1	Máxima segurança	0,0%	19,1%	49,4%	0,0%	31,5%
2	Qualidade superior	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
3	Qualidade muito alta	1,3%	1,2%	2,4%	0,1%	91,5%
4	Qualidade alta	17,4%	9,9%	5,8%	1,2%	61,7%
5	Qualidade muito boa	3,8%	28,0%	7,1%	3,8%	55,6%
6	Qualidade boa	9,3%	37,6%	7,8%	3,9%	40,2%
7	Qualidade média/alta	8,5%	34,9%	11,0%	10,4%	33,8%
8	Qualidade média	11,2%	44,4%	23,7%	23,2%	78,9%
9	Qualidade média/baixa	4,8%	30,6%	17,0%	9,0%	35,4%
10	Qualidade baixa	4,7%	31,7%	18,6%	6,0%	32,8%
11	Qualidade muito baixa	4,0%	42,4%	10,2%	10,3%	25,8%
12	Crédito com restrições	4,2%	50,2%	10,3%	8,0%	20,3%
13	Sinais fracos de imparidade	8,1%	37,7%	16,5%	4,8%	24,9%
14	Sinais fortes de imparidade	2,6%	44,9%	17,0%	9,2%	25,2%
15	Incumprimento	2,3%	40,6%	18,5%	5,9%	30,6%

Do quadro acima importa destacar o maior grau de colateralização do crédito - traduzido por valores de LGD inferiores - observado nos Clientes com graus de risco mais elevados, revelando uma prática prudente de concessão de crédito. O perfil de risco apresentado reflecte a natureza das operações de crédito subjacentes, tendo presente o enfoque do Banco em Clientes de Retalho e Médias Empresas.

#### CÁLCULO DE CAPITAL ECONÓMICO

O cálculo de capital económico relativo ao risco de crédito é efectuado através de um modelo actuarial, de *portfolio*, desenvolvido internamente o qual permite estimar a distribuição de probabilidade das perdas totais a partir das exposições e características específicas da carteira de crédito do Grupo.

Este modelo incorpora as medições relativas às variáveis básicas da avaliação do risco de crédito (PD/LGD/CCF) e considera ainda a incerteza associada a estas medidas ao incorporar, também, volatilidade para estes parâmetros. Adicionalmente, também considera efeitos de diversificação/concentração de risco de crédito, considerando os graus de correlação entre os diversos sectores de actividade económica.

Em Junho de 2008 o capital económico associado ao risco de crédito correspondia a 30% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que se traduz numa diminuição do peso deste risco em 1% face a Dezembro de 2007.

#### Risco Operacional

O risco operacional materializa-se nas perdas incorridas resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou, ainda, decorrentes de eventos externos.

O Millennium bcp tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos:

- A segregação de funções;
- As linhas de responsabilidade e respectivas autorizações;
- Os limites de tolerância e exposição aos riscos;
- Os códigos deontológicos e de conduta;
- Os indicadores-chave de risco (Key Risk Indicators);
- Os controlos de acessos, físicos e lógicos;
- As actividades de reconciliação;
- Os relatórios de excepção;
- A contratação de seguros;
- O planeamento de contingências;
- A formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

A gestão do risco operacional assenta na estrutura de processos, beneficiando de uma percepção mais abrangente dos riscos em resultado de uma visão *end-to-end* das actividades desenvolvidas ao longo da

cadeia de valor de cada processo. Todas as operações do Grupo têm definida a sua estrutura de processos suportada numa organização hierárquica de macro-processos e processos. A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *process owners*, designados pelo Conselho de Administração de cada entidade, que, no âmbito da gestão do risco operacional, têm por missão:

- Caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos;
- Realizar a auto-avaliação (*self-assessment*) dos riscos;
- Identificar e implementar acções adequadas para mitigar exposições ao risco, contribuindo para ao reforço do ambiente de controlo interno;
- Monitorizar os indicadores de risco (*Key Risk Indicators*).

A consolidação da estratégia delineada para a gestão deste risco, em todo o perímetro de actividade do Grupo, tem prosseguido de acordo com o calendário definido e presente às autoridades de supervisão no âmbito do processo de candidatura para utilização de metodologias de medição de riscos e determinação dos requisitos de capital no contexto do novo quadro regulamentar (Basileia II), sendo de destacar as seguintes concretizações recentes:

- Conclusão do primeiro exercício de *self-assessment* dos riscos realizado em Portugal;
- Consolidação do processo de recolha de perdas operacionais em todas as geografias de actividade do Grupo;
- Reforço do envolvimento do *process owners*, na identificação, controlo e mitigação dos riscos operacionais, decorrente do seu envolvimento nos *workshops* de *self-assessment* e na análise e tratamento das perdas operacionais.

#### SELF-ASSESSMENT DOS RISCOS

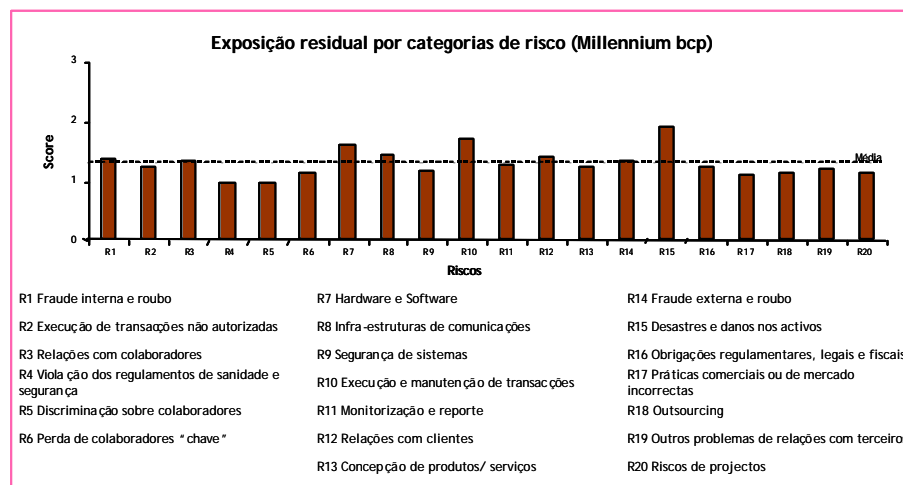
O objectivo do *self-assessment* dos riscos é promover a identificação e eliminação de riscos, actuais ou potenciais, no âmbito de cada processo.

O primeiro *self-assessment* dos riscos operacionais, recentemente concluído, foi realizado em Portugal através de 56 *workshops*, conduzidos pelo Risk Office, com a participação dos *process owners* e *process managers* dos 77 processos envolvidos.

A classificação de cada risco foi obtida através do seu posicionamento na matriz de tolerância, para três diferentes cenários, o que permitiu:

- Avaliar a exposição dos vários processos aos riscos, considerando a influência dos controlos existentes (Risco Residual);
- Determinar a influência do ambiente de controlo existente na redução do nível das exposições (Risco Inerente);
- Identificar oportunidades de melhoria para os riscos avaliados com exposições mais significativas (Risco Objectivo).

Os resultados do exercício são apresentados no gráfico seguinte:



As exposições mais significativas serão mitigadas através de medidas correctivas identificadas no exercício, que serão prioritizadas em função da avaliação do risco realizada, e cuja implementação será monitorizada através da aplicação de suporte à gestão do risco operacional.

A experiência adquirida será utilizada para o *rollout* do exercício, a realizar, numa primeira fase, nas principais subsidiárias bancárias do exterior (Polónia e Grécia), com arranque previsto ainda para o corrente ano.

## PERDAS OPERACIONAIS

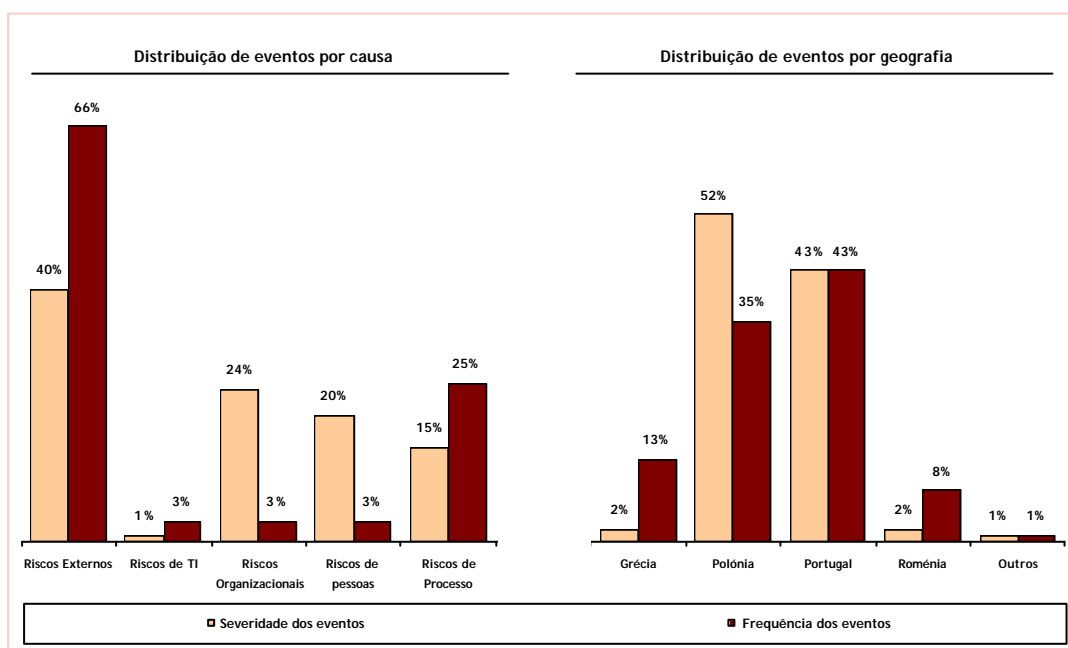
Este instrumento de gestão é crucial para reforçar a consciencialização para este risco e facultar informação relevante aos *process owners* para incorporarem na gestão dos processos.

A base de dados de perdas é também um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco e, no futuro, suportar o cálculo das necessidades de capital, económico e regulamentar.

A identificação e captura de perdas operacionais é uma responsabilidade de todos os Colaboradores, cabendo aos *process owners* um papel relevante na dinamização do processo no âmbito dos seus processos. O processo de identificação e captura de perdas operacionais é também dinamizado pelo Risk Office, que promove a captura de eventos através da análise de informação de áreas centrais.

Durante o primeiro semestre de 2008 assistiu-se à progressiva consolidação do processo de captura de perdas nas várias subsidiárias do Grupo. A uniformidade de critérios é assegurada pela análise da informação por parte do Risk Office do Grupo, que promove a disseminação de informação sobre a mitigação de eventos por todas as geografias de actividade do Grupo.

O perfil das perdas operacionais registadas na base de dados de risco operacional é apresentado nos gráficos seguintes:



As perdas operacionais identificadas são registadas na aplicação de gestão de risco operacional do Grupo, relacionadas com um processo, e caracterizadas pelos respectivos *process owners* e *process managers*. A caracterização de uma perda operacional inclui, para além da descrição da respectiva causa e efeito, a sua valorização (que envolve detalhar custos e recuperações) e, quando aplicável, a descrição da acção de melhoria identificada para mitigar o risco (incluindo o seu plano de implementação).

## Riscos de Mercado

O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas (de juro e de câmbio), de preços de acções, obrigações, mercadorias ou quaisquer outros mensuráveis em termos de preço, nas carteiras de negociação, bancária ou na relativa ao fundo de pensões do Grupo.



---

A carteira de negociação caracteriza-se por posições detidas pelo Banco com o objectivo de obtenção de ganhos de curto prazo, por vendas ou reavaliação, tais que estas posições são activamente geridas e são avaliadas de forma rigorosa e com carácter frequente. Na carteira bancária são incluídas todas as restantes posições, nomeadamente, o mercado monetário, a carteira de investimento, a actividade comercial e estrutural.

Em termos de monitorização de riscos as carteiras são agregadas de acordo com a tipologia da actividade e da monitorização necessária a cada uma delas.

Assim ao *Trading Book* é associada a área de *Funding* para criar as actividades em mercados financeiros (FMA).

A gestão integrada de riscos permite numa base mensal transferir os riscos das áreas comerciais e estruturais estas não são incluídas na monitorização diária de riscos de mercado. As restantes áreas de Banking (ALM e Investment Portfolio) são monitorizadas utilizando as mesmas métricas aplicadas às actividades de mercados financeiros.

A monitorização dos riscos de mercado, nas duas carteiras, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercícios de *backtesting*, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlo de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo e baseados em regras de alocação por entidade, áreas de gestão e componentes de risco.

O Grupo não tem qualquer exposição ao mercado de crédito imobiliário "US subprime / Alt-A", nomeadamente através de *Residential Mortgage-Backed Securities* (RMBS), *Commercial Mortgage-Backed Securities* (CMBS), *Asset-Backed Securities* (ABS) ou *Collateralised Debt Obligations* (CDO), nem tem exposição a seguradoras de tipo *monoline*.

Através da sua subsidiária Millennium bcpbank nos Estados Unidos, o Grupo detém activos financeiros emitidos por *Government Sponsored Entities* (GSEs) no montante de 46,1 milhões de euros de *Residential Mortgage-Backed Securities* (RMBS), com um "rating" de AAA, e emitidos por *Government Agencies* no montante de 9,2 milhões de euros de *Commercial Mortgage-Backed Securities* (CMBS).

O Grupo realiza operações com derivados fundamentalmente para efectuar coberturas de produtos estruturados para Clientes (produtos de capital garantido ou outros), coberturas de riscos decorrentes da actividade corrente do Banco, compreendendo essencialmente a cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial. A actividade de trading de carteira própria do Grupo em derivados tem uma expressão pouco material nos resultados do Grupo, da qual advém uma exposição de risco residual.

#### MEDIDAS DE AVALIAÇÃO DE RISCOS DE MERCADO NAS ÁREAS DE MERCADOS FINANCEIROS

O Banco utiliza uma medida integrada de riscos de mercado que permite uma monitorização de todas as sub-tipologias de risco consideradas como relevantes de uma forma única. Neste momento esta medida integra os seguintes tipos de risco: genérico, específico, não linear e de *mercadorias*. Cada sub-tipo de risco é medido individualmente utilizando um modelo de risco adequado e a medida integrada é considerada a partir destas sem considerar qualquer tipo de diversificação entre tipos diferentes de risco (*worst case scenario*).

Para a medição do risco genérico de mercado (incluindo risco de taxa de juro, câmbio e de acções) é utilizada uma metodologia VaR (*Value at risk*). O cálculo deste VaR é efectuada com base na aproximação paramétrica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics(1996), sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%.

O risco não linear é medido através de uma metodologia desenvolvida internamente que pretende replicar o efeito que os principais elementos não lineares da carteira de opções podem ter no P&L das diversas carteiras onde estão incluídas de uma forma similar ao considerado na metodologia VaR aplicada (e utilizando os mesmos níveis de significância e horizonte temporal).

Os riscos específico e de mercadorias são medidos utilizando metodologias standard adoptadas segundo as definidas no Acordo de Basileia (com a correspondente alteração do horizonte temporal aplicado).

São apurados valores de capital em risco quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos quer em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existentes entre as diferentes carteiras.

O processo de cálculo deste indicador é efectuado centralmente para as principais participadas do Grupo com actividade nas áreas de mercado, sendo executado por um software desenvolvido com base numa tecnologia web, que permite às áreas de mercados financeiros o acesso online aos valores de risco da respectiva carteira.

#### EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE RISCOS DE MERCADO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Os indicadores de risco de mercado para a carteira de negociação reportados no quadro seguinte evidenciam um baixo nível de exposição a riscos de mercado de 8 milhões de euros em termos médios, em resultado do perfil conservador, bem como do efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

Valores em milhares de euros

Trading Risco de Mercado de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2008					
	30 JUN 08	Média	Máximo	Mínimo	01 JAN 08
Risco Genérico	3.434	4.428	8.057	2.663	3.733
Risco de Taxa de Juro	3.012	4.020	8.041	2.552	2.829
Risco Cambial	443	934	625	955	732
Risco de Acções	171	1.196	1.778	476	1.225
Risco Específico	2.781	3.541	5.975	2.781	3.806
Risco Não Linear	78	176	452	60	334
Risco de Mercadorias	5	9	70	0	25
<b>Risco Global</b>	<b>6.298</b>	<b>8.149</b>	<b>11.400</b>	<b>5.905</b>	<b>7.873</b>

Notas:

1 - Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.

2 - Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium na Polónia, Millennium Bank Grécia, Millennium bank Turquia e Banca Millennium (Roménia).

Considerando os limites definidos e os fundos próprios, o nível de risco assumido pelas as posições tomadas em qualquer das carteiras pode ser considerado como reduzido.

#### MONITORIZAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO

O actual sistema de controlo e gestão dos riscos de mercado é o reflexo da contínua revisão das melhores práticas, procurando assegurar uma actuação cada vez mais eficaz e o alinhamento com os requisitos regulamentares a que o Grupo está sujeito.

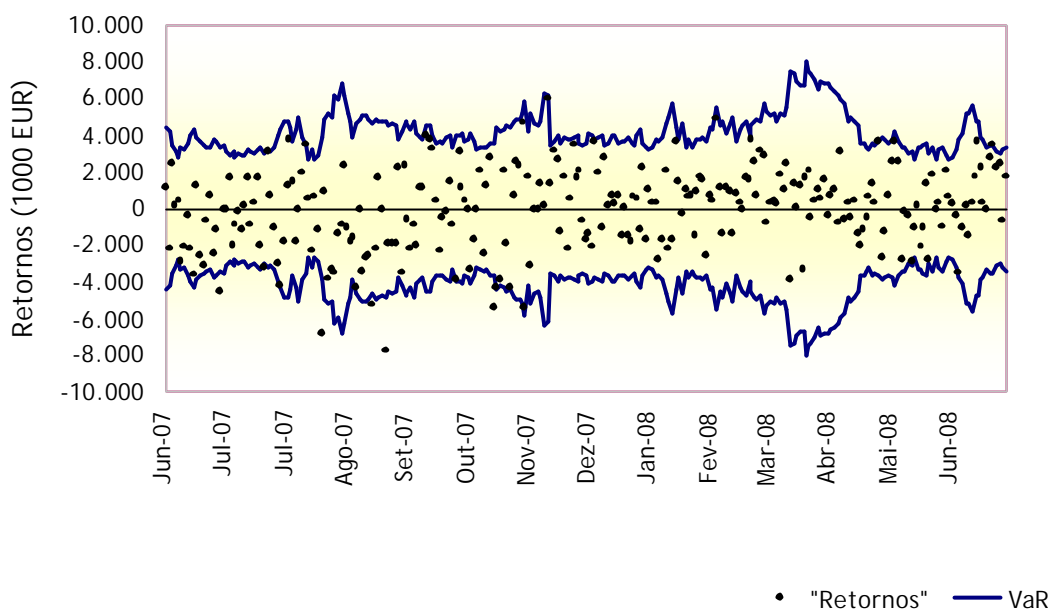
Na quantificação dos riscos incorridos - que se pretende sistemática e completa - vários testes, têm vindo a ser progressivamente desenvolvidos e implementados.

A monitorização dos riscos de mercado, nas diversas carteiras, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades e que envolvem a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo, baseados em regras de alocação por Entidade, áreas de gestão e tipologias de risco.

De modo a assegurar que o modelo interno é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, são efectuadas diversas validações, com diferentes abrangências e frequências e que incluem *backtesting*, efeitos de diversificação e abrangência dos factores de risco.

O gráfico seguinte, apresenta o *backtesting* hipotético, que confronta os indicadores de VaR com os resultados hipotéticos. Os resultados deste teste estão de acordo com a hipótese de adequação do modelo na avaliação dos riscos incorridos.

### Var - Back Test / Carteira de Negociação



#### ANÁLISE DE SENSIBILIDADE AO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o Balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos *cash-flows* esperados, de acordo com as datas de *repricing*, e o cálculo do impacto no valor económico do Banco resultante de diversos cenários de alteração das curvas de taxas de juro de mercado.

Da análise reportada a 30 de Junho de 2008, a sensibilidade ao risco de taxa de juro do Balanço, calculada pela diferença entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro, descontado às taxas de juro de mercado, e o valor descontado simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de +100 bps, evidencia valores de +94 milhões de euros e de -10 milhões de euros, para as moedas em que o Grupo detém posições mais significativas, respectivamente, euros e dólares.

Apresenta-se, nos quadros seguintes, o impacto no valor económico desse deslocamento em cada uma das áreas de gestão e para cada um dos intervalos de tempo:

Milhares de euros

Posição em 30 de Junho de 2008

**Grupo Millennium**

**Repricing Gap**

EUR	< 1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1Y	1Y - 2Y	2Y - 3Y	3Y - 5Y	5Y - 7Y	> 7Y	TOTAL
Actividade da Área Comercial	-2.287	-14.739	-10.120	24.645	476	484	-10.298	-5.468	-8.883	-26.190
Actividade da Área Estrutural	4.255	13.424	42	17.041	20.672	20.254	37.342	52.456	85.035	250.520
<b>Subtotal</b>	<b>1.968</b>	<b>-1.315</b>	<b>-10.079</b>	<b>41.686</b>	<b>21.148</b>	<b>20.738</b>	<b>27.044</b>	<b>46.988</b>	<b>76.152</b>	<b>224.330</b>
Cobertura de risco	-1.629	-3.988	8.408	-20.092	-20.419	-21.306	-28.029	-46.206	-84.048	-217.310
<b>Total Comercial e Estrutural</b>	<b>339</b>	<b>-5.303</b>	<b>-1.671</b>	<b>21.593</b>	<b>728</b>	<b>-568</b>	<b>-986</b>	<b>782</b>	<b>-7.896</b>	<b>7.020</b>
Financiamento e Cobertura	1.889	19.197	1.459	19.335	201	-41	-126	774	-3.651	39.038
Carteira de Investimento	-20	-2.442	-1.947	-325	-293	345	-260	-1.839	2.422	-4.360
ALM	-11	1	33	363	680	1.075	3.111	23.196	24.401	52.850
<b>Total da carteira bancária</b>	<b>2.197</b>	<b>11.453</b>	<b>-2.125</b>	<b>40.961</b>	<b>1.316</b>	<b>811</b>	<b>1.740</b>	<b>22.913</b>	<b>15.276</b>	<b>94.548</b>
USD	< 1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1Y	1Y - 2Y	2Y - 3Y	3Y - 5Y	5Y - 7Y	> 7Y	TOTAL
Actividade da Área Comercial	-167	-712	-2.217	-1.930	-3.539	-1	-120	1.159	4.069	-3.458
Actividade da Área Estrutural	934	104	-34	70	-14	0	0	0	0	1.059
<b>Subtotal</b>	<b>767</b>	<b>-608</b>	<b>-2.251</b>	<b>-1.861</b>	<b>-3.554</b>	<b>-1</b>	<b>-120</b>	<b>1.159</b>	<b>4.069</b>	<b>-2.398</b>
Cobertura de risco	-791	-415	-467	-563	-23	-1.220	235	104	79	-3.060
<b>Total Comercial e Estrutural</b>	<b>-24</b>	<b>-1.023</b>	<b>-2.718</b>	<b>-2.424</b>	<b>-3.576</b>	<b>-1.221</b>	<b>116</b>	<b>1.264</b>	<b>4.148</b>	<b>-5.458</b>
Financiamento e Cobertura	806	-852	-1.618	498	-10	0	0	0	0	-1.176
Carteira de Investimento	-32	-14	-7	-262	-102	-704	-573	-264	-2.287	-4.245
ALM	-23	-58	136	21	3	-14	91	26	60	242
<b>Total da carteira bancária</b>	<b>727</b>	<b>-1.947</b>	<b>-4.206</b>	<b>-2.161</b>	<b>-3.685</b>	<b>-1.939</b>	<b>-367</b>	<b>1.026</b>	<b>1.921</b>	<b>-10.637</b>

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o mismatch de taxa juro das posições de risco associadas à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

As posições de risco que não sejam objecto de cobertura específica com o mercado são transferidas, através de operações internas, para as áreas de mercados passando a partir desse momento a fazer parte integrante das respectivas carteiras, sendo como tal avaliadas diariamente com base na metodologia de VaR.

**CAPITAL ECONÓMICO**

No âmbito do ICAM os riscos de mercado são avaliados, igualmente, com base na metodologia VaR aplicando-se os ajustamentos de escala apropriados a cada uma das carteiras.

Para a carteira de negociação é considerado um horizonte temporal de 90 dias e para a carteira bancária, é considerado um horizonte temporal de um ano, tanto no que diz respeito ao risco de taxa de juro, como ao risco de participações financeiras.

No caso das participações financeiras a volatilidade dos retornos é obtida a partir de séries históricas dos preços de acções dessas empresas, quando cotadas, ou a partir de índices construídos para o efeito, quando as acções não se encontrem cotadas em Bolsa.

O capital económico associado aos riscos de mercado correspondia, em Junho de 2008, a 19% do total não diversificado. O risco de mercado mais significativo é o relativo às participações financeiras que representava, à mesma data, 13% do capital económico total do grupo antes dos efeitos de diversificação.

---

## Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores ao valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que está sujeito.

A gestão da posição de liquidez do Grupo é feita de uma forma centralizada para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez das participadas são, maioritariamente, ultrapassados por via de operações concretizadas com o Millennium bcp.

A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo *Group Treasurer*, cabendo-lhe ainda a coordenação ao nível de cada Entidade das diferentes unidades de gestão de liquidez.

Este coordena igualmente as Entidades do Grupo no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos e que assegura a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural, o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

Iniciou-se em Dezembro de 2007 a actividade do CALCO do Grupo, entre as suas principais funções estão estabelecer os princípios de gestão de Activos e Passivos numa base consolidada e de cada balanço de entidade individualmente.

O Grupo tem efectuado ao longo dos anos operações de titularização (securitizações) de crédito a particulares, incluindo à habitação e crédito ao consumo, e também de crédito a empresas. As securitizações de crédito são usadas como instrumento de gestão de liquidez e capital, tendo como objectivos o financiamento da actividade do Grupo e, em determinadas circunstâncias, a libertação de capital. O Grupo não detém qualquer exposição a Special Purpose Entities (SPE), para além da que resulta das securitizações da normal actividade de crédito, descritas nas Notas 21 e 45 às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, as políticas contabilísticas relativas a SPEs e securitizações não se alteraram nos últimos 12 meses.

### EVOLUÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008

A evolução da carteira de negócios verificada nos últimos anos, em que se verificaram crescimentos significativos da carteira de crédito quando comparados com as alterações verificadas ao nível dos recursos totais, implicaram o recurso a novas fontes de financiamento.

Pela dimensão que hoje representam no Balanço destacam-se as operações de securitização, as emissões de títulos ao abrigo do programa de *Euro Medium Term Notes* e as operações de financiamento de médio e longo prazo contratadas junto de instituições financeiras.

A situação enfrentada nos mercados financeiros durante o primeiro semestre de 2008 foi particularmente desafiante no que concerne à gestão do risco de liquidez. A falta de confiança sentida entre as diversas entidades financeiras fez com os principais mercados de financiamento habitualmente utilizados tivessem volumes de operações muito reduzidos em relação ao que historicamente se verificava.

Apesar desta situação o Grupo conseguiu melhorar a situação geral de Liquidez durante este semestre. A dependência do financiamento de curto prazo no Mercado Monetário reduziu-se substancialmente de 8.500 milhões de euros em Dezembro de 2007 para 7.600 milhões de euros a Junho de 2008, isto apesar do crescimento da actividade do Grupo.

As necessidades de financiamento decorrentes da actividade foram obtidas de formas diversas, mas das quais se podem destacar a emissão de 1.500 milhões de euros de *Covered Bonds* a dois anos bem como uma emissão de EMTN para o mesmo prazo no montante de 1.250 milhões de euros. Para além destas o Banco realizou igualmente um aumento de capital durante o semestre que teve igualmente reflexo em termos de liquidez obtida.

Um outro vector de actuação do Grupo durante este período, no que respeita a este risco tem a ver com o acréscimo de títulos descontáveis junto do BCE que o Grupo mantém no balanço como forma de prevenção para uma eventual deterioração das condições dos mercados de financiamento.

O volume destes títulos no final de Junho de 2008 era de 3,100 milhões de euros o que representa um acréscimo de 2,500 milhões de euros em relação aos montantes disponíveis no final de 2007.

---

## MEDIDAS DE AVALIAÇÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efectuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de *cash-flows* para períodos de, respectivamente, 3 dias e 3 meses.

Paralelamente, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando todos factores que justificam as variações ocorridas.

São igualmente efectuados *stress tests* de liquidez, para os cenários de crise de específica e de mercado, de forma a melhor se caracterizar o perfil do risco de liquidez no Banco, assegurando-se que o Grupo e cada uma das suas subsidiárias está numa posição de cumprir as suas obrigações na ocorrência de uma situação de crise. Os resultados destes testes contribuem para a preparação e avaliação do plano de contingência de liquidez, adiante referido, e para as decisões correntes de gestão.

## PLANO DE LIQUIDEZ

O Plano de Liquidez define a estrutura de financiamento desejada para o Banco. Este é formulado a nível consolidado e das principais subsidiárias, sendo parte integrante do processo de orçamento. É de importância relevante para o Banco sendo monitorizado de uma forma regular.

Já no que se refere às prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma crise de liquidez, estas são definidas no Plano de Contingência de Liquidez. Este plano é revisto pelo menos, uma vez por ano, assume a contínua monitorização das condições de mercado e o estabelecimento de níveis de protecção, antecipação e tomada de decisões imediatas, através da activação do Comité de Gestão de Crises de Liquidez.

## CAPITAL ECONÓMICO

No âmbito do ICAM, o capital económico relativo ao risco de liquidez representa o acréscimo de custos associado a condições de mercado adversas que possam envolver, conjuntamente, o aumento acentuado das necessidades de financiamento, um aumento dos *spreads* de financiamento no mercado e a degradação da notação de rating atribuída ao Banco, com base em cenários, aos quais, no seu conjunto, é atribuída uma probabilidade compatível com o nível de confiança do modelo.

Em Junho de 2008 o capital económico do risco de liquidez correspondia a 4% do capital total antes de efeitos de diversificação.

## Risco do Fundo de Pensões

No *framework* global de monitorização, controlo e gestão do risco do Grupo, enquadra-se também o risco relativo ao Fundo de Pensões com Benefício Definido, que consiste na eventual necessidade do Grupo contribuir com dotações extraordinárias para este Fundo de Pensões, num cenário de desvalorização dos activos que compõem o fundo ou de uma diminuição não antecipada do retorno desses activos.

Com efeito, perante um cenário desta natureza, o Grupo ver-se-ia na contingência de efectuar contribuições não previstas, por forma a manter os benefícios definidos pelo fundo. A incorporação deste tipo de risco no ICAM e o respectivo cálculo de capital económico baseiam-se na probabilidade de ocorrência deste tipo de cenários de evolução negativa no futuro.

A regular monitorização deste risco e o acompanhamento da respectiva gestão cabe à *Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões*.

O risco do fundo de pensões representava, em Junho de 2008, 25% do capital total não diversificado.

A manter-se a conjuntura globalmente negativa de evolução dos mercados, com o conseqüente impacto na valorização dos activos do fundo de pensões, aumentaria a probabilidade de ocorrência de um impacto negativo nos rácios de solvabilidade do Grupo no final do exercício em curso.

---

### **Risco de Negócio e Estratégico**

Conceptualmente, a ocorrência destes riscos originará perdas nos resultados (ou no capital) do Grupo, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, de falhas na implementação de decisões ou da falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

A variação de cotação da acção BCP constitui-se como um indicador relevante enquanto base de medição deste tipo de riscos, sendo a respectiva quantificação efectuada no âmbito do modelo interno de avaliação das necessidades de fundos próprios e da respectiva alocação às diversas áreas de negócio (ICAM).

Nesta perspectiva, o cálculo do capital económico associado a este tipo de riscos é efectuado a partir da evolução e níveis de cotação da acção BCP, após dedução da influência externa do mercado accionista, estimada a partir de séries cronológicas de cotações dos maiores bancos cotados na Euronext Lisbon.

O capital económico associado a este risco correspondia, em Junho de 2008, a 12% do capital total antes de diversificação.

## ACÇÃO BCP

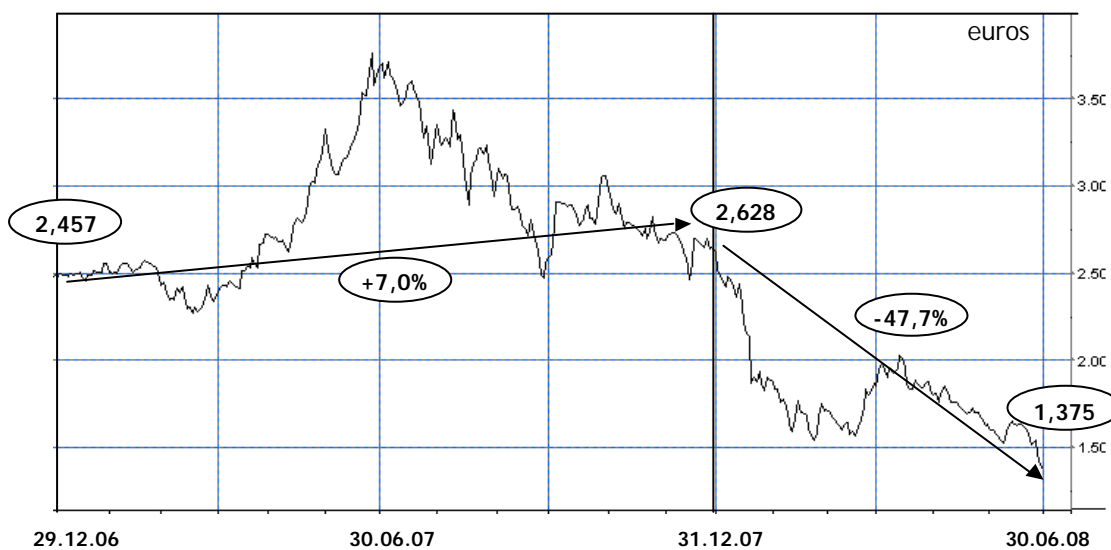
A conjuntura económica e financeira adversa no primeiro semestre de 2008, marcada pela repercussão dos efeitos da "crise do *subprime*" e do aumento sustentado dos preços dos combustíveis e de alguns bens alimentares, teve um impacto muito negativo nos mercados accionistas, com os principais índices a anularem nos primeiros seis meses do ano os ganhos registados no último ano. O sector financeiro foi particularmente penalizado, tendo o índice dos Bancos Europeus BEBANKS registado uma desvalorização de 32,4% no primeiro semestre.

Índices	Variação % em 2007	Variação % no 1º Semestre de 2008
PSI20	+16,4%	-31,7%
BEBANKS	-16,5%	-32,4%
IBEX	+7,3%	-20,7%
FTSE	+4,1%	-13,1%
DAX	+22,3%	-20,4%
CAC	+1,5%	-21,2%
Dow Jones	+7,2%	-15,1%
Nasdaq	+10,7%	-14,3%
S&P500	+4,2%	-13,4%

Fonte: Bloomberg

No período compreendido entre 29 de Dezembro de 2007 e 30 de Junho de 2008 as acções BCP registaram um valor mínimo de 1,355 euros, um valor máximo de 2,6816 euros e um valor médio de 1,8059 euros, tendo atingido no final do período a cotação de 1,375 euros, o que corresponde a uma desvalorização de 47,7% face ao final de 2007.

### Evolução da acção entre 29 de Dezembro de 2006 e 30 de Junho de 2008



Fonte: Bloomberg

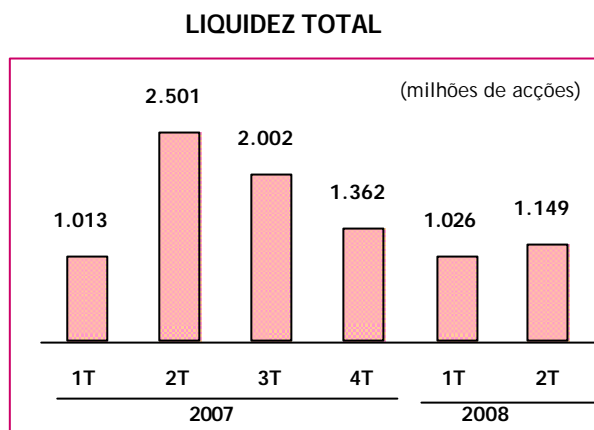
	Cotação
Cotação a 31 de Dezembro de 2007	2,628 euros
Cotação a 30 de Junho de 2008	1,375
Cotação média no semestre	1,7993 euros
Cotação mínima (30 de Junho de 2008)	1,355 euros
Cotação máxima (2 de Janeiro de 2008)	2,6456 euros
Valorização da cotação de 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Junho de 2008	-47,7%
Capitalização Bolsista em 30 de Junho de 2008	6,5 mil milhões de euros



---

## Liquidez

A acção BCP continua a ser um dos títulos com maior liquidez no mercado nacional, tendo sido transaccionadas durante o primeiro semestre de 2008 2.175 milhões de acções, o que corresponde a um volume médio diário de 17,3 milhões de acções e a uma diminuição de 34% face ao número total de acções transaccionadas no último semestre de 2007, acompanhando a forte redução de liquidez registada nos mercados accionistas. Em termos de volume de negócios, as acções BCP representaram 13% (4,2 mil milhões de euros) do volume global de transacções no segmento de acções do mercado regulamentado de Lisboa e 14% do volume de transacções das empresas do PSI20.



## Aumento de Capital

No final do primeiro trimestre, o Banco realizou um aumento de capital, através da emissão de direitos de subscrição, no montante de 1,3 mil milhões de euros. O aumento de capital foi totalmente subscrito, resultando na emissão de 1.083.270.433 novas acções. Destaca-se o forte apoio da base de accionistas, com 1.071.230.855 acções subscritas na sequência do exercício dos direitos de subscrição, representando 98,9% de aceitação. Foram disponibilizadas para rateio 12.039.578 acções, tendo assim os pedidos suplementares de acções totalizado 1.292.988.792 acções. A procura total ascendeu a 2.364.219.647 acções, ou seja 218% do total de acções da oferta.

## Acções Próprias

De acordo com a deliberação aprovada em Assembleia Geral de Accionistas do Banco Comercial Português, o Banco pode adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco Comercial Português, S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No decurso da primeira metade do exercício de 2008, o Banco não realizou operações de compra ou venda de acções próprias. Em 30 de Junho de 2008, o Banco Comercial Português, S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No âmbito das respectivas actividades comerciais correntes, que envolvem actuação regular nos mercados accionistas, outras entidades incluídas no perímetro de consolidação eram detentoras de um total de 8.629.347 acções do Banco Comercial Português, representando 0,2% do capital social, em 30 de Junho de 2008.

**PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

<b>Accionista</b>	<b>Nº Acções</b>	<b>% do Capital Social</b>	<b>% dos Direitos de Voto</b>
<b>Sonangol</b>	<b>469.000.000</b>	<b>9,990%</b>	<b>9,990%</b>
<b>Grupo Teixeira Duarte</b>			
Teixeira Duarte Soc. Gest. Part. Sociais, S.A.	45.800.000	0,976%	0,976%
Teixeira Duarte Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários S.A.			
Tedal	156.705.992	3,338%	3,338%
C+PA	102.483.872	2,183%	2,183%
Arenopor Investimentos SGPS	19.000.000	0,405%	0,405%
Outros (Membros dos Órgãos de Administração)	29.755.718	0,634%	0,634%
<b>Total</b>	<b>353.745.582</b>	<b>7,535%</b>	<b>7,535%</b>
<b>Grupo Eureka (1)</b>			
Eureka BV	216.444.868	4,611%	4,611%
Achmea Holding NV	115.511.380	2,461%	2,461%
<b>Total</b>	<b>331.956.248</b>	<b>7,071%</b>	<b>7,071%</b>
<b>Grupo José Berardo</b>			
Fundação José Berardo	196.324.440	4,182%	4,182%
Fundação José Berardo (ao abrigo de Equity Swap celebrado com BES)	29.710.526	0,633%	0,633%
Metalgest	63.328.399	1,349%	1,349%
Moagens Associadas S.A.	13.245	0,000%	0,000%
Cotrancer, S.A.	13.245	0,000%	0,000%
Bacalhôa, Vinhos de Portugal S.A.	10.596	0,000%	0,000%
Kendon Properties	721.480	0,015%	0,015%
Membros dos Órgãos Sociais de duas empresas	18.048	0,000%	0,000%
<b>Total</b>	<b>290.139.979</b>	<b>6,180%</b>	<b>6,180%</b>
<b>Banco Sabadell</b>			
Bansabadell Holding SL	208.177.676	4,434%	4,434%
<b>Total</b>	<b>208.177.676</b>	<b>4,434%</b>	<b>4,434%</b>
<b>Grupo Caixa Geral de Depósitos</b>			
Caixa Geral de Depósitos (participação estratégica)	153.830.235	3,277%	3,277%
Caixa Geral de Depósitos (carteira de negociação)	913.585	0,019%	0,019%
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	22.968.633	0,489%	0,489%
Companhia de Seguros Império-Bonança, S.A.	203.421	0,004%	0,004%
Cares - Companhia de Seguros	26.014	0,001%	0,001%
Multicare	21.544	0,000%	0,000%
Via Directa	7.098	0,000%	0,000%
<b>Total</b>	<b>177.970.530</b>	<b>3,791%</b>	<b>3,791%</b>
<b>Grupo EDP (2)</b>			
EDP -Imobiliária e Participações, S.A.	123.509.341	2,631%	2,631%
093X - Telecomunicações Celulares, S.A.	28.167.603	0,600%	0,600%
<b>Total</b>	<b>151.676.944</b>	<b>3,231%</b>	<b>3,231%</b>
<b>Grupo JPMorgan</b>			
J.P. Morgan Securities LTD (acções ordinárias + interesses decorrentes de opções)	135.929.238	2,895%	2,895%
J.P. Morgan Investment Management Inc.	1.056.592	0,023%	0,023%
J.P. Morgan Whitefriars Inc.	29.748	0,001%	0,001%
Bear Sterns Securities Corp	340.652	0,007%	0,007%
<b>Total</b>	<b>137.356.230</b>	<b>2,926%</b>	<b>2,926%</b>

(continua)

(continuação)

Accionista	Nº Acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto
<b>UBS</b>			
UBS AG	122.801.990	2,616%	2,616%
UBS AG - Clients	7.251.794	0,154%	0,154%
UBS Global Asset Management Life	671.715	0,014%	0,014%
UBS Global Asset Management Deutschland	93.822	0,002%	0,002%
UBS Deutschland AG	32.499	0,001%	0,001%
UBS Global Asset Management UK	116.194	0,002%	0,002%
UBS Bank Canada	1.680	0,000%	0,000%
UBS Fund Services Luxembourg	1.219.827	0,026%	0,026%
UBS Luxembourg	10.000	0,000%	0,000%
UBS Fund Management Switzerland	270.833	0,006%	0,006%
UBS Global Asset Management France	1.274.281	0,027%	0,027%
UBS Global Asset Management Japan	2.622	0,000%	0,000%
<b>Total</b>	<b>133.747.257</b>	<b>2,849%</b>	<b>2,849%</b>
<b>Sogema SGPS S.A</b>	<b>128.521.305</b>	<b>2,738%</b>	<b>2,738%</b>
Imo-Mague	65.255	0,001%	0,001%
Finova SGPS	65.255	0,001%	0,001%
Membros de Órgãos Sociais	2.294	0,000%	0,000%
<b>Total</b>	<b>128.654.109</b>	<b>2,740%</b>	<b>2,740%</b>
<b>Grupo BPI (3)</b>			
Banco BPI, S.A. - carteira própria	47.303.477	1,008%	1,008%
Banco Português de Investimento, S.A. - carteira própria	92.499	0,002%	0,002%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	56.827.354	1,210%	1,210%
Fundo de Pensões do Banco BPI	17.445.133	0,372%	0,372%
<b>Total</b>	<b>121.668.463</b>	<b>2,592%</b>	<b>2,592%</b>
<b>Privado Financeiras S.A</b>			
Privado Financeiras - carteira própria	108.599.093	2,313%	2,313%
Banco Privado Português, S.A. - Gestão Carteiras Clientes	925.003	0,020%	0,020%
<b>Total</b>	<b>109.524.096</b>	<b>2,333%</b>	<b>2,333%</b>
<b>Grupo Stanley Ho</b>			
Energy Finance	76.112.854	1,621%	1,621%
Stanley Ho Hung Sun	30.142.080	0,642%	0,642%
<b>Total</b>	<b>106.254.934</b>	<b>2,263%</b>	<b>2,263%</b>
<b>SFGP - Investimentos e Participações, SGPS</b>	<b>56.318.231</b>	<b>1,200%</b>	<b>1,200%</b>
IPG - Investimentos, participações e Gestão SGPS S.A.	45.744.624	0,974%	0,974%
<b>Total</b>	<b>102.062.855</b>	<b>2,174%</b>	<b>2,174%</b>
<b>Total Participações Qualificadas</b>	<b>2.821.934.903</b>	<b>60,110%</b>	<b>60,110%</b>

Fonte: Informação recebida dos Accionistas.

(1) Apesar da Eureko ter contratado um conjunto de operações de derivados com a JP Morgan sobre 135.238.429 acções BCP, a CMVM considera que os direitos de voto inerentes a estas acções deverão ser imputados à Eureko, aumentando, desta forma, a sua participação para 9,95% dos direitos de voto.

(2) O Fundo de Pensões da EDP detinha em 30 de Junho de 2008, 51.873.488 acções, correspondentes a 1,105% do capital do Banco.

(3) Esta participação foi reduzida para 1,965% em 11 de Julho de 2008.



**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

30 DE JUNHO

2 0 0 8



# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

## Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de seis meses findos em 30 de Junho de 2008 e 2007

	Notas	30 Junho 2008	30 Junho 2007
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	2.514.900	2.029.687
Juros e custos equiparados	3	<u>(1.672.964)</u>	<u>(1.260.885)</u>
Margem financeira		841.936	768.802
Rendimentos de instrumentos de capital	4	29.323	22.596
Resultados de serviços e comissões	5	367.689	294.371
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	82.015	129.785
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	<u>(196.181)</u>	<u>(5.612)</u>
Outros proveitos de exploração	8	<u>40.758</u>	<u>43.295</u>
		1.165.540	1.253.237
Outros resultados de actividades não bancárias		<u>8.288</u>	<u>9.790</u>
Total de proveitos operacionais		<u>1.173.828</u>	<u>1.263.027</u>
Custos com o pessoal	9	451.510	435.491
Outros gastos administrativos	10	311.818	282.898
Amortizações do exercício	11	<u>54.147</u>	<u>52.989</u>
Total de custos operacionais		<u>817.475</u>	<u>771.378</u>
		356.353	491.649
Imparidade do crédito	12	(205.851)	(97.751)
Imparidade de outros activos	28	(21.541)	(12.096)
Outras provisões	13	<u>27.691</u>	<u>(6.836)</u>
Resultado operacional		156.652	374.966
Resultados por equivalência patrimonial	14	28.409	29.729
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	<u>(454)</u>	<u>(916)</u>
Resultado antes de impostos		184.607	403.779
Impostos			
Correntes	16	(25.412)	(16.926)
Diferidos	16	<u>(24.833)</u>	<u>(52.505)</u>
Resultado após impostos		<u>134.362</u>	<u>334.348</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Accionistas do Banco		101.358	307.868
Interesses minoritários	41	<u>33.004</u>	<u>26.480</u>
Lucro do período		<u>134.362</u>	<u>334.348</u>
Resultado por acção (em euros)	17		
Básico		0,04	0,14
Diluído		0,04	0,14

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

## Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

	Notas	30 Junho 2008	31 Dezembro 2007
(Milhares de Euros)			
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.951.747	1.958.239
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	695.849	820.699
Aplicações em instituições de crédito	20	7.189.891	6.482.038
Créditos a clientes	21	69.534.060	65.650.449
Activos financeiros detidos para negociação	22	3.920.302	3.084.892
Activos financeiros disponíveis para venda	22	4.465.508	4.418.534
Activos com acordo de recompra		51.661	8.016
Derivados de cobertura	23	149.691	131.069
Investimentos detidos até à maturidade		5.575	-
Investimentos em associadas	24	285.569	316.399
Outros activos tangíveis	25	709.199	699.094
Goodwill e activos intangíveis	26	534.934	536.533
Activos por impostos correntes		46.755	29.913
Activos por impostos diferidos	27	603.543	650.636
Outros activos	28	3.565.246	3.379.650
		<u>93.709.530</u>	<u>88.166.161</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de bancos centrais		1.564.626	784.347
Depósitos de outras instituições de crédito	29	8.237.932	8.648.135
Depósitos de clientes	30	41.964.378	39.246.611
Títulos de dívida emitidos	31	25.912.544	26.798.490
Passivos financeiros detidos para negociação	32	1.171.785	1.304.265
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	33	3.395.911	1.755.047
Derivados de cobertura	23	208.621	116.768
Provisões	34	211.592	246.949
Passivos subordinados	35	2.850.516	2.925.128
Passivos por impostos correntes		19.573	41.363
Passivos por impostos diferidos	27	554	46
Outros passivos	36	1.930.467	1.399.757
Total do Passivo		<u>87.468.499</u>	<u>83.266.906</u>
<b>Situação Líquida</b>			
Capital	37	4.694.600	3.611.330
Títulos próprios	40	(65.134)	(58.436)
Prémio de emissão		183.369	881.707
Ações preferenciais	37	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	39	173.852	218.498
Reservas e resultados acumulados	39	(155.669)	(1.598.704)
Lucro líquido de período atribuível aos accionistas do Banco		<u>101.358</u>	<u>563.287</u>
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo		5.932.376	4.617.682
Interesses minoritários	41	<u>308.655</u>	<u>281.573</u>
Total da Situação Líquida		<u>6.241.031</u>	<u>4.899.255</u>
		<u>93.709.530</u>	<u>88.166.161</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados**  
**para o período de seis meses findos em 30 de Junho de 2008 e 2007**

	<b>30 Junho 2008</b>	<b>30 Junho 2007</b>
	(Milhares de Euros)	
<b><i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i></b>		
Juros recebidos	2.445.426	1.979.274
Comissões recebidas	451.271	488.813
Recebimentos por prestação de serviços	43.511	185.808
Pagamento de juros	(1.624.656)	(1.310.138)
Pagamento de comissões	(144.018)	(259.357)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	43.198	62.598
Prémios de seguros recebidos	9.142	8.048
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(5.884)	(4.697)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(909.757)	(847.604)
	<b>308.233</b>	<b>302.745</b>
<b><i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i></b>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(2.099.279)	(1.796.521)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	1.287.973	47.968
Fundos adiantados a clientes	(4.132.598)	(3.479.853)
Títulos negociáveis a curto prazo	(686.855)	(539.808)
<b><i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i></b>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	(143.280)	165.047
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	573.718	(1.837.767)
Débitos para com clientes – à vista	(396.868)	85.987
Débitos para com clientes – a prazo	3.066.659	1.240.405
	(2.222.297)	(5.811.797)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	26.399	14.256
	<b>(2.195.898)</b>	<b>(5.797.541)</b>
<b><i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i></b>		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	-	-
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(1.994)	(16.720)
Dividendos recebidos	34.598	45.704
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	93.951	78.866
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	17.141.119	10.542.914
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(32.172.686)	(17.272.973)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	14.102.176	6.222.846
Compra de imobilizações	(84.608)	(45.371)
Venda de imobilizações	16.357	14.411
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(195.228)	(71.218)
	<b>(1.066.315)</b>	<b>(501.541)</b>
<b><i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i></b>		
Emissão de dívida subordinada	935	-
Reembolso de dívida subordinada	(32.279)	(86.568)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	3.786.061	5.920.135
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(1.474.083)	(1.426.006)
Emissão de papel comercial	9.537.032	10.439.158
Reembolso de papel comercial	(10.696.363)	(8.744.232)
Aumento de capital	1.083.270	-
Prémio de emissão	183.369	-
Dividendos pagos	-	(173.344)
Dividendos pagos a interesses minoritários	(19.505)	(15.785)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	623.434	(25.576)
	<b>2.991.871</b>	<b>5.887.782</b>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	26.817	16.082
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	(243.525)	(395.218)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.474.592	1.523.405
Caixa (nota 18)	535.218	510.583
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	695.849	617.604
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>1.231.067</b>	<b>1.128.187</b>

## BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

### Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada para os seis meses findos em 30 de Junho de 2008 e 2007

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Acções preferenciais	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas	Reservas livres	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses minoritários
						justo valor e Cobertura Fluxo de Caixa	e resultados acumulados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (reexpresso)	4.854.661	3.611.330	1.000.000	881.707	481.300	442.889	1.117.117	(2.883.580)	(22.150)	226.048
Constituição de reservas:										
Reserva legal	-	-	-	-	60.902	-	(60.902)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	19.000	-	(19.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2007	(173.344)	-	-	-	-	-	(173.344)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	307.868	-	-	-	-	-	307.868	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários	26.480	-	-	-	-	-	-	-	-	26.480
Dividendos acções preferenciais	(27.717)	-	-	-	-	-	(27.717)	-	-	-
Títulos próprios	(2.572)	-	-	-	-	-	-	-	(2.572)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	16.083	-	-	-	-	-	16.083	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)										
Activos financeiros disponíveis para venda	29.593	-	-	-	-	29.593	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	(580)	-	-	-	-	(580)	-	-	-	-
Interesses minoritários	(10.259)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.259)
Outras reservas de consolidação (nota 39)	4.156	-	-	-	-	-	4.156	-	-	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2007</b>	<b>5.024.369</b>	<b>3.611.330</b>	<b>1.000.000</b>	<b>881.707</b>	<b>561.202</b>	<b>471.902</b>	<b>1.164.261</b>	<b>(2.883.580)</b>	<b>(24.722)</b>	<b>242.269</b>
Dividendos distribuídos em 2007	(133.619)	-	-	-	-	-	(133.619)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	255.419	-	-	-	-	-	255.419	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários	28.879	-	-	-	-	-	-	-	-	28.879
Dividendos acções preferenciais	(21.193)	-	-	-	-	-	(21.193)	-	-	-
Títulos próprios	(33.714)	-	-	-	-	-	-	-	(33.714)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	22.304	-	-	-	-	-	22.304	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)										
Activos financeiros disponíveis para venda	(253.608)	-	-	-	-	(253.608)	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	204	-	-	-	-	204	-	-	-	-
Interesses minoritários	10.425	-	-	-	-	-	-	-	-	10.425
Outras reservas de consolidação (nota 39)	(211)	-	-	-	-	-	(211)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>4.899.255</b>	<b>3.611.330</b>	<b>1.000.000</b>	<b>881.707</b>	<b>561.202</b>	<b>218.498</b>	<b>1.286.961</b>	<b>(2.883.580)</b>	<b>(58.436)</b>	<b>281.573</b>
Reversão de reservas:										
Prémio de emissão	-	-	-	(881.707)	-	-	881.707	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	(96.911)	-	96.911	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	(84.000)	-	84.000	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	101.358	-	-	-	-	-	101.358	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários	33.004	-	-	-	-	-	-	-	-	33.004
Aumento de capital por emissão de 1.083.270.433 acções (nota 37)	1.299.924	1.083.270	-	216.654	-	-	-	-	-	-
Despesas de registo do aumento de capital	(33.285)	-	-	(33.285)	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(27.715)	-	-	-	-	-	(27.715)	-	-	-
Títulos próprios	(6.698)	-	-	-	-	-	-	-	(6.698)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	26.817	-	-	-	-	-	26.817	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)										
Activos financeiros disponíveis para venda	(44.723)	-	-	-	-	(44.723)	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	77	-	-	-	-	77	-	-	-	-
Interesses minoritários	(5.922)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.922)
Outras reservas de consolidação (nota 39)	(1.061)	-	-	-	-	-	(1.061)	-	-	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2008</b>	<b>6.241.031</b>	<b>4.694.600</b>	<b>1.000.000</b>	<b>183.369</b>	<b>380.291</b>	<b>173.852</b>	<b>2.448.978</b>	<b>(2.883.580)</b>	<b>(65.134)</b>	<b>308.655</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

# **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**

## **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares**

### **30 de Junho de 2008**

#### **1. Políticas contabilísticas**

##### *a) Bases de apresentação*

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas, para os seis meses findos em 30 de Junho de 2008 e 2007.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco em 17 de Julho de 2008. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua regulamentação para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme endossadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 30 de Junho de 2008, o Grupo adoptou o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como a IAS 1 (alterada) - Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 - Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 - Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para os seis meses findos em 30 de Junho de 2008, foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mesuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. As demonstrações financeiras do período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2008 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme referido na nota 1 a) e na nota 54 nas Demonstrações Financeiras anuais de 2007, no âmbito das investigações que estão em curso por parte das autoridades de supervisão, o Conselho de Administração Executivo decidiu proceder à constituição de uma provisão relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas com referência a 1 de Janeiro de 2006.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 ac).

##### *b) Bases de consolidação*

###### *Participações financeiras em subsidiárias*

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

*Investimentos financeiros em associadas*

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

*Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'*

O 'goodwill' resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O 'goodwill' resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o 'goodwill' positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do 'goodwill' é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o 'goodwill' seja negativo, é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

*Entidades de finalidade especial ("SPE")*

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPE, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

*Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em relação aquelas participações financeiras nas reservas. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura e previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

*Investimentos em empresas controladas conjuntamente*

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

*Transacções eliminadas em consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nessas entidades.

*c) Crédito sobre clientes*

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

*Imparidade*

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

*(i) Análise individual*

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos cash flows que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

*(ii) Análise colectiva*

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas de imparidade no exercício em que ocorram.

*d) Instrumentos Financeiros*

*(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

*1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

*1a) Activos financeiros detidos para negociação*

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a estas carteiras são registados em Resultados de Operações Financeiras.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

*1b) Activos ou passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair Value Option")*

O Grupo adoptou o "Fair value option" para certas emissões, crédito e depósitos a prazo efectuados desde o exercício de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa efectiva de cada operação, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados em "Fair Value Option".

*2) Activos financeiros disponíveis para venda*

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

*3) Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

*(ii) Imparidade*

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de reservas.

*(iii) Derivados embutidos*

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

*e) Contabilidade de cobertura*

*(i) Contabilidade de cobertura*

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não foi aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado foi reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários subjacentes.

*(ii) Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

*(iii) Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

*(iv) Efectividade*

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início das operações e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

*(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira*

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira.

*f) Reclasseificação entre categorias de instrumentos financeiros*

Transferências de e para o portfólio de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

*g) Desreconhecimento*

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos activos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

*h) Instrumentos de capital*

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos sejam pagos pelo Grupo numa base discricionária.

*i) Instrumentos financeiros compostos*

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

*j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra*

*(i) Empréstimo de títulos*

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.



*(ii) Acordos de recompra*

O Grupo realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

*k) Activos não correntes detidos para venda*

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

*l) Locação financeira*

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

*m) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro corrido não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro corrido é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

*n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões*

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira.

*o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)*

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo variações de justo valor e juros de derivados e derivados embutidos) e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, assim como as variações de justo valor dos derivados de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável.

*p) Actividades fiduciárias*

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

*q) Outros activos tangíveis*

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

*r) Activos intangíveis*

*Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento*

O Grupo não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

*Software*

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

*s) Aplicações por recuperação de crédito*

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes, sendo registados na rubrica Outros Activos, uma vez que as condições de venda e o prazo de detenção destes activos poder ser superior a um ano. Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

O Grupo está porém a avaliar as condições de enquadramento destes activos à luz do disposto na IFRS 5 ou alternativamente na IAS 40.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

t) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

w) *Benefícios a empregados*

*Plano de benefícios definidos*

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções colectivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções colectivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do sector bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do 'unwinding' dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidos, que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

*Plano de contribuição definida*

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

*Planos de remuneração com acções*

À data de 30 de Junho de 2008, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

*Remuneração variável paga aos colaboradores*

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

*x) Imposto sobre lucros*

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

*y) Relato por segmentos*

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

**Portugal**

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Empresas e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

**Actividade no Estrangeiro**

- Polónia;
- Grécia.

*z) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

*aa) Resultado por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

*ab) Contratos de seguro*

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

*Prémios*

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

*Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro rata temporis", por cada recibo em vigor.

*ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. O Conselho de Administração Executivo foi nomeado em 15 de Janeiro de 2008, tendo sido utilizados os julgamentos e estimativas, que tiveram em consideração a informação recolhida, através da análise promovida internamente e dos contactos mantidos com a CMVM e o Banco de Portugal no âmbito da acção de supervisão em curso. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

*Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

*Perdas por imparidade em créditos sobre clientes*

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

*Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

*Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)*

O Grupo patrocina a constituição de SPE com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez.

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1 b).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas, nomeadamente no que respeita aos riscos de crédito, liquidação antecipada e taxa de juro poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 21, foram incluídas no perímetro de consolidação os seguintes SPE's resultantes de operações de securitização: NovaFinance nº 3 e 4, Magellan n.º5, Kion e Orchis Sp zo.o. Por outro lado o Grupo não consolidou os seguintes SPE's igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan nº 1, 2, 3 e 4. Para estes SPE's, que estão desreconhecidos no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos SPE's em causa, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

*Impostos sobre os lucros*

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, de que eventuais correcções aos impostos sobre lucros não têm impacto material nas demonstrações financeiras.

*Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

*Goodwill*

Anualmente o Grupo efectua uma avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação, tendo por base o valor de mercado dos investimentos financeiros detidos. De acordo com a IAS 36, na ausência de um mercado activo para a avaliação destes investimentos, o valor de mercado deverá ser determinado com base numa avaliação dos fluxos de caixa estimados futuros, utilizando toda a informação disponível, o que requer a utilização de julgamento.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda**

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Margem financeira	841.936	768.802
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	(114.166)	124.173
	<u>727.770</u>	<u>892.975</u>

**3. Margem financeira**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	2.126.741	1.689.083
Juros de títulos de negociação	65.339	66.923
Juros de títulos disponíveis para venda	93.952	78.888
Juros de depósitos e outras aplicações	228.868	194.793
	<u>2.514.900</u>	<u>2.029.687</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	924.444	657.058
Juros de títulos com acordo de recompra	10.850	18.014
Juros de títulos emitidos	688.047	581.247
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	49.623	4.566
	<u>1.672.964</u>	<u>1.260.885</u>
Margem financeira	<u>841.936</u>	<u>768.802</u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 13.122.000 (30 de Junho de 2007: Euros 12.139.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**4. Rendimentos de instrumentos de capital**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	27.999	22.333
Outros	1.324	263
	<u>29.323</u>	<u>22.596</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos durante o período.

**5. Resultados de serviços e comissões**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	38.276	38.656
Por compromissos perante terceiros	145	210
Por serviços bancários prestados	266.853	255.074
Comissões da actividade seguradora	197	1.050
Outras comissões	138.429	160.242
	<u>443.900</u>	<u>455.232</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	398	326
Por serviços bancários prestados por terceiros	52.837	136.831
Comissões da actividade seguradora	327	318
Outras comissões	22.649	23.386
	<u>76.211</u>	<u>160.861</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>367.689</u>	<u>294.371</u>

A rubrica Comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros incluía em 30 de Junho de 2007 o montante de Euros 88.694.000 relativo a custos incorridos no âmbito da Oferta Pública de Aquisição ('OPA') sobre o Banco BPI, S.A. Os referidos valores foram reconhecidos como um custo em função do insucesso da OPA, em conformidade com o disposto na IFRS 3.



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**6. Resultados em operações de negociação e de cobertura**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Lucros em operações financeiras</i>		
Operações cambiais	2.737.646	1.020.012
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	13.560	59.132
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	86.563	5.908
Outros instrumentos financeiros derivados	991.972	659.881
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	77.308	4.895
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	1.065.568	1.040.509
Instrumentos cobertos	105.666	92.820
Outras operações	33.167	9.866
	<b>5.111.450</b>	<b>2.893.023</b>
<i>Prejuízos em operações financeiras</i>		
Operações cambiais	2.699.444	939.883
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	73.235	68.264
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	133.078	7.238
Outros instrumentos financeiros derivados	921.103	574.542
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	13.043	2.565
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	1.153.509	1.120.692
Instrumentos cobertos	22.673	25.038
Outras operações	13.350	25.016
	<b>5.029.435</b>	<b>2.763.238</b>
Resultados líquidos em operações financeiras	<b>82.015</b>	<b>129.785</b>

As rubricas Resultados em operações de negociação e de cobertura, inclui no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, para os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados o montante de Euros 13.916.000 relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito (spread) de operações.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

**7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	14.215	5.417
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(210.396)	(11.029)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	<u>(196.181)</u>	<u>(5.612)</u>

A rubrica Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda inclui, em 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 202.229.000 relativo ao reconhecimento de perdas por imparidade relativas à participação detida no Banco BPI S.A. em resultado da queda significativa do valor de cotação das suas acções ao longo do primeiro semestre de 2008.

**8. Outros proveitos de exploração**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Prestação de serviços	34.941	29.386
Venda de cheques e outros	13.765	17.043
Outros proveitos de exploração	20.897	27.682
	<u>69.603</u>	<u>74.111</u>
Impostos	18.883	17.041
Donativos e quotizações	1.784	3.515
Outros custos de exploração	8.178	10.260
	<u>28.845</u>	<u>30.816</u>
	<u>40.758</u>	<u>43.295</u>

**9. Custos com o pessoal**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Remunerações	320.877	323.916
Encargos sociais obrigatórios	105.609	94.576
Encargos sociais facultativos	17.643	9.020
Outros custos	7.381	7.979
	<u>451.510</u>	<u>435.491</u>

Conforme referido na nota 45, a rubrica Remunerações inclui, em 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 63.200.000 (30 de Junho de 2007: Euros 39.412.000) relativo ao custo com pensões de reforma do período. A referida rubrica incluía igualmente, em 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 4.585.000 (30 de Junho de 2007: Euro 1.862.000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o período.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**10. Outros gastos administrativos**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Água, energia e combustíveis	10.058	9.111
Material de consumo corrente	5.031	4.875
Rendas e alugueres	70.265	59.458
Comunicações	25.197	23.619
Deslocações, estadias e representações	11.176	12.157
Publicidade	27.746	20.766
Conservação e reparação	21.324	18.173
Cartões e crédito imobiliário	9.777	6.806
Estudos e consultas	11.703	13.874
Informática	11.622	11.492
Outsourcing e trabalho independente	45.615	44.550
Outros serviços especializados	12.674	11.438
Formação do pessoal	1.587	1.513
Seguros	9.390	9.119
Contencioso	4.683	5.323
Transportes	5.480	6.081
Outros fornecimentos e serviços	28.490	24.543
	<b>311.818</b>	<b>282.898</b>

A rubrica Rendas e Alugueres inclui, com referência a 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 59.155.000 (30 de Junho de 2007: Euros 50.029.000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Grupo na condição de locatário.

**11. Amortizações do exercício**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	6.283	6.312
Outros activos intangíveis	1.932	1.898
	<b>8.215</b>	<b>8.210</b>
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	21.681	23.665
Equipamento		
Mobiliário	3.303	4.034
Máquinas	2.464	2.057
Equipamento informático	10.461	7.036
Instalações interiores	3.961	4.285
Viaturas	820	896
Equipamento de segurança	1.460	1.708
Outros activos tangíveis	1.782	1.098
	<b>45.932</b>	<b>44.779</b>
	<b>54.147</b>	<b>52.989</b>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**12. Imparidade do crédito**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	-	296
Reversão do período	(1.763)	-
	<u>(1.763)</u>	<u>296</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	401.255	286.583
Reversão do período	(150.444)	(126.530)
Recuperações de crédito e de juros	(43.197)	(62.598)
	<u>207.614</u>	<u>97.455</u>
	<u><u>205.851</u></u>	<u><u>97.751</u></u>

A rubrica Imparidade de crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de 30 de Junho de cada exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

**13. Outras provisões**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	363	237
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	9.231	9.248
Reversão do período	(7.933)	(7.620)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	89	10.129
Reversão do período	(29.441)	(5.158)
	<u>(27.691)</u>	<u>6.836</u>

**14. Resultados por equivalência patrimonial**

Os principais contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Grupo Millenniumbcp Fortis	33.405	34.137
Amortização do VIF ('Value in Force') do Grupo Millennium bcp Fortis	(9.044)	(9.044)
Outras empresas	4.048	4.636
	<u>28.409</u>	<u>29.729</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos**

A rubrica Resultados de alienação de outros activos corresponde a mais e menos valias decorrentes da venda de imóveis.

**16. Impostos**

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 30 Junho de 2008 e 2007, é analisado como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Imposto corrente	25.412	16.926
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	91.712	26.953
Efeito de alterações de taxa	42	2.870
Prejuízos fiscais utilizados	(66.921)	22.682
	<u>24.833</u>	<u>52.505</u>
	<u>50.245</u>	<u>69.431</u>

A diferença entre a taxa nominal de impostos sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e a taxa efectiva média resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>		<b>Jun 2007</b>	
	<b>%</b>	<b>Euros '000</b>	<b>%</b>	<b>Euros '000</b>
Lucro antes de impostos		184.607		403.779
Taxa de imposto corrente	26,5%	(48.921)	26,5%	(107.001)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-4,5%	8.296	-2,0%	8.036
Despesas não dedutíveis	24,5%	(45.268)	4,5%	(18.244)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis	-23,4%	43.289	-12,2%	49.080
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,7%	1.334	-0,6%	2.354
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	0,8%	(1.440)	-0,9%	3.465
Efeito de taxa	2,0%	(3.757)	0,7%	(2.870)
Correcção de anos anteriores	1,8%	(3.355)	-0,7%	2.808
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro	0,2%	(423)	0,4%	(1.414)
Límite de utilização de benefícios fiscais	0,0%	-	1,4%	(5.645)
	<u>27,2%</u>	<u>(50.245)</u>	<u>17,1%</u>	<u>(69.431)</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

O montante de impostos diferidos em resultados em 30 Junho de 2008 e 2007 é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Activos intangíveis	299	1.083
Outros activos tangíveis	1.917	(206)
Perdas por imparidade	54.099	(11.844)
Pensões de reforma	31.527	23.604
Derivados	-	38.504
Prejuízos fiscais reportáveis	(66.913)	22.697
Outros	3.904	(21.333)
	<b>24.833</b>	<b>52.505</b>
Impostos diferidos	<b>24.833</b>	<b>52.505</b>

#### 17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Resultado líquido	101.358	307.868
Dividendos de acções preferenciais	(24.321)	(24.454)
Resultado líquido ajustado	77.037	283.414
Nº médio de acções	4.225.947.900	4.011.800.698
Resultado por acção básico (euros)	0,04	0,14
Resultado por acção diluído (euros)	0,04	0,14

Em Maio de 2008, na sequência da deliberação da Assembleia Geral, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção.

Este facto foi também considerado no apuramento do número médio de acções utilizado para o cálculo do resultado por acção básico e diluído.

O número médio de acções acima indicado resultou do número de acções existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de acções readquiridas ou emitidas no período depois de ponderado pelo factor tempo.

O valor dos dividendos de acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Caixa	535.218	653.893
Bancos centrais	1.416.529	1.304.346
	<u>1.951.747</u>	<u>1.958.239</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto dos Bancos Centrais dos países em que o Grupo opera que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

**19. Disponibilidades em outras instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Em instituições de crédito no país	1.758	5.454
Em instituições de crédito no estrangeiro	251.972	188.192
Valores a cobrar	442.119	627.053
	<u>695.849</u>	<u>820.699</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

**20. Aplicações em instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco de Portugal	-	1.400.156
Aplicações em outras instituições de crédito no país	915.931	935.618
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	6.275.109	4.149.151
	7.191.040	6.484.925
Crédito vencido - mais de 90 dias	-	222
	7.191.040	6.485.147
Imparidade para riscos de crédito	(1.149)	(3.109)
	<u>7.189.891</u>	<u>6.482.038</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito, são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	3.109	287
Transferências	(212)	236
Dotação do período	-	296
Reversão do período	(1.763)	-
Diferenças cambiais	15	(5)
	<u>1.149</u>	<u>814</u>
Saldo em 30 de Junho	<u><u>1.149</u></u>	<u><u>814</u></u>

## 21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao sector público	694.397	713.355
Crédito com garantias reais	41.405.218	37.250.063
Crédito com outras garantias	12.986.656	12.390.387
Crédito sem garantias	3.808.876	4.805.808
Crédito sobre o estrangeiro	4.233.322	4.425.482
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.572.907	1.492.881
Capital em locação	5.503.393	5.240.222
	<u>70.204.769</u>	<u>66.318.198</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	123.620	69.070
Crédito vencido - mais de 90 dias	536.749	485.513
	<u>70.865.138</u>	<u>66.872.781</u>
Imparidade para riscos de crédito	(1.331.078)	(1.222.332)
	<u><u>69.534.060</u></u>	<u><u>65.650.449</u></u>

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 3.663.594.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 2.667.661.000) relativo a créditos afectos às três emissões de obrigações hipotecárias realizadas em 2008 e 2007.



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito descontado titulado por efeitos	1.283.148	1.413.358
Crédito em conta corrente	5.402.419	5.302.990
Descobertos em depósitos à ordem	2.071.431	1.757.356
Empréstimos	24.997.369	23.529.488
Crédito imobiliário	29.374.102	27.581.903
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.572.907	1.492.881
Capital em locação	5.503.393	5.240.222
	<u>70.204.769</u>	<u>66.318.198</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	123.620	69.070
Crédito vencido - mais de 90 dias	536.749	485.513
	<u>70.865.138</u>	<u>66.872.781</u>
Imparidade para riscos de crédito	(1.331.078)	(1.222.332)
	<u><u>69.534.060</u></u>	<u><u>65.650.449</u></u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	631.127	560.834
Indústrias extractivas	208.367	173.903
Alimentação, bebidas e tabaco	698.200	666.205
Têxteis	686.511	693.895
Madeira e cortiça	334.929	323.583
Papel, artes gráficas e editoras	326.319	333.341
Químicas	1.120.353	1.040.796
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.212.140	1.193.459
Electricidade, água e gás	778.991	596.709
Construção	5.562.700	5.222.023
Comércio a retalho	2.134.309	2.051.574
Comércio por grosso	3.183.432	3.031.246
Restaurantes e hotéis	1.147.952	1.095.196
Transportes e comunicações	1.992.385	1.887.527
Serviços	12.703.935	11.841.191
Crédito ao consumo	4.797.126	4.645.345
Crédito hipotecário	26.953.767	25.502.914
Outras actividades nacionais	900.516	935.159
Outras actividades internacionais	5.492.079	5.077.881
	<u>70.865.138</u>	<u>66.872.781</u>
Imparidade para riscos de crédito	(1.331.078)	(1.222.332)
	<u><u>69.534.060</u></u>	<u><u>65.650.449</u></u>

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito das seguintes operações:

- securitizações tradicionais detidas por SPE sujeitos a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).
- securitizações sintéticas.

As operações de securitização celebradas pelo Grupo BCP respeitam na sua maior parte a créditos hipotecários, empréstimos a empresas e créditos ao consumo. As securitizações tradicionais e sintéticas celebradas são concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPE). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPE são incluídas na consolidação pelo método integral.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	<b>Jun 2008</b>		
	<b>Tradicionais</b>	<b>Sintéticas</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao consumo	713.579	-	713.579
Crédito hipotecário	1.859.666	-	1.859.666
Leasing	241.055	-	241.055
Empréstimos a empresas	-	2.986.827	2.986.827
	<u>2.814.300</u>	<u>2.986.827</u>	<u>5.801.127</u>
	<b>Dez 2007</b>		
	<b>Tradicionais</b>	<b>Sintéticas</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao consumo	747.219	-	747.219
Crédito hipotecário	413.096	-	413.096
Leasing	209.021	-	209.021
Empréstimos a empresas	-	2.762.024	2.762.024
	<u>1.369.336</u>	<u>2.762.024</u>	<u>4.131.360</u>

Durante o primeiro semestre de 2008, o Grupo procedeu à emissão de um operação de securitização, Magellan n.º5 (crédito à habitação) emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euros 1.499.689.000. Em função das suas características e de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g) esta operação não deu lugar a desreconhecimento nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A carteira de crédito do Grupo dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito total	<u>79.100.766</u>	<u>74.909.770</u>
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Valor bruto	3.431.055	3.314.167
Imparidade	<u>766.799</u>	<u>649.141</u>
Valor líquido	<u>2.664.256</u>	<u>2.665.026</u>
Análise paramétrica		
Valor bruto	3.564.030	3.552.381
Imparidade	<u>313.450</u>	<u>343.899</u>
Valor líquido	<u>3.250.580</u>	<u>3.208.482</u>
Crédito sem imparidade	72.105.681	68.043.222
Imparidade (IBNR)	<u>325.009</u>	<u>302.997</u>
	<u>77.695.508</u>	<u>73.613.733</u>

A rubrica Crédito total inclui tanto o crédito directo concedido a clientes, como o crédito indirecto.

As rubricas Imparidade e Imparidade (IBNR) foram determinadas de acordo com o referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

O Grupo utiliza como instrumentos de mitigação do risco de crédito colaterais físicos e colaterais financeiros. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações independentes efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de ponderação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são revistos com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Valor bruto	7.063.021	6.775.018
Juros ainda não devidos	(1.559.628)	(1.534.796)
Valor líquido	<u>5.503.393</u>	<u>5.240.222</u>

A análise dos contratos de Leasing financeiro em que o Grupo é o Locador, é apresentada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Particulares		
Habitação	170.383	161.479
Consumo	148.338	144.743
Outros	323.609	331.444
	<u>642.330</u>	<u>637.666</u>
Empresas		
Mobiliário	2.289.679	1.985.818
Imobiliário	2.571.384	2.616.738
	<u>4.861.063</u>	<u>4.602.556</u>
	<u>5.503.393</u>	<u>5.240.222</u>

Em relação ao Leasing Operacional, o Grupo não apresenta contratos relevantes como Locador.

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	4.697	4.976
Indústrias extractivas	1.682	2.242
Alimentação, bebidas e tabaco	4.557	2.762
Têxteis	15.686	17.866
Madeira e cortiça	651	538
Papel, artes gráficas e editoras	181	2.041
Químicas	338	344
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	12.110	18.387
Electricidade, água e gás	-	27
Construção	9.668	10.171
Comércio a retalho	12.213	6.943
Comércio por grosso	13.226	16.903
Restaurantes e hotéis	1.556	6.200
Transportes e comunicações	4.874	2.448
Serviços	41.021	27.024
Crédito ao consumo	43.658	38.903
Crédito hipotecário	9.718	7.509
Outras actividades nacionais	3.834	2.373
Outras actividades internacionais	2.934	2.004
	<u>182.604</u>	<u>169.661</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	3.494	3.239
Indústrias extractivas	1.149	1.308
Alimentação, bebidas e tabaco	4.312	9.282
Têxteis	34.365	16.826
Madeira e cortiça	4.322	2.519
Papel, artes gráficas e editoras	2.656	2.354
Químicas	6.500	5.203
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	23.726	12.414
Electricidade, água e gás	424	88
Construção	145.206	135.593
Comércio a retalho	27.749	23.618
Comércio por grosso	52.132	50.141
Restaurantes e hotéis	11.849	9.628
Transportes e comunicações	17.710	27.032
Serviços	80.475	43.775
Crédito ao consumo	129.139	110.150
Crédito hipotecário	101.028	88.794
Outras actividades nacionais	5.909	4.439
Outras actividades internacionais	8.224	8.180
	<b>660.369</b>	<b>554.583</b>

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao sector público	3.564	1.729
Crédito com garantias reais	311.606	244.303
Crédito com outras garantias	114.487	85.528
Crédito sem garantias	154.302	158.162
Crédito sobre o estrangeiro	2.317	7.086
Crédito tomado em operações de 'factoring'	4.552	5.890
Capital em locação	69.541	51.885
	<b>660.369</b>	<b>554.583</b>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Imparidade para crédito vencido e outros</i>		
<i>créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.206.508	1.219.098
Transferências	(24.421)	(23.564)
Dotação do período	401.255	286.583
Reversão do período	(150.444)	(126.530)
Utilização de imparidade	(144.639)	(196.376)
Diferenças cambiais	5.312	(146)
Saldo em 30 de Junho	<u>1.293.571</u>	<u>1.159.065</u>
<i>Imparidade para crédito reestruturado:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	15.824	23.313
Transferências	21.683	3.032
Saldo em 30 de Junho	<u>37.507</u>	<u>26.345</u>
	<u>1.331.078</u>	<u>1.185.410</u>

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Grupo é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	46.460	41.820
Indústrias extractivas	18.171	14.081
Alimentação, bebidas e tabaco	37.261	25.340
Têxteis	47.001	50.850
Madeira e cortiça	6.961	5.070
Papel, artes gráficas e editoras	6.109	6.683
Químicas	8.955	12.650
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	55.923	49.602
Electricidade, água e gás	1.521	749
Construção	138.125	159.616
Comércio a retalho	36.094	36.143
Comércio por grosso	122.509	127.295
Restaurantes e hotéis	19.552	14.425
Transportes e comunicações	20.120	39.362
Serviços	291.929	249.445
Crédito ao consumo	181.920	142.725
Crédito hipotecário	222.387	217.193
Outras actividades nacionais	11.178	7.719
Outras actividades internacionais	58.902	21.564
	<u>1.331.078</u>	<u>1.222.332</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao sector público	2.255	2.400
Crédito com garantias reais	658.781	547.419
Crédito com outras garantias	145.281	202.232
Crédito sem garantias	435.530	409.694
Crédito sobre o estrangeiro	50.175	26.807
Crédito tomado em operações de 'factoring'	4.303	3.982
Capital em locação	34.753	29.798
	<b>1.331.078</b>	<b>1.222.332</b>

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por sector de actividade é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	623	3.135
Indústrias extractivas	278	780
Alimentação, bebidas e tabaco	5.966	841
Têxteis	10.432	6.749
Madeira e cortiça	1.124	2.246
Papel, artes gráficas e editoras	1.758	770
Químicas	2.513	421
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	2.664	7.375
Electricidade, água e gás	14	579
Construção	17.029	21.708
Comércio a retalho	5.928	8.215
Comércio por grosso	21.409	11.193
Restaurantes e hotéis	2.082	1.103
Transportes e comunicações	13.969	3.476
Serviços	10.596	59.867
Crédito ao consumo	21.941	30.126
Crédito hipotecário	22.865	3.070
Outras actividades nacionais	1.720	1.323
Outras actividades internacionais	1.728	33.399
	<b>144.639</b>	<b>196.376</b>

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão analisada por tipo de crédito é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao sector público	-	19
Crédito com garantias reais	52.063	34.089
Crédito com outras garantias	34.157	87.722
Crédito sem garantias	55.774	70.716
Crédito sobre o estrangeiro	1.931	3.213
Crédito tomado em operações de 'factoring'	306	90
Capital em locação	408	527
	<b>144.639</b>	<b>196.376</b>

A recuperação de créditos e de juros anulados do ano ou de anos anteriores, efectuada no decorrer de 2008 e 2007, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	594	3.009
Indústrias extractivas	1.113	1.112
Alimentação, bebidas e tabaco	3.125	725
Têxteis	5.362	2.128
Madeira e cortiça	181	334
Papel, artes gráficas e editoras	324	541
Químicas	167	455
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.607	4.045
Electricidade, água e gás	-	1
Construção	3.000	7.472
Comércio a retalho	1.744	4.466
Comércio por grosso	4.068	6.234
Restaurantes e hotéis	941	1.130
Transportes e comunicações	883	1.385
Serviços	4.538	9.374
Crédito ao consumo	8.494	12.134
Crédito hipotecário	6.554	1.497
Outras actividades nacionais	223	2.093
Outras actividades internacionais	279	4.463
	<b>43.197</b>	<b>62.598</b>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da recuperação de créditos e de juros anulados no ano ou em anos anteriores, efectuada no decorrer de 2008 e 2007, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito com garantias reais	10.273	21.313
Crédito com outras garantias	8.526	11.889
Crédito sem garantias	23.639	24.730
Crédito sobre o estrangeiro	680	4.328
Crédito tomado em operações de 'factoring'	79	338
	<u>43.197</u>	<u>62.598</u>

**22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda**

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.832.168	2.349.003
De outros emissores	3.387.149	2.906.035
	<u>6.219.317</u>	<u>5.255.038</u>
Títulos vencidos	5.427	5.427
Imparidade para títulos vencidos	(5.427)	(5.427)
	<u>6.219.317</u>	<u>5.255.038</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	<u>1.106.219</u>	<u>1.336.500</u>
Derivados de negociação	7.325.536	6.591.538
	<u>1.060.274</u>	<u>911.888</u>
	<u>8.385.810</u>	<u>7.503.426</u>

A rubrica Derivados de negociação inclui a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 d), no montante de Euros 9.728.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 7.255.000).



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 30 de Junho de 2008, é a seguinte:

	<b>Títulos</b>		<b>Total</b>
	<b>Negociação</b>	<b>Disponíveis para venda</b>	
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	541.261	1.848	543.109
Estrangeiros	1.042.382	675.767	1.718.149
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	233.517	215.013	448.530
Estrangeiros	502.948	52.517	555.465
Bilhetes do Tesouro e outros títulos			
da Dívida Pública	492.101	78.809	570.910
Papel comercial	-	2.387.927	2.387.927
Outros títulos	654	-	654
	<b>2.812.863</b>	<b>3.411.881</b>	<b>6.224.744</b>
Cotados	2.377.171	725.211	3.102.382
Não cotados	435.692	2.686.670	3.122.362
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	4.290	316.239	320.529
Estrangeiras	14.221	399.488	413.709
Unidades de participação	28.654	343.283	371.937
Outros títulos	-	44	44
	<b>47.165</b>	<b>1.059.054</b>	<b>1.106.219</b>
Cotados	24.364	439.384	463.748
Não cotados	22.801	619.670	642.471
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	<b>2.860.028</b>	<b>4.465.508</b>	<b>7.325.536</b>
Derivados de negociação	1.060.274	-	1.060.274
	<b>3.920.302</b>	<b>4.465.508</b>	<b>8.385.810</b>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 174.026.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 327.319.000.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	<b>Títulos</b>		<b>Total</b>
	<b>Negociação</b>	<b>Disponíveis</b>	
	<b>Euros '000</b>	<b>para venda</b>	<b>Euros '000</b>
		<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<b>Títulos de rendimento fixo:</b>			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	344.910	1.913	346.823
Estrangeiros	949.118	573.271	1.522.389
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	161.710	111.054	272.764
Estrangeiros	217.758	58.470	276.228
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	406.494	73.297	479.791
Papel comercial	-	2.361.784	2.361.784
Outros títulos	686	-	686
	<b>2.080.676</b>	<b>3.179.789</b>	<b>5.260.465</b>
Cotados	1.744.221	660.139	2.404.360
Não cotados	336.455	2.519.650	2.856.105
<b>Títulos de rendimento variável:</b>			
Acções de empresas			
Nacionais	39.655	472.917	512.572
Estrangeiras	19.556	384.788	404.344
Unidades de participação	33.117	386.425	419.542
Outros títulos	-	42	42
	<b>92.328</b>	<b>1.244.172</b>	<b>1.336.500</b>
Cotados	65.317	677.584	742.901
Não cotados	27.011	566.588	593.599
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	<b>2.173.004</b>	<b>4.418.534</b>	<b>6.591.538</b>
Derivados de negociação	911.888	-	911.888
	<b>3.084.892</b>	<b>4.418.534</b>	<b>7.503.426</b>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 219.752.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 126.726.000.

Os movimentos da imparidade para da carteira de activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	126.726	143.338
Dotação do período	205.562	-
Reversão do período	(371)	(825)
Reversões por reserva de justo valor	(4.821)	-
Utilização de imparidade	-	(4.786)
Diferenças cambiais	223	42
	<b>327.319</b>	<b>137.769</b>

Durante o exercício de 2008, e conforme referido na nota 7, foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 205.562.000 dos quais 202.229.000 associadas à participação financeira detida no Banco BPI, S.A. em resultado da queda significativa do valor de cotação das suas acções durante o primeiro semestre de 2008.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 30 de Junho de 2008, é a seguinte:

	<b>Obrigações</b>	<b>Acções</b>	<b>Outros Activos</b>	<b>Títulos</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Financeiros</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Bruto</b>
			<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	-	-	23.492	-	23.492
Indústrias extractivas	833	96	2.648	-	3.577
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	106.681	-	106.681
Têxteis	867	86	38.292	1.037	40.282
Madeira e cortiça	2.977	-	10.571	126	13.674
Papel, artes gráficas e editoras	40.158	7.368	2.690	-	50.216
Químicas	-	37	19.838	-	19.875
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	1.777	58.447	187	60.411
Electricidade, água e gás	2.975	3.928	281.029	-	287.932
Construção	-	22.590	94.904	645	118.139
Comércio a retalho	-	-	35.030	-	35.030
Comércio por grosso	904	260	191.728	63	192.955
Restaurantes e hotéis	50.034	51	21.245	-	71.330
Transportes e comunicações	97.071	3.099	97.771	18	197.959
Serviços	801.215	694.946	1.776.147	3.351	3.275.659
Outras actividades internacionais	1.534	-	49	-	1.583
	<b>998.568</b>	<b>734.238</b>	<b>2.760.562</b>	<b>5.427</b>	<b>4.498.795</b>
Títulos Públicos	2.261.258	-	570.910	-	2.832.168
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<b>3.259.826</b>	<b>734.238</b>	<b>3.331.472</b>	<b>-</b>	<b>7.325.536</b>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	<b>Obrigações</b>	<b>Acções</b>	<b>Outros Activos</b>	<b>Títulos</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Financeiros</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Bruto</b>
			<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	-	-	23.485	-	23.485
Indústrias extractivas	835	89	2.650	-	3.574
Alimentação, bebidas e tabaco	-	255	53.614	-	53.869
Têxteis	868	86	34.741	1.037	36.732
Madeira e cortiça	2.793	-	13.540	126	16.459
Papel, artes gráficas e editoras	42	16.862	25.535	-	42.439
Químicas	-	349	23.665	-	24.014
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	5.985	47.261	187	53.433
Electricidade, água e gás	17.069	5.796	302.882	-	325.747
Construção	20.138	2.932	76.118	645	99.833
Comércio a retalho	-	-	30.321	-	30.321
Comércio por grosso	907	394	191.462	63	192.826
Restaurantes e hotéis	-	342	17.452	-	17.794
Transportes e comunicações	100.431	6.388	49.790	18	156.627
Serviços	398.955	877.439	1.889.487	3.351	3.169.232
Outras actividades internacionais	1.527	-	50	-	1.577
	<b>543.565</b>	<b>916.917</b>	<b>2.782.053</b>	<b>5.427</b>	<b>4.247.962</b>
Títulos Públicos	1.869.212	-	479.791	-	2.349.003
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<b>2.412.777</b>	<b>916.917</b>	<b>3.261.844</b>	<b>-</b>	<b>6.591.538</b>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 30 de Junho de 2008, é a seguinte:

<b>Jun 2008</b>						
<b>Nacionais com prazo remanescente</b>				<b>Fair values</b>		
<b>Inferior a três meses</b>	<b>Entre três meses e um ano</b>	<b>Superior a um ano</b>	<b>Total</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>	
<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo tx juro (FRAs)	1.500	-	-	1.500	-	-
Swaps de taxa de juro	9.628.589	21.485.423	32.118.823	63.232.835	839.939	733.805
Opções de taxa de juro (compra)	146.430	1.246.099	201.833	1.594.362	7.286	-
Opções de taxa de juro (venda)	178.436	1.268.099	201.872	1.648.407	-	8.731
	<u>9.954.955</u>	<u>23.999.621</u>	<u>32.522.528</u>	<u>66.477.104</u>	<u>847.225</u>	<u>742.536</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	440.942	126.662	50.000	617.604	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	667.459	84.044	5.195	756.698	10.307	4.740
Swaps de moeda	10.454.127	2.969.007	27.804	13.450.938	129.571	270.380
Opções cambiais (compra)	66.364	21.700	-	88.064	1.878	-
Opções cambiais (venda)	65.805	21.816	-	87.621	-	2.065
	<u>11.253.755</u>	<u>3.096.567</u>	<u>32.999</u>	<u>14.383.321</u>	<u>141.756</u>	<u>277.185</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	78.754	290.732	796.578	1.166.064	14.817	57.128
Opções acções/índices (compra)	845.557	676.871	-	1.522.428	-	-
Opções acções/índices (venda)	875.557	744.868	-	1.620.425	-	3.786
	<u>1.799.868</u>	<u>1.712.471</u>	<u>796.578</u>	<u>4.308.917</u>	<u>14.817</u>	<u>60.914</u>
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	57.500	19.510	8.815.743	8.892.753	14.297	10.174
Outros swaps	2.999	32.684	1.954.743	1.990.426	32.451	43.074
	<u>60.499</u>	<u>52.194</u>	<u>10.770.486</u>	<u>10.883.179</u>	<u>46.748</u>	<u>53.248</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	23.069.077	28.860.853	44.122.591	96.052.521	1.050.546	1.133.883
Bolsa	440.942	126.662	50.000	617.604	-	-
Derivados embutidos						
					9.728	37.902
	<u>23.510.019</u>	<u>28.987.515</u>	<u>44.172.591</u>	<u>96.670.125</u>	<u>1.060.274</u>	<u>1.171.785</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	<b>Dez 2007</b>					
	<b>Nacionais com prazo remanescente</b>				<b>Fair values</b>	
	<b>Inferior a três meses</b>	<b>Entre três meses e um ano</b>	<b>Superior a um ano</b>	<b>Total</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	9.934.229	17.246.491	27.168.248	54.348.968	590.133	443.551
Opções de taxa de juro (compra)	194.215	395.950	1.217.239	1.807.404	3.140	-
Opções de taxa de juro (venda)	326.893	435.880	1.238.270	2.001.043	-	2.881
	<u>10.455.337</u>	<u>18.078.321</u>	<u>29.623.757</u>	<u>58.157.415</u>	<u>593.273</u>	<u>446.432</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	205.760	29.413	27.512	262.685	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	143.154	-	-	143.154	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	279.514	-	-	279.514	-	-
	<u>628.428</u>	<u>29.413</u>	<u>27.512</u>	<u>685.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	392.729	66.412	2.482	461.623	6.409	8.768
Swaps de moeda	12.474.631	3.467.501	13.911	15.956.043	150.622	545.234
Opções cambiais (compra)	6.853	15.733	1.516	24.102	759	-
Opções cambiais (venda)	6.863	15.746	1.633	24.242	-	782
	<u>12.881.076</u>	<u>3.565.392</u>	<u>19.542</u>	<u>16.466.010</u>	<u>157.790</u>	<u>554.784</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	67.127	499.647	793.128	1.359.902	21.730	37.497
Opções acções/índices (compra)	276.613	399.710	-	676.323	3.246	-
Opções acções/índices (venda)	99.875	359.710	-	459.585	-	521
	<u>443.615</u>	<u>1.259.067</u>	<u>793.128</u>	<u>2.495.810</u>	<u>24.976</u>	<u>38.018</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros sobre acções	39.019	-	-	39.019	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	-	95.010	6.933.191	7.028.201	2.352	5.101
Outros swaps	16.268	317.864	1.828.730	2.162.862	126.242	127.951
	<u>16.268</u>	<u>412.874</u>	<u>8.761.921</u>	<u>9.191.063</u>	<u>128.594</u>	<u>133.052</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	23.796.296	23.315.654	39.198.348	86.310.298	904.633	1.172.286
Bolsa	667.447	29.413	27.512	724.372	-	-
Derivados embutidos					7.255	52.626
	<u>24.463.743</u>	<u>23.345.067</u>	<u>39.225.860</u>	<u>87.034.670</u>	<u>911.888</u>	<u>1.224.912</u>

### 23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Activo:		
Swaps	<u>149.691</u>	<u>131.069</u>
Passivo:		
Swaps	<u>208.621</u>	<u>116.768</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

O Grupo contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor ou a variações de cash-flows, ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, passou a adoptar a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, principalmente swaps de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco de taxa de juro de Títulos emitidos e Depósitos e Empréstimos de mercado monetário.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o período em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 16.213.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 10.614.000), correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor. O Grupo também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adoptou uma política de cobertura de carteiras no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no período em análise no montante de Euros 4.907.000 (31 de Dezembro de 2007: montante negativo de Euros 3.081.000). Em 2007 o Grupo designou um conjunto de transacções futuras em moeda estrangeira, para as quais adoptou uma política de cobertura de justo valor no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de câmbio. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no período em análise no montante de Euros 31.000 (31 de Dezembro de 2007: montante negativo de Euros 122.000).

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito	(30.443)	(19.056)
Depósitos / Empréstimos	(2.252)	(467)
Títulos emitidos	125.084	30.359
Activos financeiros disponíveis para venda	(445)	(546)
Outros	7.770	-
	<u>99.714</u>	<u>10.290</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 Junho 2008 é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>					
	<b>Nacionais com prazo remanescente</b>				<b>Fair values</b>	
	<b>Inferior a três meses</b>	<b>Entre três meses e um ano</b>	<b>Superior a um ano</b>	<b>Total</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Derivados de cobertura de fair value com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	450.383	1.517.533	6.029.504	7.997.420	87.026	199.842
Opções de taxa de juro (compra)	16.512	1.750	-	18.262	-	-
	<u>466.895</u>	<u>1.519.283</u>	<u>6.029.504</u>	<u>8.015.682</u>	<u>87.026</u>	<u>199.842</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	732.676	1.684.780	732.579	3.150.035	-	-
Derivados de cobertura de cash flows com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	-	938.278	2.039.777	2.978.055	62.665	8.779
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	466.895	2.457.561	8.069.281	10.993.737	149.691	208.621
Bolsa	732.676	1.684.780	732.579	3.150.035	-	-
	<u>1.199.571</u>	<u>4.142.341</u>	<u>8.801.860</u>	<u>14.143.772</u>	<u>149.691</u>	<u>208.621</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 Dezembro 2007 é a seguinte:

	Dez 2007					
	Nacionais com prazo remanescente			Fair values		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de fair value com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	483.126	2.973.343	8.311.958	11.768.427	70.188	111.141
Credit Default swaps	-	-	67.931	67.931	127	-
	<u>483.126</u>	<u>2.973.343</u>	<u>8.379.889</u>	<u>11.836.358</u>	<u>70.315</u>	<u>111.141</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	397.440	298.609	89.515	785.564	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	26.239	-	-	26.239	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	13.373	-	-	13.373	-	-
	<u>437.052</u>	<u>298.609</u>	<u>89.515</u>	<u>825.176</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de cobertura de cash flows com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	-	-	2.571.369	2.571.369	60.754	5.627
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	483.126	2.973.343	10.951.258	14.407.727	131.069	116.768
Bolsa	437.052	298.609	89.515	825.176	-	-
	<u>920.178</u>	<u>3.271.952</u>	<u>11.040.773</u>	<u>15.232.903</u>	<u>131.069</u>	<u>116.768</u>

#### 24. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2008 Euros '000	Dez 2007 Euros '000
Instituições de crédito residentes	14.544	15.362
Instituições de crédito não residentes	19.427	20.469
Outras empresas residentes	251.598	280.568
	<u>285.569</u>	<u>316.399</u>

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Jun 2008 Euros '000	Dez 2007 Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	15.633	16.632
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	3.794	3.837
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	232.427	260.094
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	14.094	14.795
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	14.544	15.362
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	5.077	5.679
	<u>285.569</u>	<u>316.399</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Estes investimentos referem-se a entidades cujas acções não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador corresponde à participação de 49% na sociedade. A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota 50.

Os principais indicadores das associadas são analisados como segue:

	<b>Total Activo</b> <b>Euros '000</b>	<b>Total Passivo</b> <b>Euros '000</b>	<b>Total Proveitos</b> <b>Euros '000</b>	<b>Lucro do período</b> <b>Euros '000</b>
<b>Jun 2008</b>				
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	11.887.425	10.879.157	444.756	51.136
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (*)	114.366	50.133	80.394	4.307
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A. (*)	311.151	263.174	121.735	6.935
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	211.518	201.364	30.392	(1.205)
<b>Dez 2007</b>				
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	10.981.218	9.917.745	1.348.699	87.297
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	119.408	54.599	141.539	8.614
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	278.976	227.434	242.720	13.870
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	214.440	203.081	64.104	(1.120)

(\*) - valores estimados.

O Grupo limita a sua exposição em investimentos no estrangeiro através do financiamento destes investimento líquidos em operações no estrangeiro principalmente com empréstimos nas mesmas moedas em que efectua esses investimentos, de modo a mitigar o risco de taxas de câmbio. A informação dos investimentos líquidos, detidos pelo Grupo, em instituições estrangeiras e dos financiamentos utilizados na cobertura dos mesmos, é apresentada como se segue:

<b>Participada</b>	<b>Moeda</b>	<b>Investimento líquido</b>	<b>Financiamento de cobertura</b>	<b>Investimento líquido</b>	<b>Financiamento de cobertura</b>
		<b>Moeda '000</b>	<b>Moeda '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	CHF	109.678	109.678	68.310	68.310
BCP Capital Finance Limited	USD	90	90	57	57
BCP Bank & Trust Company Ltd.	USD	340.000	340.000	215.681	215.681
BCP Finance Bank Ltd	USD	561.000	561.000	355.874	355.874
BCP Finance Company, Ltd	USD	1	1	1	1
Millennium BCPBank	USD	81.944	81.944	51.982	51.982
BII Finance Company Limited	USD	25	25	16	16

A informação relativa aos ganhos e perdas em financiamentos utilizados para a cobertura dos investimentos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentada no mapa de alterações na situação líquida.

A inefectividade gerada por estas relações de cobertura é registada em resultados do exercício, conforme descrito na política contabilística 1 e).



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**25. Outros activos tangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Imóveis	1.015.764	993.077
Equipamento		
Mobiliário	104.952	99.160
Máquinas	57.581	57.728
Equipamento informático	311.325	306.465
Instalações interiores	137.676	138.661
Viaturas	24.233	22.826
Equipamento de segurança	73.622	76.653
Obras em curso	46.013	40.639
Outros activos tangíveis	47.252	50.455
	<u>1.818.418</u>	<u>1.785.664</u>
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(45.932)	(97.034)
Relativas a períodos anteriores	(1.063.287)	(989.536)
	<u>(1.109.219)</u>	<u>(1.086.570)</u>
	<u>709.199</u>	<u>699.094</u>

**26. Goodwill e activos intangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	133.633	153.145
Outros activos intangíveis	74.530	85.279
	<u>208.163</u>	<u>238.424</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(8.215)	(17.862)
Relativas a períodos anteriores	(165.932)	(184.906)
	<u>(174.147)</u>	<u>(202.768)</u>
	<u>34.016</u>	<u>35.656</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
Millennium Bank (Grécia)	294.260	294.260
Millennium Bank (Polónia)	164.040	164.040
Banco Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Outros	1.759	1.718
	<u>500.918</u>	<u>500.877</u>
	<u>534.934</u>	<u>536.533</u>

De acordo com o descrito na política contabilística, nota 1 b), o valor recuperável das diferenças de consolidação é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade. De acordo com o disposto no IAS 36, e apesar de não existirem em 31 de Dezembro de 2007 quaisquer indicadores que apontem para a existência de imparidade associada aos investimentos, o Grupo procedeu nessa data aos referidos testes de imparidade. Com base na análise efectuada as conclusões obtidas foram as seguintes:

*Millennium Bank (Polónia)*

O teste de imparidade efectuado às diferenças de consolidação registadas no Millennium Bank da Polónia teve em consideração o valor de mercado das acções do Banco, transaccionadas na Bolsa de Varsóvia. De acordo com o disposto no IAS 36, existindo um mercado activo para a transacção destes títulos, como é o caso de uma bolsa de valores, o preço de mercado das acções fornece a melhor evidência do justo valor do activo. Desta forma e em função da evolução da cotação do título não existe qualquer indicação de imparidade relativamente às diferenças de consolidação desta participação.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

*Millennium Bank (Grécia)*

Relativamente ao Millennium Bank da Grécia, as acções do Banco não são transaccionadas dado o Banco não se encontrar admitido à cotação em qualquer bolsa. Desta forma, de acordo com o IAS 36, na ausência de um mercado activo, o valor de mercado deve ser determinado com base na melhor informação disponível à data de análise que permitisse a alienação do activo numa transacção entre duas partes interessadas e independentes. O Banco obteve uma avaliação efectuada por uma entidade independente e na qual foi utilizado o modelo de “avaliação por múltiplos de transações comparáveis”, nomeadamente “price / book value”. Em função da avaliação efectuada, o Banco considerou não existir lugar ao reconhecimento de imparidade relativamente às diferenças de consolidação desta participação.

*Banco Investimento Imobiliário, S.A.*

O teste de imparidade efectuada às diferenças de consolidação registadas no Banco Investimento Imobiliário, S.A. teve em consideração o valor de avaliação baseado no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base no orçamento e nas projecções mais recentes. O universo de actividade considerado procurou incluir as actividades que, à altura da geração do goodwill, eram desenvolvidas pelo Banco Investimento Imobiliário, S.A. e que entretanto foram transferidas para outras áreas do Grupo. Os principais pressupostos utilizados na referida avaliação são apresentados conforme segue:

Taxa de desconto (custo de capital)	9,0%
Taxa de crescimento perpétuo	4,1%
Nível de capital mínimo	6,0%
Período de projecções explícito	5 anos

Em função da avaliação efectuada, o Banco considerou não existir lugar ao reconhecimento de imparidade relativamente às diferenças de consolidação desta participação.

**27. Activos e Passivos por impostos diferidos**

Activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2008 e de 2007 e 31 de Dezembro de 2007 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	<b>Jun 2008</b>		<b>Dez 2007</b>	
	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Activos intangíveis	177	54	434	6
Outros activos tangíveis	2.605	2.487	3.032	1.775
Perdas por imparidade	214.253	468	267.363	-
Pensões de reforma	281.793	-	313.076	-
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	8.496	4.867	8.683	4.004
Derivados	27.280	45.971	19.290	79.139
Outros	140.936	122.280	169.349	82.320
Prejuízos fiscais reportáveis	104.130	-	36.653	-
	<b>779.670</b>	<b>176.127</b>	<b>817.880</b>	<b>167.244</b>
Activos por impostos diferidos	<b>603.543</b>		<b>650.636</b>	
Outros activos tangíveis	-	525	-	-
Outros	-	29	-	46
	<b>-</b>	<b>554</b>	<b>-</b>	<b>46</b>
Passivos por impostos diferidos		<b>554</b>		<b>46</b>
Impostos diferidos líquidos	<b>602.989</b>		<b>650.590</b>	

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do período da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	650.590	628.275
Transferências	(21.521)	-
Encargos do período	(24.833)	(52.505)
Movimentos em reservas	984	(4.657)
Diferenças cambiais	(2.231)	3.713
	<u>602.989</u>	<u>574.826</u>
Saldo em 30 de Junho	<u>602.989</u>	<u>574.826</u>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos não corresponde aos encargos de impostos diferidos do período devido à existência de um conjunto de situações que implica o reconhecimento do imposto em capitais próprios: (i) ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda; (ii) diferenças cambiais da conversão de impostos diferidos activos e passivos de subsidiárias no estrangeiro e (iii) aquisições e alienações de subsidiárias.

Em 30 de Junho de 2008 existiam diferenças temporárias não reconhecidas respeitantes, essencialmente, a prejuízos fiscais reportáveis cujo valor ascendia a Euros 13.066.000 (30 de Junho de 2007: Euros 63.202.000) Os referidos montantes não foram reconhecidos tendo em consideração o grau e o período da sua eventual recuperabilidade. Com excepção do reporte de prejuízos fiscais, as restantes diferenças temporárias não apresentam prazos de caducidade.

## 28. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Devedores	309.209	335.696
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	1.268.912	1.239.803
Valores a cobrar	95.662	30.353
Outros impostos a recuperar	62.175	65.259
Bonificações a receber	44.690	73.968
Associadas	14.992	4.405
Juros e outros proveitos a receber	42.604	37.116
Despesas antecipadas	1.075.102	1.114.533
Operações sobre títulos a receber	387.545	103.929
Valores a debitar a clientes	208.658	191.815
Provisões técnicas de resseguro cedido	677	609
Contas diversas	206.543	324.124
	<u>3.716.769</u>	<u>3.521.610</u>
Imparidade para outros activos	(151.523)	(141.960)
	<u>3.565.246</u>	<u>3.379.650</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares**  
**30 de Junho de 2008**

De acordo com o definido na política contabilística 1 s), a rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro-solvendo).

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito e outros activos inclui o montante de Euros 439.572.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 447.187.000) relativos a imóveis registados no Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, no Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária e no Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda que, de acordo com a SIC 12, são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica Despesas antecipadas inclui os montantes de Euros 587.876.000 e Euros 765.032.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 587.876.000 e Euros 765.032.000 respectivamente), relativos ao valor do corredor e perdas actuariais diferidas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.w).

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	141.960	107.131
Transferências	280	521
Dotação do período	22.247	13.268
Reversão do período	(706)	(1.172)
Utilização de imparidade	(11.064)	(3.404)
Diferenças cambiais	(1.194)	(71)
Saldo em 30 de Junho	<u>151.523</u>	<u>116.273</u>

#### 29. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Recursos de outras instituições de crédito no país	783.541	341.609
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	7.454.391	8.306.526
	<u>8.237.932</u>	<u>8.648.135</u>

#### 30. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	13.782.278	14.176.348
Depósitos a prazo	24.668.099	21.111.358
Depósitos de poupança	2.992.694	3.523.888
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordo de recompra	208.647	83.890
Outros débitos	312.660	351.127
	<u>41.964.378</u>	<u>39.246.611</u>

Nos termos da Portaria n° 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n° 11/94 do Banco de Portugal.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

**31. Títulos de dívida emitidos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Empréstimos obrigacionistas	19.852.190	19.379.041
Papel comercial	5.956.045	7.303.532
Outros	104.309	115.917
	<u>25.912.544</u>	<u>26.798.490</u>

A rubrica empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 22 e na política contabilística 1 d).

**32. Passivos financeiros detidos para negociação**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Empréstimos de títulos	-	79.353
Swaps	1.114.561	1.159.334
Opções	14.582	4.184
Derivados embutidos	37.902	52.626
Forwards	4.740	8.768
	<u>1.171.785</u>	<u>1.304.265</u>

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 d) no montante de Euros 37.902.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 52.626.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 22.

**33. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Depósitos de instituições de crédito	29.092	31.710
Títulos de dívida emitidos	3.366.819	1.723.337
	<u>3.395.911</u>	<u>1.755.047</u>

Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, tal como referido na nota 1 d), tendo-se reconhecido no primeiro semestre de 2008, um montante de Euros 13.916.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 8.044.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo BCP.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

**34. Provisões**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Provisão para garantias e outros compromissos	74.180	73.705
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	5.796	4.626
Matemática do ramo vida	35.276	35.774
Para participação nos resultados	2.025	3.613
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	2.931	2.643
Outras provisões	91.384	126.588
	<u>211.592</u>	<u>246.949</u>

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	73.705	75.130
Transferências	(863)	(40)
Dotação do período	9.231	9.248
Reversão do período	(7.933)	(7.620)
Utilização de provisões	-	(292)
Diferenças cambiais	40	44
	<u>74.180</u>	<u>76.470</u>

Os movimentos nas Outras provisões são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	126.588	92.430
Transferências	5.079	11.208
Dotação do período	89	10.129
Reversão do período	(29.441)	(5.158)
Utilização de provisões	(10.183)	(19.115)
Diferenças cambiais	(748)	(22)
	<u>91.384</u>	<u>89.472</u>

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à actividade do Grupo.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**35. Passivos subordinados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Obrigações	2.847.839	2.922.257
Outros passivos subordinados	2.677	2.871
	<b>2.850.516</b>	<b>2.925.128</b>

A rubrica Acções preferenciais corresponde a acções emitidas por empresas subsidiárias e associadas do Banco que, de acordo com a política contabilística 1 h), foram classificadas como Passivos Subordinados.

Em 30 de Junho de 2008, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

<b>Denominação</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Data de reembolso</b>	<b>Taxa de juro</b>	<b>Valor nominal Euros '000</b>	<b>Valor balanço Euros '000</b>
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	150.000	144.300
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	113.211
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 6,360 %	80.280	80.263
Bank Millennium 2007	Dezembro 2007	Dezembro 2017	Taxa fixa de 6,337 %	149.937	149.937
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 1998	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor 3 meses + 0,5%	29.928	29.911
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (i)	15.000	14.970
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	400.000	390.988
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	200.000	195.494
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -119	Outubro 2003	Outubro 2013	Ver referência (ii)	400.000	400.003
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	400.000	367.012
BCP Fin. Bank Ltd 2005	Maio 2005	Junho 2015	Ver referência (iv)	300.000	299.700
					2.185.789
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (v)	200.000	182.139
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (vi)	175.000	160.195
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.520
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	89.316	90.299
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vii)	4.986	4.986
					637.139
<i>Outros passivos subordinados</i>					
BIM	Dezembro 2000	-	50% Tx Redescoto B.Moçambique	2.674	2.674
<i>Periodificações</i>					
					24.914
					<b>2.850.516</b>

- Referências :
- (i) - Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%
  - (ii) - Euribor 3 meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008)
  - (iii) - Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011)
  - (iv) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
  - (v) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
  - (vi) - Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
  - (vii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

**36. Outros passivos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Credores:		
Fornecedores	66.766	122.551
Por contratos de 'Factoring'	28.582	40.533
Outros credores	376.744	442.998
Sector Público Administrativo	74.613	62.851
Juros e outros custos a pagar	125.338	177.675
Receitas antecipadas	30.984	29.345
Férias e subsídios de férias a pagar	66.224	65.432
Outros custos administrativos a pagar	6.349	4.205
Operações sobre títulos a liquidar	661.697	107.422
Contas diversas	493.170	346.745
	<b>1.930.467</b>	<b>1.399.757</b>

A rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 81.375.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 95.139.000) relativo a responsabilidades com pensões de reforma já reconhecidas em custos com pessoal, a fazer a anteriores membros dos Conselhos de Administração. As referidas responsabilidades não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo, pelo que correspondem a valores a pagar pelo Grupo.

**37. Capital e acções preferenciais**

O capital social do Banco de Euros 4.694.600.000 representado por 4.694.600.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma e encontra-se integralmente realizado.

Em Maio de 2008, na sequência da deliberação da Assembleia Geral, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

**38. Reserva legal**

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 27 de Maio de 2008, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 33.884.000.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

**39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros detidos para venda	174.026	219.752
Cobertura de fluxos de caixa	(176)	(272)
Impostos		
Instrumentos financeiros detidos para venda	(31)	(1.034)
Cobertura de fluxos de caixa	33	52
	<u>173.852</u>	<u>218.498</u>
Reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	380.291	477.202
Reserva estatutária	-	84.000
Dividendos antecipados	-	(133.619)
Outras reservas e resultados acumulados	2.481.560	1.016.989
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Diferença cambial de consolidação	50.653	23.836
Outras reservas de consolidação	(184.593)	(183.532)
	<u>(155.669)</u>	<u>(1.598.704)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 38. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reservas estatutárias corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos, que de acordo com os Estatutos da Sociedade, é distribuível.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 27 de Maio de 2008, foram transferidos para a rubrica Outras reservas e Resultados acumulados o saldo das rubricas Prémio de Emissão no montante de Euros 881.707.000, Reservas livres no montante de Euros 1.176.854.000, Reservas Estatutárias no montante de Euros 84.000.000 e Reservas Legais no montante de Euros 130.795.000.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006 uma correcção de Euros 220.500.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

A movimentação da reserva de justo valor em instrumentos financeiros detidos para venda durante o primeiro semestre de 2008 desta rubrica é analisada conforme segue:

	<b>Saldo em</b>		<b>Imparidade em</b>		<b>Saldo em</b>
	<b>1 Janeiro</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>resultados</b>	<b>Alienação</b>	<b>30 Junho</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Eureko, B.V.	249.488	7.227	-	-	256.715
Banco BPI, S.A.	-	(202.229)	202.229	-	-
Outros	(29.736)	(47.276)	3.333	(9.010)	(82.689)
	<u>219.752</u>	<u>(242.278)</u>	<u>205.562</u>	<u>(9.010)</u>	<u>174.026</u>

A rubrica Outros inclui o montante negativo de Euros 95.496.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 43.389.000 e 30 de Junho de 2007: Euros 52.584.000) relativo à reserva de justo valor da Millennium Fortis, resultante da participação de 49% na Sociedade.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

A movimentação da reserva de justo valor em instrumentos financeiros detidos para venda durante o segundo semestre de 2007 é analisada conforme segue:

	<b>Saldo em 1 Julho Euros '000</b>	<b>Reavaliação Euros '000</b>	<b>Imparidade em resultados Euros '000</b>	<b>Alienação Euros '000</b>	<b>Saldo em 31 Dezembro Euros '000</b>
Eureko, B.V.	249.488	-	-	-	249.488
EDP - Energias de Portugal, S.A.	149.816	23.505	-	(173.321)	-
Banco Sabadell, S.A.	131.158	(14.271)	-	(116.887)	-
Banco BPI, S.A.	-	(79.838)	79.838	-	-
Outros	(32.555)	(8.336)	16.236	(5.081)	(29.736)
	<u>497.907</u>	<u>(78.940)</u>	<u>96.074</u>	<u>(295.289)</u>	<u>219.752</u>

A movimentação da reserva de justo valor em instrumentos financeiros detidos para venda durante o primeiro semestre de 2007 é analisada conforme segue:

	<b>Saldo em 1 Janeiro Euros '000</b>	<b>Reavaliação Euros '000</b>	<b>Imparidade em resultados Euros '000</b>	<b>Alienação Euros '000</b>	<b>Saldo em 30 Junho Euros '000</b>
Eureko, B.V.	188.000	61.488	-	-	249.488
EDP - Energias de Portugal, S.A.	131.502	18.314	-	-	149.816
Banco Sabadell, S.A.	138.932	(7.774)	-	-	131.158
Outros	5.086	(43.646)	-	6.005	(32.555)
	<u>463.520</u>	<u>28.382</u>	<u>-</u>	<u>6.005</u>	<u>497.907</u>

#### 40. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Acções do</b>		
	<b>Banco Comercial Português, S.A.</b>	<b>Outros títulos próprios</b>	<b>Total</b>
<b>Jun 2008</b>			
Valor de balanço (Euros '000)	11.865	53.269	65.134
Número de títulos	8.629.347		
Valor unitário médio (Euros)	1,37		
<b>Dez 2007</b>			
Valor de balanço (Euros '000)	7.377	51.059	58.436
Número de títulos	2.526.439		
Valor unitário médio (Euros)	2,92		

As acções próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

#### 41. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Balanço</b>		<b>Demonstração de Resultados</b>	
	<b>Jun 2008 Euros '000</b>	<b>Dez 2007 Euros '000</b>	<b>Jun 2008 Euros '000</b>	<b>Jun 2007 Euros '000</b>
Bank Millennium, S.A.	268.460	241.839	24.867	18.957
BIM - Banco Internacional de Moçambique	37.800	35.437	8.128	7.508
Outras subsidiárias	2.395	4.297	9	15
	<u>308.655</u>	<u>281.573</u>	<u>33.004</u>	<u>26.480</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	281.573	226.048
Conversão de moeda estrangeira	16.177	2.231
Lucro atribuível a interesses minoritários	33.004	26.480
Dividendos	(19.505)	(15.785)
Outros	(2.594)	3.295
	<u>308.655</u>	<u>242.269</u>

#### 42. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Garantias e avales prestados	8.235.628	8.036.989
Garantias e avales recebidos	25.684.365	23.562.219
Compromissos perante terceiros	16.449.925	13.771.122
Compromissos assumidos por terceiros	13.377.899	11.699.959
Valores recebidos em depósito	146.617.755	143.768.679
Valores depositados na Central de Valores	131.502.818	124.323.617
Outras contas extrapatrimoniais	133.500.581	124.604.829

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	7.561.966	7.422.260
Cartas de crédito "stand-by"	167.784	183.280
Créditos documentários abertos	361.619	275.591
Fianças e indemnizações	144.259	155.858
	<u>8.235.628</u>	<u>8.036.989</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
<i>Compromissos irrevogáveis</i>		
Contratos a prazo de depósitos	2.318.297	1.596.108
Linhas crédito irrevogáveis	4.316.570	3.821.477
Subscrição de títulos	56.320	46.786
Outros compromissos irrevogáveis	363.692	318.151
<i>Compromissos revogáveis</i>		
Linhas crédito revogáveis	7.146.009	5.673.652
Facilidades descobertos conta	2.243.130	2.314.043
Outros compromissos revogáveis	5.907	905
	<u>16.449.925</u>	<u>13.771.122</u>

No âmbito da sua actividade normal o Grupo oferece determinados produtos financeiros que tradicionalmente incluem instrumentos relacionados com crédito registados em contas extrapatrimoniais e cujos riscos não se encontram portanto reflectidos totalmente ou em parte nas demonstrações financeiras consolidadas.

As garantias e avales prestados podem dizer respeito a operações relacionadas ou não com crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de caixa de saída.

Cartas de crédito e créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transacções comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma o risco de crédito destas transacções encontra-se limitado uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

Compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à análise da evidência objectiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito não se prevêm quaisquer perdas materiais nestas operações.

#### **43. Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2008**

*Aumento de Capital Social do Banco Comercial Português, S.A. de Euros 3.611.329.597 para Euros 4.694.600.000*

Concretizou-se em Maio de 2008 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., correspondendo à emissão de 1.083.270.433 acções ordinárias, escriturais e nominativas, com valor nominal de 1 euro cada. Após este aumento, o capital social do Banco Comercial Português, S.A. ascende a Euros 4.694.600.000.

*Terceira emissão de Obrigações Hipotecárias*

O Banco Comercial Português, S.A. procedeu em Maio de 2008 à terceira emissão de Obrigações Hipotecárias, com um montante de 1.000 milhões de euros e um prazo de 3 anos. A operação é efectuada ao abrigo do Programa de Covered Bonds do Banco, estabelecido no mês de Junho de 2007. A taxa de juro da emissão é de 4,875 %.

*Fusão da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda no Banco Comercial Português, S.A.*

O Banco Comercial Português, S.A. aprovou o projecto de Fusão por incorporação da sociedade por si integralmente controlada BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda., no próprio Banco Comercial Português, S.A. sendo tal fusão concretizada ao abrigo do artigo 116º do Código das Sociedades Comerciais, sem convocação das Assembleias Gerais das sociedades intervenientes.

Prevê-se que esta Fusão possa estar concluída durante o exercício de 2008, após autorização do Banco de Portugal.

#### **44. Justo Valor**

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

*Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

*Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano). Em Junho de 2008, a taxa média de desconto foi de 4,31% para as aplicações e de 4,60% para os recursos. Em Junho de 2007 foi de 4,53% e 4,67%, respectivamente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

*Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard (Black&Scholes, Black, Ho e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

*Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

*Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano) e o spread praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano. A taxa média de desconto foi de 6,68% em Junho de 2008 e de 6,04% em Junho de 2007. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

*Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

*Depósitos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do semestre) e o spread do Grupo à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano. A taxa média de desconto foi de 4,81% em Junho de 2008 e de 3,42% em Junho de 2007.

*Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de “*hedge-accounting*”, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais do Grupo. Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de swaps de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (spread de crédito) é representado por um excesso à curva de swaps de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais do Grupo, adicionou-se mais um diferencial (spread comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

A média das taxas de referência da curva de rendimentos obtida a partir das cotações de mercado do EUR e utilizada no apuramento do justo valor dos títulos próprios foi de 7,34% (31 de Dezembro de 2007: 5,60%) para emissões subordinadas e de 6,33% (31 de Dezembro de 2007: 5,22%) para emissões sénior e colateralizadas.

Para os passivos financeiros com derivados embutidos separáveis e para os quais o Grupo procedeu à sua reavaliação, o cálculo do justo valor incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, pelo que a diferença apurada, em 30 de Junho de 2008, um aumento no montante de Euros 157.441.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 33.130.000), que correspondem a um aumento do passivo financeiro, inclui um montante a pagar de Euros 28.174.000 (31 de Dezembro de 2007: um montante a pagar de Euros 45.371.000) que se encontram registados em activos e passivos financeiros detidos para negociação e reflectem o justo valor dos derivados embutidos.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2008, a tabela com os valores das taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente, EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo:

	<b>Moedas</b>			
	<b>EUR</b>	<b>USD</b>	<b>GBP</b>	<b>PLN</b>
1 dia	3,94%	2,36%	5,10%	6,07%
7 dias	4,10%	2,36%	5,07%	6,10%
1 mês	4,44%	2,63%	5,49%	6,19%
2 meses	4,62%	2,89%	5,75%	6,37%
3 meses	4,91%	3,00%	5,93%	6,55%
6 meses	5,09%	3,23%	6,15%	6,71%
9 meses	5,17%	3,32%	6,34%	6,76%
1 ano	5,32%	3,18%	6,48%	6,95%
2 anos	5,36%	3,55%	6,26%	6,88%
3 anos	5,29%	3,88%	6,22%	6,81%
5 anos	5,14%	4,25%	6,06%	6,67%
7 anos	5,06%	4,46%	5,87%	6,57%
10 anos	5,05%	4,66%	5,66%	6,42%
15 anos	5,10%	4,83%	5,40%	6,42%
20 anos	5,09%	4,92%	5,18%	6,42%
30 anos	4,97%	4,96%	4,82%	6,42%

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

O quadro seguinte resume, para cada grupo de activos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores:

<b>Jun 2008</b>						
<b>De</b>	<b>Disponíveis</b>	<b>Custo</b>	<b>Outros</b>	<b>Valor</b>	<b>Justo</b>	
<b>Negociação</b>	<b>para venda</b>	<b>amortizado</b>	<b></b>	<b>Contabilístico</b>	<b>valor</b>	
<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.951.747	1.951.747	1.951.747
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	695.849	695.849	695.849
Aplicações em instituições de crédito	-	-	7.189.891	-	7.189.891	7.183.054
Crédito a clientes	-	-	69.534.060	-	69.534.060	69.281.656
Activos financeiros detidos para negociação	3.920.302	-	-	-	3.920.302	3.920.302
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.465.508	-	-	4.465.508	4.465.508
Activos com acordo de recompra	-	-	51.661	-	51.661	51.661
Derivados de cobertura	149.691	-	-	-	149.691	149.691
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	5.575	-	5.575	5.575
Investimentos em associadas	-	-	-	285.569	285.569	285.569
	<b>4.069.993</b>	<b>4.465.508</b>	<b>76.781.187</b>	<b>2.933.165</b>	<b>88.249.853</b>	<b>87.990.612</b>
Depósitos de bancos centrais	-	-	1.564.626	-	1.564.626	1.564.626
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	8.237.932	-	8.237.932	8.126.444
Depósitos de clientes	-	-	41.964.378	-	41.964.378	41.896.871
Títulos de dívida emitidos	-	-	25.912.544	-	25.912.544	25.755.103
Passivos financeiros detidos para negociação	1.171.785	-	-	-	1.171.785	1.171.785
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.395.911	-	-	-	3.395.911	3.395.911
Derivados de cobertura	208.621	-	-	-	208.621	208.621
Passivos subordinados	-	-	2.850.516	-	2.850.516	2.810.520
	<b>4.776.317</b>	<b>-</b>	<b>80.529.996</b>	<b>-</b>	<b>85.306.313</b>	<b>84.929.881</b>
<b>Dez 2007</b>						
<b>De</b>	<b>Disponíveis</b>	<b>Custo</b>	<b>Outros</b>	<b>Valor</b>	<b>Justo</b>	
<b>Negociação</b>	<b>para venda</b>	<b>amortizado</b>	<b></b>	<b>Contabilístico</b>	<b>valor</b>	
<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.958.239	1.958.239	1.958.239
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	820.699	820.699	820.699
Aplicações em instituições de crédito	-	-	6.482.038	-	6.482.038	6.479.495
Crédito a clientes	-	-	65.650.449	-	65.650.449	65.868.560
Activos financeiros detidos para negociação	3.084.892	-	-	-	3.084.892	3.084.892
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.418.534	-	-	4.418.534	4.418.534
Activos com acordo de recompra	-	-	8.016	-	8.016	8.016
Derivados de cobertura	131.069	-	-	-	131.069	131.069
Investimentos em associadas	-	-	-	316.399	316.399	316.399
	<b>3.215.961</b>	<b>4.418.534</b>	<b>72.140.503</b>	<b>3.095.337</b>	<b>82.870.335</b>	<b>83.085.903</b>
Depósito de bancos centrais	-	-	784.347	-	784.347	784.347
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	8.648.135	-	8.648.135	8.577.229
Depósitos de clientes	-	-	39.246.611	-	39.246.611	39.226.885
Títulos de dívida emitidos	-	-	26.798.490	-	26.798.490	26.831.620
Passivos financeiros detidos para negociação	1.304.265	-	-	-	1.304.265	1.304.265
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.755.047	-	-	-	1.755.047	1.755.047
Derivados de cobertura	116.768	-	-	-	116.768	116.768
Passivos subordinados	-	-	2.925.128	-	2.925.128	2.938.077
	<b>3.176.080</b>	<b>-</b>	<b>78.402.711</b>	<b>-</b>	<b>81.578.791</b>	<b>81.534.238</b>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**45. Pensões de reforma**

A análise das contribuições efectuadas ao Fundo pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Outros títulos	-	1.530
	<u>-</u>	<u>1.530</u>

Em 2008, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 67.785.000 (30 de Junho de 2007: Euros 41.274.000), cuja análise é apresentada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Custo dos serviços correntes	37.965	30.431
Custo dos juros	134.256	108.374
Rendimento esperado dos activos	(130.944)	(118.638)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	19.130	16.894
Custo com programas de reformas antecipadas	4.585	1.862
Outros	2.793	2.351
Custo do período	<u>67.785</u>	<u>41.274</u>

**46. Partes relacionadas**

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos colectivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares directos o crédito registado à data de 30 de Junho de 2008 ascendia a Euros 938.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 111.000), representando 0,02% da Situação Líquida (31 de Dezembro de 2007: 0,01%). A maior parte destes empréstimos são contra-garantidos por hipoteca e destinam-se à aquisição de habitação.

Em 30 de Junho de 2008, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transacções interbancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a accionistas e a empresas por si controladas, que detinham individual ou conjuntamente 2% ou mais do capital do Banco, representando em termos agregados 60,6% do capital social em 30 de Junho de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 61,7%) descritas no relatório do Conselho de Administração Executivo, era de Euros 1.861.223.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 2.272.183.000). Cada um destes empréstimos foi concedido no âmbito do decurso normal dos negócios do Grupo e nas mesmas condições de empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

*Transacções com o fundo de Pensões*

Durante o primeiro semestre de 2008, o Grupo BCP procedeu à recompra ao Fundo de Pensões de obrigações BII Finance Company emitidas em 25 de Setembro de 1996 e com maturidade em 25 de Setembro de 2011, no montante de Euros 232.000.000.



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2008			Preço Unitário Euros
				Aquisições	Alienações	Data	
<b>Membros de Órgãos Sociais</b>							
Armando Vara	Acções BCP	10.000	0	10.000		18-Abr-08	1,84
Paulo José Ribeiro Moita Macedo	Acções BCP	259.994	200.001	59.993 (a)		05-Mai-08	1,20
Luis Maria França de Castro Pereira Coutinho	Acções BCP	247.288	190.228	57.060 (a)		4 (b) 10-Abr-08	2,00
						24-Abr-08	1,20
Vitor Manuel Lopes Fernandes	Acções BCP	20.000	0	12.500 (e)		07-Abr-08	2,12
				12.500 (c)		07-Abr-08	0,10
				3.749 (a)		24-Abr-08	1,20
				64 (a)		29-Abr-08	1,20
			3.687		02-Jun-08	1,62	
José João Guilherme	Acções BCP	51.000	50.500	500		22-Jan-08	2,08
						51.000 (b) 16-Abr-08	0,20
Nelson Ricardo Bessa Machado	Acções BCP	259.992	200.000			2 (b) 15-Abr-08	0,25
				59.992 (a)		24-Abr-08	1,20
<b>Membros do Conselho Geral e de Supervisão</b>							
Gijsbert Swalef	Acções BCP	282.633	217.416	65.217 (a)		24-Abr-08	1,20
Ángelo Ludgero da Silva Marques	Acções BCP	1.765.013	357.740	1.000.000		17-Abr-08	2,74
				407.273 (a)		24-Abr-08	1,20
	BCP Finance Company 5,543 PCT Eur	2.500	2.500				
António Luis Guerra Nunes Mexia	Acções BCP	1.299	1.000			3 (b) 17-Abr-08	0,18
				299 (a)		24-Abr-08	1,20
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.440.807	4.015.577	1.204.530 (a)		24-Abr-08	1,20
						74.182 24-Abr-08	1,85
						725.818 28-Abr-08	1,86
						29-Abr-08	1,20
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000	20.700 (a)			

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2008			Preço Unitário Euros
		30-06-2008	31-12-2007	Aquisições	Alienações	Data	
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	2.313	1.780	533 (a)		29-Abr-08	1,20
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	0	900		900	14-Fev-08	50
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	0	1.000		1.000	09-Mai-08	50
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	1.600				
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	400				
	BCP Ob Cx Millennium Cresc Agosto 2010	500	500				
	BCP Ob Cx Multi-Rend Europa Out. 2010	1.500	1.500				
	BCP Obg Cx Inv Selec. Mundial Nov 07/09	2.000	2.000				
	BCP Obg Cx Inv. Especial 2007/2009 3ª Em	300	300				
	BCP Obg Cx Super Investimento Fev 08/11	1.000	0	1.000 (d)			
BCP Obg Cx Inv. Mercadorias Março 08/11	1.500	0	1.500 (d)				
BCP Obg Cx Energias Renováveis Jun 2011	1.000	0	1.000 (d)				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	162.737	125.186		1 (b)	16-Abr-08	0,20
				37.551 (a)		24-Abr-08	1,20
José Eduardo Faria Neiva dos Santos	Acções BCP	1.304	1.000	304 (a)		24-Abr-08	1,20
	BCP Obg Cx Sup Aforro Millennium 1ª 2013	700	0	700 (d)		25-Mar-08	50,00
Keith Satchell	Acções BCP	3.769	2.900	869 (a)		24-Abr-08	1,20
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	81.775	62.659	18.795 (a)		24-Abr-08	1,20
				321 (a)		29-Abr-08	1,20
Luís de Melo Champalimaud	Acções BCP	20.000	5.000	45.007 (e)		10-Abr-08	0,22
					1 (b)	10-Abr-08	0,22
				15.000 (a)		24-Abr-08	1,20
Mário Branco Trindade	Acções BCP	53.620	41.085	12.324 (a)		24-Abr-08	1,20
				211 (a)		29-Abr-08	1,20
<b>Cônjuge / Filhos Menores</b>							
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	190.932	170.000	50		04-Abr-08	2,11
					31.000	07-Abr-08	1,98
					51.007 (a)	24-Abr-08	1,20
					875 (a)	29-Abr-08	1,20
				1.000	0	1.000 (a)	04-Dez-07
BCP Ob Cx Inv. Especial 2007/2009 2ª Em	80	0	80 (a)	14-Dez-07	1.000		
BCP Fin Ilin Wr Bask Enhanc X Eur Dec/10							

(a) Subscrição do aumento de capital do BCP.

(b) Venda de direitos do aumento de capital do BCP.

(c) Subscrição.

(d) Subscrição.

(e) Transferência / Depósito.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

À data de 30 de Junho de 2008, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millennium bcp Fortis, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

	<b>Aplicações IC's</b>	<b>Crédito Clientes</b>	<b>Activos Financ. detidos p/ negociação</b>	<b>Activos Financ. disp. p/ venda</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	2.274.706	-	-	828.133	3.102.839
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	871.847	-	-	-	871.847
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	1.459.406	-	-	-	1.459.406
BCP Finance Bank Ltd	540.038	-	19.435	130.336	689.809
Banca Millennium S.A.	9.990	-	-	-	9.990
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	2.856	-	-	2.856
Grupo Millennium bcp Investimento	297.101	-	-	418.949	716.050
Grupo Millennium Bank (Grécia)	2.106.871	-	58.020	-	2.164.891
Banco Millennium Angola, S.A.	31.734	-	-	-	31.734
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	1.519	-	-	-	1.519
Outras	755	644	-	-	1.399
	<b>7.593.967</b>	<b>3.500</b>	<b>77.455</b>	<b>1.377.418</b>	<b>9.052.340</b>

À data de 30 de Junho de 2008, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 101.068.000.

À data de 30 de Junho de 2008, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millennium bcp Fortis, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	<b>Débitos IC's</b>	<b>Débitos Clientes</b>	<b>Títulos de dívida emitidos</b>	<b>Passivos Subordinados</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco Activobank (Portugal), S.A.	256.605	-	-	-	256.605
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	56.597	546	-	-	57.143
Grupo Bank Millennium (Polónia)	19.614	-	-	-	19.614
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	314.799	-	-	-	314.799
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2.798.445	-	-	-	2.798.445
BCP Finance Bank Ltd	15.940.245	-	-	2.186.349	18.126.594
BCP Finance Company, Ltd	-	2.805	-	1.000.000	1.002.805
BCP Internacional II, S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda.	-	183.727	-	-	183.727
BCP Investment, B.V.	-	338.401	-	-	338.401
BitallPart, B.V.	-	14.005	-	-	14.005
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	129.546	-	-	-	129.546
Grupo Millennium bcp Investimento	371.471	15.604	306.214	1.430	694.719
Grupo Millennium Bank (Grécia)	966.239	-	-	-	966.239
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	17.852	-	-	17.852
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	46.259	-	-	46.259
Comercial Imobiliária, S.A.	-	9.742	-	-	9.742
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	828.448	-	-	828.448
Banco Millennium Angola, S.A.	21.801	-	-	-	21.801
Grupo Millennium bcp Fortis	-	874.479	-	-	874.479
Outras	856	2.000	-	-	2.856
	<b>20.876.218</b>	<b>2.333.868</b>	<b>306.214</b>	<b>3.187.779</b>	<b>26.704.079</b>

À data de 30 de Junho de 2008, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 12.307.000.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

À data de 30 de Junho de 2008, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

	<b>Juros e Proveitos equiparados</b>	<b>Comissões Proveitos</b>	<b>Outros proveitos de exploração</b>	<b>Lucros em operações financeiras</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco Activobank (Portugal), S.A.	-	-	-	-	-
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	78.409	2.232	-	65	80.706
Grupo Bank Millennium (Polónia)	7	-	-	1.578	1.585
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	18.522	-	-	-	18.522
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	44.746	-	-	20.579	65.325
BCP Finance Bank Ltd	15.438	-	-	384.616	400.054
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	167	-	-	15.384	15.551
BitalPart, B.V.	1.065	-	-	-	1.065
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	1.496	-	1.496
Grupo Millennium bcp Investimento	13.041	-	441	20.741	34.223
Grupo Millennium Bank (Grécia)	41.588	-	-	6.611	48.199
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	10.320	83	-	10.403
Comercial Imobiliária, S.A.	8.499	2	-	-	8.501
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	-	6.550	-	6.550
Grupo Millennium bcp Fortis	5.417	-	-	26.023	31.440
Outras	481	-	2	-	483
	<b>227.380</b>	<b>12.554</b>	<b>8.572</b>	<b>475.597</b>	<b>724.103</b>

À data de 30 de Junho de 2008, os custos do Banco com empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

	<b>Juros e Custos equiparados</b>	<b>Comissões Custos</b>	<b>Fornecimentos e Serviços de Terceiros</b>	<b>Prejuízos em operações financeiras</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco Activobank (Portugal), S.A.	5.942	43	-	-	5.985
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	1.382	3.884	-	221	5.487
Grupo Bank Millennium (Polónia)	323	-	-	1.262	1.585
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	3.083	-	-	-	3.083
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	54.857	-	-	32.319	87.176
BCP Finance Bank Ltd	449.705	-	-	374.074	823.779
BCP Finance Company, Ltd	24.727	-	-	-	24.727
BCP Internacional II, S.G.P.S.					
Sociedade Unipessoal, Lda.	3.515	-	-	-	3.515
BCP Investment, B.V.	6.602	-	-	-	6.602
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	110	-	-	15.997	16.107
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	2.228	-	-	-	2.228
Grupo Millennium bcp Investimento	10.031	-	-	22.583	32.614
Grupo Millennium Bank (Grécia)	18.807	-	-	7.419	26.226
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	15.458	-	-	-	15.458
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	93	-	60.275	-	60.368
Grupo Millennium bcp Fortis	-	-	5.212	-	5.212
Outras	639	-	95	-	734
	<b>597.502</b>	<b>3.927</b>	<b>65.582</b>	<b>453.875</b>	<b>1.120.886</b>

Os saldos e transacções inter-companhia são anulados no âmbito da consolidação conforme referido na política contabilística nota 1 b).

#### 47. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

##### *Caracterização dos Segmentos*

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, actuando como canal de marketing e de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e da Banca de Empresas, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresa, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam perspectivas de crescimento elevadas, tanto na Europa como noutras regiões.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes “mass-market”, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes “prestige” e “negócios”. A Banca de Retalho inclui também o ActivoBank7, um banco de serviço global especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento a longo prazo. No âmbito da estratégia de “cross-selling”, a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Empresas inclui: i) a rede “Corporate” em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado e ii) a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados e a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade do segmento Banca de Investimento, é desenvolvida essencialmente pelo Millennium investment banking, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de “project finance”, “corporate finance”, corretagem de valores mobiliários e “equity research”, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de “Private Banking e Asset Management” é assegurada pela rede de “Private Banking” em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de “private banking” de direito suíço, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente na Polónia, Grécia, Turquia, Roménia, Moçambique, Angola e Estados Unidos. Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal e na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, enquanto a actividade desenvolvida na Turquia se apresenta como uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro e na Roménia marca presença com uma operação de raiz, cuja actividade se iniciou em 2007 vocacionada para os segmentos de “mass market” e de negócios, empresas e “affluent”. Todas estas operações desenvolvem a sua actividade sob a mesma marca comercial de Millennium bank. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique pelo Millennium bim, um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola pelo Banco Millennium Angola, um banco focado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado, e nos Estados Unidos pelo Millennium bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa.

No segmento Outros incluem-se a gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades e operações de carácter corporativo, as actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de “bancassurance”, uma “joint-venture” com o Grupo Belga-Holandês Fortis, e outros valores não alocados aos segmentos.

##### *Actividade dos segmentos de negócio*

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade. Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados e, consequentemente o capital afecto aos segmentos baseia-se, em 2008, na metodologia de Basileia II e, para 2007, no critério de Basileia I. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

A partir do início de 2008 que o prémio de liquidez é afecto às áreas de negócio do Banco, por forma a reflectir adequadamente os prazos contratuais das operações nos preços internos de transferência dos fundos respectivos. As contribuições líquidas de cada segmento reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo.

##### *Segmentos Geográficos*

O Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português e Polaco, operando ainda num conjunto restrito de mercados de afinidade. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo Millennium investment banking, pelo ActivoBank7 e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia) e o segmento Grécia encontra-se representado pela actividade do Millennium Bank (Grécia). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como Turquia, Roménia, Estados Unidos, Moçambique e Angola.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Em 30 de Junho de 2008 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	<b>Banca Comercial</b>				<b>Banca de Investimento</b>	<b>Private Banking e Gestão de Activos</b>		<b>Outros</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Banca de Retalho</b>	<b>Empresas e Corporate Banking</b>	<b>Negócios no Exterior</b>	<b>Total</b>					
<b>Demonstração de Resultados</b>									
Juros e proveitos equiparados	1.113.029	690.439	591.099	2.394.567	62.535	100.794	(42.996)	2.514.900	
Juros e custos equiparados	(645.771)	(524.423)	(350.809)	(1.521.003)	(58.531)	(72.606)	(20.824)	(1.672.964)	
Margem financeira	467.258	166.016	240.290	873.564	4.004	28.188	(63.820)	841.936	
Comissões e outros proveitos	212.485	74.477	147.486	434.448	51.284	46.931	31.395	564.058	
Comissões e outros custos	(11.786)	(3.649)	(37.016)	(52.451)	(2.175)	(18.481)	(44.893)	(118.000)	
Comissões e outros proveitos líquidos	200.699	70.828	110.470	381.997	49.109	28.450	(13.498)	446.058	
Resultados em operações financeiras	(33)	-	75.149	75.116	9.964	144	(199.390)	(114.166)	
Custos com pessoal e FST	374.315	53.892	275.427	703.634	25.525	28.748	5.421	763.328	
Amortizações	723	92	20.286	21.101	98	162	32.786	54.147	
Custos operacionais	375.038	53.984	295.713	724.735	25.623	28.910	38.207	817.475	
Imparidade e provisões	(66.250)	(99.117)	(22.946)	(188.313)	840	(12.193)	(35)	(199.701)	
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(603)	-	29.012	28.409	
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	(454)	(454)	
Resultado antes de impostos	226.636	83.743	107.250	417.629	37.691	15.679	(286.392)	184.607	
Impostos	(60.360)	(22.192)	(23.092)	(105.644)	(10.681)	(2.898)	68.978	(50.245)	
Resultado após impostos	166.276	61.551	84.158	311.985	27.010	12.781	(217.414)	134.362	
Resultado consolidado do do período atribuível a:									
Accionistas do Banco	166.276	61.551	84.158	311.985	27.010	12.781	(250.418)	101.358	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	33.004	33.004	
<b>Balanço</b>									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.796.196	4.366.150	2.718.276	10.880.622	4.136.664	653.127	(5.832.926)	9.837.487	
Crédito a clientes	34.356.449	19.642.994	13.480.544	67.479.987	956.812	3.492.591	(2.395.330)	69.534.060	
Activos financeiros disponíveis para venda	26.075	2.728.419	756.033	3.510.527	746.366	1.583	207.032	4.465.508	
Outros activos	1.043.680	98.080	1.888.343	3.030.103	2.465.534	45.364	4.331.474	9.872.475	
<b>Total do Activo</b>	<b>39.222.400</b>	<b>26.835.643</b>	<b>18.843.196</b>	<b>84.901.239</b>	<b>8.305.376</b>	<b>4.192.665</b>	<b>(3.689.750)</b>	<b>93.709.530</b>	
Depósitos de instituições de crédito	6.229.752	5.883.397	3.823.950	15.937.099	3.853.146	1.258.269	(11.245.956)	9.802.558	
Depósitos de clientes	17.594.990	6.064.366	12.320.844	35.980.200	9	1.986.519	3.997.650	41.964.378	
Títulos de dívida emitidos	10.942.245	10.403.293	606.910	21.952.448	3.272.000	575.300	112.796	25.912.544	
Outros passivos	2.946.172	2.709.832	1.169.945	6.825.949	1.015.333	216.219	1.731.518	9.789.019	
<b>Total do Passivo</b>	<b>37.713.159</b>	<b>25.060.888</b>	<b>17.921.649</b>	<b>80.695.696</b>	<b>8.140.488</b>	<b>4.036.307</b>	<b>(5.403.992)</b>	<b>87.468.499</b>	
Capital e Interesses Minoritários	1.509.241	1.774.755	921.547	4.205.543	164.888	156.358	1.714.242	6.241.031	
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	39.222.400	26.835.643	18.843.196	84.901.239	8.305.376	4.192.665	(3.689.750)	93.709.530	

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

Em 30 de Junho de 2007 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	<b>Banca Comercial</b>				<b>Banca de Investimento</b>	<b>Private Banking e Gestão de Activos</b>		<b>Outros</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Banca de Retalho</b>	<b>Empresas e Corporate Banking</b>	<b>Negócios no Exterior</b>	<b>Total</b>					
<b>Demonstração de Resultados</b>									
Juros e proveitos equiparados	944.092	603.642	410.055	1.957.789	99.028	79.436	(106.566)	2.029.687	
Juros e custos equiparados	(443.628)	(426.542)	(219.215)	(1.089.385)	(90.375)	(54.645)	(26.480)	(1.260.885)	
Margem financeira	500.464	177.100	190.840	868.404	8.653	24.791	(133.046)	768.802	
Comissões e outros proveitos	222.214	83.133	131.173	436.520	28.055	66.586	46.203	577.364	
Comissões e outros custos	(12.742)	(9.538)	(31.962)	(54.242)	(1.913)	(26.772)	(124.385)	(207.312)	
Comissões e outros proveitos líquidos	209.472	73.595	99.211	382.278	26.142	39.814	(78.182)	370.052	
Resultados em operações financeiras	-	-	60.142	60.142	50.047	74	13.910	124.173	
Custos com pessoal e FST	365.119	56.745	215.195	637.059	25.938	32.866	22.526	718.389	
Amortizações	775	107	18.385	19.267	108	254	33.360	52.989	
Custos operacionais	365.894	56.852	233.580	656.326	26.046	33.120	55.886	771.378	
Imparidade e provisões	(58.269)	(14.741)	(19.431)	(92.441)	(53)	(4.109)	(20.080)	(116.683)	
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(375)	-	30.104	29.729	
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	(916)	(916)	
Resultado antes de impostos	285.773	179.102	97.182	562.057	58.368	27.450	(244.096)	403.779	
Impostos	(75.730)	(47.462)	(19.230)	(142.422)	(14.090)	(5.119)	92.200	(69.431)	
Resultado após impostos	210.043	131.640	77.952	419.635	44.278	22.331	(151.896)	334.348	
Resultado consolidado do período atribuível a:									
Accionistas do Banco	210.043	131.640	77.952	419.635	44.278	22.331	(178.376)	307.868	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	26.480	26.480	
<b>Balanco</b>									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.701.277	3.251.142	2.211.231	9.163.650	4.305.423	804.653	(3.739.188)	10.534.538	
Crédito a clientes	32.130.443	18.534.659	9.379.471	60.044.573	848.561	2.817.363	(3.359.708)	60.350.789	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.806.455	667.058	2.473.513	1.094.510	2.832	1.295.516	4.866.371	
Outros activos	1.053.295	87.733	1.831.536	2.972.564	3.137.692	42.139	3.554.558	9.706.953	
<b>Total do Activo</b>	<b>36.885.015</b>	<b>23.679.989</b>	<b>14.089.296</b>	<b>74.654.300</b>	<b>9.386.186</b>	<b>3.666.987</b>	<b>(2.248.822)</b>	<b>85.458.651</b>	
Depósitos de instituições de crédito	5.147.715	5.549.728	3.761.041	14.458.484	3.523.234	949.204	(7.983.334)	10.947.588	
Depósitos de clientes	16.598.639	3.859.840	8.434.808	28.893.287	2.088	1.919.936	3.808.934	34.624.245	
Títulos de dívida emitidos	12.308.892	11.556.311	561.486	24.426.689	2.844.540	477.506	125.205	27.873.940	
Outros passivos	1.391.164	1.220.094	771.292	3.382.550	2.860.283	163.997	581.679	6.988.509	
<b>Total do Passivo</b>	<b>35.446.410</b>	<b>22.185.973</b>	<b>13.528.627</b>	<b>71.161.010</b>	<b>9.230.145</b>	<b>3.510.643</b>	<b>(3.467.516)</b>	<b>80.434.282</b>	
Capital e Interesses Minoritários	1.438.605	1.494.016	560.669	3.493.290	156.041	156.344	1.218.694	5.024.369	
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	36.885.015	23.679.989	14.089.296	74.654.300	9.386.186	3.666.987	(2.248.822)	85.458.651	

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Em 30 de Junho de 2008 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

	<b>Portugal</b>									
	<b>Banca de Retailho</b>	<b>Empresas e Corporate Banking</b>	<b>Banca de Investimento</b>	<b>Private Banking e Gestão de Activos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>	<b>Polónia</b>	<b>Grécia</b>	<b>Outros</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Demonstração de Resultados</b>										
Juros e proveitos equiparados	1.113.029	690.439	62.535	100.794	(42.996)	1.923.801	311.461	174.595	105.043	2.514.900
Juros e custos equiparados	(645.771)	(524.423)	(58.531)	(72.606)	(20.824)	(1.322.155)	(186.800)	(112.378)	(51.631)	(1.672.964)
Margem financeira	467.258	166.016	4.004	28.188	(63.820)	601.646	124.661	62.217	53.412	841.936
Comissões e outros proveitos	212.485	74.477	51.284	46.931	31.395	416.572	90.451	24.693	32.342	564.058
Comissões e outros custos	(11.786)	(3.649)	(2.175)	(18.481)	(44.893)	(80.984)	(17.135)	(8.286)	(11.595)	(118.000)
Comissões e outros proveitos líquidos	200.699	70.828	49.109	28.450	(13.498)	335.588	73.316	16.407	20.747	446.058
Resultados em operações financeiras	(33)	-	9.964	144	(199.390)	(189.315)	58.904	2.178	14.067	(114.166)
Custos com pessoal e FST	374.315	53.892	25.525	28.748	5.421	487.901	153.206	55.579	66.642	763.328
Amortizações	723	92	98	162	32.786	33.861	8.789	4.506	6.991	54.147
Custos operacionais	375.038	53.984	25.623	28.910	38.207	521.762	161.995	60.085	73.633	817.475
Imparidade e provisões	(66.250)	(99.117)	840	(12.193)	(35)	(176.755)	(10.993)	(7.354)	(4.599)	(199.701)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(603)	-	29.012	28.409	-	-	-	28.409
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	(454)	(454)	-	-	-	(454)
Resultado antes de impostos	226.636	83.743	37.691	15.679	(286.392)	77.357	83.893	13.363	9.994	184.607
Impostos	(60.360)	(22.192)	(10.681)	(2.898)	68.978	(27.153)	(17.497)	(3.842)	(1.753)	(50.245)
Resultado após impostos	166.276	61.551	27.010	12.781	(217.414)	50.204	66.396	9.521	8.241	134.362
Resultado consolidado do período atribuível a:										
Accionistas do Banco	166.276	61.551	27.010	12.781	(219.797)	47.821	43.496	9.521	520	101.358
Interesses minoritários	-	-	-	-	2.383	2.383	22.900	-	7.721	33.004
<b>Balanço</b>										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.796.196	4.366.150	4.136.664	653.127	(5.832.926)	7.119.211	813.850	1.435.483	468.943	9.837.487
Crédito a clientes	34.356.449	19.642.994	956.812	3.492.591	(2.395.330)	56.053.516	7.522.082	4.440.232	1.518.230	69.534.060
Activos financeiros disponíveis para venda	26.075	2.728.419	746.366	1.583	207.032	3.709.475	643.362	12.844	99.827	4.465.508
Outros activos	1.043.680	98.080	2.465.534	45.364	4.331.474	7.984.132	1.202.740	186.782	498.821	9.872.475
<b>Total do Activo</b>	<b>39.222.400</b>	<b>26.835.643</b>	<b>8.305.376</b>	<b>4.192.665</b>	<b>(3.689.750)</b>	<b>74.866.334</b>	<b>10.182.034</b>	<b>6.075.341</b>	<b>2.585.821</b>	<b>93.709.530</b>
Depósitos de instituições de crédito	6.229.752	5.883.397	3.853.146	1.258.269	(11.245.956)	5.978.608	962.297	2.448.041	413.612	9.802.558
Depósitos de clientes	17.594.990	6.064.366	9	1.986.519	3.997.650	29.643.534	7.786.075	2.732.621	1.802.148	41.964.378
Títulos de dívida emitidos	10.942.245	10.403.293	3.272.000	575.300	112.796	25.305.634	272.108	334.802	-	25.912.544
Outros passivos	2.946.172	2.709.832	1.015.333	216.219	1.731.518	8.619.074	675.664	280.736	213.545	9.789.019
<b>Total do Passivo</b>	<b>37.713.159</b>	<b>25.060.888</b>	<b>8.140.488</b>	<b>4.036.307</b>	<b>(5.403.992)</b>	<b>69.546.850</b>	<b>9.696.144</b>	<b>5.796.200</b>	<b>2.429.305</b>	<b>87.468.499</b>
Capital e Interesses Minoritários	1.509.241	1.774.755	164.888	156.358	1.714.242	5.319.484	485.890	279.141	156.516	6.241.031
<b>Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários</b>	<b>39.222.400</b>	<b>26.835.643</b>	<b>8.305.376</b>	<b>4.192.665</b>	<b>(3.689.750)</b>	<b>74.866.334</b>	<b>10.182.034</b>	<b>6.075.341</b>	<b>2.585.821</b>	<b>93.709.530</b>



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Em 30 de Junho de 2007 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

	<b>Portugal</b>									
	<b>Banca de Retailho</b>	<b>Empresas e Corporate Banking</b>	<b>Banca de Investimento</b>	<b>Private Banking e Gestão de Activos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>	<b>Polónia</b>	<b>Grécia</b>	<b>Outros</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Demonstração de Resultados</b>										
Juros e proveitos equiparados	944.092	603.642	99.028	79.436	(106.566)	1.619.632	186.391	122.454	101.210	2.029.687
Juros e custos equiparados	(443.628)	(426.542)	(90.375)	(54.645)	(26.480)	(1.041.670)	(103.143)	(67.035)	(49.037)	(1.260.885)
Margem financeira	500.464	177.100	8.653	24.791	(133.046)	577.962	83.248	55.419	52.173	768.802
Comissões e outros proveitos	222.214	83.133	28.055	66.586	46.203	446.191	83.433	19.818	27.922	577.364
Comissões e outros custos	(12.742)	(9.538)	(1.913)	(26.772)	(124.385)	(175.350)	(13.693)	(7.229)	(11.040)	(207.312)
Comissões e outros proveitos líquidos	209.472	73.595	26.142	39.814	(78.182)	270.841	69.740	12.589	16.882	370.052
Resultados em operações financeiras	-	-	50.047	74	13.910	64.031	46.043	3.968	10.131	124.173
Custos com pessoal e FST	365.119	56.745	25.938	32.866	22.526	503.194	115.025	48.807	51.363	718.389
Amortizações	775	107	108	254	33.360	34.604	8.371	3.735	6.279	52.989
Custos operacionais	365.894	56.852	26.046	33.120	55.886	537.798	123.396	52.542	57.642	771.378
Imparidade e provisões	(58.269)	(14.741)	(53)	(4.109)	(20.080)	(97.252)	(13.024)	(6.312)	(95)	(116.683)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(375)	-	30.104	29.729	-	-	-	29.729
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	(916)	(916)	-	-	-	(916)
Resultado antes de impostos	285.773	179.102	58.368	27.450	(244.096)	306.597	62.611	13.122	21.449	403.779
Impostos	(75.730)	(47.462)	(14.090)	(5.119)	92.200	(50.201)	(13.231)	(3.365)	(2.634)	(69.431)
Resultado após impostos	210.043	131.640	44.278	22.331	(151.896)	256.396	49.380	9.757	18.815	334.348
Resultado consolidado do período atribuível a:										
Accionistas do Banco	210.043	131.640	44.278	22.331	(154.274)	254.018	32.349	9.757	11.744	307.868
Interesses minoritários	-	-	-	-	2.378	2.378	17.031	-	7.071	26.480
<b>Balanço</b>										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.701.277	3.251.142	4.305.423	804.653	(3.739.188)	8.323.307	504.013	1.137.446	569.772	10.534.538
Crédito a clientes	32.130.443	18.534.659	848.561	2.817.363	(3.359.708)	50.971.318	4.962.338	3.282.075	1.135.058	60.350.789
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.806.455	1.094.510	2.832	1.295.516	4.199.313	528.975	13.810	124.273	4.866.371
Outros activos	1.053.295	87.733	3.137.692	42.139	3.554.558	7.875.417	1.250.487	142.621	438.428	9.706.953
Total do Activo	36.885.015	23.679.989	9.386.186	3.666.987	(2.248.822)	71.369.355	7.245.813	4.575.952	2.267.531	85.458.651
Depósitos de instituições de crédito	5.147.715	5.549.728	3.523.234	949.204	(7.983.334)	7.186.547	2.079.708	1.451.922	229.411	10.947.588
Depósitos de clientes	16.598.639	3.859.840	2.088	1.919.936	3.808.934	26.189.437	4.432.058	2.210.532	1.792.218	34.624.245
Títulos de dívida emitidos	12.308.892	11.556.311	2.844.540	477.506	125.205	27.312.454	22.684	538.802	-	27.873.940
Outros passivos	1.391.164	1.220.094	2.860.283	163.997	581.679	6.217.217	414.325	193.182	163.785	6.988.509
Total do Passivo	35.446.410	22.185.973	9.230.145	3.510.643	(3.467.516)	66.905.655	6.948.775	4.394.438	2.185.414	80.434.282
Capital e Interesses Minoritários	1.438.605	1.494.016	156.041	156.344	1.218.694	4.463.700	297.038	181.514	82.117	5.024.369
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	36.885.015	23.679.989	9.386.186	3.666.987	(2.248.822)	71.369.355	7.245.813	4.575.952	2.267.531	85.458.651

#### 48. Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efectuada pelo Grupo de forma centralizada atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Grupo.

##### Principais Tipos de Risco

**Crédito** – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

**Mercado** – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

**Liquidez** – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

**Operacional** – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

##### Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão dos mesmos, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade. Esta Comissão tem quatro sub-comissões: a de Risco de Crédito, a de Riscos de Mercados e Liquidez, a de Risco Operacional e a de Acompanhamento do Fundo de Pensões.

O Risk Office é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua actuação pelos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de risco, estando dotadas de estruturas do Risk Office, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade. Em cada subsidiária foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o Risk Office.

##### Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação:** contempla as posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionáveis sem restrições e podem ser avaliadas frequente e precisamente, incluindo os títulos e derivados, de actividades de vendas;
- **Financiamento:** agrupa os financiamentos institucionais e o mercado monetário do Grupo;
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade ou durante um período alargado de tempo ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial:** assume a actividade comercial com clientes;
- **Estrutural:** trata de elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas;
- **ALM:** representa a função de gestão de Activos e Passivos.

A definição das áreas de gestão permite uma efectiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Avaliação de Riscos

*Risco de Crédito*

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Neste sentido foi introduzido um sistema único de notação de risco, a Rating Master Scale, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A Rating Master Scale permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do novo Acordo de Basileia II, na situação de incumprimento.

Todos os modelos de rating/scoring usados no Grupo foram devidamente calibrados para a Rating Master Scale.

Foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do pricing ao risco incorrido.

O Grupo tem vindo a proceder a alterações significativas dos processos de decisão, visando uma maior consistência e eficácia nas decisões.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Grupo desenvolveu um modelo baseado numa abordagem actuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da probabilidade de incumprimento (PD) e do montante da perda dado o incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respectiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os sectores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respectivas correlações.

*Riscos de Mercado*

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR (Value at Risk). O cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação às condições de mercado.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações e acções) e de derivados cuja performance esteja directamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o standard regulamentar.

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de backtesting, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

São ainda utilizadas duas outras medidas complementares: uma medida de risco não linear, com um intervalo de confiança de 99% bem como uma medida standard para o risco de commodities.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas durante o primeiro semestre de 2008 para a carteira de negociação:

	<b>Euros '000</b>				
	<b>2008.06.30</b>	<b>Média</b>	<b>Máximo</b>	<b>Mínimo</b>	<b>2008.01.01</b>
Risco Genérico ( VaR )	3.434	4.428	8.057	2.663	3.733
Risco de Taxa de Juro	3.012	4.020	8.041	2.552	2.829
Risco cambial	443	934	625	955	732
Risco de acções	1.471	1.196	1.778	476	1.225
<i>Efeito de diversificação</i>	<i>1.492</i>	<i>1.722</i>	<i>2.387</i>	<i>1.320</i>	<i>1.956</i>
Risco Específico	2.781	3.541	5.975	2.781	3.806
Risco não linear	78	176	452	60	334
Risco de Commodities	5	9	70	0	25
Risco Global	<b>6.298</b>	<b>8.149</b>	<b>11.400</b>	<b>5.905</b>	<b>7.873</b>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de repricing.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de repricing.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocamentos paralelos da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados no quadro abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base em cada uma das moedas onde o Grupo tem posições mais significativas:

<b>Junho 2008</b>				<b>Euros '000</b>
<b>Moeda</b>	<b>- 200 pb</b>	<b>- 100 pb</b>	<b>+ 100 pb</b>	<b>+ 200 pb</b>
CHF	(1.308)	(652)	648	1.292
EUR	(199.092)	(97.841)	94.537	185.896
PLN	16.938	8.396	(8.253)	(16.367)
USD	20.718	10.442	(10.867)	(22.421)
<b>TOTAL</b>	<b>(162.744)</b>	<b>(79.655)</b>	<b>76.065</b>	<b>148.400</b>

<b>Dezembro 2007</b>				<b>Euros '000</b>
<b>Moeda</b>	<b>- 200 pb</b>	<b>- 100 pb</b>	<b>+ 100 pb</b>	<b>+ 200 pb</b>
CHF	3.642	1.763	(1.658)	(3.218)
EUR	(174.004)	(85.167)	81.573	159.666
PLN	18.919	9.340	(9.111)	(18.004)
USD	17.090	11.184	(7.326)	(10.934)
<b>TOTAL</b>	<b>(134.353)</b>	<b>(62.880)</b>	<b>63.478</b>	<b>127.510</b>

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o mismatch de taxa juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

*Risco de Liquidez*

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efectuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de cash-flows para períodos de, respectivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes Corporate e Private que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o gap de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os factores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do Capital and Assets and Liabilities Committee (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade. Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade da Comissão de Riscos. Este controlo é reforçado com a execução mensal de stress tests de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e a tomada de decisões de gestão.

#### *Risco Operacional*

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte end-to-end. A gestão dos processos é da competência dos Process Owners, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos seus processos. Os Process Owners são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de risk self assessment, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Grupo destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detectado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as acções de mitigação para as exposições críticas.

#### **49. Solvabilidade**

Os fundos próprios do Grupo Banco Comercial Português são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso nº 12/92 do Banco de Portugal. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

Os fundos próprios de base integram o capital realizado e os prémios de emissão, as reservas e os resultados retidos, os interesses minoritários e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade, que se iniciaram em 2005 e se prolongarão até 2011. As acções preferenciais são igualmente consideradas no cômputo dos fundos próprios de base, com o acordo do Banco de Portugal e desde que não ultrapassem o limite definido pelo mesmo face ao total deste agregado, calculado antes da dedução relacionada com as participações financeiras qualificadas.

Paralelamente, para a determinação dos fundos próprios de base são deduzidas as acções próprias, o “goodwill” relevado no activo, os outros activos intangíveis, os custos diferidos associados a diferenças actuariais do fundo de pensões em excesso ao corredor, as reservas de reavaliação relativas a ganhos não realizados em activos disponíveis para venda (líquidas de impostos) e a parcela de impostos diferidos activos que eventualmente exceda 10% do valor dos fundos próprios de base, antes da dedução relacionada com as participações financeiras qualificadas. Esta dedução refere-se aos interesses detidos pelo Grupo em instituições financeiras, por um lado, e em entidades seguradoras, por outro, quando superiores a 10% e 20%, respectivamente, desde que não sejam consolidadas pelo método integral, sendo efectuada em partes iguais aos fundos próprios de base e aos fundos próprios complementares. Esta dedução aplica-se igualmente à parcela do valor agregado dos interesses inferiores a 10% em instituições financeiras que exceda o limite prudencial respectivo.

Os fundos próprios de base podem ser ainda influenciados pela existência de diferenças de reavaliação em outros activos, em operações de cobertura de fluxos de caixa ou em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, pela existência de um fundo para riscos bancários gerais e por insuficiência de provisões, caso as dotações para imparidade de crédito, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, sejam inferiores às dotações de provisões requeridas pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, apuradas em base individual.

Os fundos próprios complementares englobam a dívida subordinada e as provisões para riscos gerais de crédito, bem como 45% dos ganhos não realizados em activos disponíveis para venda e em outros activos, e os montantes associados a acções preferenciais e a insuficiência de provisões que tenham sido deduzidos aos fundos próprios de base. Estes elementos integram o Upper Tier 2, excepto a dívida subordinada, que se reparte entre Upper Tier 2 (dívida com prazo de vencimento indeterminado) e Lower Tier 2 (a restante).

A dívida subordinada emitida só pode ser incluída no cômputo dos fundos próprios após o acordo prévio do Banco de Portugal e desde que observe os seguintes limites: a) o Tier 2 não poderá ser superior ao Tier 1; e b) o Lower Tier 2 não poderá representar mais do que 50% do Tier 1. Adicionalmente, os empréstimos subordinados com prazo determinado deverão ser amortizados à razão de 20% ao ano, nos seus últimos 5 anos de vida. Os fundos próprios complementares estão ainda sujeitos à dedução de 50% do montante dos interesses em instituições financeiras e entidades seguradoras, conforme anteriormente referido. Caso o nível dos fundos próprios complementares não seja suficiente para acomodar esta dedução o respectivo excesso deverá ser subtraído aos fundos próprios de base.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Para apuramento do capital regulamentar do Grupo torna-se ainda necessário efectuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente, o valor dos imóveis em dação que apresentem determinado carácter de permanência no Activo e eventuais excedentes de exposição aos limites de grandes riscos.

Os requisitos passaram a ser determinados no quadro regulamentar de Basileia II a partir do início de 2008. Com o objectivo de aplicar o método das notações internas para os riscos de crédito e a utilizar modelos internos para o cálculo dos requisitos ligados aos riscos genéricos de mercado, a par do método padrão para o risco operacional, foi, oportunamente, submetido ao Banco de Portugal para aprovação um "approval pack" que se encontra em fase de apreciação. Em Junho de 2008, os requisitos de fundos próprios para risco de crédito foram calculados em função dos riscos relevados no Activo do Grupo e em elementos extrapatrimoniais, e mitigados em função dos tipos de contrapartes, dos prazos das operações e dos colaterais apresentados, tendo sido utilizado o método padrão previsto no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal para o seu apuramento, sendo os requisitos associados a activos titularizados apurados de acordo com as regras constantes do Aviso nº 7/2007. No âmbito das propostas de Basileia II, passou a ser exigido o cálculo dos requisitos de capital para risco operacional, sendo os mesmos determinados através da aplicação do método do indicador básico, constante do Aviso nº 9/2007 do Banco de Portugal. Adicionalmente, foram também calculados requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação, em conformidade com o disposto no Aviso nº 8/2007.

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Fundos Próprios de Base</i>		
Capital realizado e prémios de emissão	4.877.969	4.493.037
Reservas e resultados retidos	(104.317)	(1.193.741)
Interesses minoritários	304.842	277.648
Acções preferenciais	946.731	688.037
Activos Intangíveis	(534.725)	(536.303)
Impacto líquido de rubricas com diferimento	(332.694)	(281.118)
Outros ajustamentos regulamentares	(118.451)	(85.099)
	<b>5.039.355</b>	<b>3.362.461</b>
<i>Fundos Próprios Complementares</i>		
Upper Tier 2	644.997	914.319
Lower Tier 2	1.660.057	1.642.370
	<b>2.305.054</b>	<b>2.556.689</b>
Deduções aos fundos próprios totais	<b>(32.965)</b>	<b>(22.387)</b>
<i>Fundos Próprios Totais</i>	<b>7.311.444</b>	<b>5.896.763</b>
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>		
Requisitos exigidos pelo Aviso 1/93	-	4.895.316
Requisitos exigidos pelo Aviso 5/2007	4.869.298	-
Carteira de negociação	33.386	39.676
Risco Operacional	446.262	-
	<b>5.348.946</b>	<b>4.934.992</b>
<i>Rácios de Capital</i>		
Tier 1	7,5%	5,5%
Tier 2 (*)	3,4%	4,1%
Rácio de Solvabilidade	10,9%	9,6%

(\*) Inclui deduções aos fundos próprios totais

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

**50. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português**

Em 30 de Junho de 2008, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
AF Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	498.798	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0	100,0	–
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	–
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	Lisboa	75.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	–
Sotigre - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa	250.000	EUR	Titularização de Créditos	100,0	100,0	–
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company Limited	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	741.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	2.008.956.625	AOA	Banca	100,0	100,0	100,0
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	65,5	–
Millennium Dom Maklerski S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
Millennium Leasing Sp. z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
Millennium Lease Sp.z o.o.	Varsóvia	86.318.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	–
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	–
Millennium Service Sp. z o.o	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
30 de Junho de 2008

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium BCPBank	Newark	2.500.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Societé Anonyme	Atenas	176.100.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Anonim Sirketi	Istambul	163.791.316	TRY	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Fin, Vehicles, Vessels, Appliances and Equipment Trading, Societé Anonyme	Atenas	199.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Banca Millennium S.A.	Bucareste	227.750.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	47.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitalPart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Investment, B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Holdings (USA), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	380.765.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
Anjala Holdings , S.A.	Tortola	54.402.000	USD	Gestão de participações sociais	100,0	99,9	–
BCP Bank & Trust Company Ltd.	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital Finance Limited	George Town	16.000.000	USD	Investimento	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank Ltd	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company, Ltd	George Town	1.625.269.400	USD	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	16.784.724	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	240.000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	293.747.255	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Paço de Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	329.500	EUR	Serviços	93,1	93,7	51,1
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Em 30 de Junho de 2008, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	30,0
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 30 de Junho de 2008, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Luso Atlântica - Mediadora de Seguros, S.A.	Porto	50.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–
Millennium Insurance Agent Unipersonal Limited Liability Company	Atenas	18.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–
Seguros & Pensões RE Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	–
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–



**Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares**

30 DE JUNHO

2 0 0 8



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.****Demonstração dos Resultados  
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 e 2007**

	Notas	30 de Junho 2008	30 de Junho 2007
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	2.013.156	1.669.611
Juros e custos equiparados	3	<u>(1.494.796)</u>	<u>(1.208.940)</u>
Margem financeira		518.360	460.671
Rendimentos de instrumentos de capital	4	232.405	99.576
Resultado de serviços e comissões	5	223.412	145.896
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	(11.419)	64.910
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	(216.349)	(946)
Outros proveitos de exploração	8	<u>52.418</u>	<u>57.050</u>
Total de proveitos operacionais		<u>798.827</u>	<u>827.157</u>
Custos com o pessoal	9	275.070	291.876
Outros gastos administrativos	10	205.542	202.074
Amortizações do exercício	11	<u>25.403</u>	<u>25.528</u>
Total de custos operacionais		<u>506.015</u>	<u>519.478</u>
		292.812	307.679
Imparidade do crédito	12	(185.865)	(57.766)
Imparidade de outros activos	28	(16.125)	(9.247)
Outras provisões	13	<u>26.778</u>	<u>(50.505)</u>
Resultado operacional		<u>117.600</u>	<u>190.161</u>
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	14	<u>(620)</u>	<u>(2.108)</u>
Resultado antes de impostos		<u>116.980</u>	<u>188.053</u>
Impostos			
Correntes	15	17.572	8.362
Diferidos	15	<u>(14.776)</u>	<u>(35.603)</u>
Lucro do período		<u>119.776</u>	<u>160.812</u>
Resultado por acção (em euros)	16		
Básico		0,06	0,08
Diluído		0,06	0,08

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Balço em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

	Notas	30 de Junho 2008	31 de Dezembro 2007
(Milhares de Euros)			
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	1.332.244	1.341.470
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	1.101.544	1.347.567
Aplicações em instituições de crédito	19	14.170.063	13.228.408
Créditos a clientes	20	50.974.162	48.832.375
Activos financeiros detidos para negociação	21	2.719.964	1.773.280
Outros activos financeiros ao justo valor			
através de resultados	22	58.020	59.216
Activos financeiros disponíveis para venda	21	7.281.429	5.043.127
Derivados de cobertura	23	68.877	35.778
Investimentos em associadas	24	1.881.996	1.879.744
Outros activos tangíveis	25	417.141	416.332
Activos intangíveis	26	8.926	6.692
Activos por impostos correntes		27.254	7.437
Activos por impostos diferidos	27	496.210	497.323
Outros activos	28	6.043.208	6.045.372
		<u>86.581.038</u>	<u>80.514.121</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de bancos centrais		1.563.405	781.682
Depósitos de outras instituições de crédito	29	27.629.783	29.664.904
Depósitos de clientes	30	29.179.542	29.105.626
Títulos de dívida emitidos	31	10.617.591	8.441.947
Passivos financeiros detidos para negociação	32	1.044.718	1.154.317
Outros passivos financeiros ao justo valor			
através de resultados	33	2.619.227	1.362.880
Derivados de cobertura	23	151.458	80.277
Provisões	34	803.166	823.548
Passivos subordinados	35	4.124.793	4.141.117
Passivos por impostos correntes		15.523	22.658
Outros passivos	36	3.507.160	960.051
		<u>81.256.366</u>	<u>76.539.007</u>
<b>Situação Líquida</b>			
Capital	37	4.694.600	3.611.330
Prémio de emissão		183.369	881.707
Reservas de justo valor	39	(15.270)	(16.508)
Reservas e resultados acumulados	39	342.197	(840.259)
Lucro do período		119.776	338.844
		<u>5.324.672</u>	<u>3.975.114</u>
		<u>86.581.038</u>	<u>80.514.121</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 e 2007

	<u>30 de Junho</u> <u>2008</u>	<u>30 de Junho</u> <u>2007</u>
	(Milhares de Euros)	
<b><i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i></b>		
Juros recebidos	1.856.433	1.553.144
Comissões recebidas	286.564	286.757
Recebimentos por prestação de serviços	202.466	146.234
Pagamento de juros	(1.562.386)	(1.143.280)
Pagamento de comissões	(97.828)	(196.160)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	37.817	54.799
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(495.341)	(488.468)
	<u>227.725</u>	<u>213.026</u>
<b><i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i></b>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(2.267.719)	(1.760.748)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	1.316.669	48.456
Fundos adiantados a clientes	(2.371.184)	(2.485.240)
Títulos negociáveis a curto prazo	(874.972)	(125.514)
<b><i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i></b>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	(125.089)	(362.197)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(990.340)	569.978
Débitos para com clientes – à vista	(899.681)	(107.832)
Débitos para com clientes – a prazo	946.760	131.698
	<u>(5.037.831)</u>	<u>(3.878.373)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	34	(1.070)
	<u>(5.037.797)</u>	<u>(3.879.443)</u>
<b><i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i></b>		
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(1.994)	(16.720)
Dividendos recebidos	232.405	99.576
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	123.154	95.916
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	1.025.510	850.583
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(13.741.653)	(6.930.269)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	12.532.770	5.964.280
Compra de immobilizações	(41.895)	(16.174)
Venda de immobilizações	11.601	8.743
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(357.326)	(356.013)
	<u>(217.428)</u>	<u>(300.078)</u>
<b><i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i></b>		
Reembolso de dívida subordinada	-	(156.430)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	4.306.573	3.843.585
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(757.342)	(96.473)
Aumento de capital	1.083.270	-
Prémio de emissão	183.369	-
Dividendos pagos	-	(173.344)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	100.619	(284.815)
	<u>4.916.489</u>	<u>3.132.523</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(338.736)	(1.046.998)
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>1.767.755</u>	<u>1.847.898</u>
Caixa (nota 17)	327.475	355.011
Outros investimentos de curto prazo (nota 18)	<u>1.101.544</u>	<u>445.889</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u><u>1.429.019</u></u>	<u><u>800.900</u></u>

# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

## Mapa de Alterações na Situação Líquida para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 e 2007

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (reexpresso)	4.124.827	3.611.330	881.707	481.300	88.898	(938.408)
Constituição de reservas:						
Reserva legal	-	-	-	60.902	-	(60.902)
Reserva estatutária	-	-	-	19.000	-	(19.000)
Dividendos distribuídos no ano de 2007	(173.344)	-	-	-	-	(173.344)
Lucro do período	160.812	-	-	-	-	160.812
Reservas de justo valor (nota 39)	19.128	-	-	-	19.128	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(51.301)	-	-	-	-	(51.301)
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de Reservas	13.206	-	-	-	-	13.206
Saldos em 30 de Junho de 2007	4.093.328	3.611.330	881.707	561.202	108.026	(1.068.937)
Dividendos distribuídos no ano de 2007	(133.619)	-	-	-	-	(133.619)
Lucro do período	178.032	-	-	-	-	178.032
Reservas de justo valor (nota 39)	(145.351)	-	-	-	(145.351)	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(51.301)	-	-	-	-	(51.301)
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de Reservas	34.025	-	-	-	20.817	13.208
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	3.975.114	3.611.330	881.707	561.202	(16.508)	(1.062.617)
Reversão de reservas:						
Prémio de emissão	-	-	(881.707)	-	-	881.707
Reserva legal	-	-	-	(96.911)	-	96.911
Reserva estatutária	-	-	-	(84.000)	-	84.000
Lucro do período	119.776	-	-	-	-	119.776
Aumento de capital por emissão de 1.083.270.433 acções (nota 37)	1.299.924	1.083.270	216.654	-	-	-
Despesas de registo do aumento de capital	(33.285)	-	(33.285)	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)	779	-	-	-	779	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(51.301)	-	-	-	-	(51.301)
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de Reservas	13.665	-	-	-	459	13.206
Saldos em 30 de Junho de 2008	5.324.672	4.694.600	183.369	380.291	(15.270)	81.682



# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares

30 de Junho de 2008

### 1. Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco, para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2008 e 2007.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco em 17 de Julho de 2008. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua regulamentação na legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras do Banco para o período findo em 30 de Junho de 2008 foram preparadas em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

Conforme divulgado na nota 1 a) e na nota 54 nas demonstrações financeiras consolidadas anuais do Grupo relativas ao exercício de 2007, no âmbito das investigações que estão em curso por parte das autoridades de supervisão, o Conselho de Administração Executivo decidiu proceder à constituição de uma provisão relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas com referência a 1 de Janeiro de 2006.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. O Conselho de Administração Executivo foi nomeado em 15 de Janeiro de 2008, tendo sido utilizados pressupostos e critérios no encerramento das demonstrações financeiras individuais, com referência a 31 de Dezembro de 2007, que tiveram em consideração a informação recolhida, através da análise promovida internamente e dos contactos mantidos com a CMVM e o Banco de Portugal no âmbito da acção de supervisão em curso. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 aa).

#### b) Crédito sobre clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram; ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

*Imparidade*

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

*Provisão específica para crédito concedido*

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

*Provisão para riscos gerais de crédito*

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

*Provisão para risco país*

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução N.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

*Anulação contabilística de créditos ('write-offs')*

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões para crédito quando estas, de acordo com os critérios definidos nesta política, correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

*c) Instrumentos Financeiros*

*(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

*1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

*1a) Activos financeiros detidos para negociação*

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a estas carteiras são registados em Resultados de Operações Financeiras.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

*1b) Activos ou passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair Value Option")*

O Grupo adoptou o "Fair value option" para certas emissões, crédito e depósitos a prazo efectuados desde o exercício de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Banco associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgado na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa efectiva de cada operação, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados em "Fair Value Option".

*2) Activos financeiros disponíveis para venda*

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

*3) Outros passivos financeiros*

Os Outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

*(ii) Imparidade*

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de reservas.

*(iii) Derivados embutidos*

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

*d) Contabilidade de cobertura*

*(i) Contabilidade de cobertura*

O Banco utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários subjacentes.

*(ii) Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

*(iii) Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

*(iv) Efectividade*

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Banco executa testes prospectivos na data de incepção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

*(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira*

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira.

*e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros*

Transferências de e para a carteira de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

*f) Desreconhecimento*

O Banco desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos activos.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

*g) Instrumentos de capital*

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como instrumentos de capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos sejam pagos pelo Banco numa base discricionária.

*h) Instrumentos financeiros compostos*

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

*i) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra*

*(i) Empréstimo de títulos*

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

*(ii) Acordos de recompra*

O Banco realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

*j) Activos não correntes detidos para venda*

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é actualizada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

*k) Locação financeira*

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

*l) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

*m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões*

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira.

*n) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)*

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo variações de justo valor e juros de derivados e derivados embutidos) e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, assim como as variações de justo valor dos derivados de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável.

*o) Actividades fiduciárias*

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

*p) Outros activos tangíveis*

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Banco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

*q) Activos intangíveis*

*Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento*

O Banco não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

*Software*

O Banco regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Banco não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

r) *Aplicações por recuperação de crédito*

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes, sendo registados na rubrica Outros Activos, uma vez que as condições de venda e o prazo de detenção destes activos poder ser superior a um ano. Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial dos bens.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

O Banco está porém a avaliar as condições de enquadramento destes activos à luz do disposto na IFRS 5 ou alternativamente na IAS 40.

s) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

t) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

u) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

v) *Benefícios a empregados*

*Plano de benefícios definidos*

O Banco tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções colectivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, os quais correspondem ao plano base das referidas convenções colectivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do sector bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Banco assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Banco, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade do Banco com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

De acordo com o IFRS 1, o Banco optou pela aplicação retrospectiva do IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo IAS 19. De acordo com o disposto no nº 2 do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

<b>Rubricas</b>	<b>Período de diferimento</b>
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	7 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	5 anos
Reformas antecipadas	5 anos
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	5 anos
Aumento do saldo de perdas actuariais diferidas	5 anos
Excesso de amortizações de perdas actuariais de acordo com as normas locais	5 anos

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do 'unwinding' dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados pelo Banco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

*Plano de contribuição definida*

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

*Planos de remuneração com acções*

À data de 30 de Junho de 2008, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

*Remuneração variável paga aos colaboradores*

Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

w) *Imposto sobre lucros*

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).



*x) Relato por segmentos*

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Banco que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Banco, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Empresas e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Poónia;
- Grécia.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo, à luz do parágrafo 6 da IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

*y) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

*z) Resultados por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

*aa) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. O Conselho de Administração Executivo foi nomeado em 15 de Janeiro de 2008, tendo sido utilizados os julgamentos e estimativas, que tiveram em consideração a informação recolhida, através da análise promovida internamente e dos contactos mantidos com a CMVM e o Banco de Portugal no âmbito da acção de supervisão em curso. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

*Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

*Perdas por imparidade em créditos sobre clientes*

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

*Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

*Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)*

O Banco patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE's) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Banco não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Banco está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Banco requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas, nomeadamente no que respeita aos riscos de crédito, liquidação antecipada e taxa de juro poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Banco fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

De acordo com a mesma nota, as operações Nova Finance 4 e Magellan 5 não deram lugar a desreconhecimento nas Demonstrações Financeiras do Banco.

Por outro lado o Banco não consolidou os seguintes SPE's igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Banco: Magellan nº 1, 2, 3 e 4. Para estes SPE's, que estão desreconhecidos no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Banco não detém quaisquer títulos emitidos pelos SPE's em causa, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

*Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco, de que eventuais correcções aos impostos sobre lucros não têm impacto material nas demonstrações financeiras.

*Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda**

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Margem financeira	518.360	460.671
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	<u>(227.768)</u>	<u>63.964</u>
	<u>290.592</u>	<u>524.635</u>

**3. Margem financeira**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	1.523.909	1.231.961
Juros de títulos de negociação e disponíveis para venda	148.826	116.384
Juros de depósitos e outras aplicações	<u>340.421</u>	<u>321.266</u>
	<u>2.013.156</u>	<u>1.669.611</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	1.149.704	1.009.795
Juros de títulos emitidos	313.828	195.105
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	<u>31.264</u>	<u>4.040</u>
	<u>1.494.796</u>	<u>1.208.940</u>
Margem financeira	<u>518.360</u>	<u>460.671</u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 11.625.000 (30 de Junho de 2007: Euros 10.826.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**4. Rendimentos de instrumentos de capital**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	18.746	13.966
Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas	213.659	85.610
	<u>232.405</u>	<u>99.576</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos.

A rubrica Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas inclui o montante de Euros 175.971.000 relativo à distribuição pelo BCP-PF de resultados do exercício de 2007, Reservas livres e Resultados transitados.

**5. Resultado de serviços e comissões**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	32.171	33.573
Por compromissos perante terceiros	145	195
Por serviços bancários prestados	150.723	143.018
Outras comissões	86.987	104.142
	<u>270.026</u>	<u>280.928</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	68	97
Por serviços bancários prestados por terceiros	35.248	123.658
Outras comissões	11.298	11.277
	<u>46.614</u>	<u>135.032</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>223.412</u>	<u>145.896</u>

A rubrica Comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros incluía em 30 de Junho de 2007 o montante de Euros 88.694.000 relativo a custos incorridos no âmbito da Oferta Pública de Aquisição ('OPA') sobre o Banco BPI, S.A. Os referidos valores foram reconhecidos como um custo em função do insucesso da OPA, em conformidade com o disposto na IFRS 3.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**6. Resultados em operações de negociação e de cobertura**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Lucros em operações financeiras</i>		
Operações cambiais	829.769	574.163
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	555	7.250
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	21.991	4.434
Outros instrumentos financeiros derivados	1.491.912	736.393
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	55.074	3.526
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	192.506	610.271
Instrumentos cobertos	89.446	69.551
Outras operações	315	3.925
	<u>2.681.568</u>	<u>2.009.513</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras</i>		
Operações cambiais	836.810	531.608
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	43.777	28.072
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	61.646	4.479
Outros instrumentos financeiros derivados	1.470.443	682.309
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	3.218	2.160
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	253.810	671.630
Instrumentos cobertos	22.536	21.486
Outras operações	747	2.859
	<u>2.692.987</u>	<u>1.944.603</u>
Resultados líquidos em operações financeiras	<u>(11.419)</u>	<u>64.910</u>

As rubricas Resultados em operações de negociação e de cobertura, inclui no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, para os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem o montante de Euros 8.332.000 relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito (spread) de operações.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	3.704	3.463
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(220.053)	(4.409)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	<u>(216.349)</u>	<u>(946)</u>

A rubrica Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda inclui, em 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 202.229.000 relativo ao reconhecimento de perdas por imparidade relativas à participação detida no Banco BPI S.A. em resultado da queda significativa do valor de cotação das suas acções ao longo do primeiro semestre de 2008.

**8. Outros proveitos de exploração**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Prestação de serviços	23.679	23.569
Venda de cheques e outros	12.135	15.312
Outros	23.474	29.965
	<u>59.288</u>	<u>68.846</u>
Impostos	1.131	1.189
Donativos e quotizações	1.525	3.113
Outros custos de exploração	4.214	7.494
	<u>6.870</u>	<u>11.796</u>
	<u>52.418</u>	<u>57.050</u>

**9. Custos com o pessoal**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Remunerações	180.417	211.094
Encargos sociais obrigatórios	76.159	69.953
Encargos sociais facultativos	15.854	7.049
Outros custos	2.640	3.780
	<u>275.070</u>	<u>291.876</u>

Conforme referido na nota 43, a rubrica Remunerações inclui, em 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 59.113.000 (30 de Junho de 2007: Euros 39.412.000) relativo ao custo com pensões de reforma do período. A referida rubrica incluía igualmente, em 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 4.585.000 (30 de Junho de 2007: Euros 1.862.000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o período.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**10. Outros gastos administrativos**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Água, energia e combustíveis	6.276	5.926
Material de consumo corrente	2.636	2.207
Rendas e alugueres	24.752	23.564
Comunicações	10.933	10.892
Deslocações, estadias e representações	6.291	8.733
Publicidade	12.434	10.811
Conservação e reparação	9.272	8.938
Cartões e crédito imobiliário	5.345	3.124
Estudos e consultas	8.792	10.830
Informática	6.027	6.409
Outsourcing e trabalho independente	13.205	11.228
Outros serviços especializados	76.421	77.657
Formação do pessoal	988	932
Seguros	5.499	5.293
Contencioso	3.333	3.648
Transportes	4.318	5.055
Outros fornecimentos e serviços	9.020	6.827
	<b>205.542</b>	<b>202.074</b>

A rubrica Rendas e Alugueres inclui, com referência a 30 de Junho de 2008, o montante de Euros 22.360.000 (30 de Junho de 2007: Euros 21.265.000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Banco na condição de locatário.

**11. Amortizações do exercício**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	1.250	727
Outros activos intangíveis	23	52
	<b>1.273</b>	<b>779</b>
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	15.315	17.474
Equipamento		
Mobiliário	1.699	1.833
Máquinas	93	130
Equipamento informático	4.297	1.845
Instalações interiores	1.423	1.757
Viaturas	135	332
Equipamento de segurança	1.163	1.371
Outros activos tangíveis	5	7
	<b>24.130</b>	<b>24.749</b>
	<b>25.403</b>	<b>25.528</b>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**12. Imparidade do crédito**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	-	47
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	223.797	112.581
Reversão do período	(115)	(63)
Recuperações de crédito e de juros	(37.817)	(54.799)
	<u>185.865</u>	<u>57.719</u>
	<u>185.865</u>	<u>57.766</u>

**13. Outras provisões**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do período	12.567	52.400
Reversão do período	(25.504)	(3.956)
Provisões para risco país		
Dotação do período	16.805	250
Reversão do período	(2.134)	(2.211)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	-	8.071
Reversão do período	(28.512)	(4.049)
	<u>(26.778)</u>	<u>50.505</u>

**14. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos**

A rubrica Resultados de alienação de outros activos corresponde a mais e menos valias decorrentes da venda de imóveis.

**15. Impostos**

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 30 de Junho de 2008 e 2007, é analisado como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Imposto corrente	(17.572)	(8.362)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	66.555	32.872
Efeito de alterações de taxa	3.750	2.731
Prejuízos fiscais utilizados	(55.529)	-
	<u>14.776</u>	<u>35.603</u>
	<u>(2.796)</u>	<u>27.241</u>

A diferença entre a taxa nominal de imposto sobre o rendimento a que o Banco se encontra sujeito e a taxa efectiva média acima referida, resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos, é analisada como segue:

	Jun 2008		Jun 2007	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		116.980		188.053
Taxa de imposto corrente	26,5%	(31.000)	26,5%	(49.834)
Despesas não dedutíveis	27,9%	(32.678)	3,4%	(6.448)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis	-62,3%	72.798	-17,5%	32.946
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,4%	518	-0,4%	659
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	0,0%	-	3,0%	(5.647)
Efeitos de alteração de taxa nos impostos diferidos	3,2%	(3.750)	1,5%	(2.731)
Correcção de anos anteriores	2,4%	(2.768)	-2,2%	4.132
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro	0,3%	(324)	0,2%	(318)
	<u>-2,4%</u>	<u>2.796</u>	<u>14,5%</u>	<u>(27.241)</u>

O montante de impostos diferidos em resultados em 30 de Junho de 2008 e 2007 é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	Jun 2008	Jun 2007
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	(160)	(739)
Outros activos tangíveis	-	184
Provisões para riscos de crédito	(52.302)	5.053
Pensões de reforma	(8.927)	(12.034)
Derivados	-	(41.160)
Prejuízos fiscais reportáveis	55.529	-
Outros	(8.916)	13.093
Impostos diferidos	<u>(14.776)</u>	<u>(35.603)</u>

## 16. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Jun 2008	Jun 2007
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido	119.776	160.812
Nº médio de acções	4.225.947.900	4.011.800.698
Resultado por acção básico (euros)	0,06	0,08
Resultado por acção diluído (euros)	0,06	0,08

Em Maio de 2008, na sequência da deliberação da Assembleia Geral, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção.

Este facto foi também considerado no apuramento do número médio de acções utilizado para o cálculo do resultado por acção básico e diluído.

O número médio de acções acima indicado resultou do número de acções existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de acções readquiridas ou emitidas no período depois de ponderado pelo factor tempo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Caixa	327.475	420.188
Bancos centrais	1.004.769	921.282
	<u>1.332.244</u>	<u>1.341.470</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal, que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

**18. Disponibilidades em outras instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Em instituições de crédito no país	551	1.107
Em instituições de crédito no estrangeiro	732.588	793.333
Valores a cobrar	368.405	553.127
	<u>1.101.544</u>	<u>1.347.567</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

**19. Aplicações em instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco de Portugal	-	1.400.156
Aplicações em outras instituições de crédito no país	3.534.094	3.756.534
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	10.635.969	8.071.718
	<u>14.170.063</u>	<u>13.228.408</u>

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito no Banco, são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Transferências	-	(55)
Dotação do período	-	47
Diferenças cambiais	-	8
Saldo em 30 de Junho	<u>-</u>	<u>-</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**20. Créditos a clientes**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao sector público	634.639	647.158
Crédito com garantias reais	26.232.985	24.714.326
Crédito com outras garantias	11.868.121	11.389.174
Crédito sem garantias	3.092.771	3.060.547
Crédito sobre o estrangeiro	3.275.298	3.298.893
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.453.945	1.402.308
Capital em locação	4.551.922	4.429.590
	<u>51.109.681</u>	<u>48.941.996</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	85.906	46.109
Crédito vencido - mais de 90 dias	301.111	261.719
	<u>51.496.698</u>	<u>49.249.824</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(522.536)</u>	<u>(417.449)</u>
	<u><u>50.974.162</u></u>	<u><u>48.832.375</u></u>

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 3.663.594.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 2.667.661.000) relativo a créditos afectos às três emissões de obrigações hipotecárias realizadas em 2008 e 2007.

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito descontado titulado por efeitos	1.279.887	1.409.016
Crédito em conta corrente	4.835.344	4.754.359
Descobertos em depósitos à ordem	1.435.541	1.277.080
Empréstimos	18.366.706	17.501.189
Crédito imobiliário	19.186.336	18.168.454
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.453.945	1.402.308
Capital em locação	4.551.922	4.429.590
	<u>51.109.681</u>	<u>48.941.996</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	85.906	46.109
Crédito vencido - mais de 90 dias	301.111	261.719
	<u>51.496.698</u>	<u>49.249.824</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(522.536)</u>	<u>(417.449)</u>
	<u><u>50.974.162</u></u>	<u><u>48.832.375</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	520.102	471.289
Indústrias extractivas	164.721	159.607
Alimentação, bebidas e tabaco	526.065	522.831
Têxteis	644.871	655.392
Madeira e cortiça	284.758	284.418
Papel, artes gráficas e editoras	266.641	277.449
Químicas	953.684	903.331
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	940.937	956.870
Electricidade, água e gás	756.345	572.192
Construção	4.147.800	3.821.317
Comércio a retalho	1.798.734	1.738.737
Comércio por grosso	2.596.450	2.629.257
Restaurantes e hotéis	1.027.759	985.705
Transportes e comunicações	1.381.536	1.260.552
Serviços	10.451.763	9.691.442
Crédito ao consumo	3.121.000	3.084.660
Crédito hipotecário	17.897.904	17.272.476
Outras actividades nacionais	887.457	873.209
Outras actividades internacionais	3.128.171	3.089.090
	<u>51.496.698</u>	<u>49.249.824</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(522.536)</u>	<u>(417.449)</u>
	<u><u>50.974.162</u></u>	<u><u>48.832.375</u></u>

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	<b>Tradicionalis</b>		<b>Sintéticas</b>		<b>Total</b>	
	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao consumo	708.369	738.810	-	-	708.369	738.810
Crédito hipotecário	1.499.689	-	-	-	1.499.689	-
Empréstimos a empresas	-	-	2.986.827	2.762.024	2.986.827	2.762.024
	<u>2.208.058</u>	<u>738.810</u>	<u>2.986.827</u>	<u>2.762.024</u>	<u>5.194.885</u>	<u>3.500.834</u>

Durante o primeiro semestre de 2008, o Banco procedeu à emissão de um operação de securitização, Magellan 5 (crédito à habitação) no montante de Euros 1,499,689,000. Em função das suas características e de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f) esta operação não deu lugar a desreconhecimento nas Demonstrações Financeiras do Banco.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Valor bruto	5.964.813	5.841.837
Juros ainda não devidos	<u>(1.412.891)</u>	<u>(1.412.247)</u>
Valor líquido	<u><u>4.551.922</u></u>	<u><u>4.429.590</u></u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
**Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares**  
**30 de Junho de 2008**

A análise dos contratos de Leasing financeiro em que o Banco é o Locador, é apresentada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Particulares		
Habitação	153.841	137.304
Consumo	139.382	144.540
Outros	323.542	323.071
	<u>616.765</u>	<u>604.915</u>
Empresas		
Mobiliário	1.395.107	1.233.928
Imobiliário	2.540.050	2.590.747
	<u>3.935.157</u>	<u>3.824.675</u>
	<u><u>4.551.922</u></u>	<u><u>4.429.590</u></u>

Em relação ao Leasing Operacional, o Banco não apresenta contratos relevantes como Locador.

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	4.560	4.832
Indústrias extractivas	1.682	2.242
Alimentação, bebidas e tabaco	887	1.199
Têxteis	8.816	10.035
Madeira e cortiça	592	493
Papel, artes gráficas e editoras	96	777
Químicas	256	282
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	4.208	4.777
Construção	3.435	5.401
Comércio a retalho	4.959	6.170
Comércio por grosso	8.130	8.889
Restaurantes e hotéis	1.530	3.274
Transportes e comunicações	409	599
Serviços	23.446	24.271
Crédito ao consumo	21.539	24.118
Outras actividades nacionais	574	726
	<u>85.119</u>	<u>98.085</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Banco é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	2.013	1.957
Indústrias extractivas	965	1.116
Alimentação, bebidas e tabaco	2.878	6.362
Têxteis	32.700	14.978
Madeira e cortiça	3.837	2.192
Papel, artes gráficas e editoras	1.795	1.803
Químicas	4.151	2.209
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	21.682	10.920
Electricidade, água e gás	401	65
Construção	52.216	45.448
Comércio a retalho	14.675	11.183
Comércio por grosso	44.529	46.915
Restaurantes e hotéis	10.488	8.995
Transportes e comunicações	11.457	24.257
Serviços	63.656	30.251
Crédito ao consumo	48.952	39.281
Crédito hipotecário	64.781	53.570
Outras actividades nacionais	5.823	4.364
Outras actividades internacionais	18	1.962
	<u>387.017</u>	<u>307.828</u>

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Banco é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito com garantias reais	204.683	140.331
Crédito com outras garantias	109.615	82.206
Crédito sem garantias	70.790	83.162
Crédito sobre o estrangeiro	1.929	2.129
	<u>387.017</u>	<u>307.828</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	417.449	426.090
Transferências	305	(20.688)
Dotação do período	223.797	112.581
Reversão do período	(115)	(63)
Utilização de imparidade	(118.900)	(184.281)
Diferenças cambiais	-	9
Saldo em 30 de Junho	<u>522.536</u>	<u>333.648</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Banco, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	21.544	13.041
Indústrias extractivas	9.108	4.643
Alimentação, bebidas e tabaco	16.720	6.670
Têxteis	22.025	14.852
Madeira e cortiça	3.182	1.554
Papel, artes gráficas e editoras	2.329	1.436
Químicas	2.358	1.445
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	25.617	14.902
Electricidade, água e gás	213	171
Construção	38.618	29.020
Comércio a retalho	16.167	9.831
Comércio por grosso	59.114	40.728
Restaurantes e hotéis	9.703	4.789
Transportes e comunicações	4.207	10.755
Serviços	136.592	175.245
Crédito ao consumo	50.168	27.151
Crédito hipotecário	89.239	58.763
Outras actividades nacionais	3.519	2.453
Outras actividades internacionais	12.113	-
	<u>522.536</u>	<u>417.449</u>

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito com garantias reais	258.490	130.826
Crédito com outras garantias	75.596	164.908
Crédito sem garantias	187.025	114.853
Crédito sobre o estrangeiro	1.425	6.862
	<u>522.536</u>	<u>417.449</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por sector de actividade é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	449	2.925
Indústrias extractivas	278	780
Alimentação, bebidas e tabaco	3.843	801
Têxteis	9.196	6.645
Madeira e cortiça	1.117	2.245
Papel, artes gráficas e editoras	1.656	767
Químicas	145	301
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	2.383	7.303
Electricidade, água e gás	1	579
Construção	11.829	19.885
Comércio a retalho	4.750	7.957
Comércio por grosso	21.200	10.432
Restaurantes e hotéis	2.064	1.103
Transportes e comunicações	13.936	3.283
Serviços	9.030	57.690
Crédito ao consumo	18.687	27.287
Crédito hipotecário	16.081	-
Outras actividades nacionais	1.720	1.323
Outras actividades internacionais	535	32.975
	<b>118.900</b>	<b>184.281</b>

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito com garantias reais	36.474	27.623
Crédito com outras garantias	31.040	87.710
Crédito sem garantias	50.752	65.788
Crédito sobre o estrangeiro	634	3.160
	<b>118.900</b>	<b>184.281</b>



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
**Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares**  
**30 de Junho de 2008**

A recuperação de créditos e de juros anulados do ano ou de anos anteriores, efectuada até Junho de 2008 e Junho de 2007, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	447	2.928
Indústrias extractivas	948	1.012
Alimentação, bebidas e tabaco	3.092	588
Têxteis	5.362	2.128
Madeira e cortiça	178	333
Papel, artes gráficas e editoras	321	541
Químicas	109	447
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.523	3.732
Electricidade, água e gás	-	1
Construção	2.607	7.069
Comércio a retalho	1.657	4.436
Comércio por grosso	3.638	5.905
Restaurantes e hotéis	941	805
Transportes e comunicações	711	1.259
Serviços	3.597	8.322
Crédito ao consumo	7.909	12.002
Crédito hipotecário	4.554	1.198
Outras actividades nacionais	223	2.093
	<b>37.817</b>	<b>54.799</b>

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada até Junho de 2008 e Junho de 2007, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito com garantias reais	7.518	18.477
Crédito com outras garantias	8.096	11.789
Crédito sem garantias	21.523	24.533
Crédito sobre o estrangeiro	680	-
	<b>37.817</b>	<b>54.799</b>

## 21. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.170.235	728.292
De outros emissores	6.830.963	3.979.440
	8.001.198	4.707.732
Títulos vencidos	5.427	5.427
Imparidade para títulos vencidos	(5.427)	(5.427)
	8.001.198	4.707.732
Acções e outros títulos de rendimento variável	1.121.556	1.306.127
	9.122.754	6.013.859
Derivados de negociação	878.639	802.548
	<b>10.001.393</b>	<b>6.816.407</b>

A rubrica Derivados de negociação inclui, a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 c) no montante de Euros 1.842.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 2.106.000).

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
 30 de Junho de 2008

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>			<b>Dez 2007</b>		
	<b>Títulos</b>			<b>Títulos</b>		
	<b>Negociação</b>	<b>Disponíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Negociação</b>	<b>Disponíveis</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>para venda</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>para venda</b>	<b>Euros '000</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<b>Títulos de rendimento fixo:</b>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	540.575	377	540.952	343.683	389	344.072
Estrangeiros	445.422	52.429	497.851	308.215	76.005	384.220
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	233.119	1.058.256	1.291.375	141.194	1.081.375	1.222.569
Estrangeiros	489.229	2.668.417	3.157.646	176.125	224.947	401.072
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	131.432	-	131.432	-	-	-
Papel comercial	-	2.387.369	2.387.369	-	2.361.226	2.361.226
	<b>1.839.777</b>	<b>6.166.848</b>	<b>8.006.625</b>	<b>969.217</b>	<b>3.743.942</b>	<b>4.713.159</b>
Cotados	1.578.407	674.917	2.253.324	795.917	510.189	1.306.106
Não cotados	261.370	5.491.931	5.753.301	173.300	3.233.753	3.407.053
<b>Títulos de rendimento variável:</b>						
Acções de empresas						
Nacionais	-	286.113	286.113	-	428.725	428.725
Estrangeiras	-	484	484	-	465	465
Unidades de participação	1.548	833.378	834.926	1.515	875.388	876.903
Outros títulos	-	33	33	-	34	34
	<b>1.548</b>	<b>1.120.008</b>	<b>1.121.556</b>	<b>1.515</b>	<b>1.304.612</b>	<b>1.306.127</b>
Cotados	-	436.163	436.163	-	660.046	660.046
Não cotados	1.548	683.845	685.393	1.515	644.566	646.081
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)	-	(5.427)	(5.427)
	<b>1.841.325</b>	<b>7.281.429</b>	<b>9.122.754</b>	<b>970.732</b>	<b>5.043.127</b>	<b>6.013.859</b>
Derivados de negociação	878.639	-	878.639	802.548	-	802.548
	<b>2.719.964</b>	<b>7.281.429</b>	<b>10.001.393</b>	<b>1.773.280</b>	<b>5.043.127</b>	<b>6.816.407</b>

A carteira de negociação é registada de acordo com a política contabilística 1 c) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 39. A reserva de justo valor no montante negativo de Euros 18.635.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 19.414.000) é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 324.885.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 110.543.000).

Durante o exercício de 2008, e conforme referido na nota 7, foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 219.156.000 dos quais Euros 202.229.000 associados à participação financeira detida no Banco BPI, S.A., em resultado da queda significativa do valor de cotação das suas acções durante o primeiro semestre de 2008.

Os movimentos da imparidade para da carteira de activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	110.543	126.587
Dotação do período	219.156	-
Resversão por reserva de justo valor	(4.814)	-
	<b>324.885</b>	<b>126.587</b>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade, à data de 30 de Junho de 2008, é a seguinte:

	<b>Obrigações</b>	<b>Ações</b>	<b>Outros Activos</b>	<b>Títulos</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Financeiros</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Bruto</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	-	-	23.492	-	23.492
Indústrias extractivas	833	74	2.648	-	3.555
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	106.681	-	106.681
Têxteis	867	81	38.292	1.037	40.277
Madeira e cortiça	-	-	10.571	126	10.697
Papel, artes gráficas e editoras	2.687	6.819	2.690	-	12.196
Químicas	-	-	19.838	-	19.838
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	1.539	58.447	187	60.173
Electricidade, água e gás	2.960	-	281.029	-	283.989
Construção	-	22.178	94.904	645	117.727
Comércio a retalho	-	-	35.030	-	35.030
Comércio por grosso	904	-	191.163	63	192.130
Restaurantes e hotéis	-	51	21.245	-	21.296
Transportes e comunicações	97.071	-	97.771	17	194.859
Serviços	4.338.272	255.855	2.238.527	3.352	6.836.006
	<u>4.443.594</u>	<u>286.597</u>	<u>3.222.328</u>	<u>5.427</u>	<u>7.957.946</u>
Títulos Públicos	1.038.803	-	131.432	-	1.170.235
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<u>5.482.397</u>	<u>286.597</u>	<u>3.353.760</u>	<u>-</u>	<u>9.122.754</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade, à data de 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	<b>Obrigações</b>	<b>Ações</b>	<b>Outros Activos</b>	<b>Títulos</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Financeiros</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Bruto</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	-	-	23.485	-	23.485
Indústrias extractivas	835	74	2.650	-	3.559
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	53.614	-	53.615
Têxteis	868	81	34.741	1.037	36.727
Madeira e cortiça	-	-	13.540	126	13.666
Papel, artes gráficas e editoras	-	9.464	25.535	-	34.999
Químicas	-	-	23.665	-	23.665
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	1.540	47.261	187	48.988
Electricidade, água e gás	4.815	-	304.002	-	308.817
Construção	-	158	76.118	645	76.921
Comércio a retalho	-	-	30.321	-	30.321
Comércio por grosso	907	-	190.904	63	191.874
Restaurantes e hotéis	-	51	17.452	-	17.503
Transportes e comunicações	100.431	-	49.790	17	150.238
Serviços	1.510.358	417.821	2.345.085	3.352	4.276.616
	<u>1.618.214</u>	<u>429.190</u>	<u>3.238.163</u>	<u>5.427</u>	<u>5.290.994</u>
Títulos Públicos	728.292	-	-	-	728.292
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<u>2.346.506</u>	<u>429.190</u>	<u>3.238.163</u>	<u>-</u>	<u>6.013.859</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidade, em 30 de Junho de 2008, é a seguinte:

	Jun 2008					
	Nocionais com prazo remanescente			Fair values		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo tx juro (FRAs)	1.500	-	-	1.500	-	-
Swaps de taxa de juro	5.378.227	11.751.871	26.288.078	43.418.176	710.630	649.874
Opções de taxa de juro (compra)	119.718	1.246.099	201.833	1.567.650	7.275	-
Opções de taxa de juro (venda)	178.436	1.268.099	202.833	1.649.368	-	8.721
	<u>5.677.881</u>	<u>14.266.069</u>	<u>26.692.744</u>	<u>46.636.694</u>	<u>717.905</u>	<u>658.595</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	135.300	50.000	-	185.300	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	221.785	158.176	5.195	385.156	10.310	4.701
Swaps de moeda	5.553.938	2.033.580	-	7.587.518	34.536	207.960
Opções cambiais (compra)	65.764	21.700	-	87.464	1.884	-
Opções cambiais (venda)	65.805	21.816	-	87.621	-	2.048
	<u>5.907.292</u>	<u>2.235.272</u>	<u>5.195</u>	<u>8.147.759</u>	<u>46.730</u>	<u>214.709</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	123.384	393.707	1.074.004	1.591.095	43.064	64.493
Opções acções/índices (compra)	845.557	694.868	-	1.540.425	2.782	-
Opções acções/índices (venda)	875.557	744.868	-	1.620.425	-	2.782
Forwards sobre acções preferências	-	-	50.000	50.000	-	3.524
	<u>1.844.498</u>	<u>1.833.443</u>	<u>1.124.004</u>	<u>4.801.945</u>	<u>45.846</u>	<u>70.799</u>
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	71.500	44.510	7.982.517	8.098.527	22.328	24.190
Outros swaps	21.463	45.560	13.095.164	13.162.187	43.988	50.300
	<u>92.963</u>	<u>90.070</u>	<u>21.077.681</u>	<u>21.260.714</u>	<u>66.316</u>	<u>74.490</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	13.522.634	18.424.854	48.899.624	80.847.112	876.797	1.018.593
Bolsa	135.300	50.000	-	185.300	-	-
					<u>1.842</u>	<u>26.125</u>
Derivados embutidos	<u>13.657.934</u>	<u>18.474.854</u>	<u>48.899.624</u>	<u>81.032.412</u>	<u>878.639</u>	<u>1.044.718</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidade, em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	<b>Dez 2007</b>					
	<b>Nacionais com prazo remanescente</b>				<b>Fair values</b>	
	<b>Inferior a três meses</b>	<b>Entre três meses e um ano</b>	<b>Superior a um ano</b>	<b>Total</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	8.392.009	14.682.816	24.356.726	47.431.551	585.889	474.575
Opções de taxa de juro (compra)	175.827	395.950	1.217.239	1.789.016	6.969	-
Opções de taxa de juro (venda)	326.893	435.880	1.239.239	2.002.012	-	6.741
	<u>8.894.729</u>	<u>15.514.646</u>	<u>26.813.204</u>	<u>51.222.579</u>	<u>592.858</u>	<u>481.316</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	18.600	-	-	18.600	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	285.589	69.824	2.482	357.895	6.409	8.768
Swaps de moeda	7.471.041	3.151.757	-	10.622.798	23.647	445.848
Opções cambiais (compra)	6.853	15.733	1.516	24.102	759	-
Opções cambiais (venda)	6.863	15.746	1.633	24.242	-	782
	<u>7.770.346</u>	<u>3.253.060</u>	<u>5.631</u>	<u>11.029.037</u>	<u>30.815</u>	<u>455.398</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	57.055	542.320	1.033.700	1.633.075	30.757	31.126
Opções acções/índices (compra)	-	359.710	-	359.710	293	-
Opções acções/índices (venda)	-	359.710	-	359.710	-	293
	<u>57.055</u>	<u>1.261.740</u>	<u>1.033.700</u>	<u>2.352.495</u>	<u>31.050</u>	<u>31.419</u>
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	-	119.010	7.497.718	7.616.728	4.420	5.531
Outros swaps	25.017	631.288	9.983.284	10.639.589	141.299	144.381
	<u>25.017</u>	<u>750.298</u>	<u>17.481.002</u>	<u>18.256.317</u>	<u>145.719</u>	<u>149.912</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	16.747.147	20.779.744	45.333.537	82.860.428	800.442	1.118.045
Bolsa	18.600	-	-	18.600	-	-
Derivados embutidos					2.106	34.356
	<u>16.765.747</u>	<u>20.779.744</u>	<u>45.333.537</u>	<u>82.879.028</u>	<u>802.548</u>	<u>1.152.401</u>

## 22. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

A rubrica Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados corresponde a Aplicações em instituições de crédito (Millennium Bank, Societe Anonyme - Grécia).

## 23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Activo:		
Swaps	68.877	35.778
Passivo:		
Swaps	151.458	80.277

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
 30 de Junho de 2008

O Banco contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Banco está exposto às variações de justo valor ou a variações de fluxos de caixa, ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Banco, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, passou a adoptar a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, principalmente swaps de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco de taxa de juro de Títulos emitidos, Depósitos / Empréstimos e Activos financeiros disponíveis para venda.

O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 14.589.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 8.753.000), correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor. O Banco também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adoptou uma política de cobertura de carteiras no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no exercício em análise no montante de Euros 2.553.000 (31 de Dezembro de 2007: montante negativo de Euros 2.240.000).

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito	(21.459)	(11.295)
Depósitos / Empréstimos	(2.234)	(510)
Títulos emitidos	106.337	22.871
Activos financeiros disponíveis para venda	(445)	(546)
	<u>82.199</u>	<u>10.520</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2008 é a seguinte:

	<b>Jun 2008</b>					
	<b>Nacionais com prazo remanescente</b>			<b>Justo valor</b>		
	<b>Inferior a três meses</b>	<b>Entre três meses e um ano</b>	<b>Superior a um ano</b>	<b>Total</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	644.136	1.142.680	5.003.142	6.789.958	68.877	151.458
	<u>644.136</u>	<u>1.142.680</u>	<u>5.003.142</u>	<u>6.789.958</u>	<u>68.877</u>	<u>151.458</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2007 é a seguinte:

	<b>Dez 2007</b>					
	<b>Nacionais com prazo remanescente</b>			<b>Justo valor</b>		
	<b>Inferior a três meses</b>	<b>Entre três meses e um ano</b>	<b>Superior a um ano</b>	<b>Total</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	434.585	1.958.152	5.782.744	8.175.481	35.778	80.277
	<u>434.585</u>	<u>1.958.152</u>	<u>5.782.744</u>	<u>8.175.481</u>	<u>35.778</u>	<u>80.277</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**24. Investimentos em associadas**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Instituições de crédito residentes	202.464	202.464
Instituições de crédito não residentes	742.527	742.544
Outras empresas residentes	1.113.543	1.111.549
Outras empresas não residentes	5.988	5.713
	<u>2.064.522</u>	<u>2.062.270</u>
<i>Imparidade para investimentos em associadas:</i>		
Em empresas subsidiárias	(182.526)	(182.526)
	<u>1.881.996</u>	<u>1.879.744</u>
Cotados	696.245	696.245
Não cotados	1.368.277	1.366.025

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	200.235	200.235
Bank Millennium S.A.	696.245	696.245
Banque BCP, S.A.S.	12.949	12.949
Banco Millennium Angola, S.A.	33.329	33.329
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.	25	25
BCP Participações Financeiras, SGPS Sociedade Unipessoal, Lda.	119.933	119.933
Banpor Consulting, S.R.L.	500	500
Millennium bcp - Escritório de representações e Serviços, S/C Lda.	5.461	5.186
Pinto Totta Internacional Finance, Ltd.	-	17
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	935.993	935.993
Caracas Financial Services, Limited	27	27
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	132	132
Comercial Imobiliária SA	48.910	46.916
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	796	796
Millennium bcp -Serviços de Comércio Electrónica, S.A.	885	885
Paço de Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda.	68	68
Servitrust - Trust Management Services S.A.	100	100
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	6.700	6.700
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	2.230	2.230
Banca Millenium S.A.	4	4
	<u>2.064.522</u>	<u>2.062.270</u>
Imparidade para investimentos em associadas	(182.526)	(182.526)
	<u>1.881.996</u>	<u>1.879.744</u>

A relação das empresas do Banco é apresentada na nota 47.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**25. Outros activos tangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Imóveis	738.774	730.396
Equipamento		
Mobiliário	67.253	66.193
Máquinas	15.212	15.152
Equipamento informático	135.865	127.815
Instalações interiores	92.078	92.050
Viaturas	4.496	5.003
Equipamento de segurança	63.135	69.224
Obras em curso	24.921	19.999
Outros activos tangíveis	3.186	3.064
	<u>1.144.920</u>	<u>1.128.896</u>
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(24.130)	(49.737)
Relativas a exercícios anteriores	(703.649)	(662.827)
	<u>(727.779)</u>	<u>(712.564)</u>
	<u>417.141</u>	<u>416.332</u>

**26. Activos intangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	8.724	12.176
Outras activos intangíveis	4.651	5.277
	<u>13.375</u>	<u>17.453</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(1.273)	(1.891)
Relativas a exercícios anteriores	(3.176)	(8.870)
	<u>(4.449)</u>	<u>(10.761)</u>
	<u>8.926</u>	<u>6.692</u>

**27. Activos e Passivos por impostos diferidos**

Activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	<b>Jun 2008</b>		<b>Dez 2007</b>	
	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Activos intangíveis	-	53	107	-
Outros activos tangíveis	-	3.238	-	3.238
Perdas por imparidade	164.118	-	216.420	-
Pensões de reforma	266.046	-	274.973	-
Outros	-	666	82.766	73.705
Prejuízos fiscais reportáveis	70.003	-	-	-
	<u>500.167</u>	<u>3.957</u>	<u>574.266</u>	<u>76.943</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>496.210</u>		<u>497.323</u>	



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Banco possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento da rubrica de impostos diferidos líquidos à data de 30 de Junho de 2008 e 30 de Junho de 2007 são apresentados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	497.323	366.074
Transferências	13.204	-
Encargos do período	(14.776)	(35.603)
Movimentos em reservas	459	(2.209)
<b>Saldo em 30 de Junho</b>	<b>496.210</b>	<b>328.262</b>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos não corresponde aos encargos de impostos diferidos do exercício devido ao facto de os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Em 30 de Junho de 2008, o Banco não registou prejuízos fiscais reportáveis.

## 28. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Devedores	244.006	248.677
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	679.508	666.541
Suprimentos	327.439	327.644
Outras imobilizações financeiras	49.943	50.221
Valores a cobrar	44.041	26.919
Outros impostos a recuperar	53.728	53.947
Bonificações a receber	33.560	52.466
Associadas	9.973	122.062
Outros proveitos a receber	60.460	55.819
Despesas antecipadas	1.255.210	1.350.316
Operações sobre títulos a receber	198.663	5.745
Valores a debitar a clientes	204.205	188.295
Prestações suplementares de capital	4.519.637	4.491.950
Contas diversas	101.726	136.026
	7.782.099	7.776.628
Imparidade para outros activos	(1.738.891)	(1.731.256)
	<b>6.043.208</b>	<b>6.045.372</b>

De acordo com o definido na política contabilística 1 r), a rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro-solvendo).

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica Despesas antecipadas inclui os montantes de Euros 579.281.000 e Euros 747.239.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 579.281.000 e Euros 747.239.000, respectivamente), relativos ao valor do corredor e perdas actuariais diferidas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 v).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	1.731.256	1.404.489
Dotação do período	16.125	9.269
Reversão do período	-	(22)
Utilização de imparidade	(8.490)	(1.968)
	<u>1.738.891</u>	<u>1.411.768</u>
Saldo em 30 de Junho	<u>1.738.891</u>	<u>1.411.768</u>

### 29. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Recursos de outras instituições de crédito no país	1.462.522	948.229
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	26.167.261	28.716.675
	<u>27.629.783</u>	<u>29.664.904</u>

### 30. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	11.403.561	12.300.746
Depósitos a prazo	14.518.122	12.955.373
Depósitos de poupança	2.956.331	3.507.549
Outros débitos	301.528	341.958
	<u>29.179.542</u>	<u>29.105.626</u>

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

### 31. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Empréstimos obrigacionistas	10.614.901	8.437.257
Outros	2.690	4.690
	<u>10.617.591</u>	<u>8.441.947</u>

A rubrica Empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na política contabilística 1 c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

**32. Passivos financeiros detidos para negociação**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Vendas com acordo de recompra	-	1.916
Swaps	996.817	1.101.440
Opções	13.551	2.157
Derivados embutidos	26.125	34.356
Outros	8.225	14.448
	<u>1.044.718</u>	<u>1.154.317</u>

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui, a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 c) no montante de Euros 26.125.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 34.356.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 21.

**33. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Depósitos de instituições de crédito	29.092	31.710
Títulos de dívida emitidos	2.590.135	1.331.170
	<u>2.619.227</u>	<u>1.362.880</u>

Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, tal como referido na nota 1 c), tendo-se reconhecido no primeiro semestre de 2008, um montante de Euros 8.332.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 6.958.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Banco.

**34. Provisões**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Provisão para riscos gerais de crédito	690.626	696.687
Provisões para risco país	36.105	21.434
Outras provisões	76.435	105.427
	<u>803.166</u>	<u>823.548</u>

Os movimentos das Provisões para risco país, são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	21.434	13.086
Transferências	-	(3.624)
Dotação do período	16.805	250
Reversão do período	(2.134)	(2.211)
	<u>36.105</u>	<u>7.501</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Os movimentos das Provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Provisão genérica para crédito directo</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	422.991	376.291
Transferências	7.050	1.029
Dotação do período	12.567	23.709
Reversão do período	(2.957)	(3.956)
Utilização de provisões	-	(25)
Diferenças cambiais	(173)	(22)
	<u>439.478</u>	<u>397.026</u>
Saldo em 30 de Junho	<u>439.478</u>	<u>397.026</u>
<i>Provisão genérica para crédito por assinatura</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	273.696	270.640
Dotação do período	-	28.691
Reversão do período	(22.547)	-
Utilização de provisões	-	(292)
Diferenças cambiais	(1)	-
	<u>251.148</u>	<u>299.039</u>
Saldo em 30 de Junho	<u>251.148</u>	<u>299.039</u>
	<u><u>690.626</u></u>	<u><u>696.065</u></u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, n.º 2/99 e n.º 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1 b).

Os movimentos nas Outras provisões são analisados como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Jun 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de Janeiro	105.427	74.728
Transferências	-	11.232
Dotação do período	-	8.071
Reversão do período	(28.512)	(4.049)
Utilização de provisões	(480)	(18.583)
	<u>76.435</u>	<u>71.399</u>
Saldo em 30 de Junho	<u>76.435</u>	<u>71.399</u>

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

### 35. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Obrigações	<u>4.124.793</u>	<u>4.141.117</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Em 30 de Junho de 2008, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP 2001 - Março 2001	Março 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 1,03%	400.000	400.000
BCP 2001 - Maio 2001	Maio 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 0,98%	200.000	200.000
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	150.000	144.299
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	113.212
BCP - Euro 400 milhões	Outubro 2003	Outubro 2013	Ver referência (i)	400.000	398.999
Emp.sub.BCP Finance Bank	Maio 2005	Maio 2015	Ver referência (ii)	300.000	300.000
Emp.sub.BCP Finance Bank	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	399.400	399.400
					<u>1.955.910</u>
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP 2000	Janeiro 2000	-	Euribor 3 meses + 0,2075%	486.949	486.949
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (iv)	200.000	183.353
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (v)	175.000	160.195
BCP - Euro 500 milhões	Junho 2004	-	Ver referência (vi)	500.000	500.000
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.519
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	89.316	89.316
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vii)	4.986	4.986
Emp.sub.BCP Finance Company	Outubro 2005	-	Ver referência (viii)	500.000	500.000
					<u>2.124.318</u>
<i>Periodificações</i>					
					<u>44.565</u>
					<u>4.124.793</u>

Referências :

- (i) - Euribor 3 meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008)
- (ii) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
- (iii) - Até Dezembro 2011 Euribor 3 meses + 0,335%; Após Dezembro 2011, Euribor 3 meses + 0,8%
- (iv) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (v) - Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (vi) - Até Junho 2014 taxa fixa de 5,543%; A partir de Julho de 2014 Euribor 3 meses + 2,07%
- (vii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%
- (viii) - Até Outubro 2015 taxa fixa de 4,239%; A partir de Novembro de 2015 Euribor 3 meses + 1,95%

### 36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2008 Euros '000	Dez 2007 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	58.215	105.083
Por contratos de 'Factoring'	28.582	40.533
Outros credores	239.947	297.398
Sector Público Administrativo	56.464	44.363
Outros custos a pagar	50.881	87.277
Receitas antecipadas	523	537
Férias e subsídios de férias a pagar	53.095	52.657
Operações sobre títulos a liquidar	418.323	12.249
Contas diversas	2.601.130	319.954
	<u>3.507.160</u>	<u>960.051</u>

Conforme nota 45, a rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 81.375.000 (31 Dezembro de 2007: Euros 95.139.000) relativo a responsabilidades com pensões de reforma já reconhecidas em custos com pessoal, relativas a anteriores membros dos Conselhos de Administração. As referidas responsabilidades não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo, pelo que correspondem a valores a pagar pelo Banco.

A rubrica Contas diversas inclui um montante de Euros 2.232.125.000 relativo às carteiras securitizadas das operações Nova Finance 3, Nova Finance 4 e Magellan 5.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
 30 de Junho de 2008

**37. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital**

O capital social do Banco de Euros 4.694.600.000 representado por 4.694.600.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma e encontra-se integralmente realizado.

Em Maio de 2008, na sequência da deliberação da Assembleia Geral, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção.

**38. Reserva legal**

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 27 de Maio de 2008, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 33.884.000.

**39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Reservas de justo valor	(18.635)	(19.414)
Impostos diferidos (AFS)	3.365	2.906
	<u>(15.270)</u>	<u>(16.508)</u>
Reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	380.291	477.202
Reserva estatutária	-	84.000
Dividendos antecipados	-	(133.619)
Outras reservas e resultados acumulados	<u>(38.094)</u>	<u>(1.267.842)</u>
	<u>342.197</u>	<u>(840.259)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 38. As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos, que de acordo com os Estatutos da Sociedade, é distribuível.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 27 de Maio de 2008, foram transferidos para a rubrica Outras reservas e Resultados acumulados o saldo das rubricas Prémio de Emissão no montante de Euros 881.707.000, Reservas livres no montante de Euros 1.176.854.000, Reservas Estatutárias no montante de Euros 84.000.000 e Reservas Legais no montante de Euros 130.795.000.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados, em 30 de Junho de 2008, inclui o montante de Euros 345.901.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 307.806.000), relativo à amortização dos ajustamentos de transição resultante da adopção da IAS19, conforme definido na política contabilística descrita na nota 1v).

A movimentação da reserva de justo valor em instrumentos financeiros detidos para venda durante o ano de 2008 desta rubrica é analisada conforme segue:

	<b>Saldo em</b>		<b>Imparidade em</b>		<b>Saldo em</b>
	<b>1 Janeiro</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>resultados</b>	<b>Alienação</b>	<b>30 Junho</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
BPI, S.A.	-	(202.229)	202.229	-	-
Outros	<u>(19.414)</u>	<u>(13.341)</u>	<u>16.927</u>	<u>(2.807)</u>	<u>(18.635)</u>
	<u>(19.414)</u>	<u>(215.570)</u>	<u>219.156</u>	<u>(2.807)</u>	<u>(18.635)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A movimentação durante o segundo semestre de 2007 desta rubrica é analisada conforme segue:

	<b>Saldo em 1 Julho Euros '000</b>	<b>Reavaliação Euros '000</b>	<b>Imparidade em resultados Euros '000</b>	<b>Alienação Euros '000</b>	<b>Saldo em 31 Dezembro Euros '000</b>
EDP - Energias de Portugal	149.816	23.505	-	(173.321)	-
BPI, S.A.	-	(79.838)	79.838	-	-
Outros	(20.018)	(32.066)	12.506	20.164	(19.414)
	<u>129.798</u>	<u>(88.399)</u>	<u>92.344</u>	<u>(153.157)</u>	<u>(19.414)</u>

A movimentação durante o primeiro semestre de 2007 desta rubrica é analisada conforme segue:

	<b>Saldo em 1 Janeiro Euros '000</b>	<b>Reavaliação Euros '000</b>	<b>Imparidade em resultados Euros '000</b>	<b>Alienação Euros '000</b>	<b>Saldo em 30 Junho Euros '000</b>
EDP - Energias de Portugal	131.502	18.314	-	-	149.816
Outros	(24.693)	5.621	-	(946)	(20.018)
	<u>106.809</u>	<u>23.935</u>	<u>-</u>	<u>(946)</u>	<u>129.798</u>

#### 40. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Jun 2008 Euros '000</b>	<b>Dez 2007 Euros '000</b>
Garantias e avales prestados	26.090.134	28.120.128
Garantias e avales recebidos	23.361.717	21.185.132
Compromissos perante terceiros	14.434.918	13.053.238
Compromissos assumidos por terceiros	12.645.945	10.927.481
Valores recebidos em depósito	134.724.498	130.707.638
Valores depositados na Central de Valores	128.070.520	120.504.488
Outras contas extrapatrimoniais	90.621.414	85.496.887

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	<b>Jun 2008 Euros '000</b>	<b>Dez 2007 Euros '000</b>
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	13.459.672	14.545.217
Créditos documentários abertos	286.412	237.941
Fianças e indemnizações	146.358	157.983
Outros passivos eventuais	12.197.692	13.178.987
	<u>26.090.134</u>	<u>28.120.128</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contractos a prazo de Depósitos	3.779.505	3.129.581
Linhas crédito irrevogáveis	2.523.302	2.358.840
Outros compromissos irrevogáveis	148.866	140.332
Compromissos revogáveis		
Linhas crédito revogáveis	5.734.404	5.020.675
Facilidades descobertos conta	2.248.841	2.403.810
	<u>14.434.918</u>	<u>13.053.238</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

No âmbito da sua actividade normal o Banco oferece determinados produtos financeiros que tradicionalmente incluem instrumentos relacionados com crédito registados em contas extrapatrimoniais e cujos riscos não se encontram portanto reflectidos totalmente ou em parte nas demonstrações financeiras.

As garantias e avales prestados podem dizer respeito a operações relacionadas ou não com crédito, em que o Banco presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de caixa de saída.

Cartas de crédito e créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transacções comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma o risco de crédito destas transacções encontra-se limitado uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à análise da evidência objectiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1 b). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito não se prevêm quaisquer perdas materiais nestas operações.

#### 41. Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2008

*Aumento de Capital Social do Banco Comercial Português, S.A. de Euros 3.611.329.597 para Euros 4.694.600.000*

Concretizou-se em Maio de 2008 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., correspondendo à emissão de 1.083.270.433 acções ordinárias, escriturais e nominativas, com valor nominal de 1 euro cada. Após este aumento, o capital social do Banco Comercial Português, S.A. ascende a Euros 4.694.600.000.

*Terceira emissão de Obrigações Hipotecárias*

O Banco Comercial Português, S.A. procedeu em Maio de 2008 à terceira emissão de Obrigações Hipotecárias, com um montante de 1.000 milhões de euros e um prazo de 3 anos. A operação é efectuada ao abrigo do Programa de Covered Bonds do Banco, estabelecido no mês de Junho de 2007. A taxa de juro da emissão é de 4,875 %.

*Fusão da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda no Banco Comercial Português, S.A.*

O Banco Comercial Português, S.A. aprovou o projecto de Fusão por incorporação da sociedade por si integralmente controlada BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda., no próprio Banco Comercial Português, S.A. sendo tal fusão concretizada ao abrigo do artigo 116º do Código das Sociedades Comerciais, sem convocação das Assembleias Gerais das sociedades intervenientes.

Prevê-se que esta Fusão possa estar concluída durante o exercício de 2008, após autorização do Banco de Portugal.

#### 42. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

*Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

*Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Banco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano). Em Junho de 2008, a taxa média de desconto foi de 4,31% para as aplicações e de 4,63% para os recursos. Em Junho de 2007 foi de 4,53% e 4,67%, respectivamente.

*Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados.

As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard (Black&Scholes, Black, Ho e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis.

Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

*Derivados de cobertura e de negociação*

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

*Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Banco para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano) e o spread praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano. A taxa média de desconto foi de 6,68% em Junho de 2008 e de 6,04% em Junho de 2007. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

*Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

*Depósitos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Banco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do semestre) e o spread actual do Banco à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano. A taxa média de desconto foi de 4,81% em Junho de 2008 e de 3,42% em Junho de 2007.

*Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Banco adopta contabilisticamente uma política de "hedge-accounting", o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais do Grupo.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de swaps de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (spread de crédito) é representado por um excesso à curva de swaps de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes. No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais do Grupo, adicionou-se mais um diferencial (spread comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

A média das taxas de referência da curva de rendimentos obtida a partir das cotações de mercado do EUR e utilizada no apuramento do justo valor dos títulos próprios foi de 7,10% (31 de Dezembro de 2007: 5,82%) para emissões subordinadas e de 6,37% (31 de Dezembro de 2007: 5,00%) para emissões sénior e colateralizadas.

Para os passivos financeiros com derivados embutidos separáveis e para os quais o Banco procedeu à sua reavaliação, o cálculo do justo valor incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, pelo que a diferença apurada, em 30 de Junho de 2008, no montante de Euros 133.146.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 15.028.000), que correspondem a uma diminuição do passivo financeiro, inclui um montante a pagar de Euros 24.283.000 (31 de Dezembro de 2007: um montante a pagar de Euros 32.250.000) que se encontram registados em activos e passivos financeiros detidos para negociação e reflectem o justo valor dos derivados embutidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2008, a tabela com os valores das taxas de juro utilizadas no apuramento da curva de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente, EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco:

	Moedas			
	EUR	USD	GBP	PLN
1 dia	3,94%	2,36%	5,10%	6,07%
7 dias	4,10%	2,36%	5,07%	6,10%
1 mês	4,44%	2,63%	5,49%	6,19%
2 meses	4,62%	2,89%	5,75%	6,37%
3 meses	4,91%	3,00%	5,93%	6,55%
6 meses	5,09%	3,23%	6,15%	6,71%
9 meses	5,17%	3,32%	6,34%	6,76%
1 ano	5,32%	3,18%	6,48%	6,95%
2 anos	5,36%	3,55%	6,26%	6,88%
3 anos	5,29%	3,88%	6,22%	6,81%
5 anos	5,14%	4,25%	6,06%	6,67%
7 anos	5,06%	4,46%	5,87%	6,57%
10 anos	5,05%	4,66%	5,66%	6,42%
15 anos	5,10%	4,83%	5,40%	6,42%
20 anos	5,09%	4,92%	5,18%	6,42%
30 anos	4,97%	4,96%	4,82%	6,42%

O quadro seguinte resume, para cada grupo de activos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

	Jun 2008					
	De	Disponíveis	Custo	Outros	Valor	Justo
	Negociação	para venda	amortizado	Euros '000	Contabilístico	valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.332.244	1.332.244	1.332.244
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	1.101.544	1.101.544	1.101.544
Aplicações em instituições de crédito	-	-	14.170.063	-	14.170.063	14.115.610
Crédito a clientes	-	-	50.974.162	-	50.974.162	50.584.822
Activos financeiros detidos para negociação	2.719.964	-	-	-	2.719.964	2.719.964
Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	58.020	-	-	-	58.020	58.020
Activos financeiros disponíveis para venda	-	7.281.429	-	-	7.281.429	7.281.429
Derivados de cobertura	68.877	-	-	-	68.877	68.877
Investimentos em associadas	-	-	-	1.881.996	1.881.996	1.881.996
	<u>2.846.861</u>	<u>7.281.429</u>	<u>65.144.225</u>	<u>4.315.784</u>	<u>79.588.299</u>	<u>79.144.506</u>
Depósitos de bancos centrais	-	-	1.563.405	-	1.563.405	1.563.405
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	27.629.783	-	27.629.783	27.479.047
Depósitos de clientes	-	-	29.179.542	-	29.179.542	29.128.412
Títulos de dívida emitidos	-	-	10.617.591	-	10.617.591	10.484.445
Passivos financeiros detidos para negociação	1.044.718	-	-	-	1.044.718	1.044.718
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	2.619.227	-	-	-	2.619.227	2.619.227
Derivados de cobertura	151.458	-	-	-	151.458	151.458
Passivos subordinados	-	-	4.124.793	-	4.124.793	3.840.209
	<u>3.815.403</u>	<u>-</u>	<u>73.115.114</u>	<u>-</u>	<u>76.930.517</u>	<u>76.310.921</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Dez 2007

	<b>De Negociação Euros '000</b>	<b>Disponíveis para venda Euros '000</b>	<b>Custo amortizado Euros '000</b>	<b>Outros Euros '000</b>	<b>Valor Contabilístico Euros '000</b>	<b>Justo valor Euros '000</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.341.470	1.341.470	1.341.470
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	1.347.567	1.347.567	1.347.567
Aplicações em instituições de crédito	-	-	13.228.408	-	13.228.408	13.161.213
Crédito a clientes	-	-	48.832.375	-	48.832.375	48.842.161
Activos financeiros detidos para negociação	1.773.280	-	-	-	1.773.280	1.773.280
Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	59.216	-	-	-	59.216	59.216
Activos financeiros disponíveis para venda	-	5.043.127	-	-	5.043.127	5.043.127
Derivados de cobertura	35.778	-	-	-	35.778	35.778
Investimentos em associadas	-	-	-	1.879.744	1.879.744	1.879.744
	<u>1.868.274</u>	<u>5.043.127</u>	<u>62.060.783</u>	<u>4.568.781</u>	<u>73.540.965</u>	<u>73.483.556</u>
Depósitos de bancos centrais	-	-	781.682	-	781.682	781.682
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	29.664.904	-	29.664.904	29.623.907
Depósitos de clientes	-	-	29.105.626	-	29.105.626	29.090.136
Títulos de dívida emitidos	-	-	8.441.947	-	8.441.947	8.426.919
Passivos financeiros detidos para negociação	1.154.317	-	-	-	1.154.317	1.154.317
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	1.362.880	-	-	-	1.362.880	1.362.880
Derivados de cobertura	80.277	-	-	-	80.277	80.277
Passivos subordinados	-	-	4.141.117	-	4.141.117	4.055.489
	<u>2.597.474</u>	<u>-</u>	<u>72.135.276</u>	<u>-</u>	<u>74.732.750</u>	<u>74.575.607</u>

#### 43. Pensões de reforma

A análise das contribuições efectuadas ao Fundo pelo Banco é apresentada como segue:

	<b>Jun 2008 Euros '000</b>	<b>Jun 2007 Euros '000</b>
Outros títulos	-	1.530
	<u>-</u>	<u>1.530</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Em 2008, o Banco contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 63.698.000 (30 de Junho de 2007: Euros 37.844.000). A análise do custo do período é apresentada como segue:

	<u>Jun 2008</u>	<u>Jun 2007</u>
	<u>Euros '000</u>	<u>Euros '000</u>
Custo dos serviços correntes	34.897	27.148
Custo dos juros	128.041	100.613
Rendimento esperado dos activos	(124.926)	(110.191)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	18.544	16.324
Custo com programas de reformas antecipadas	4.585	1.862
Outros	2.557	2.088
	<u>63.698</u>	<u>37.844</u>

Conforme nota 36, em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo regista o montante de Euros 95.139.000 relativo a responsabilidades com pensões de reforma já reconhecidas em custos com pessoal, a pagar a anteriores membros dos Conselhos de Administração. As referidas responsabilidades não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo, pelo que correspondem a valores a pagar pelo Banco.

#### 44. Partes relacionadas

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos colectivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares directos o crédito registado à data de 30 de Junho de 2008 ascendia a Euros 938.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 111.000), representando 0,02% da Situação Líquida (31 de Dezembro de 2007: 0,01%). A maior parte destes empréstimos são contra-garantidos por hipoteca e destinam-se à aquisição de habitação.

Em 30 de Junho de 2008, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transacções interbancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a accionistas e a empresas por si controladas, que detinham individual ou conjuntamente 2% ou mais do capital do Banco, representando em termos agregados 60,6% do capital social em 30 de Junho de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 61,7%) descritas no relatório do Conselho de Administração Executivo, era de Euros 1.861.223.000 (31 de Dezembro de 2007: Euros 2.272.183.000). Cada um destes empréstimos foi concedido no âmbito do decurso normal dos negócios do Grupo e nas mesmas condições de empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

##### *Transacções com o fundo de Pensões*

Durante o primeiro semestre de 2008, o Grupo BCP procedeu à recompra ao Fundo de Pensões de obrigações BII Finance Company emitidas em 25 de Setembro de 1996 e com maturidade em 25 de Setembro de 2011, no montante de Euros 232.000.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2008			Preço Unitário Euros
				Aquisições	Alienações	Data	
<b>Membros de Órgãos Sociais</b>							
Armando Vara	Acções BCP	10.000	0	10.000		18-Abr-08	1,84
Paulo José Ribeiro Moita Macedo	Acções BCP	259.994	200.001	59.993 (a)		05-Mai-08	1,20
Luis Maria França de Castro Pereira Coutinho	Acções BCP	247.288	190.228	57.060 (a)		4 (b) 10-Abr-08 24-Abr-08	2,00 1,20
Vitor Manuel Lopes Fernandes	Acções BCP	20.000	0	12.500 (e) 12.500 c) 3.749 (a) 64 (a) 3.687		07-Abr-08 07-Abr-08 24-Abr-08 29-Abr-08 02-Jun-08	2,12 0,10 1,20 1,20 1,62
José João Guilherme	Acções BCP	51.000	50.500	500		22-Jan-08 51.000 (b) 16-Abr-08	2,08 0,20
Nelson Ricardo Bessa Machado	Acções BCP	259.992	200.000	59.992 (a)		2 (b) 15-Abr-08 24-Abr-08	0,25 1,20
<b>Membros do Conselho Geral e de Supervisão</b>							
Gijsbert Swalef	Acções BCP	282.633	217.416	65.217 (a)		24-Abr-08	1,20
Ángelo Ludgero da Silva Marques	Acções BCP	1.765.013	357.740	1.000.000 407.273 (a)		17-Abr-08 24-Abr-08	2,74 1,20
	BCP Finance Company 5,543 PCT Eur	2.500	2.500				
António Luis Guerra Nunes Mexia	Acções BCP	1.299	1.000	299 (a)		3 (b) 17-Abr-08 24-Abr-08	0,18 1,20
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.440.807	4.015.577	1.204.530 (a)		24-Abr-08 74.182 24-Abr-08 725.818 28-Abr-08 29-Abr-08	1,20 1,85 1,86 1,20
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000	20.700 (a)			

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2008			Preço Unitário Euros
		30-06-2008	31-12-2007	Aquisições	Alienações	Data	
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	2.313	1.780	533 (a)		29-Abr-08	1,20
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	0	900			900 14-Fev-08	50
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	0	1.000			1.000 09-Mai-08	50
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	1.600				
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	400				
	BCP Ob Cx Millennium Cresc Agosto 2010	500	500				
	BCP Ob Cx Multi-Rend Europa Out. 2010	1.500	1.500				
	BCP Obg Cx Inv Selec. Mundial Nov 07/09	2.000	2.000				
	BCP Obg Cx Inv. Especial 2007/2009 3ª Em	300	300				
	BCP Obg Cx Super Investimento Fev 08/11	1.000	0	1.000 (d)			
	BCP Obg Cx Inv. Mercadorias Março 08/11	1.500	0	1.500 (d)			
BCP Obg Cx Energias Renováveis Jun 2011	1.000	0	1.000 (d)				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	162.737	125.186			1 (b) 16-Abr-08	0,20
				37.551 (a)		24-Abr-08	1,20
José Eduardo Faria Neiva dos Santos	Acções BCP	1.304	1.000	304 (a)		24-Abr-08	1,20
	BCP Obg Cx Sup Aforro Millennium 1ª 2013	700	0	700 (d)		25-Mar-08	50,00
Keith Satchell	Acções BCP	3.769	2.900	869 (a)		24-Abr-08	1,20
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	81.775	62.659	18.795 (a)		24-Abr-08	1,20
				321 (a)		29-Abr-08	1,20
Luís de Melo Champalimaud	Acções BCP	20.000	5.000	45.007 (e)		10-Abr-08	0,22
						1 (b) 10-Abr-08	0,22
				15.000 (a)		24-Abr-08	1,20
Mário Branco Trindade	Acções BCP	53.620	41.085	12.324 (a)		24-Abr-08	1,20
				211 (a)		29-Abr-08	1,20
<b>Cônjuge / Filhos Menores</b>							
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	190.932	170.000	50		04-Abr-08	2,11
						31.000 07-Abr-08	1,98
						24-Abr-08	1,20
						29-Abr-08	1,20
						04-Dez-07	50
		80	0	80 (a)		14-Dez-07	1.000

(a) Subscrição do aumento de capital do BCP.

(b) Venda de direitos do aumento de capital do BCP.

(c) Subscrição.

(d) Subscrição.

(e) Transferência / Depósito.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

À data de 30 de Junho de 2008, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

	<b>Aplicações IC's Euros '000</b>	<b>Crédito Clientes Euros '000</b>	<b>Activos Financ. detidos p/ negociação Euros '000</b>	<b>Activos Financ. disp. p/ venda Euros '000</b>	<b>Total Euros '000</b>
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	2.274.706	-	-	828.133	3.102.839
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	871.847	-	-	-	871.847
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	1.459.406	-	-	-	1.459.406
BCP Finance Bank Ltd	540.038	-	19.435	130.336	689.809
Banca Millennium S.A.	9.990	-	-	-	9.990
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	2.856	-	-	2.856
Grupo Millennium bcp Investimento	297.101	-	-	418.949	716.050
Grupo Millennium Bank (Grécia)	2.106.871	-	58.020	-	2.164.891
Banco Millennium Angola, S.A.	31.734	-	-	-	31.734
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	1.519	-	-	-	1.519
Outras	755	644	-	-	1.399
	<b>7.593.967</b>	<b>3.500</b>	<b>77.455</b>	<b>1.377.418</b>	<b>9.052.340</b>

À data de 30 de Junho de 2008, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 101.068.000.

À data de 30 de Junho de 2008, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	<b>Débitos IC's Euros '000</b>	<b>Débitos Clientes Euros '000</b>	<b>Títulos de dívida emitidos Euros '000</b>	<b>Passivos Subordinados Euros '000</b>	<b>Total Euros '000</b>
Banco Activobank (Portugal), S.A.	256.605	-	-	-	256.605
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	56.597	546	-	-	57.143
Grupo Bank Millennium (Polónia)	19.614	-	-	-	19.614
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	314.799	-	-	-	314.799
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2.798.445	-	-	-	2.798.445
BCP Finance Bank Ltd	15.940.245	-	-	2.186.349	18.126.594
BCP Finance Company, Ltd	-	2.805	-	1.000.000	1.002.805
BCP Internacional II, S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda.	-	183.727	-	-	183.727
BCP Investment, B.V.	-	338.401	-	-	338.401
BitalPart, B.V.	-	14.005	-	-	14.005
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	129.546	-	-	-	129.546
Grupo Millennium bcp Investimento	371.471	15.604	306.214	1.430	694.719
Grupo Millennium Bank (Grécia)	966.239	-	-	-	966.239
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	17.852	-	-	17.852
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	46.259	-	-	46.259
Comercial Imobiliária, S.A.	-	9.742	-	-	9.742
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	828.448	-	-	828.448
Banco Millennium Angola, S.A.	21.801	-	-	-	21.801
Grupo Millennium bcp Fortis	-	874.479	-	-	874.479
Outras	856	2.000	-	-	2.856
	<b>20.876.218</b>	<b>2.333.868</b>	<b>306.214</b>	<b>3.187.779</b>	<b>26.704.079</b>

À data de 30 de Junho de 2008, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 12.307.000.



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
 30 de Junho de 2008

À data de 30 de Junho de 2008, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

	<b>Juros e Proveitos equiparados</b>	<b>Comissões Proveitos</b>	<b>Outros proveitos de exploração</b>	<b>Lucros em operações financeiras</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco Activobank (Portugal), S.A.	-	-	-	-	-
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	78.409	2.232	-	65	80.706
Grupo Bank Millennium (Polónia)	7	-	-	1.578	1.585
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	18.522	-	-	-	18.522
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	44.746	-	-	20.579	65.325
BCP Finance Bank Ltd	15.438	-	-	384.616	400.054
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	167	-	-	15.384	15.551
BitalPart, B.V.	1.065	-	-	-	1.065
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	1.496	-	1.496
Grupo Millennium bcp Investimento	13.041	-	441	20.741	34.223
Grupo Millennium Bank (Grécia)	41.588	-	-	6.611	48.199
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	10.320	83	-	10.403
Comercial Imobiliária, S.A.	8.499	2	-	-	8.501
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	-	6.550	-	6.550
Grupo Millennium bcp Fortis	5.417	-	-	26.023	31.440
Outras	481	-	2	-	483
	<b>227.380</b>	<b>12.554</b>	<b>8.572</b>	<b>475.597</b>	<b>724.103</b>

À data de 30 de Junho de 2008, os custos do Banco com empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

	<b>Juros e Custos equiparados</b>	<b>Comissões Custos</b>	<b>Fornecimentos e Serviços de Terceiros</b>	<b>Prejuízos em operações financeiras</b>	<b>Total</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Banco Activobank (Portugal), S.A.	5.942	43	-	-	5.985
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	1.382	3.884	-	221	5.487
Grupo Bank Millennium (Polónia)	323	-	-	1.262	1.585
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	3.083	-	-	-	3.083
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	54.857	-	-	32.319	87.176
BCP Finance Bank Ltd	449.705	-	-	374.074	823.779
BCP Finance Company, Ltd	24.727	-	-	-	24.727
BCP Internacional II, S.G.P.S.					
Sociedade Unipessoal, Lda.	3.515	-	-	-	3.515
BCP Investment, B.V.	6.602	-	-	-	6.602
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	110	-	-	15.997	16.107
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	2.228	-	-	-	2.228
Grupo Millennium bcp Investimento	10.031	-	-	22.583	32.614
Grupo Millennium Bank (Grécia)	18.807	-	-	7.419	26.226
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	15.458	-	-	-	15.458
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	93	-	60.275	-	60.368
Grupo Millennium bcp Fortis	-	-	5.212	-	5.212
Outras	639	-	95	-	734
	<b>597.502</b>	<b>3.927</b>	<b>65.582</b>	<b>453.875</b>	<b>1.120.886</b>

#### 45. Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efectuada pelo Grupo de forma centralizada atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Grupo.

##### Principais Tipos de Risco

**Crédito** – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

**Mercado** – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

**Liquidez** – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

**Operacional** – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

##### Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão dos mesmos, assim como as linhas de orientação para alocação do capital económico às áreas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade. Esta Comissão tem quatro sub-comissões: a de Risco de Crédito, a de Riscos de Mercados e Liquidez, a de Risco Operacional e a de Acompanhamento do Fundo de Pensões.

O Risk Office é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua actuação pelos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de risco, estando dotadas de estruturas do Risk Office, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade. Em cada subsidiária foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o Risk Office.

##### Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rendibilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação:** contempla as posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionáveis sem restrições e podem ser avaliadas frequentemente e de forma precisa;
- **Financiamento:** agrupa os financiamentos institucionais e o mercado monetário do Grupo;
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade ou durante um período alargado de tempo ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial:** assume a actividade comercial com Clientes;
- **Estrutural:** trata de elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas.
- **ALM:** representa a função de gestão de Activos e Passivos.

A definição das áreas de gestão permite uma segregação efectiva na gestão das carteiras de negociação e bancária.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
30 de Junho de 2008

Avaliação de Riscos

*Risco de Crédito*

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Neste sentido foi introduzido um sistema único de notação de risco, a Rating Master Scale, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A Rating Master Scale permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do novo Acordo de Basileia II, na situação de incumprimento.

Todos os modelos de rating/scoring usados no Grupo foram devidamente calibrados para a Rating Master Scale.

Foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do pricing ao risco incorrido.

O Grupo tem vindo a proceder a alterações significativas dos processos de decisão, visando uma maior consistência e eficácia nas decisões.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Grupo desenvolveu um modelo baseado numa abordagem actuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da probabilidade de incumprimento (PD) e do montante da perda dado o incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respectiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os sectores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respectivas correlações.

*Riscos de Mercado*

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR (Value at Risk). O cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação às condições de mercado.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações e acções) e de derivados cuja performance esteja directamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o standard regulamentar.

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de backtesting, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

São ainda utilizadas duas outras medidas complementares: uma medida de risco não linear, com um intervalo de confiança de 99% bem como uma medida standard para o risco de commodities.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas durante o primeiro semestre de 2008 para a carteira de negociação:

	<b>Euros '000</b>	
	<b>2008.06.30</b>	<b>2007.12.31</b>
Risco Genérico ( VaR )	1.223	2.552
Risco Específico	1.082	924
Risco não linear	37	40
Risco de Commodities	0	0
	<hr/>	<hr/>
Risco Global	2.342	3.516

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de repricing.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de repricing.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocamentos paralelos da curva de taxa de juro de mercado.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
 30 de Junho de 2008

Os valores apresentados no quadro abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base em cada uma das moedas onde o Banco tem posições mais significativas:

Moeda	Junho 2008			Euros '000
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	971	481	(470)	(932)
EUR	(152.843)	(75.279)	73.029	143.875
PLN	13.134	6.503	(6.379)	(12.636)
USD	12.506	6.182	(6.045)	(11.958)
<b>TOTAL</b>	<b>(126.232)</b>	<b>(62.113)</b>	<b>60.135</b>	<b>118.349</b>

Moeda	Dezembro 2007			Euros '000
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	1.053	521	(510)	(1.009)
EUR	(215.781)	(104.968)	99.563	194.128
PLN	12.456	6.167	(6.048)	(11.981)
USD	12.927	6.389	(6.245)	(12.350)
<b>TOTAL</b>	<b>(189.345)</b>	<b>(91.891)</b>	<b>86.760</b>	<b>168.788</b>

O Banco realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o mismatch de taxa juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

#### *Risco de Liquidez*

A avaliação do risco de liquidez do Banco é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efectuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de cash-flows para períodos de, respectivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes Corporate e Private que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o gap de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Banco, identificando-se todos os factores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do Capital and Assets and Liabilities Committee (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade. Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade da Sub-Comissão de Riscos de Mercado e Liquidez. Este controlo é reforçado com a execução mensal de stress tests de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Banco, e cada uma das suas subsidiárias, cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e a tomada de decisões de gestão.

#### *Risco Operacional*

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte end-to-end. A gestão dos processos é da competência dos Process Owners, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos seus processos. Os Process Owners são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de risk self assessment, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Banco destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detectado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as acções de mitigação para as exposições críticas.

## **46. Solvabilidade**

Os fundos próprios do Banco Comercial Português foram apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente as vertidas no Aviso nº 12/92 do Banco de Portugal. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

Os fundos próprios de base integram o capital realizado e os prémios de emissão, as reservas e os resultados retidos e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as normas internacionais de relato financeiro, que se iniciaram em 2005 e se prolongarão até 2011.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
**Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares**  
**30 de Junho de 2008**

Paralelamente, para a determinação dos fundos próprios de base, são deduzidas as acções próprias, os outros activos intangíveis, os custos diferidos associados a diferenças actuariais do fundo de pensões em excesso ao corredor, as reservas de reavaliação relativas a ganhos não realizados em activos disponíveis para venda, líquidas de impostos, e a parcela de impostos diferidos activos que eventualmente exceda 10% do valor dos fundos próprios de base, antes da dedução de 50% das participações financeiras qualificadas. Esta dedução refere-se aos interesses detidos pelo Banco em instituições financeiras, por um lado, e em entidades seguradoras, por outro, quando superiores a 10% e 20%, respectivamente, sendo efectuada em 50% aos fundos próprios de base e em 50% aos fundos próprios complementares, quando em 2006 era integralmente deduzida aos fundos próprios totais. Esta dedução aplica-se igualmente à parcela do valor agregado dos interesses inferiores a 10% em instituições financeiras que exceda o limite prudencial respectivo.

Os fundos próprios de base podem ser ainda influenciados, positiva ou negativamente, pela existência de diferenças de reavaliação em outros activos, em operações de cobertura de fluxos de caixa ou em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, pela existência de um fundo para riscos bancários gerais.

Os fundos próprios complementares englobam a dívida subordinada e as provisões para riscos gerais de crédito, bem como 45% dos ganhos não realizados em activos disponíveis para venda e em outros activos. As provisões para riscos gerais de crédito integram o Upper Tier 2, sendo a dívida subordinada, repartida entre Upper Tier 2 (dívida com prazo de vencimento indeterminado) e Lower Tier 2 (a restante).

A dívida subordinada emitida só pode ser incluída no cômputo dos fundos próprios após o acordo prévio do Banco de Portugal e desde que observe os seguintes limites: a) o Tier 2 não poderá ser superior ao Tier 1; e b) o Lower Tier 2 não poderá representar mais do que 50% do Tier 1. Adicionalmente, os empréstimos subordinados com prazo determinado deverão ser amortizados à razão de 20% ao ano, nos seus últimos 5 anos de vida. Os fundos próprios complementares estão ainda sujeitos à dedução de 50% do montante dos interesses em instituições financeiras e entidades seguradoras, conforme anteriormente referido. Caso o nível dos fundos próprios complementares não seja suficiente para acomodar esta dedução o respectivo excesso deverá ser subtraído aos fundos próprios de base.

Para apuramento do capital regulamentar do Banco torna-se ainda necessário efectuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente, o valor dos imóveis em dação que apresentem determinado carácter de permanência no Activo e eventuais excedentes de exposição aos limites de grandes riscos.

Os requisitos passaram a ser determinados no quadro regulamentar de Basileia II a partir do início de 2008. Com o objectivo de aplicar o método das notações internas para os riscos de crédito e a utilizar modelos internos para o cálculo dos requisitos ligados aos riscos genéricos de mercado, a par do método padrão para o risco operacional, foi, oportunamente, submetido ao Banco de Portugal para aprovação um "approval pack" que se encontra em fase de apreciação. Em Junho de 2008, os requisitos de fundos próprios para risco de crédito foram calculados em função dos riscos relevados no Activo do Grupo e em elementos extrapatrimoniais, e mitigados em função dos tipos de contrapartes, dos prazos das operações e dos colaterais apresentados, tendo sido utilizado o método padrão previsto no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal para o seu apuramento, sendo os requisitos associados a activos titularizados apurados de acordo com as regras constantes do Aviso nº 7/2007. No âmbito das propostas de Basileia II, passou a ser exigido o cálculo dos requisitos de capital para risco operacional, sendo os mesmos determinados através da aplicação do método do indicador básico, constante do Aviso nº 9/2007 do Banco de Portugal. Adicionalmente, foram também calculados requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação, em conformidade com o disposto no Aviso nº 8/2007.

	<b>Jun 2008</b>	<b>Dez 2007</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Fundos Próprios de Base</i>		
Capital realizado e prémios de emissão	4.877.969	4.493.037
Reservas e resultados retidos	303.341	(740.864)
Activos Intangíveis	(8.926)	(6.692)
Impacto líquido de rubricas com diferimento	(533.289)	(539.986)
Outros ajustamentos regulamentares	(16.459)	(10.939)
	<u>4.622.636</u>	<u>3.194.556</u>
<i>Fundos Próprios Complementares</i>		
Upper Tier 2	2.159.658	2.162.051
Lower Tier 2	1.628.941	1.032.505
	<u>3.788.599</u>	<u>3.194.556</u>
Deduções aos fundos próprios totais	<u>(23.518)</u>	<u>(14.576)</u>
<i>Fundos Próprios Totais</i>	<u><u>8.387.717</u></u>	<u><u>6.374.536</u></u>
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>		
Requisitos exigidos pelo Aviso 1/93	-	5.375.837
Requisitos exigidos pelo Aviso 5/2007	4.601.568	-
Carteira de negociação	8.340	54.759
Risco Operacional	290.660	-
	<u>4.900.568</u>	<u>5.430.596</u>
<i>Rácios de Capital</i>		
Tier 1	7,5%	4,7%
Tier 2 (*)	6,2%	4,7%
Rácio de Solvabilidade	13,7%	9,4%

\* Inclui deduções aos fundos próprios totais

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares  
 30 de Junho de 2008

**47. Empresas subsidiárias e associadas do Banco Comercial Português S.A.**

Em 30 de Junho de 2008, as empresas subsidiárias do Banco Comercial Português S.A., incluídas na consolidação pelo método integral são as seguintes:

<b>Empresas subsidiárias</b>	<b>Sede</b>	<b>Capital social</b>	<b>Moeda</b>	<b>Actividade económica</b>	<b>% de particip. efectiva</b>
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	2.008.956.625	AOA	Banca	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	47.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	16.874.724	BRL	Serviços financeiros	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	329.500	EUR	Serviços	51,1
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	240.000	EUR	Serviços de videotex	100,0
Paço de Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	293.747.255	EUR	Gestão de imóveis	99,9
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	380.765.000	EUR	Gestão de participações sociais	89,0

Em 30 de Junho de 2008, as empresas associadas do Banco Comercial Português S.A., são as seguintes:

<b>Empresa associada</b>	<b>Sede</b>	<b>Capital social</b>	<b>Moeda</b>	<b>Actividade económica</b>	<b>% de particip. efectiva</b>
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,0



**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA  
ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM  
SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA**

## **INTRODUÇÃO**

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, do Banco Comercial Português, S.A. (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 93.709.530 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 5.932.376 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco de 101.358 milhares de euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

## **RESPONSABILIDADES**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
  - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
  - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
    - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
    - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
    - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
    - a apresentação da informação financeira consolidada;
    - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
  - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

## PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 8 de Agosto de 2008

**KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.**  
representada por



---

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho  
(ROC N.º 1081)





**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA  
ELABORADO PELO AUDITOR REGISTADO NA CMVM  
SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL**

## INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, do Banco Comercial Português, S.A. (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 86.581.038 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.324.672 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 119.776 milhares de euros) e nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

## RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
  - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação da IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's") e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
    - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
    - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
    - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
    - a apresentação da informação financeira;
    - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita;
  - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante no Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

## PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara e lícita.

Lisboa, 8 de Agosto de 2008

**KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.**  
representada por



Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho  
(ROC N.º 1081)

Administração

## DECLARAÇÃO

Declara-se que, tanto quanto é do conhecimento dos abaixo assinados, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Comercial Português, S.A. (“BCP” ou “Banco”), as quais compreendem: (i) os balanços individuais e consolidados em 30 de Junho de 2008; (ii) as Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 e as correspondentes Notas explicativas, individuais e consolidadas, que incluem as políticas contabilísticas significativas; dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira individual e consolidada do Banco, com referência a 30 de Junho de 2008 e dos resultados individuais e consolidados das suas operações, das alterações no capital próprio e nos seus fluxos de caixa individuais e consolidados relativos ao período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2008, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) tal como definidas pelo Banco de Portugal e o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, respectivamente.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Banco referentes a 30 de Junho 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo em 17 de Julho de 2008.

Mais se declara que o relatório de gestão intercalar do BCP, relativo ao período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2008 expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banco e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Lisboa, 17 de Julho de 2008

Carlos Santos Ferreira

Armando Vara

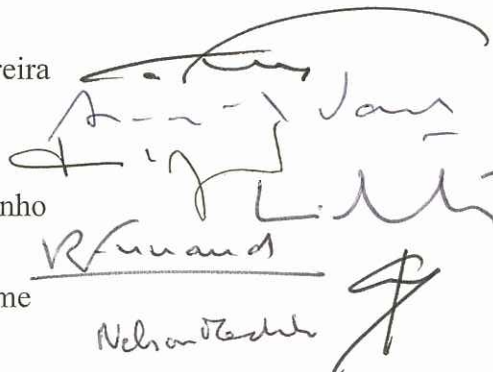
Paulo Macedo

Luís Pereira Coutinho

Vítor Fernandes

José João Guilherme

Nelson Machado



**Direcção de Relações com Investidores**  
Pedro Esperança Martins

Avenida Professor Doutor Cavaco Silva  
(Parque das Tecnologias)  
Edif. 1, Piso 0 B  
2744-002 PORTO SALVO  
Tel: (351) 211 131 080  
pmartins@millenniumbcp.pt

**Direcção de Comunicação**  
Miguel Magalhães Duarte

Rua São Julião, 149, Piso 2  
1100-063 LISBOA  
Tel: (351) 211 132 840  
miguel.duarte@millenniumbcp.pt

